



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

DA REPRESSÃO À ABERTURA POLÍTICA: PROCESSOS DE
ESPETACULARIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO

Israel de Sá

SÃO CARLOS
2011



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

DA REPRESSÃO À ABERTURA POLÍTICA: PROCESSOS DE ESPETACULARIZAÇÃO
DO DISCURSO POLÍTICO

Israel de Sá
Bolsista: FAPESP

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de São Carlos, como
parte dos requisitos para a obtenção do
Título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Vanice Maria
Oliveira Sargentini

São Carlos - São Paulo - Brasil
2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S111ra

Sá, Israel de.

Da repressão à abertura política : processos de espetacularização do discurso político / Israel de Sá. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

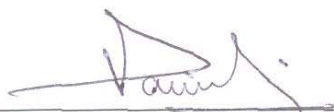
213 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

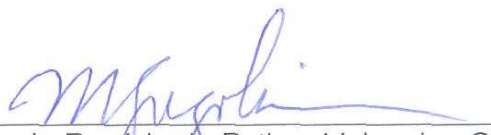
1. Linguística. 2. Discurso político. 3. Ditadura militar. 4. Mídia. 5. Identidade. I. Título.

CDD: 410 (20^a)

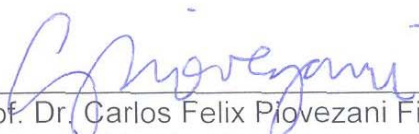
**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
ISRAEL DE SÁ**



Prof. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini
Orientadora e Presidente
UFSCar – São Carlos



Prof. Dra. Maria do Rosario de Fatima Valencise Gregolin
Membro externo
UNESP/Araraquara



Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani Filho
Membro interno
UFSCar – São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 25/02/2011.
Homologada na ___ reunião da CPGL, realizada em ___/___/2011.

Prof. Dr. Oto Araújo Vale
Coordenador do PPGL

Dedico este trabalho aos meus pais, Sá e Lúcia, por nunca terem desistido de me incentivar e me apoiar [em especial nos estudos] e sem os quais jamais teria chegado até aqui; e à Karina, que me mostrou caminhos de linguagem e amor.

AGRADECIMENTOS

Talvez seja essa a parte mais complicada, pois sempre existe a possibilidade de que me esqueça de mencionar alguém que, de alguma forma, esteve presente em momentos que marcaram ou que contribuíram para o andamento deste trabalho; mas também pela dificuldade em trazer palavras a essas pessoas que me são muito importantes. Porém, como não se deve fugir de tarefas árduas, agradeço:

À Vanice Sargentini, pelas orientações, pela confiança que depositou em mim e, principalmente, pelos inúmeros incentivos que sempre me deu, no âmbito deste trabalho ou não. À amizade e ao carinho com os quais me recebeu e me deu conforto nesses dois anos de trabalho e que prometem prosseguir ainda por muito tempo.

À Rosário Gregolin, pelas primeiras aulas de Linguística e primeiras orientações que me colocaram no mundo da AD. Também por ter aceitado participar desta banca, mas, principalmente, pela amizade construída que já dura muitos carnavais.

Ao Carlos Piovezani, por ter aceitado participar desta banca, pelas inúmeras contribuições que deu para a conclusão deste trabalho e o fez crescer ainda mais; PORÉM, especialmente pela amizade que nos carrega a vários jogos do Corinthians. E à Luzmara, que sempre traz um sorriso que não nos deixa desanimar.

Aos professores Pedro Navarro e Dirceu Cleber Conde, por terem aceitado ler este trabalho.

À Marina, minha irmã, que sempre torceu por mim e que não via a hora de que eu me mudasse de casa. E ao Costelinha, chato como sempre!

Às minhas avós, Maria José e Guilhermina, pelo carinho que sempre me dispensaram. E aos meus avós, Amilton e Mário, que, tenho certeza, estariam orgulhosos.

À Bruna, pela grande amizade, pelo sorriso que me apresenta as noites paulistanas e que, embora ainda não aceite, logo será uma companheira linguista.

À Taísa, presente em todos os momentos: de estudos (muitas horas em bibliotecas) e de festas (onde consegue me fazer rir muito e, também, me irritar).

À Mariah, que, do “ódio” à amizade, contribuiu muito para que eu não me cansasse. Sempre deixou a porta de sua casa aberta e hoje faz a Argentina muito mais alegre.

Ao Roberto, são-paulino cuja maior preocupação na vida é o Corinthians. Companheiro de todas as horas. Todas!

Ao Marcelo (Gordo), cuja amizade já dura tantos anos que nem me lembro mais quando começou, mas que nunca se abala; ao Bruno, cuja loucura sempre me fez acreditar que tudo é possível; ao Miguel, que sempre aparece com uma “bomba” que surpreende; e ao Renan, cuja conversa do bar vai de Deleuze a futebol num piscar de olhos. Todos grandes amigos que muito contribuíram para o que sou.

Ao Murilo, ao Felipe e ao Ivan: “discussões”, cervejas e músicas.

Ao João “ex-Bakhtin”, companheiro de sinuca, de cerveja e até de “moradia”, contribuiu muito para este trabalho, desde os tempos de IC e com uma grande ajuda com o resumo em francês; e ao Renan Belmonte, o “paulista”, presente em tudo que se refere à AD, baladas e João Pessoa.

Ao (Joce)Nilson, pois muito do aqui está escrito, muito da formatação e das discussões deste trabalho se devem a esse rapaz, um amigo que descobri nesses anos de mestrado e que é para sempre.

À Elis, grande companheira que me “adotou” quando eu me encontrava perdido tentando descobrir como era ser professor; e que sempre deposita em mim muita confiança, que faz “minha cara minha cuca ficar odara”.

À Ivo, à Carol, ao Pedro e ao Lucão, que, juntos à Mariah, me faziam esquecer das preocupações com muitas conversas e risadas.

Ao pessoal do 80 – Rodolfo, Filipe, Júnior e Urso – por acreditarem sempre num jornalismo diferente.

Aos grandes companheiros que sempre me apoiaram desde o começo da graduação, na UNESP, e continuam torcendo por mim: Amanda, Borgato, Camila, Diogo, Fer, Isaías, Val.

À Família Valencise/Gregolin, em especial ao Zé, Cirão, Maria, Marília, Pipo, Máira, Isadora, Dóris, João e Otávio – que me apresentaram o espaço heterotópico de Torrinhã.

À Família Sargentini, César, Henrique e André, que fazem da Vanice mais corintiana.

Aos colegas de Labor: Lucas, Lívia, Geovana, Marcelo, Luciana, Daiane, Denise, Amanda, Pedro, Parla.

Aos colegas de GEADA: Cleudemar, Tony, Henrique, Fábio, Ucy, Flávia, Pedro, Nilde, Nilton, Máira, Paulo Barbosa, Kátia, Mara Rúbia, Denise, Janaína, Marcelo, Lurdinha, Nádea, Claudiana, Rubens, Marcos Lúcio, Mônica.

Aos colegas de Mestrado: Júlio, Nagai, Pajeú, Camila, Marina, Samuel, Marcelo (Maf’s), Mariúcha, André; pelas ajudas e pelos momentos de descontração.

Ao Lionel, pelas aulas de francês e pelas discussões que muito me fazem refletir.

À minha família, pelo grande apoio. Em especial a minha tia Maria do Carmo e ao meu tio Berto, que sempre me incentivaram nessa empreitada e torceram muito para que isso tudo se realizasse.

Ao Sport Club Corinthians Paulista, afinal de contas, só quem é sabe o que é! – “Corinthians do meu coração, tu és religião de janeiro a janeiro. Ser corinthiano é ir além de ser ou não ser o primeiro. Ser corinthiano é ser também um pouco mais brasileiro” (Toquinho).

À FAPESP, pela bolsa concedida durante dois anos de Iniciação Científica, cujos resultados iniciais embasaram este trabalho, e pela bolsa de mestrado, que me deram a possibilidade de dedicação exclusiva a este projeto.

À Nani, secretária do PPGI, sempre disposta a nos ajudar, mesmo nos momentos em que parecia mais aflita; e às estagiárias que passaram pelo PPGI nesses dois anos, que sempre nos atenderam com muita precisão.

Aos professores do Departamento de Letras da UFSCar, que sempre estão dispostos a nos ajudar, em especial ao Prof. Valdemir Miotello, à Profa. Soeli Schreiber e ao Prof. Roberto Baronas.

Aos professores da área de Letras da UNESP de Araraquara, que me deram inúmeros suportes para chegar até aqui.

O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que por princípio ele exige é a da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio da aparência (Debord).

RESUMO

A produção discursiva durante o período de ditadura militar no Brasil (1964-1985) apresentou peculiaridades que circunscrevem transformações pautadas pelo maior ou menor grau de repressão por parte do regime. É possível, assim, partir de uma divisão temporal do período em três fases, de acordo com os estudos de Gáspari (2002a, 2002b, 2003, 2004) – a *ditadura envergonhada*, a *ditadura escancarada* e a *abertura lenta e gradual* –, e observar que a partir dos dois últimos momentos há um movimento que vai da hegemonia do discurso político para o discurso midiático, evidenciando marcas que levam a transformações na ordem dos discursos, passando de um campo discursivo que privilegia o doutrinário, marcado pelo verbal, para outro que se sustenta sobre a construção de memórias e a emergência de um texto sincrético. É, portanto, sobre esses dois momentos que desenvolveremos nosso trabalho, propondo uma análise de textos de diferentes gêneros discursivos (doutrinário, memorialista, jornalístico) produzidos ora por sujeitos políticos ora por sujeitos da mídia e que revelam a passagem de uma sociedade repressiva para uma sociedade midiática bem como uma negociação por identidades produzidas pela esquerda. Para que nossa abordagem discursiva seja possível, nos fundamentamos nos pressupostos teóricos da Análise do discurso desenvolvida pelos estudos de Michel Pêcheux e seu Grupo e consolidada por trabalhos como o de Jean-Jacques Courtine, além de buscar subsídios em uma perspectiva histórica que revela o diálogo entre Michel Foucault e a Nova História. Com isso, ao resgatar a produção de sentidos desse momento da História do Brasil, nos propomos a refletir sobre a ação discursiva de sujeitos que produziram contrapalavras em uma sociedade em que certos discursos eram interditados e que, também, exprimiam as movências nas formas de resistência e as transformações inscritas no discurso político e na política. Assim, o foco de nossa investigação é compreender as transformações e movimentos que se deram em relação a concepções de esquerda, a carga semântica atribuída a este termo em diferentes épocas e a negociação por uma identidade que abarcasse os novos grupos que se formavam, na transição de uma fase de forte repressão, em que se verificava a primazia do discurso doutrinário, para uma fase de abertura política que teve como base o retorno dos relatos e grande valorização imagética pela mídia que transforma a política em espetáculo.

Palavras-chave: Discurso Político. Resistência. Mídia. Espetáculo. Identidade. Ditadura Militar.

RÉSUMÉ

La production discursive pendant la période de la dictature militaire au Brésil (1964-1985) a présenté des particularités qui déterminent des transformations réglées par le majeur ou le mineur degré de répression pratiquée par le régime militaire. Il est ainsi possible de partir d'une division temporelle de la période en trois phases, selon les études de Gaspari (2002a, 2002b, 2003, 2004) – *la dictature embarrassé, la dictature complètement ouverte et l'ouverture lente et graduelle* – et observer, à partir des deux derniers moments, qu'il y a un mouvement qui va de l'hégémonie du discours politique à l'hégémonie du discours médiatique. Il s'accroît ainsi des marques qui conduisent à des transformations dans l'ordre du discours, en passant d'un champ discursif qui privilégie le doctrinaire, marqué par le texte verbal, par rapport à un autre qui se soutient sur la construction de mémoires et l'émergence d'un texte syncrétique. Par conséquent, c'est sur ces deux moments que notre travail se développe, en proposant l'analyse de textes de différents genres du discours (le doctrinaire, le mémorialiste, le journalistique) produits parfois par des sujets politiques parfois par des sujets du média. En nous basant sur l'Analyse du Discours provenant des travaux de Michel Pêcheux avec son Groupe en articulation avec les études de Michel Foucault, les analyses sont faites par le collationnement de séquences discursives appréhendées dans son caractère syncrétique en révélant aussi le passage d'une société répressive à une société médiatique que la négociation d'identités produites par la gauche. En effet, en reprenant la production de sens de ce moment de l'Histoire du Brésil, nous proposons la réflexion sur l'action discursive de sujets qui ont produit "contremots" dans une société où certains discours étaient interdits. Ces discours expriment aussi les mouvances dans les formes de résistance et les transformations inscrites dans les discours politiques et de la politique. Ainsi, le but de notre investigation est de comprendre les transformations et les mouvements qui se sont produits en relation avec des conceptions de gauche, la charge sémantique imputée à ce terme en différents époques et la négociation par une identité qui englobe les nouveaux groupes en formation. Alors, on voit comprendre la transition d'une phase de grande répression dans laquelle se vérifiait la primauté du discours doctrinaire à une phase d'ouverture politique qui avait comme principe fondamental le retour des récits et la grande valorisation des images par le média qui transforme la politique en spectacle.

Mots-Clés: Discours Politique. Résistance. Média. Spectacle. Identité. Dictature Militaire.

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso
AI – Ato Institucional
ALN – Aliança Libertadora Nacional
COLINA – Comando de Libertação Nacional
CP – Condições de Produção
FD – Formação Discursiva
GEADA – Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara
LABOR – Laboratório de Estudos do Discurso
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCF – Partido Comunista Francês
ULDP – União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo
UNE – União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Manifestantes durante a passeata dos Cem Mil, realizada em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, em protesto pela morte do estudante Édson Luis em função da repressão policial	87
Figura 2 – Seção ‘Terrorismo’ da matéria “A década da abertura”	91; 189
Figura 3 – Lamarca morto pelo exército na Bahia	136
Figura 4 – O caso Herzog: imagens que confrontam a versão oficial	182
Figura 5 – Entrevistas com personalidades políticas e intelectuais acerca do processo de distensão do regime ditatorial	187
Figura 6 – A resistência confrontada ao progresso	191
Figura 7 – A morte de Lamarca	193
Figura 8 – Boilensen: felicidade ou justificado?	193
Figura 9 – O caso Herzog volta como exemplo da repressão	195

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matérias da revista <i>Veja</i> dedicadas à resistência política, seja ela realizada pela esquerda ou pela direita, entre os anos de 1975 e 1979	161
Quadro 2 – Matérias da revista <i>Veja</i> dedicadas ao processo de abertura política (distensão do regime) entre os anos de 1975 e 1979	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. A POLÍTICA E O NASCIMENTO DE UM CAMPO TEÓRICO	22
1.1. Surge um campo teórico na esteira do Estruturalismo	24
1.2. O discurso político e seu entrelaçamento com a Análise do Discurso	35
2. UM ENCONTRO DEFINITIVO: LINGUÍSTICA E HISTÓRIA.....	49
2.1. O linguista encontra o historiador	49
2.1.1. A Escola dos <i>Annales</i> : a faísca para uma “nova história”.....	50
2.1.1.1. Foucault e a Nova História: diálogos paralelos	57
2.1.2. O entrelaçamento entre discurso e história.....	61
2.1.3. A escrita da história e sua influência na composição do <i>corpus</i> de análise	65
2.1.4. Arquivo e Trajeto Temático: aportes necessários.....	67
2.2. Análise do discurso e o abandono da história	74
2.3. Um breve percurso histórico sobre a ditadura militar no Brasil (1964 – 1985).....	76
3. O NOVO E O ORIGINAL: A ESQUERDA DURANTE A DITADURA.....	82
3.1. A resistência toma a palavra: de que modo falar?	83
3.2. A heterogeneidade perpassa a dicotomia direita/esquerda: questão de identidade	92
3.2.1. Uma formação discursiva de esquerda: teoria e análise	96
3.2.1.1. As FDs e o papel da memória.....	96
3.2.1.2. Uma formação discursiva de esquerda: elementos para uma identidade da esquerda brasileira à época da repressão política	100
3.3. Negociações identitárias	112
3.4. A esquerda fecha-se na clandestinidade: emerge uma nova ordem do discurso	114
3.4.1. A autoria e o porta-voz no texto doutrinário	115
3.4.2. A resistência de esquerda exige o seu lugar na luta	120
3.5. Da sociedade repressiva para a sociedade midiática	124
3.5.1. A relação entre construção identitária e produção de espaços simbólicos: lugares da luta e da memória.....	124
3.5.2. Breve nota a respeito da morte de um herói trágico para o nascimento de um herói tragicômico	133
3.5.3. História e memória no discurso político: o <i>slogan</i> de afirmação e o enunciado de resistência	138
3.5.3.1. O <i>slogan</i> de afirmação e o enunciado de resistência: a constituição de uma memória discursiva.....	139
3.5.3.2. Um rito de passagem	144
4. MÍDIA E POLÍTICA: A ESPETACULARIZAÇÃO DA HISTÓRIA.....	146

4.1. A história no discurso e o discurso na história: a curta duração.....	150
4.2. Uma memória do verbal é igual a uma memória do visual?	155
4.3. O show vai começar	159
4.3.1. O discurso da mídia sobre os acontecimentos da luta armada	168
4.3.2. Pontos sobre a espetacularização.....	174
4.3.2.1 O caso Vladimir Herzog: o espetáculo da investigação	176
4.3.2.2. O espetáculo da memória	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
REFERÊNCIAS DO <i>CORPUS</i>	208
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	212

INTRODUÇÃO

O discurso político, assim como a própria forma de se fazer política e, até mesmo, de resistir, sofreu mutações, transformações, ao longo da história. Sabemos que os modos de articulação do dizer na vida política eram muito diferentes na Grécia Antiga e na Alemanha Nazista, durante a Revolução Industrial e nas revoltas (revoluções?) que correram o mundo durante os anos de 1960. O mesmo se verifica em relação às resistências, que se articulam conforme suas “armas” e as do adversário, que se deixam mostrar por meio das brechas e frestas que lhes estão disponíveis. Os (contra)discursos nem sempre são calados, por vezes apenas amortizados com peneiras que possibilitam o aparecimento de seus raios. As resistências estão, sempre, à procura dos meios que lhes deem voz, de uma agulha que perfure o pano que sobrepõe o seu sentido e faça ecoar seus traços aos poucos que conseguem perceber seu toque.

É evidente que toda posição discursiva pressupõe e, até, estabelece o contraponto da resistência que com ela entra em combate, se digladia, mas também estabelece diálogos às vezes, num primeiro olhar, contraditórios. O movimento e as transformações no discurso político, além, está claro, da forma de se fazer política, não se dão apenas com o passar de muitos anos, com a irrupção dos grandes acontecimentos e as modificações profundas da estrutura política – os modos de governar, as instituições econômicas, a justiça etc. –, mas também nos pequenos acontecimentos, alguns quase invisíveis, que proporcionam novos modos de dizer, novos suportes de materialização dos discursos e maneiras que os levam a circular.

Durante a ditadura militar no Brasil (1964 – 1985) houve modificações que evidenciaram as novas formas de se governar e, conseqüentemente, proporcionaram transformações na ordem do discurso. São acontecimentos de grande proporção, como o Ato Institucional nº5 ou a Lei de Anistia, de 1979. Porém, além disso, observaram-se na invisibilidade, nas margens ora esquecidas e dispersas do período ditatorial, movimentos de ruptura que também provocaram modificações na ordem do dizer, descontinuidades na ordem do discurso, nos modos de circulação, no jogo político: crises nos movimentos estudantil e operário, mortes sob tortura (Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho são os maiores exemplos), textos que circulavam nas frestas do regime (a mídia independente, a literatura marginal, os documentos das organizações de esquerda) etc. Não é apenas por meio dos grandes acontecimentos que emergem novos regimes de verdade, novas possibilidades de dizer. As

relações de poder vão além dos grandes acontecimentos e dos grandes homens; elas são estabelecidas nos jogos do cotidiano, nas produções discursivas e nos contradiscursos.

Partimos, inicialmente, de uma divisão do período em três fases, a partir daquilo que propõe Gaspari (2002a; 2002b; 2003, 2004) – a) a *ditadura envergonhada*, que compreende o período desde a deposição do presidente João Goulart, em 1º de abril de 1964, e a emergência do regime militar até a instituição do Ato Institucional nº5 (AI-5), em 13 dezembro de 1968; b) a *ditadura escancarada*, que vai desde a edição do AI-5, com o fechamento do regime e o escancaramento da censura e da repressão, até 1974 e; c) a *abertura lenta e gradual*, que se estende de 1975 a 1985, com o processo de distensão, que conviveu com a censura e a repressão, novamente veladas – que nos proporciona, desde já, verificar possibilidades de rupturas na própria produção discursiva no interior da ditadura militar presente no Brasil. Mas em que medida se dão essas rupturas? Há uma ordem do discurso própria a cada fase que compõe o período militar?

Essa divisão será o ponto de partida, a partir da qual selecionamos o *corpus* de análise, estabelecido nas duas últimas fases – aquelas da *ditadura escancarada* e da *abertura lenta e gradual* –, e pela qual pretendemos observar as produções discursivas próprias de cada momento¹, o funcionamento do discurso político de resistência no interior de uma sociedade repressiva e o papel da mídia na construção de uma memória sobre o político (e a política) da época. Sabemos que a descontinuidade é característica do tempo histórico e, com isso, buscaremos, nas páginas desta dissertação, empreender análises discursivas, amparadas pelos estudos históricos e, em alguns momentos, sociológicos, com o intuito de estabelecer o movimento discursivo que possibilitou a passagem de uma sociedade repressiva, cuja resistência produzia contradiscursos da clandestinidade, para uma sociedade midiática, que, no processo de abertura, revela o espetáculo da memória (e da história).

O golpe militar de 1964 levou o Brasil a um estado de exceção que culminou na repressão e na consolidação da censura. Com o aumento da repressão por parte do regime militar, houve a consolidação, ou ainda, o fortalecimento dos posicionamentos ideológicos e a retomada, ou melhor, a explicitação, da bipartição direita/esquerda, no estreitamento de uma luta que se portava como sendo do “bem” contra o “mal”. A produção discursiva das

¹ As fases às quais fazemos alusão não são marcadas apenas por continuidades; portanto, de que maneira as produções discursivas contribuem para o movimento da história? Também sobre essa questão pretendemos pensar no decorrer deste trabalho.

organizações de esquerda² flexibiliza-se em torno do menor ou maior grau de fechamento do regime (a repressão e a tortura que sustentam a repressão), incidindo, inevitavelmente, na constituição de uma identidade da/para a esquerda.

A produção discursiva da resistência política se dá, durante o período ditatorial, portanto, conforme o maior ou menor grau de violência por parte do regime, que possibilitava brechas para a circulação de contrapalavras. Assim, em um momento de maior repressão, a resistência fecha-se na clandestinidade e produz um sem-número de textos doutrinários. Porém, a partir do processo de abertura política, tem-se o fortalecimento da mídia e a possibilidade de retomada de relatos e a “reconstituição de fatos” de um passado ainda recente, que abre espaço para a construção de uma história do tempo presente. É nesse processo de movimento discursivo, na passagem da resistência/repressão para a mediatização da história do período, que se inscrevem as investigações deste trabalho, em especial, na passagem da construção de uma identidade da/para a esquerda pelo radicalismo da luta a uma espetacularização do discurso político que provoca transformações nesta construção, podendo ser de consolidação ou de diluição, e evidencia transformações no interior da própria sociedade, da repressão à mediatização.

Também os estudos em Análise do Discurso sofreram inúmeras modificações ao longo do tempo, desde sua formulação inicial, em meados da década de 1960, por Michel Pêcheux. Isso se verificou tanto na forma de como “encarar” e verificar os mecanismos de constituição e formulação dos discursos, como na busca por qual tipo de discurso tomar como objeto de análise e, em consequência, na forma de seleção e organização dos *corpora* discursivos. Esses movimentos se deram, em grande medida, pelas também inúmeras transformações ocorridas com o discurso político, objeto primeiro e ponto de partida para os estudos em Análise do Discurso na França, e sua relação com outros discursos – científico, religioso, literário etc. Esse fato pode ser observado em uma virada na obra de M. Pêcheux na década de 1980, além dos trabalhos desenvolvidos por J.-J. Courtine que, em sua tese sobre o *discurso comunista endereçado aos cristãos* (1981), observa a heterogeneidade dos discursos, os enunciados divididos (a presença do *outro* no interior de uma FD – a fala cristã presente no discurso comunista), e considera a necessidade de se agregar às análises o ritual que envolve as intervenções dos porta-vozes; e, partir de trabalhos posteriores, propõe mudanças nas formas

² Por ora, é mais conveniente evitar a utilização desse termo, já que será objeto de reflexão e de análise em algumas das páginas a seguir. Preferindo, portanto, uso da palavra resistência, sendo sua produção discursiva, os contradiscursos.

de análise do discurso político estabelecidas, também, em função de mudanças no próprio discurso político:

Movido pela observação das mudanças do atual discurso político, Courtine postula então a necessidade de alargar o enfoque da AD. A constituição, a formulação e a circulação da discursividade política contemporânea implicavam: i) a rápida obsolescência de suas filiações históricas e o refluxo de princípios ideológicos; ii) sua manifestação sincrética, rápida e fragmentada, na qual o verbo não poderia mais ser dissociado do corpo, do rosto, dos gestos e das imagens; iii) sua transmissão em novas e mais velozes mídias (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2009, p. 09).

Abria-se, portanto, a possibilidade de um estudo histórico-semiológico, ainda que ali esse trabalho fosse deixado em suspenso, do discurso político, pois naquele momento verificava-se que as manifestações não se davam apenas por meio do verbal, mas por meio, e de forma intrínseca, de manifestações sincréticas, que contemplam diferentes linguagens (diferentes semiologias).

Com base nesse pensamento, procuraremos, nos capítulos deste trabalho, verificar as transformações no discurso político da esquerda no período em que o Brasil se encontrava sob uma ditadura militar, enfatizando a passagem de uma sociedade repressiva, fortalecida pela censura aos meios de comunicação e pela repressão às resistências políticas, para uma sociedade midiática, estabelecida por meio da abertura política iniciada no final da década de 1970, quando a mídia se põe a tarefa de trabalhar a história do período construindo uma memória da resistência e da luta armada, além de apresentar as negociações pela distensão do regime por um viés espetacularizado.

Retomando e ampliando os estudos iniciados em 2007 por meio de trabalho de iniciação científica³, procuraremos, nas páginas que se seguem, compreender os mecanismos discursivos que possibilitaram a constituição de uma formação discursiva e, até mesmo, de uma identidade de/da esquerda por meio do gênero doutrinário que circulava à margem por meio de textos mimeografados e a consolidação ou eventual dissolução dessa identidade, na confrontação de diferentes FDs, com o fortalecimento da mídia a partir da abertura política que culminou em uma espetacularização do discurso político no Brasil, cujos indícios se dão desde o final dos anos de 1970 e sua consolidação no pós-ditadura da segunda metade da década de 1980.

³ Projeto de pesquisa orientado pela Profa. Dra. Maria do Rosário F. V. Gregolin e intitulado *Derivas da fala política: mídia e discursos de resistência durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Este trabalho teve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – processo 06/60594-8).

Com isso, nosso trabalho envolve o estudo das relações entre história, memória, sujeito e poder por meio das práticas discursivas de resistência e de construção da história na passagem de uma sociedade repressiva para uma sociedade midiática em que se manifestam o espetáculo e as negociações identitárias estabelecidas por meio dessas práticas discursivas. Para que isso seja possível, traçamos o seguinte percurso de trabalho:

- a) Levantamento, coleta e seleção de produções discursivas de constituição de identidades de esquerda em período da História do Brasil marcado por uma transição entre repressão / abertura política;
- b) Descrição dos mecanismos discursivos que, no interior dessas falas políticas (extraídas do *corpus* de análise), constituem negociações sobre uma identidade de esquerda e a possível constituição de uma formação discursiva própria da esquerda, ainda que esta seja marcada pela fragmentação;
- c) Verificação e análise do funcionamento dos discursos políticos no aprofundamento da sociedade midiática, cujos efeitos de espetacularização que reclamam diferentes estratégias discursivas e uma multiplicidade de linguagens sustentam ou diluem identidades produzidas pela esquerda.

É nesse sentido que selecionamos, para compor o *corpus* de análise da pesquisa, textos de organizações de esquerda, em especial os da Guerrilha do Araguaia, que incentivavam a luta armada contra o regime militar – que se fortalecem a partir da divulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968 –, e notícias, reportagens e matérias que circularam na mídia – notadamente na revista *Veja* – entre os anos de 1975 e 1979 que tratavam da esquerda e seus atos, além da abertura política e, conseqüentemente, a incidência na Lei de Anistia. Para tanto, devido à amplitude do *corpus*, buscamos nos trabalhos de Jacques Guilhaumou, em especial Guilhaumou e Maldidier (1994), a noção de trajeto temático que nos possibilitará verificar a construção da esquerda e do processo de distensão do regime no período de um acontecimento longo, no qual a mídia produz textos cuja repetibilidade evidencia o novo e produz um trajeto de leitura na construção da história do período.

Observaremos, então, pela análise do *corpus*, que os discursos produzidos a partir da clandestinidade e no momento da luta se caracterizam pela formação de enunciados que marcam o confronto, e a emergência de um sujeito porta-voz (que produz também o adversário, o inimigo), e buscam um pertencimento na história pela resistência política. É o caso, por exemplo, de palavras de ordem evocadas pelos guerrilheiros do sul do Pará: “O

povo unido e armado derrotará seus inimigos” e “Glória aos valentes guerrilheiros tombados nas selvas!” (In: VÁRIOS AUTORES, 1996). Constrói-se uma ideia de que a liberdade só será alcançada por meio das armas e que os combatentes que lutam contra o regime opressor devem ser alçados à condição de heróis da pátria. Por outro lado, com a abertura política e o fortalecimento da mídia, há uma revisitação da história e a desconstrução desse herói da resistência, rebaixado à condição de vilão e bandido. É o que se nota, por exemplo, em legendas a duas fotos de matéria da revista *Veja* de 29 de dezembro de 1979: “Lamarca morto” e “O industrial Boilensen assassinado, 1971”, sob uma foto de Lamarca (após ser capturado pelo exército) e sob uma foto dividida do empresário (fantasiado de caubói e morto no meio da rua), respectivamente. Sendo imagens que compõem a mesma matéria, é estabelecida uma contraposição que, pelas legendas, refutam aquela FD da esquerda, do herói (e mártir), e, pelo termo “assassinado”, o coloca na condição de criminoso.

É, portanto, sob esse aspecto que empreenderemos nossas análises, que procuraremos verificar em que medida a ordem do discurso estabelece sentidos na história. Dessa forma, antes de entrar nas análises propriamente ditas, fincadas de maneira mais explícita nos terceiro e quarto capítulos, faremos um percurso teórico que nos possibilitará compreender a formação deste campo de pesquisa que é a Análise do Discurso por meio da forma que se constituiu o discurso político neste momento. Também, tentaremos explicitar a relação intrínseca entre língua e história que há na análise discursiva, buscando fundamentos no campo teórico da Nova História.

Com isso, dividimos este trabalho em quatro capítulos. De modo muito mais teórico que analítico, estruturamos os dois primeiros capítulos da seguinte maneira: **Capítulo 1**: o surgimento da AD na França e suas modificações através do tempo, passando de maneira breve por suas três épocas e enfatizando claramente suas relações, que são intrínsecas, com o discurso político; **Capítulo 2**: a relação entre discurso e história, levando-nos a uma abordagem sucinta do movimento dos *Annales* e da perspectiva da Nova História e seus diálogos, principalmente com Michel Foucault, além de breves explanações a respeito do abandono da história pela AD francesa contemporânea e uma pequena contextualização do período de ditadura militar no Brasil que nos introduzirá na análise de nosso *corpus* discursivo. Os capítulos seguintes consistem em análises do *corpus* sem perder de vista conceitos que aparecerem como necessários às análises, sendo que no **Capítulo 3** discorreremos sobre o discurso político e verificaremos a constituição de uma identidade da esquerda estabelecida por meio do gênero doutrinário que reclama o radicalismo da

resistência política. Ainda, observaremos a transição de uma sociedade repressiva para uma sociedade midiática, estabelecida com o início do processo de abertura política. Por fim, no **Capítulo 4**, debruçar-nos-emos sobre textos da mídia (o discurso midiático) que tratam da resistência política e da distensão do regime militar com o intuito de verificar se no processo de espetacularização da política ocorre uma consolidação daquela identidade constituída pela esquerda, ou uma diluição.

1. A POLÍTICA E O NASCIMENTO DE UM CAMPO TEÓRICO

”Invento, mas invento com a secreta esperança de estar inventando certo”. (L. F. Telles)

A Análise do Discurso (que em muitos momentos designaremos simplesmente como AD) surgiu na França no final da década de 1960 como um campo interdisciplinar, tendo o discurso político como objeto privilegiado⁴. Centrada em uma dupla fundação⁵, por meio dos trabalhos, desenvolvidos separadamente, de Michel Pêcheux e Jean Dubois, a própria história da Análise do Discurso (a teoria e seus analistas) passa pela história política francesa e, evidentemente, se confunde com a produção dos discursos políticos.

Era um período marcado por mudanças políticas, mas também por transformações no plano teórico. A AD nascia, então, em meio à chamada “crise epistemológica da linguística”, em que a semântica, com a enunciação, veio perturbar os paradigmas estruturalistas da linguística ao retomar as exclusões saussurianas, colocando em pauta nos estudos linguísticos o sujeito, a sociedade e a história, pois não era possível avançar nos estudos dos significados tendo por objeto somente a *língua* (langue)⁶. Nesse sentido, em um embate com a semântica formal – de base estruturalista –, e em uma proximidade com a semiótica e a semiologia, mas, ao mesmo tempo, diferente delas, Pêcheux, Haroche e Henry, em “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso”⁷, propõem um estudo semântico-discursivo, tendo

⁴ A partir da década de 1980, como veremos mais adiante, os analistas do discurso passam a se dedicar, de maneira efetiva, também a outros objetos, antes relegados a um segundo plano, que não o discurso propriamente político, como, por exemplo, a publicidade e o discurso sobre a saúde.

⁵ Não desconsideramos certamente essa dupla fundação da AD francesa, porém não seguiremos os pressupostos estabelecidos pelos trabalhos deste último, que pensa o discurso sempre, e exclusivamente, pela linguística, enquanto Pêcheux estabelece uma articulação entre a linguística, a psicanálise e a história. De acordo com Gregolin (2003a), observando o momento da fundação do campo teórico da Análise do Discurso, “para Dubois, a AD seria uma continuação natural da Linguística; tratava-se de colocar um modelo sociológico para estender a análise linguística à enunciação e o dispositivo de análise tinha como objetivo o controle das variantes de um *corpus* contrastivo. Para Pêcheux, tratava-se de criar um novo campo de investigação e suas preocupações eram a epistemologia, o ‘corte saussureano’, a reformulação da *parole*” (p. 24). Além do mais, “em Dubois, há assunção explícita da categoria da enunciação, a partir dos trabalhos de Benveniste e de Jakobson, o que determinava a incorporação do conceito de ‘sujeito do discurso’ por uma via idealista, sem problematização. Já Pêcheux, adotando a base marxista, pela perspectiva de Althusser, propõe uma teoria não subjetiva do discurso” (ibidem, p. 24).

⁶ Até o momento em que se tem a *língua* (langue) como objeto tem-se a linguística do enunciado; a partir do momento em que se toma a *parole*, o *discurso* (uso), fala-se de uma linguística da enunciação, entrando em questão o sujeito, o social e o histórico. Porém, é necessário que façamos uma breve ressalva, pois a *parole* saussuriana (ora traduzida para o português como “discurso”), definida, *grosso modo*, como o uso da língua pelo falante, não tem o mesmo sentido que o *discurso* no interior da AD, tido como a articulação entre a língua e a história.

⁷ HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. ([1971] 2007).

em vista uma relação entre o linguístico e o histórico, por meio do materialismo histórico de base marxista, trazendo de volta para o campo da ciência da linguagem o que a linguística formal havia relegado ao seu exterior, ou seja, as condições de uso da língua.

Via-se, com efeito, desenvolver-se, no plano teórico, mecanismos que se aparentavam muito com os da *caça*, atravessando campos disciplinares heterogêneos para deles emprestar e neles questionar objetos e conceitos. E mesmo que esse tipo de trabalho fosse, em seu conjunto, dominado por uma concepção que somente via a verdade na ciência e ciência somente no marxismo, teve como consequência interrogar de maneira crítica a própria existência das disciplinas ao desterritorializá-las (assim se deu com a linguística, questionada a partir da existência do discurso...) (COURTINE, 2006, p.34).

A problemática central que envolvia esse campo teórico à época de seu surgimento era, segundo Courtine, “elaborar uma concepção do discurso que fizesse dele um objeto essencial para a compreensão das realidades históricas e políticas, um nível de intervenção teórica crucial para quem desejava, ao mesmo tempo, compreender a sociedade e operar sua transformação” (2006, p.38). Observa-se, nesse sentido, que a AD objetivava, desde seu nascedouro, uma aliança entre a linguística e a história, constituindo-se na interdisciplinaridade que conferia relação por meio de uma “tríplice aliança”: linguística (por meio de uma releitura do *Curso de Linguística geral*, de 1916, de Ferdinand de Saussure), psicanálise (a releitura que Lacan faz da obra de Freud) e materialismo histórico (retomando os trabalhos de Althusser que faz uma releitura da obra de Marx).

A partir da compreensão do nascedouro deste campo teórico e, principalmente, das relações entre teoria e política, linguagem e história faremos uma breve exposição, nos dois primeiros capítulos deste trabalho (que se complementam), de seus desenvolvimentos – sua constituição como disciplina acadêmica e seus movimentos e modificações através dos anos, sendo que sempre tomaremos como base a relação com o discurso político, acompanhando seu desenvolvimento junto aos trabalhos em Análise do Discurso, na França e no Brasil, objeto também de nossas análises⁸.

Embora não desconsideremos a própria história da Análise do Discurso como um todo, sua passagem pelas chamadas “três épocas”⁹ da teoria do discurso pècheutiana –

⁸ Torna-se importante sempre reiterar que nos debruçaremos neste trabalho sobre dois campos discursivos: o discurso político, de resistência, e o discurso da mídia, sobre a política. Portanto, são dois campos discursivos distintos.

⁹ Há, nos estudos sobre uma história da AD, uma divisão formal que estabelece três momentos (ou épocas) para este campo teórico (ou, ainda mais, três épocas relativas aos trabalhos de Michel Pêcheux), que se manifestam por meio dos movimentos na teoria e da necessidade de incorporar novos conceitos e métodos ou abandonar

formulada a partir de pressupostos estruturalistas, ainda na segunda metade da década de 1960, à esteira das leituras e discussões do grupo de Michel Pêcheux com a obra de Louis Althusser e seu movimento através dos anos e das novas releituras, como o diálogo com as teorias foucaultiana e bakhtiniana e com a Nova História –, privilegiaremos aqui uma abordagem teórica deste campo de pesquisa atrelada aos estudos em torno do discurso político. Não é sem sentido esta nossa opção na medida em que trabalhamos na análise do discurso político de resistência do período em que o Brasil passava pela ditadura militar como também consideramos a abordagem teórica da Análise do Discurso por meio de seu desenvolvimento por si e por meio de seus conceitos elaborados e sempre retomados e reformulados ao longo dessas três épocas como já deveras demonstrado em livros, teses e dissertações muito bem elaborados. Com isso, reclamaremos sua utilização, seus conceitos e sua pertinência na medida em que desenvolvermos nossa perspectiva de estudo e que sempre se fizerem necessárias tais alusões. Acreditamos que, desse modo, os conceitos que aqui aparecerem não estarão soltos, mas reclamando sentidos e interagindo com a própria discussão teórica e, sempre, analítica. É por esse motivo que, inicialmente, faremos uma abordagem *en passant* dessa história da AD francesa, que embora não seja longa, comparada aos estudos acerca da língua(gem), já sofreu inúmeras transformações metodológicas e analíticas, passando de maneira muito breve (algumas poucas páginas) pelas três épocas da AD derivada de Pêcheux, entusiasmando-nos com a sua relação com o discurso político.

1.1. Surge um campo teórico na esteira do Estruturalismo

Nos anos de 1960 fervilhava, ao mesmo tempo em que também se enfraquecia e praticamente desapareceria na década seguinte, o movimento estruturalista na França, que tomou conta de quase todas as disciplinas das humanidades neste período. Desde a década precedente, o estruturalismo se identificava com o novo, revelando-se como a superação dos antigos métodos edificados na Sorbonne, marcando o fim da hegemonia filosófica da

aqueles que já não eram mais pertinentes, além de diálogos que Michel Pêcheux apresenta com Michel Foucault, Mikhail Bakhtin e os historiadores vinculados à Nova História. De uma forma sintética, antes de nos determos rapidamente sobre elas, são as seguintes: a **primeira época** se deu desde a fundação da AD na França, com a publicação por Pêcheux de *Analyse automatique du discours* (1969), até 1975; a **segunda época** teve início com a publicação de “A propósito da AD”, artigo publicado na *Langages* 37, e *Les vérités de la Palice* (1975) – em português com o título de *Semântica e discurso* –, ambos em 1975, indo até 1979; e a **terceira época** se estabeleceu de 1980, com a publicação de *Matérialités discursives*, até 1983, ano da morte de Pêcheux, período em que se revela o encontro com os historiadores.

fenomenologia e do existencialismo, funcionando como senha para grande parte das ciências humanas e cumprindo, ainda, um papel unificador no pensamento francês (DOSSE, 2007). Neste movimento destacaram-se nomes como os de Lévi-Strauss, Greimas, Barthes, Lacan e, até mesmo, Foucault, que recusara tal “etiqueta”, além de outros grandes nomes do pensamento francês.

Esse edifício foi montado a partir de estudos linguísticos que identificaram no trabalho de Saussure, em seu *Curso de linguística geral*¹⁰, organizado pelos linguistas Charles Bally e Albert Sechehaye¹¹ e publicado em 1916, que a língua, como sistema abstrato, abria as possibilidades de formação das estruturas linguísticas – é o chamado corte saussuriano, que marcou uma ruptura com os trabalhos linguísticos desenvolvidos até aquele momento e deu origem ao que hoje chamamos de *linguística moderna*. Não é a toa que a Linguística, ainda que na obra atribuída a Saussure pouco apareça o termo estrutura, surgiu como a ciência piloto do Estruturalismo¹². Para Françoise Gadet, de acordo com Dosse (2007, p. 84), “a abordagem descritiva, a prevalência do sistema, a preocupação em remontar até as unidades elementares a partir de procedimentos construídos e explícitos, tal é a nova orientação, oferecida por Saussure, que vai constituir o menor denominador comum de todos os movimentos estruturalistas”. As análises estruturais começam a ser desenvolvidas pelos círculos linguísticos de Praga e Copenhague, já na década de 1920, atingindo, a partir daí, também outras disciplinas como a história das religiões, a antropologia, a psicanálise, os estudos literários, a filosofia etc., nas quais se desenvolve efetivamente o método estruturalista, já no período pós-segunda guerra mundial¹³.

¹⁰ SAUSSURE, F. *Cours de linguistique general*. Paris: Payot, 1916.

¹¹ A organização da obra de Saussure se deu a partir de anotações feitas por alguns de seus alunos durante os três cursos ministrados por Saussure na Universidade de Genebra: o primeiro deles em 1907, o segundo entre 1908 e 1909 e o terceiro entre 1910 e 1911 (SALUM, 2004).

¹² Segundo Dosse (2007), o *Curso de linguística geral (CLG)*, ainda que lido por alguns linguistas e que tenha exercido influências sobre os Círculos Linguísticos de Praga (1928) e Copenhague (1931), por exemplo, pouca influência exerceu até a década de 1960, apontando, de acordo com um levantamento realizado por Françoise Gadet, que houve cinco traduções do *CLG* entre 1916, data de sua primeira edição, e 1960; porém, entre 1960 e 1980, houve doze traduções. Isso revela o impacto e a influência que o *CLG* exerceu sobre o movimento estruturalista e o papel desse movimento na difusão da obra de Saussure. Não é sem razão, desse modo, que o texto de Saussure chega ao Brasil traduzido somente na década de 1960 e que talvez por isso tenha havido certa resistência às ideias desenvolvidas no *CLG*, pois era também o momento em que na Europa tinha-se acesso a outros trabalhos de Saussure: as fontes manuscritas e a análise dos anagramas.

Ainda de acordo com Dosse (2007) é evidente que não é de Saussure que se toma o termo *estruturalismo*, pois no *CLG* a palavra *estrutura* (quase) não aparece. Foi “Jakobson [que] empregou pela primeira vez o termo ‘estruturalismo’... Saussure só fizera uso do termo sistema, múltiplas vezes citado, 138 vezes nas 300 páginas do *CLG*” (p. 83).

¹³ Na apresentação à *História do estruturalismo*, de François Dosse, escrita por José Jobson de Andrade Arruda e intitulada “Historiografia do Estruturalismo: invenção, reinvenção e desconstrução”, tem-se que “foi no *Cours de linguistique générale* [...] que nasceu o estruturalismo, que vagueia pelos círculos lingüísticos de Praga e de Copenhague, penetrando a história das religiões pelas pesquisas de George Dumézil. Mas foi no campo da

Com isso, a década de 1950 aparece como uma ode ao trabalho de Ferdinand de Saussure, sustentando a base de toda a teoria linguística do período e levando consigo, por sua metodologia, quase todas as outras ciências humanas. Na linguística, os estudos desenvolvidos por Saussure fortalecem desde o funcionalismo de Martinet, passando pelas teorias behavioristas da comunicação, até o estruturalismo distribucional de Bloomfield (PÊCHEUX, 1998, p. 27). Nas ciências humanas, influenciam a antropologia, a teoria da literatura, a filosofia, a psicanálise etc.

Após uma unidade acadêmica verificada nos trabalhos pós-saussureanos, que caracterizaram a centralidade dos estudos linguísticos desde a década de 1930 (DOSSE, 2007), e em especial na década de 1950, nota-se uma fragmentação no campo linguístico, motivada, segundo Pêcheux (1998, p. 38), por “dois processos *a priori* independentes”: “o desenvolvimento da hegemonia *teórica* da Gramática Gerativo-Transformacional (GGT)”, notadamente nos Estados Unidos, e o “surgimento, na França, de uma corrente filosófica, epistemológica e politicamente bastante heterogênea, mas que constituiu seu espaço pela referência a três nomes próprios fundadores e à (re)leitura de suas obras: Marx, Freud e... Saussure”. Dessa forma, a designação estruturalismo, em função essencialmente do termo estrutura estabelecido por meio da releitura de Saussure, alçou a linguística como ciência-piloto do movimento.

A (re)-leitura de Saussure foi um dos agentes principais do movimento. O desafio lingüístico não era pequeno: tratava-se de separar a lingüística do funcionalismo sociopsicologista, apoiando-se notadamente nos trabalhos de Jakobson e Benveniste (PÊCHEUX, 1998, p. 38).

Assim, embora fossem notadas fissuras no movimento estruturalista e a emergência daquilo que se convencionou chamar de pós-estruturalismo (ainda que não se caracterizasse como movimento consolidado), os pressupostos e certas noções do estruturalismo permaneceram firmes até meados da década de 1970.

É assim que, já no final da década de 1960, nessa série de efeitos provocados pelo fenômeno estruturalista, se inscreve também “a emergência problemática daquilo que se convencionou chamar de *análise do discurso de tipo francês*, engajado inicialmente pelos

Antropologia que seu procedimento vivificou intensamente, [...] por Claude Lévi-Strauss [...], assumindo a análise estrutural em que a estrutura é um conjunto de instituições típicas de uma dada sociedade, formada por uma combinação não contingente de elementos precisos, pressuposto teórico assumido no campo da Psicanálise por Jacques Lacan; na Teoria Literária, por Roland Barthes; e, na Filosofia, por Michel Foucault, com seu seminal *Les mots e[t] les choses*, de 1966” (2007, p. IV).

trabalhos de J. Dubois [...]” (PÊCHEUX, 1998, p. 39). Formava-se, ali, em conjunto também com os trabalhos de Michel Pêcheux, uma disciplina transversal marcada pela conjuntura epistemológica do momento, na França. Portanto, como mostra Piovezani, “tratava-se de uma perspectiva de pesquisa que surgia na França dos anos de 1960, no seio do movimento estruturalista, sob a forma de uma ‘síntese’ entre certa linguística e certa psicanálise, sob a égide de certo materialismo histórico – uma mistura tão ao gosto daquele contexto francês” (2009, p. 162).

Desse modo, tem-se a estruturação teórica, ainda não disciplinar, da AD francesa, que nasce em meio a um embate teórico de toda a linguística francesa com a Gramática Gerativa Transformacional, fortemente desenvolvida na América do Norte, mas que não se sobressaía a ela nos estudos linguísticos na Europa.

Face à subversão teórica da Tríplice Aliança estruturalista (Marx – Freud – Saussure), que envolvia a antropologia, a história, a política, a escrita literária e a poesia nos âmbitos da linguística e da psicanálise, as minuciosas argumentações da GGT não tinham peso... (PÊCHEUX, 1998, p. 40-41).

Vale ressaltar que é a partir da derrocada do movimento estruturalista na França que a cultura anglo-saxã terá a recepção de trabalhos como os de Foucault, Lacan, Barthes etc., domínio até então marcado, quase exclusivamente, pelo gerativismo.

Como se observa, as bases que ancoram as ciências da linguagem no interior do programa estruturalista são, sem dúvidas, as mesmas que amparam e estabelecem o nascimento da Análise do Discurso na França, na segunda metade da década de 1960, com as releituras que Lacan fez de Freud, Althusser, de Marx, além da releitura pecheutiana de Saussure. Essa convergência teórica – a relação inicial AD/Estruturalismo – dá fundamentos para que no surgimento da AD na França houvesse a elaboração do método automático de análise, baseado em um modelo estrutural.

Neste primeiro momento de articulação teórica da AD, estabelecido em uma espécie de pós-estruturalismo¹⁴ – ou, como se observou, na esteira daquele programa que já se

¹⁴ Para Grangeiro (2007), em concordância com os apontamentos de François Dosse (2007) sobre a história do estruturalismo, as fissuras provocadas pelo movimento de maio de 1968 na França e as novas problematizações verificadas no interior das ciências humanas fizeram reaparecer o sujeito. Ainda, “o que alguns teóricos denominam de Pós-Estruturalismo, nem de longe pode ser compreendido como uma corrente filosófica, ou qualquer coisa homogênea. De acordo com Michel Peters (2001, p. 31), o Pós-Estruturalismo não pode ser simplesmente reduzido a um conjunto de pressupostos compartilhados, a um método, a uma teoria ou até mesmo a uma escola. É melhor referir-se a ele como um movimento de pensamento – uma complexa rede de pensamento – que corporifica diferentes formas de prática crítica. O Pós-Estruturalismo é decididamente interdisciplinar, apresentando-se por meio de múltiplas e diferentes correntes” (p. 37-38).

encontrava em declínio –, Pêcheux está mais preocupado com a formulação de seus métodos de análise – a metodologia – e, com isso, busca no estruturalismo, em que, a partir de uma proposta de estudo transfrástico do norte-americano Zellig Harris¹⁵, faz a aplicação em um modelo/método informatizado (computacional). Não se trata, pois, de um método apenas estrutural, pois apresenta um viés semântico (a partir de enunciados de base) relacionados com a ideologia. A partir de um grande *corpus* (um *corpus* exaustivo e representativo – geralmente a partir de palavras-chave que remetem a um tema –, fechado em sequências discursivas), estabelecido em condições de produção estáveis e homogêneas, buscará os enunciados de base que serão interpretados e relacionados com a ideologia. Nota-se, portanto, que Pêcheux acrescenta ao método transfrástico desenvolvido por Harris uma teoria social, ideológica e histórica, elaborada a partir da releitura de Althusser, além de uma teoria do sujeito, estabelecida por meio das leituras de Lacan (daí a ideia de “jogos imaginários”, presentes neste momento das pesquisas e, posteriormente, deixada de lado para privilégio da noção de “formações discursivas”) e, mais uma vez, Althusser (que estabelece o assujeitamento do sujeito).

Tem-se, então, nesse primeiro momento, uma análise por etapas: sendo a primeira *linguística* que supõe, ainda que de forma implícita, a homogeneidade enunciativa de cada sequência discursiva analisada; e uma segunda *discursiva*, que apresenta uma análise interpretativa dos dados obtidos na primeira etapa¹⁶.

A AD, nessa primeira época, aparece como a relação do discurso, a partir de enunciados de base, com a ideologia, sendo, portanto, a base marxista (o materialismo histórico), por meio da releitura althusseriana, que ganha maior destaque nesses estudos iniciais. Por meio de uma metodologia estrutural – e, neste caso, como destacado, o suporte computacional –, após a localização dos segmentos, que possibilita o aparecimento dos enunciados de base e a organização em famílias de enunciados, é que surge o trabalho “efetivo” do analista, que interpreta os dados (enunciados) obtidos e os relaciona com a ideologia, o social, o sujeito etc.

Nesse ponto, veremos que em um primeiro momento, que se denomina de 1ª época da AD, a Análise do Discurso está mais próxima do movimento (regrado) estruturalista, vinculada a métodos fixos e padronizados. Somente no decorrer da década de 1970 é que a AD se flexibilizará e se aproximará definitivamente de outras disciplinas – ainda que desde seu nascedouro a AD se ponha como um campo interdisciplinar.

¹⁵ Principalmente sua obra *Methods in Structural Linguistics*, de 1951.

¹⁶ Observaremos na seção 1.2. alguns trabalhos, retomados por Courtine ([1981] 2009), a respeito do discurso político, que supunham a homogeneidade do discurso e, conseqüentemente, a homogeneidade das formações discursivas.

O sujeito, nesse momento, é determinado por um sujeito-estrutura, sendo que produz seus discursos de forma assujeitada (interpelado pela ideologia). Por meio dessa tomada de posição estruturalista, tem-se, metodologicamente, que “uma língua natural (no sentido lingüístico da expressão) constitui a base invariante sobre a qual se desdobra uma multiplicidade heterogênea de processos discursivos justapostos” (PÊCHEUX, 1997, p. 311).

[...] AD-1 é um procedimento por etapas, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e a um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as “máquinas” discursivas constituem unidades justapostas. A existência do *outro* está pois subordinada ao primado do *mesmo* (ibidem., p. 313).

A ideologia aparece como um filtro do real, nesta primeira época. Porém, Althusser tenta mostrar que a ideologia está mais associada à reprodução do real; fato que fica mais marcado na segunda época, com a adesão à ideia dos aparelhos ideológicos que reproduzem as ideologias. A ideologia, dessa forma, é entendida como uma representação imaginária daquilo que o sujeito faz nas suas relações concretas. Há, como se vê, o primado do *mesmo* sobre o *outro*, o que efetiva a ideia de homogeneidade do discurso e das formações discursivas. Todo sujeito já nasce dentro de uma ideologia (teoria do sujeito) e é interpelado por ela. A ideologia produz lugares imaginários e os sujeitos se relacionam por meio de jogos de imagens que se materializam por meio da e na linguagem. Desse modo, percebe-se que a ideologia possui uma materialidade na própria linguagem.

A partir da segunda época, de *tateamento*, a questão do método já não seria tão importante, como a parte computacional, embora Pêcheux nunca a tenha deixado de lado. Em *Les vérités de la Palice*¹⁷ (1975), Pêcheux faz uma crítica às obviedades da semântica formal e defende, mais uma vez, as ideias althusserianas (a junção da história, do social e do sujeito). Em anexo¹⁸ da mesma obra à edição inglesa de 1978, Pêcheux apresenta uma retificação, em que critica a concepção de estruturalismo, de assujeitamento total do sujeito etc. Embora no texto de 1975 já pudesse indicar mudança nos rumos da teoria em AD, é partir desse texto anexo que se tem o início definitivo do que se estabelece como a segunda época da Análise do Discurso francesa.

¹⁷ No Brasil, a tradução desta obra, feita por Eni Pulcinelli Orlandi (Editora da Unicamp), aparece com o nome de *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.

¹⁸ Tradução brasileira: Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

Há nessa fase a incorporação das noções de Aparelhos Ideológicos de Estado, tomada de Althusser, que possibilita observar a organização na circulação dos enunciados (as instituições que os organizam) e o aprofundamento da noção de Formação Discursiva que, embora aparecesse no texto “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”, de 1971, escrito em conjunto com Claudine Haroche e Paul Henry, e já mencionado anteriormente, ganha maior operacionalidade neste momento da teoria. Há nesse caso uma proximidade com a elaboração deste conceito na obra *A arqueologia do saber* por Foucault – fato que o próprio Pêcheux admitiria posteriormente –, embora Pêcheux apresente uma leitura marxista que o leva a pensar *formação discursiva* como um conjunto de enunciados; aquilo que se pode e se deve dizer, por meio de determinado “gênero discursivo”¹⁹, de acordo com a luta de classes (PÊCHEUX; HAROCHE, HENRY, [1971] 2006). Foucault (2007) estabelece uma *formação discursiva* a partir da regularidade/dispersão entre objetos do discurso, modalidades da enunciação e temas.

[...] a noção de *formação discursiva*, tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de “preconstruídos” e de “discursos transversos”) (PÊCHEUX, 1997, p. 314).

Porém, nesse momento o sujeito discursivo ainda é tido como assujeitado à FD, que ainda neste caso é vista na sua homogeneidade, pois, por não haver a possibilidade do “cruzamento” com outros discursos, o sujeito fica “refém” de uma única FD, e, se for preferível, de uma única ideologia. Sendo assim, a maior inovação desta segunda época da AD “é sobretudo sensível ao nível de construção dos *corpora* discursivos, que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais, ultrapassando o nível da justaposição contrastada” (ibidem, p. 315).

A terceira época da AD é a que estabelece a maior ruptura teórica, estabelecida de maneira efetiva por meio de uma (auto)crítica realizada por Pêcheux ao prefaciá-la, na edição 62 da revista *Langages*, em 1981, a publicação da tese de Jean-Jacques Courtine – *Analyse du*

¹⁹ Como sabemos, uma teoria dos gêneros do discurso, elaborada por Bakhtin, só foi incorporada à Análise do Discurso a partir da década de 1980, mas já nessa definição de FD é possível notar que tal conceito está, de certo modo, presente quando se faz referência a uma arenga, uma carta, um panfleto etc. Para compreender melhor o diálogo que Pêcheux estabelece com a teoria bakhtiniana – e também com as teorias foucaultiana e lacaniana – conferir Gregolin (2006).

discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens (1981). É o momento da desconstrução da teoria. Ao escrever “L’étrange miroir de l’Analyse du discours”²⁰, Pêcheux propõe uma revisão teórica, apresentando os problemas de se basear somente na análise do discurso político, escrito, da esquerda, propondo, dessa forma, que se procure novos objetos e se invista em novas materialidades, em função, principalmente, das mudanças nas teorias linguísticas e transformações no campo da política provocadas, sobretudo, por transformações também na mídia.

O paradoxo da Análise do discurso encontra-se (por suas vicissitudes, guinadas e derrotas) na prática indissociável da reflexão crítica que ela exerce sobre si mesma sob a pressão de duas determinações maiores: de um lado, a evolução problemática das teorias linguísticas; e de outro, as transformações no campo político-histórico. São, portanto, dois estados de crise que se encontram no ponto crítico da Análise do discurso (PÊCHEUX, 2009, p. 21).

Percebe-se, portanto, que esta virada no campo da Análise do Discurso, no início dos anos 1980, coincide com uma virada no regime das pesquisas linguísticas, “o fim do materialismo estrutural à moda francesa (decomposto através de suas últimas repercussões contraditórias) e do chomskysmo como ele se desenvolveu nos últimos quinze anos” (idem, 1998, p. 40). Assim, ainda para Pêcheux (2009), a evolução problemática das teorias linguísticas e as transformações no campo político-histórico são estados de crise que se encontram no ponto crítico da AD²¹.

Estabelece-se, neste momento, na teoria da Análise do Discurso francesa, diálogos com Michel Foucault, Mikhail Bakhtin (leituras de Jaqueline Authier-Revuz – as ideias de heterogeneidade constitutiva, abrindo espaço para se (re)pensar a interdiscursividade e romper com a proposição da homogeneidade do discurso e das formações discursivas, e heterogeneidade mostrada) e a Nova História (trabalhos como os de Michel de Certeau, Jacques Le Goff, Pierre Nora etc.). Aqui, começa-se a pensar em memória discursiva, com um deslocamento do conceito de interdiscursividade e pré-construído (principalmente a partir da tese de Courtine), além de propor novos objetos (não somente o discurso político escrito) e novas materialidades. Há um encaminhamento para o que hoje se tenta desenvolver, principalmente em trabalhos brasileiros, de uma semiologia histórica – que evidencia uma

²⁰ Tradução brasileira: O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução Bacharéis em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

²¹ A relação entre o surgimento e desenvolvimento da Análise do Discurso e o discurso político será explicitada e problematizada na seção 1.2. deste capítulo.

análise discursiva pautada pela sua relação com a história e que toma como objeto textos não apenas verbais mas que contemplam diferentes linguagens –, por meio da análise de novas materialidades e da ampliação dos *corpora* – não somente o político escrito, mas também o discurso do cotidiano, os discursos orais, dos sujeitos que eram, antes, vistos à margem nos grandes acontecimentos²².

A grande força dessa revisão crítica é a de colocar impiedosamente em questão os orgulhos teóricos no nível em que o estruturalismo político havia pretendido construir sua relação com o Estado (e, singularmente, com o Partido-Estado da revolução!), e de obrigar os olhares a se voltarem em direção ao que se passa realmente “em baixo”, nos espaços infraestatais que constituem o ordinário das massas, lá onde, de modo particularmente vivo em época de crise econômica, circula a linguagem da urgência [...] (PÊCHEUX, 1998, p. 45).

A proposição da heterogeneidade do discurso incide na questão das formações discursivas, vistas agora por meio do atravessamento de vários discursos – e pela ideia de enunciado dividido que evidencia que toda formação discursiva é constantemente assombrada pelo seu antagonista, “a alteridade sempre afeta o mesmo” (GREGOLIN, 2008, p. 24) – e, conseqüentemente, várias posições ideológicas. Isso provoca uma crise definitiva naquilo que se convencionou chamar de máquina discursiva estrutural, abrindo espaço para a “construção de novos algoritmos enquanto ‘máquinas paradoxais’” (PÊCHEUX, 1997, p. 315). Agora não é mais possível uma análise metodológica por etapas, em que havia “momentos de análise lingüística (colocando notadamente em jogo um analisador sintático de superfície) e momentos de *análise discursiva* (algoritmos paradigmáticos ‘verticais’ e sintagmáticos/seqüenciais ‘horizontais’)” (ibidem). A análise, dessa forma, se dará de maneira lingüístico-discursiva, constituindo uma etapa única.

²² Voltaremos a tratar do que se toma hoje por *semiologia histórica* mais adiante, ainda neste capítulo e com mais ênfase no Capítulo 4. Por ora, é-nos interessante destacar que essa semiologia histórica não estabelece uma ruptura com o campo da Análise do Discurso, não se distancia dela; se fazemos uso dessa nomenclatura é para destacar uma análise discursiva que é histórica e intersemiótica (intersemiológica). Nesse ponto, já podemos adiantar que este trabalho está situado em uma abordagem discursiva que toma o discurso na sua relação intrínseca entre história e linguagem, que propõe uma vista d’olhos sobre a materialidade discursiva que se põe como sincrética, relacionando diferentes linguagens. Assim, trabalhos nessa perspectiva já são desenvolvidos na França desde o final da década de 1980 por Jean-Jacques Courtine, congregando pressupostos da História cultural, da Antropologia histórica e da Semiologia. No Brasil, esses trabalhos estão bem situados em torno do Laboratório de Estudos do Discurso, da Universidade Federal de São Carlos (LABOR/UFSCar), coordenado pela professora Vanice Sargentini – desenvolvimento e aplicações nesse sentido são verificados em SARGENTINI (2008; 2010); PIOVEZANI (2005a; 2005b; 2007; 2009); além de trabalhos de estudantes de mestrado e doutorado – também em diálogo constante com o Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Araraquara, (GEADA/UNESP-FCLAr), coordenado pela professora Maria do Rosário Gregolin.

Neste momento efetiva-se o encontro (*que será objeto de nossa explanação mais adiante, no Capítulo 2*) do linguístico com o histórico, verificação de que o discurso é, ao mesmo tempo, estrutura e acontecimento.

O desenvolvimento atual de numerosas pesquisas sobre os encadeamentos intradiscursivos – “interfrásticos” – permite à AD-3 abordar o estudo da *construção* dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos “pontos de vista” e “lugares enunciativos no fio intradiscursivo” (PÊCHEUX, 1997, p. 316).

É durante a terceira época da AD francesa, como veremos no decorrer deste primeiro capítulo, que esse campo teórico começa a se fortalecer no Brasil – mesmo que algumas tentativas de análises discursivas já ocorressem no país nas décadas de 1960 e 1970 –, porém ainda por meio da leitura de textos da primeira época; e mais, por meio de leituras deslocadas, já que o contexto e época são, definitivamente, outros, além de que o atraso tecnológico impossibilitou a adesão ao método automático de análise – há, assim como há na França, uma relação com o contexto político do momento, e isso influi claramente nas leituras de cada país.

Para concluir, essa terceira época passa pela preocupação de Pêcheux por aquilo que Benveniste convencionou chamar de *o próprio da língua*. Para o fundador da AD francesa, a língua é composta por falhas (equivocos) ao mesmo tempo em que comporta a regulação e a abertura (tais como os jogos de linguagem e a ambiguidade). Com isso, não é mais possível pensar na homogeneidade discursiva, rompendo, assim, definitivamente com uma *intuição histórica do movimento estruturalista* que estabelecia a pura representação do sentido conferindo grande poder ao significante. A língua vai, além disso, sendo marcada por dois espaços: o da *manipulação de significações estabilizadas* e das *transformações de sentido*, conferindo a possibilidade do *jogo sobre as regras* que fazem intervir os deslocamentos de sentido (PÊCHEUX, 1998).

Tentar pensar a língua como um espaço de regras intrinsecamente capazes de jogo, como *jogo sobre as regras*, é supor na língua uma ordem de regra que não é nem lógica nem social: é levantar a hipótese de que a sintaxe como espaço especificamente linguístico não é nem uma máquina lógica (um sistema formal autônomo, exterior ao lexical, ao semântico, ao pragmático e ao enunciativo) nem uma construção fictícia de natureza metalingüística (redutível a efeitos de poder inscritos em domínio que supostamente governa o domínio escrito) (ibidem, p. 53-54).

Há, dessa forma, uma aproximação com aquilo que Saussure confere à linguagem, na marca dessa duplicidade, que observa a *felicidade da simetria* e o *drama da duplicidade*²³. Assim, é em função dessa característica paradoxal da língua que Pêcheux promove sua “busca”. Nesse sentido, ele observa que o próprio da língua não está, como se pensava anteriormente, na luta de classes, mas que é próprio da língua a abertura que, com a ambiguidade e o equívoco, permite que as diferentes classes, não somente a dominante, utilizem a língua na produção de diferentes sentidos.

Devemos observar uma distinção, e mesmo uma separação, entre língua (objeto concreto da Linguística) e discurso (objeto da Análise do Discurso): “[...] se os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, a língua, pensada como uma instância relativamente autônoma, é o lugar onde se realizam os efeitos de sentido”²⁴ (COURTINE, 2009a, p. 32). Vale ressaltar que a língua é a mesma para todos, enquanto o discurso se estabelece conforme cada classe (cada sujeito) faz uso dessa língua. Dessa forma, a língua é tida como um sistema real que possibilita a formulação de frases (enunciados?) e a própria fala, enquanto “o discurso é determinado pelo tecido histórico-social que o constitui” (GREGOLIN, 2001a, p. 3). Sendo assim, o triplo assentamento em que se desenvolve a Análise do Discurso – a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise – apresenta algumas consequências teóricas:

[...] a *forma material* do discurso é, ao mesmo tempo, lingüístico-histórica, enraizada na História para produzir sentido; a *forma sujeito* do discurso é ideológica, assujeitada, não psicológica, não empírica; na *ordem do discurso* há o sujeito na língua e na História; o *sujeito é descentrado*, tem a ilusão de ser fonte, mas o sentido é um *já-lá*, um *dito antes em outro lugar* (ibidem, p. 3-4, grifos dos autores).

Como se vê, a produção discursiva depende de sua relação com o sujeito do discurso, uma vez que se apropria da língua, que é propriedade de todos, para constituir discurso, que se estabelece nas diferentes formações discursivas (*conceito que trabalharemos mais adiante*). Tem-se um conjunto finito de enunciados que se repetem – apresentam uma materialidade

²³ Ao afirmar que “tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social, não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe inferir sua unidade”, Saussure (2004, p. 17) abre espaço para se pensar, nessa relação entre o que é “individual” e o que é “social”, o jogo com a linguagem pelo sujeito e, ainda mais, uma espécie de “conturbação” do sistema pelo sujeito.

²⁴ Aqui se estabelece a relação, essencial para a análise de discursos, entre **interdiscurso**, como possibilidade para a produção de sentidos, e **intradiscurso**, como o lugar (a formulação) em que se realizam os efeitos de sentido.

repetível – em todo lugar e por sujeitos diferentes, mas que se tornam únicos na sua realização, no acontecimento de sua enunciação, que produz sentidos sempre novos e diferentes (FOUCAULT, 2007). “A ordem do discurso é uma ordem do enunciável” (GREGOLIN, 2001b, p. 72).

A partir dessa breve explanação a respeito das três épocas da Análise do Discurso derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux na França, constata-se que a AD nasce como um campo interdisciplinar, na esteira das discussões vinculadas ao Estruturalismo – principalmente nas problematizações verificadas a partir das leituras de Marx, Freud e Saussure, que culminaram, na sequência, na derrocada desse movimento na França –, em um entrelugar entre a língua e a história, sendo que a história está inscrita na língua e, dessa forma, o político não está afastado.

Com isso, ao contrário daquilo que se supôs durante um certo tempo, a AD francesa não se fundou apenas no afastamento da linguística saussuriana, mas também convergiu em alguns momentos e encontrou nas brechas deixadas por aquela teoria seu ponto de emergência e, mais, encontrou na relação com outras disciplinas seu lugar definitivo entre as disciplinas linguísticas.

Duas idéias básicas de Saussure permanecerão nas três épocas: a língua é um sistema e, portanto, tem uma organização; a língua é uma instituição social. Esse caráter sistêmico e social da linguagem será a base a partir da qual serão pensados os processos discursivos. Por focalizar o processo discursivo, Pêcheux desloca o objeto e, diferentemente de Saussure, propõe que a AD trate de um novo objeto (*discurso*), que funde a língua, o sujeito e a história – daí a necessidade de a AD organizar seu quadro teórico em torno de Saussure, Marx e Freud (GREGOLIN, 2004, p. 61).

A seguir, trataremos uma abordagem da relação entre teoria e política, mais precisamente, entre o campo da Análise do Discurso e sua efetiva relação com o discurso político, prioritariamente de esquerda.

1.2. O discurso político e seu entrelaçamento com a Análise do Discurso

Não é sem motivo específico a escolha, aparentemente única na introdução deste novo campo teórico, pela análise do discurso político – as incursões sobre o discurso pedagógico, científico etc. ainda eram raras neste momento –, que Courtine (2009b) toma como um “fato

social total”, em detrimento de outros, como o científico, o religioso, o pedagógico etc., no início dos estudos do discurso no final da década de 1960 e ainda por toda a década seguinte. Motivados pela efervescência política do período, notadamente o ano de 1968 em todo o mundo, e o fortalecimento dos movimentos de resistência às políticas capitalistas e imperialistas que motivaram o surgimento de governos totalitários em países tidos como periféricos (as ditaduras pela América do Sul são exemplos dessa política), os teóricos do discurso tomaram como seu objeto de pesquisa os discursos políticos, escritos, “pronunciados”, quase sempre, pelo alto escalão da esquerda francesa. Além do mais, os analistas, em muitos casos, faziam da teoria e da análise um campo de luta política e participação efetiva na vida pública do país; era uma maneira de tomar posição em meio à efervescência política que tomava conta do mundo nas décadas, principalmente, de 1960 e 1970, marcadas fortemente pela oposição direita/esquerda²⁵. É o que mostra Pêcheux (2009) na relação entre trabalho político e científico:

[...] a análise dos discursos (políticos) surgiu na forma de um trabalho político e científico especializado, visando a tomar posição em um campo ideologicamente estruturado (demonstrando/criticando/justificando este ou aquele discurso, inscrito nesta ou naquela posição) (p. 22).

É por seu contexto histórico e epistemológico (a crise do movimento estruturalista, como vimos há pouco), então, de surgimento que ocorre essa articulação com o político(a). A Análise do Discurso francesa nasce no seio das agitações históricas que dividiam o mundo por meio do confronto ideológico Leste/Oeste – o “mundo civilizado” contra o “mundo do atraso”, logo, o mundo como representante do bem contra um mundo como representante do mal –, sendo que seus objetos, seus métodos e sua perspectiva permanecerão fortemente marcados por esse período (COURTINE, 2008). Na França, esse movimento se tornou claro no final da década de 1960, quando estudantes e operários organizaram manifestações por todo o país, aderindo de maneira efetiva à esquerda francesa. Era o momento da crise das identidades, que ganhavam novas facetas e se mostravam como fluidas, líquidas; mas era também o contexto da politização das teorias – estabelecida nas raízes do movimento estruturalista e organizada em suas fissuras e sua derrocada, já em 1967 (os estudantes organizados em maio de 1968 diziam: “as estruturas não saem às ruas”); era preciso

²⁵ Orlandi (1990, p. 30) mostra que a unidade que conjuga a história da AD é marcada por muitas diferenças, sendo que seu desenvolvimento é constituído por rupturas também ligadas ao trabalho político; são elas: i) “políticas: entre as diferentes ‘esquerdas’ (anos 60-70)”; ii) “na relação direta dos intelectuais com a política”; e iii) “entre a prática política e o trabalho teórico”.

reorganizar o pensamento nas ciências humanas, mas as rupturas nunca emergem no esquecimento total do passado – que, na busca de uma compreensão do momento em que vivem, engajam-se no estabelecimento de um diagnóstico do presente –; notadamente os estudos do grupo de Althusser que, por meio de releituras das teses marxistas, tinham o intuito de compreender o presente, de pensar a sociedade contemporânea (as relações de poder, a produção de sentidos etc.). Em decorrência desse movimento político e teórico, a AD aparece (vale dizer, essa era uma proposta inicial, ainda dos primeiros anos deste campo teórico) como uma disciplina que se propõe como “uma prática de leitura dos textos políticos” (COURTINE, 2006, p. 14), evidenciando uma posição, política e teórica, de que para compreender as manifestações do presente, era necessária a formulação de uma “*prótese lingüística* realizada por uma *pedagogia da verdade*” (ibidem) que possibilitaria aos leitores uma “leitura correta” dos textos políticos.

A AD teve, assim, como efeito produzir um modo de leitura dos discursos por meio de um conjunto de dispositivos que se aparenta ao que eu nomearia, por metáfora, uma *domesticação do olhar* sobre os textos: uma passagem obrigatória do olho, uma canalização da observação dos textos que operam, na materialidade gráfica de um campo de arquivos doutrinários, uma separação entre elementos captados e elementos residuais (COURTINE, 2006, p. 20).

Como se vê, o campo da Análise do Discurso, ainda que posteriormente tenha sofrido transformações e críticas instituídas pelos próprios analistas, se formou como uma intervenção política – igualando prática teórica e ação política –, como intervenção na prática real na medida em que buscava possibilitar novas formas de leitura do discurso político. Nesse sentido, Orlandi retoma Pêcheux para mostrar a relação intrínseca entre a prática política e o desenvolvimento, não só no interior da AD, mas de todas as ciências sociais.

Segundo ele, as ciências sociais se desenvolveram principalmente nas sociedades em que, de modo dominante, a prática política teve como objetivo transformar as relações sociais no seio da prática social, de tal modo que a estrutura global desta última se conservasse. As ciências sociais estão, assim, no prolongamento direto da ideologia que as desenvolveu no contato estreito com a prática política. [...] para Pêcheux, o instrumento da prática política é o discurso, ou seja, “a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (1990, p. 28).

As primeiras tentativas de análise de discursos políticos se realizaram no interior do grupo em torno de Jean Dubois, que, entre os anos de 1960 e 1970, “pretendia descrever o

‘vocabulário político’ de algumas circunstâncias e instituições. A Linguística e a política já estavam articuladas, mas ainda não se podia distinguir claramente onde terminava a lexicologia e onde começava a Análise do discurso” (PIOVEZANI, 2009, p.166). Esse era o momento da criação do “Programa Comum” das diferentes vertentes da esquerda francesa, sendo que os primeiros desenvolvimentos da AD, ainda segundo Piovezani, “eram ação e efeito daquela conjuntura política, cultural e intelectual”. Os trabalhos desenvolvidos por Pêcheux, nesse momento, partiam de seu método/modelo ainda estrutural, baseado em programas computacionais e na tentativa de uma análise automática dos discursos, em que se pretendia uma leitura não-subjetiva do discurso político – tratava-se, como mostramos, de uma *prótese de leitura*, cuja “ortopedia desambiguizaria o texto, transformaria sua opacidade em transparência e desmantelaria as ilusões por ele produzidas, de modo a restituir sua clareza perdida, a relembrar sua verdade esquecida e a revelar o seu real escondido” (ibidem, p. 168).

Nesse momento, portanto, a análise privilegiava o texto escrito (*escritos doutrinários*), assinado por “celebridades” do mundo político²⁶ (os grandes homens da esquerda!) – quase sempre os escritos de natureza doutrinária produzidos pela esquerda contemporânea (COURTINE, 2006), na produção doutrinária do *programa comum da esquerda francesa* –, em detrimento dos discursos do cotidiano, orais e daqueles sem forte status social. O documento oficial – os textos doutrinários da esquerda francesa que encontravam, quase sempre, na mídia seu espaço para a circulação – ainda recebia destaque dos analistas, principalmente aqueles veiculados pelo alto escalão do Partido Comunista Francês (PCF), fato que contribuía, claramente nos primeiros anos da Análise do Discurso em sua formação como teoria, para considerar a homogeneidade do discurso político.

Para Pêcheux (1981), a Análise do Discurso foi pressionada – desde a sua fundação – por duas determinações, por dois estados de crise: a evolução das teorias lingüísticas e as transformações do campo histórico-político. Desde sua origem, ela tomou como objeto de estudos os “discursos políticos” pois foi fundada para se constituir, ao mesmo tempo, como uma intervenção científica e como uma intervenção política (GREGOLIN, 2008, p. 22).

Nos anos de 1960, ocorre na França um *boom* dos meios de comunicação que criavam representações, identidades, modos de viver etc. Centrados no contexto de 1968, os analistas

²⁶ Courtine (2006) mostra que havia uma predileção pela análise de *corpora* constituídos por escritos doutrinários retirados de discursos políticos franceses contemporâneos (principalmente da esquerda), mas que ainda havia “incursões no discurso pedagógico ou científico e nos trabalhos de historiadores que se inscrevem em uma longa duração, geralmente centrados na revolução francesa” (p. 11). Como mostramos, a opção pela análise de discurso político não era única, mas era a que predominava nesses primeiros anos de trabalho.

“não perceberam” a midiaticização que o movimento de resistência tomou por toda a Europa, provocando jogos de imagens nunca vistos, e já ali traços de uma espetacularização da política e dos jogos políticos. Com isso, as análises iniciais pautavam-se efetivamente nas antigas formas de circulação dos discursos políticos, as doutrinas de esquerda e direita, fechadas em si mesmas, sem a possibilidade de intervenções e atravessamentos – sem a sombra do *outro*. Enquanto os revolucionários clamavam nas ruas de toda a França que “as estruturas não saem às ruas”, intervindo para o fim do movimento estruturalista, que já se encontrava em derrocada dentro do próprio campo teórico, a Análise do Discurso nascia, ainda que não fincada neste movimento, mas à esteira de suas preocupações, enraizada naquilo que se pode chamar de pós-estruturalismo. Nesse ponto, parecia haver, já no início das pesquisas em AD, uma contradição entre o trabalho político dos analistas, muitos deles filiados ao PCF, e o trabalho teórico – inseridos no espetáculo que alavancava a política, não o percebiam no movimento de suas análises.

Sendo assim, Courtine (2009a) aponta para a prioridade dos discursos políticos na constituição dos *corpora* de análise nas décadas de 1960 e, principalmente, de 1970, até o início dos anos 1980, quando, a partir da publicação de sua tese – que também tem como objeto de análise o discurso político da esquerda francesa, mas agora em convergência e, mesmo, atravessado por outros discursos, no caso o religioso, propõem-se novas formulações para a própria análise do discurso político – e de trabalhos que desenvolve na sequência, em função da observância de novas e diferentes materialidades, e ainda, a opção pela análise de outros tipos de discurso – que muitas vezes se “encontram” (o atravessamento – marca da heterogeneidade) com o político – que possibilitam observar que os discursos não são homogêneos como se propunha até então.

A maioria dos *corpora* discursivos tratados em AD [...] são *corpora* de discursos políticos, extraídos do campo discursivo singularmente restrito dos discursos produzidos pelos órgãos de imprensa ou pelos porta-vozes de partidos políticos franceses e *principalmente por partidos políticos da esquerda francesa* (ibidem, p. 55, grifos do autor).

Nota-se, portanto, uma tendência política na análise que mostra a politização (de esquerda) da teoria em Análise do Discurso. Não é, contudo, sem motivo, que muitos dos teóricos/analistas eram simpatizantes, quando não participantes ativos, do PCF.

No Brasil, há uma relação, ainda que muito indireta, do desenvolvimento inicial, ou melhor, do não desenvolvimento e aprofundamento, dos estudos de Análise do Discurso com

os processos políticos que dominavam o país à sua época. Os anos 1960 e 1970 – diferentemente do que ocorria na Europa e nos Estados Unidos, em que as lutas políticas eram escancaradas e já demonstravam aspectos do espetáculo –, foram marcados pela censura e pela repressão do regime militar. Nesse sentido, assim como ocorreu com a leitura do *Curso de linguística geral*, de Ferdinand de Saussure, que só chegou ao Brasil na década de 1960, a partir de sua divulgação por meio do movimento estruturalista, e que em função da censura imposta pela ditadura ficou restrito à leitura por alguns poucos grupos, a entrada dos textos fundadores da AD também foi retardada e restrita – como era de praxe no que diz respeito a textos e teorias que apresentavam qualquer vinculação com o marxismo, e possivelmente com a esquerda política. Com isso, como ocorria com a produção e circulação dos discursos políticos de resistência, esses estudos, muito raros no Brasil à época – talvez, os únicos que se aproximaram, ainda nos anos 60, da Análise do Discurso proposta na França, tenham sido aqueles ligados aos trabalhos de Carlos Henrique Escobar e seu grupo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)²⁷, que já naquela época tiveram contato com os primeiros textos de Pêcheux e também por meio da aproximação com a teoria althusseriana –, também se davam de maneira quase clandestina, inibidos pela perseguição política. Observa-se, portanto, que do mesmo modo que na França, esses primeiros estudos apresentavam forte articulação política, também vinculados com a esquerda.

Já na década de 1970 destaca-se o trabalho de Haqira Osakabe, intitulado *Argumentação e discurso político* (1979), em que há a proposição de uma análise do discurso político ligada à linguística da enunciação (como forma de se pensar a argumentação) e à retórica. Em suas análises, Osakabe encontra em Harris e Pêcheux uma concepção de discurso e aponta duas razões para a opção pela análise de discursos políticos: “a primeira, a de observar num campo determinado as recorrências que a caracterização de domínio prevê como definidoras do discurso em geral; a segunda, a de observar, nesse mesmo campo, como se articulam essas ocorrências” (1999, p. 8). Há, com isso e pela proximidade com a semântica estrutural, uma especificação do discurso político como sendo homogêneo.

²⁷ Em função da repressão e de seu posicionamento político, Carlos Henrique Escobar sofreu forte perseguição do regime que o levou a abandonar o desenvolvimento de uma teoria discursiva no Brasil. Há, com isso, marcas de relação, no desenvolvimento inicial de uma teoria de análise de discursos no Brasil – ainda que não seja a AD que se constitui como campo teórico consolidado, que se desenvolveu e frutificou no país –, com o trabalho e práticas políticas e, também neste caso, de resistência. Em relação aos trabalhos em Análise do Discurso desenvolvidos pelo professor da UFRJ e seu grupo na década de 1960, João Marcos Kogawa, em pesquisa de doutorado sob orientação da professora Maria do Rosário Gregolin (UNESP/FCLar), desenvolve um trabalho que procura verificar as proximidades e distanciamentos da AD desenvolvida por Escobar em relação àquela que nascia na França, e, com isso, dar, e consolidar, um lugar ao pesquisador carioca na história na Análise do Discurso brasileira, hoje relegado à margem.

Porém, apenas na década de 1980, quando a AD na França entrava em sua terceira época, é que, como já mostramos, os textos fundadores começam a ser lidos no Brasil de maneira efetiva, principalmente na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), apresentando novas e diferentes interpretações, aproximações e distanciamentos dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo em torno de Michel Pêcheux, abrindo espaço para o surgimento de uma Análise do Discurso no/do Brasil, mas, desta vez, mais distante da prática política²⁸ que sustentou toda a teoria na França e parte da tentativa de sua efetivação no Brasil.

Evidentemente, os trabalhos brasileiros têm aproximações e distanciamentos em relação àqueles produzidos pelo grupo de M. Pêcheux, pelo motivo – nada simples – de que as movimentações teóricas são determinadas pela História. O Brasil tem outra História e, por isso, outra Análise do Discurso. Uma razão para essa diferença é temporal: trazida para o Brasil nos anos 80, quando na França a AD já superara muitos de seus conceitos iniciais e já atravessara as “três épocas”, os trabalhos brasileiros têm aportes dos vários movimentos da constituição da AD. Outra característica da Análise do Discurso brasileira é derivada da forma como ela, historicamente, se relacionou com a Lingüística brasileira: tendo crescido e germinado em um solo em que a Lingüística era dominada pelas tendências que Pêcheux chamou de “logicistas”, a AD brasileira criou um campo de resistências e confrontos (GREGOLIN, 2003a, p. 31).

Ainda que aqui, já nesse período, momento de abertura política e encaminhamento para uma redemocratização do país, se tomasse os contatos iniciais com os textos daquela primeira época, não houve adesão ao método automático de análise de discursos (ADD) – método baseado nas teorias de Harris, fortemente estrutural e imanentista (GREGOLIN, 2004) –, sugerido por Pêcheux naquele primeiro momento, por dois motivos principais: o método de análise automática já estava superado na França; o Brasil, recém-saído de uma ditadura militar, sofria de uma escassez tecnológica e conseqüente falta de computadores no país. É também em decorrência desse distanciamento – da fase mais metodológica da AD francesa – que existe a constante crítica de que a Análise do Discurso desenvolvida no Brasil a partir dos anos de 1980 não apresenta uma metodologia explícita.

Por outro lado, na França, com o avanço dos estudos althusserianos e a formulação da noção de Aparelhos Ideológicos de Estado, e sua incorporação pelo estudo em AD a partir de meados da década de 1970, propõe-se pensar os discursos vinculados a posições ideológicas centradas em instituições de poder ligadas ao poder central do Estado.

²⁸ Era o momento da abertura política no Brasil e o caminho para a redemocratização do país. Se por um lado as multidões tomavam as ruas pela abertura definitiva e a campanha pelas eleições diretas, por outro lado verificava-se o afrouxamento do embate ideológico esquerda/direita que levou ao afastamento e também afrouxamento do debate político-ideológico.

A vinculação de Pêcheux aos estudos de Althusser no início dos estudos do discurso não se estabelece sem sentido. A utilização de Marx pela AD se dá pela tentativa de compreensão da produção de sentidos na sociedade – sentidos que são históricos e sociais – realizada por sujeitos e que contém uma materialidade, ou seja, a materialidade da linguagem. Com isso, Althusser estabelece a escola como aparelho central de formação ideológica e não observa o crescimento e consequente superação da mídia, contribuindo para a não abordagem do tratamento que a mídia dá aos discursos políticos e que provoca sua espetacularização. Para ele, além da escola, a família tem importância fundamental nessa constituição. Em cada época uma instituição se destaca das demais, concentrando, com isso, parcela significativamente maior de poder social; no final dos anos de 1960 a mídia já se destaca, principalmente no campo do debate político, abrindo espaço para o que viria a se constituir como pós-modernidade. Porém, Althusser ainda não consegue perceber o fortalecimento dessa instituição social, enfatizando o poder da escola, e contribuindo para a não identificação pelos analistas de discursos de que a mídia tinha papel primordial na constituição e circulação dos discursos políticos; e mais, para a não percepção de que as formações discursivas são povoadas por discursos outros que as constituem como heterogêneas.

Mais que uma disciplina teórica, a Análise do Discurso surge na França, como se observou nas palavras de Pêcheux, na forma de um trabalho político, por isso a escolha do discurso político como objeto de trabalho dos analistas de discurso. Nesse sentido, os trabalhos de Courtine, a partir da publicação de sua tese em 1981, e os de Pêcheux, também nesta década, partem para a análise e observação das mudanças ocorridas nesse tipo de discurso. É o que apontam Piovezani & Sargentini:

Movido pela observação das mudanças do atual discurso político, Courtine postula então a necessidade de alargar o enfoque da AD. A constituição, a formulação e a circulação da discursividade política contemporânea implicavam i) a rápida obsolescência de suas filiações históricas e o refluxo de princípios ideológicos; ii) sua manifestação sincrética, rápida e fragmentada, no qual o verbo não poderia mais ser dissociado do corpo, do rosto, dos gestos e das imagens; iii) sua transmissão em novas e mais velozes mídias (2009, p. 9).

Como já mostramos e reiteramos em diversas ocasiões, a análise dos discursos políticos no final da década de 1960 e por toda a década de 1970 toma o discurso como construção homogênea – o primado do *mesmo* sobre o *outro* – e, com isso, ignorava o atravessamento de outros discursos na constituição das diversas e diferentes formações

discursivas. Courtine (2009a), ao apontar os problemas verificados na utilização da noção de *condições de produção* (CP), apresenta alguns trabalhos cuja análise de discursos políticos encontrou na estabilidade do *corpus* uma forma de organização do arquivo²⁹. Assim, aponta que “além de um simples dispositivo material, uma forma de *corpus* determinada em AD política constitui uma representação das contradições entre posições ideológicas de classe, sob a espécie de uma ‘teoria’ das relações de conjuntos de discursos [...] produzidos a partir de tais posições” (p. 62).

Desse modo, Courtine faz referência ao trabalho de D. Labbé (1977), cujo título é *O discurso comunista*³⁰, que a partir de uma base lexical procura reconstituir uma temática do Partido Comunista Francês (PCF), “em sua permanência e em suas transformações, sob a forma de uma lista ordenada de orações mínimas” (2009a, p. 62); para isso, parte de CP que consideram sequências discursivas homogêneas em relação às posições ideológicas, o que estabelece que o discurso comunista dirige-se a ele mesmo (mais uma vez o primado do *mesmo* sobre o *outro*) e, com isso, produz um efeito de verdade sobre o discurso comunista. Ainda, apresentando os desenvolvimentos em AD política, retoma trabalhos de J.- B. Marcellesi³¹, realizados em uma espécie de “sociolinguística do discurso político” que faz do método contrastivo uma forma de observar as formas de individuação no discurso político; para isso, articula “conjuntos de discursos produzidos a partir de posições ideológicas contraditórias” (p. 64) – nesse sentido, ainda não há o aparecimento de uma heterogeneidade do discurso político, mas o contraste entre duas posições que apresentam semelhanças, mas são marcadas por diferenças que representam a individuação. Por último, Courtine faz menção às *Recherches sur les discours xénophobes*³², de Ebel & Fiala (1977), que mostram que “não são unicamente diferentes condições de produção que determinam efeitos de sentido diferentes; são também as condições de circulação dos discursos, seus encontros” (EBEL & FIALA apud COURTINE, 2009a, p. 66-67); assim, mostram que algumas “fórmulas”, no caso a xenofobia, circulam em posições ideológicas diferentes, convergindo para uma pluralidade heterogênea das CP – ainda não há uma relação com a heterogeneidade

²⁹ Piovezani (2009, p. 169-170) também aponta uma relação de trabalhos, desenvolvidos nas décadas de 1970 e 1980, que tomaram como objeto o discurso político, mesmo após o momento em que deixou de ser o objeto privilegiado e quase exclusivo em AD, tanto no Brasil como na França e, com isso, mostra a fecundidade desse campo de saber.

³⁰ LABBÉ, D. *Le discours communiste*. Paris: Presses de la Fondation nationale des Sciences politiques, 1977.

³¹ Entre os trabalhos deste teórico observados por Courtine (2009a), destacamos dois: MARCELLESI, J. B. *Le vocabulaire Du Congrès de Tours. Cahiers de lexicologie*, Didier/Larousse, Paris, n. 16, 1969; MARCELLESI, J. B. *Éléments pour une analyse contrastive du discours politique. Langages*, Didier/Larousse, Paris, n. 23, p. 25-56, 1971.

³² EBEL, M.; FIALA, P. *Recherches sur les discours xénophobes*. Travaux du Centre de recherché sémiologiques, Neuchâtel, n. 27 et 28, 1977.

discursiva, mas um modo de análise que já apontava que diferentes posições ideológicas trabalhavam de maneiras distintas um mesmo tema, o que convergia para a produção de diferentes efeitos de sentido.

A apresentação que Courtine (2009a) faz desses três trabalhos com o objetivo de mostrar a influência que a noção de condições de produção exercia sobre a composição dos *corpora* em AD política – sempre a partir, de um modo ou de outro, de uma homogeneidade discursiva – nos é importante na medida em que mostra formas de análise nessa AD política sob efeitos de métodos das primeira e segunda épocas da AD. O trabalho de Courtine sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos vem sacudir esses modelos de análise, provocando reformulações nos conceitos e uma autocrítica em relação ao caminho que a AD deveria tomar no que diz respeito à análise de discursos políticos, à tomada de diferentes *corpora* e à observação de novas e diferentes materialidades.

Dessa forma, a proposição de superação da noção de *condições de produção* em proveito da noção de *formações discursivas* (FD)³³, agora sustentada pela articulação com os trabalhos de Michel Foucault (também sua noção de formação discursiva e ainda a relação entre o *a priori* histórico e o arquivo) demonstram também a necessidade de superar a constituição de um *corpus* homogêneo e possibilita, desse modo, verificar o atravessamento e as possibilidades de emergência do *outro* dentro de uma determinada FD.

É óbvio que todas essas mudanças esboçadas no programa da AD foram acompanhadas por mudanças profundas na sociedade: a emergência de novas tecnologias, a crise do político e as novas formas de se fazer política. O campo teórico da Análise do Discurso na França tende a modificações conforme o aprimoramento e as modificações nas materialidades e, conseqüentemente, nos meios em que os discursos são veiculados e postos em circulação. Se inicialmente privilegiava-se a análise de discursos políticos que circulavam de maneira impressa, já no início da década de 1980 surgem novos trabalhos – sendo o de Courtine (1981[2009a]) uma espécie de “divisor de águas” – que exploram as modificações sofridas pelo próprio discurso político.

A chegada do “fim da política” marca a emergência de um duplo apagamento: o mascaramento da relação de dominação política, que nunca deixou, portanto, de existir, e formas novas que essa relação pode tomar; mas também o esquecimento desse movimento de pensamento que, desde o início dos anos 60, se esgotou na análise da dominação política, por ter feito

³³ A noção de formação discursiva (FD) e seu desenvolvimento no interior da AD serão trabalhados efetivamente no Capítulo 3 deste trabalho, onde analisaremos textos de resistência à ditadura militar brasileira.

disso um objeto único, deixando-o cego para qualquer outro (COURTINE, 2006, p. 32).

Antes, com o único interesse em analisar o discurso político, a AD não apresentava necessidade de diversificar o arquivo; com a busca por aquilo que instala o social no interior do político, não se podia mais ignorar a multiplicidade de dispositivos textuais. “Vemos que a análise do discurso ampliou seu campo de investigação: do interesse pelo discurso doutrinário ou institucional, ela passou ao que poderíamos chamar a história social dos textos” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1994, p. 164).

Agora, não é somente sobre o discurso escrito (oficial) pronunciados pelos grandes homens da política que se debruçará o analista do discurso. Além de abordar outros campos discursivos, também na sua relação e no seu atravessamento com o discurso político (já mencionamos o trabalho precursor de Courtine), novas materialidades e formas de circulação desses discursos aparecem e constituem um novo espetáculo político.

O vento da “pós-modernidade” soprou sobre as formas da representação política: a teatralidade do espetáculo político se transformou profundamente com as novas mídias, que perturbaram o lugar da fala na comunicação política. O discurso perdeu sua autonomia e sua eficácia; ele é, desde então, indissociável da imagem do homem político e está frequentemente subordinado a essa imagem (COURTINE, 2006, p. 112).

Antes de prosseguirmos, é importante ressaltar que a fragmentação do discurso político não é uma prática exclusiva da contemporaneidade, embora, como veremos mais adiante, essa forma tenha tomado proporções nunca vistas. De acordo com Piovezani (2009), é possível observar certos fatores inscritos, tanto na curta duração como também nas média e longa durações, que exprimem a fragmentação, além de sua brevidade, do discurso político. De ante mão, adiantamos, já que exploraremos tais fatores mais adiante, que as transformações que incidem na fragmentação do discurso político contemporâneo se dão pelas mudanças provocadas pela estrutura capitalista e, ainda, no acontecimento (que na curta duração se dá como uma ruptura de enunciados anteriores), a partir, principalmente, da década de 1950. Mas ainda se ampliarmos a temporalidade e verificarmos essas transformações ocorridas já em uma *média duração*, notaremos que já na segunda metade do século XIX – herdeiro dos princípios da Revolução Francesa, principalmente a igualdade –, houve uma mudança no discurso da mídia, e, também, no discurso das salas de aula, passando

de uma fala empolada para uma fala tida como simplificada, tendo em vista uma espécie de democratização, que incidia sobre uma forma de fragmentação do discurso político.

No âmbito da *longa* duração, tem-se que no século XVI, provocada pela ascensão da burguesia, ocorre uma substituição do poder pelo sangue (próprio de uma sociedade estática) pelo trabalho e pela linguagem. Também no período clássico e helenístico já havia uma espécie de dialogismo do próprio discurso político, pois ali, entre aqueles que participavam do debate na Ágora, por exemplo, todos tinham direito a voz e, portanto, havia certa interação (ibidem).

Verificaremos nos dois momentos de análise deste trabalho a necessidade de busca de diferentes ferramentas (conceitos, dispositivos de análise e método) conforme a constituição dos *corpora* discursivos. Em um primeiro momento (Capítulo 3), quando tomarmos como objeto o discurso político produzido pelos movimentos de resistência à ditadura militar (o texto doutrinário), situaremos nossas análises por meio de conceitos como os de *formação discursiva*, *memória* e *interdiscurso*; porém, quando tomarmos como objeto o discurso da mídia sobre a política, que circulou sobre a esquerda ou sobre o processo de distensão do regime militar durante a segunda metade da década de 1970 (Capítulo 4), verificaremos uma necessidade de deslocamentos e reformulações de conceitos, muito em função do surgimento de diferentes suportes e materialidades, da diferença de gêneros (do doutrinário ao jornalístico/midiático), do aparecimento de textos sincréticos (multimodais), que revelam a necessidade de pensar uma memória para além do texto verbal (uma memória do icônico que revela ao mesmo tempo uma exterioridade e uma interioridade, abrindo espaço para refletirmos sobre a pertinência de deslocar um conceito tão caro à AD, o de *interdiscurso*, para o de *intericonicidade*), e ainda observar as possibilidades que a AD apresenta para a análise de imagens. Surge nesse ponto a problematização em torno de uma **semiologia histórica** na análise dessa condensação do discurso político, que nos possibilita enfatizar o caráter propriamente histórico do discurso (por vezes esquecido, principalmente em trabalhos desenvolvidos na França atualmente) marcado nas diferentes temporalidades e a incorporação efetiva de diferentes linguagens na análise de discursos, além do princípio antropológico³⁴.

Por um lado é importante enfatizar a possibilidade que essa semiologia histórica nos dá de observar diferentes linguagens, por outro, é importante reiterar que estamos ainda no campo da Análise do Discurso e, por isso, nosso objeto, o discurso, abrange suas diferentes

³⁴ Abordaremos as questões em torno da *Semiologia histórica* no final do Capítulo 2, quando situaremos as pesquisas desenvolvidas atualmente na França, e, principalmente, no Capítulo 4, quando partirmos para a análise do discurso da mídia sobre a política.

manifestações, inscritas na história. Se, por um lado, já havia uma preocupação em analisar não somente aquilo que estava inscrito no verbal, abrangendo também as imagens, o corpo, a voz, etc., e sem a necessidade de uma reformulação no interior da Análise do Discurso, agora pensamos nessas reformulações e deslocamentos como meio de ampliar as análises no interior do campo teórico da AD. Isso nos faz mais uma vez reiterar que nossa preocupação, principalmente nos trabalhos desenvolvidos pelos grupos de estudo Laboratório de Estudos do Discurso (LABOR) e Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara (GEADA), não é a criação de um novo campo teórico, longe disso, mas abrir espaço para análises do texto sincrético, considerando sua inscrição na história.

O discurso político, quando retomado pela mídia nesse processo de abertura política e consequente redemocratização do país, ganha a condição de espetáculo. Há, dessa forma, toda uma reestruturação no modo de tratamento da política, não apenas uma redefinição dessa temática pela mídia jornalística no processo de espetacularização, mas também suas manifestações, as formas de pronunciamento, pelos próprios sujeitos políticos: “umas das conseqüências mais marcantes do desenvolvimento de uma tecnologia da comunicação política terá sido a de modificar a relação entre enunciação do discurso e espetáculo do corpo falante, em proveito deste último” (COURTINE, 2003, p. 25).

Verificando o processo de espetacularização da política e de seu discurso, Courtine, em seus trabalhos do final da década de 1980 e início da seguinte, propõe, então, a análise por meio de uma semiologia histórica, que “tem início ainda no escopo da análise do discurso político, abordando suas transformações, decorrentes do advento das técnicas audiovisuais de comunicação, principalmente, da televisão, que provocam a ‘espetacularização da política’” (GREGOLIN, 2008, p. 28). Embora Courtine tivesse abandonado essa perspectiva de estudos ainda no início de seus trabalhos, com os desenvolvimentos realizados no Brasil, o próprio pesquisador francês voltou a considerar a *semiologia histórica*. É, portanto, nessa perspectiva que desenvolveremos nossas análises, que, sem promover uma descontinuidade em relação aos estudos do discurso desde Michel Pêcheux, tomaremos nosso objeto em todas as suas manifestações semiológicas.

Portanto, embora pudesse parecer que com essa virada ocorrida no campo da análise do discurso, a partir de uma crítica no interior do próprio campo teórico, além da promoção de uma semiologia histórica, o discurso político fosse relegado a um segundo plano, promovendo somente a análise de outros campos discursivos, é importante destacar que o discurso político não foi deixado de lado pela AD a partir de meados da década de 1980, quando se propôs

reformulações teórico-metodológicas. O que houve foi uma mudança na forma de tratar esses discursos – em que houve também transformações nos *corpora* de análise – que antes se destinava a analisar os textos consagrados, oficiais, e escritos, passando agora a incorporar produções orais do cotidiano, discursos que circulavam à margem, além de se debruçar sobre novas formas de circulação desses discursos. Isso provocou mudanças, como já mencionamos, tanto epistemológicas quanto políticas no interior da AD francesa.

Courtine (1981) mostra que essas *asperezas* são, no interior da Análise do Discurso, ao mesmo tempo, políticas e teóricas. Por isso, ele provocou deslocamentos nesses dois campos. Politicamente, levou os trabalhos da análise do discurso a uma profunda autocrítica dos posicionamentos althusserianos em relação ao Partido Comunista e à própria leitura dos textos dos fundadores do marxismo. Isso, evidentemente, trouxe mudanças teórico-metodológicas: ao acatar a heterogeneidade, a dispersão, o acontecimento discursivo, abandona-se o privilégio que até então fora concedido aos discursos de “porta-vozes legítimos” (impressos, oficiais etc.) e, a partir de então, passou-se a confrontar com a “memória sob a história”, com os enunciados divididos que “sulcam o arquivo não escrito dos discursos subterrâneos” (PECHÉUX, 1981). Courtine, assim, impulsionou o deslocamento de uma redução que estava na base do projeto pecheutiano: “a redução do histórico ao político, do político ao ideológico, do ideológico ao discursivo, do discursivo ao sintático” (COURTINE, 1990, p. 17) (GREGOLIN, 2008, p. 24-25).

Como nunca, a relação que é própria para se pensar o discurso, entre língua(gem) e história, esteve tão marcada. A redefinição do processo político estabelece novos e intensos jogos de memória que circunscrevem, definitivamente, a historicidade dos discursos. Nesse ponto, estabelece-se o diálogo da AD com a Nova História e, mais, com Michel Foucault (nesse caso, a explicitação desse diálogo). A seguir, apresentaremos o movimento ocorrido no campo da História, sua redefinição a partir da recusa de pressupostos fundamentais à perspectiva tradicional por um movimento comumente denominado Escola do *Annales* e a constituição de uma Nova História, que levou o analista do discurso a repensar a constituição do arquivo discursivo e à problematização dos documentos. Veremos, com isso, o encontro fundamental para a AD do linguista com o historiador.

Vale ressaltar ainda que o que apresentamos sobre a constituição da Análise do Discurso como campo teórico fértil e sua relação com o discurso político trata-se apenas de uma síntese introdutória e que voltaremos a isso nos capítulos 3 e 4, discutindo e problematizando alguns conceitos em conformidade com nosso processo de análise, para, com isso, dar mais sustentação ao trabalho que ora apresentamos.

2. UM ENCONTRO DEFINITIVO: LINGUÍSTICA E HISTÓRIA

“À medida que buscamos as origens, vamos nos tornando caranguejos. O historiador olha para trás; até que finalmente também acredita para trás”. (Nietzsche)

2.1. O linguista encontra o historiador

No nascedouro do campo teórico da Análise do Discurso já se destacava uma conjunção entre o linguístico e o histórico no estabelecimento do que se propôs como discurso, mas é a partir da terceira época (cf. Capítulo 1) que se observaria de forma efetiva o apelo a uma teoria histórica, um entrelaçamento entre a Linguística e a História, quando Pêcheux ([1983] 2008) explicita uma relação entre o trabalho em Análise do Discurso e as propostas da Nova História. Ou, mais do que isso, observava-se, naquele momento, o encontro, teórico e prático, do trabalho do linguista com o trabalho do historiador. O linguista (e mais especificamente, o analista de discursos) viria reclamar um lugar na história e compartilharia com o historiador, e este com aquele, muito de suas experiências. Era o momento de encontro, ou melhor, de explicitação desse encontro, de Michel Pêcheux, em diálogo, com Michel Foucault – muito também em função do trabalho desenvolvido por Courtine ([1981] 2009a) – e com os trabalhos da Nova História.

O discurso, considerado como prática, como processo, tem relações com o “extralinguístico”. Encontra-se, assim, uma proximidade com o que propõe Foucault em *A arqueologia do saber* (1969), cuja compreensão refere-se, segundo Robin (1977, p. 27), “[a]o conjunto de regras que envolvem e submetem o sujeito, desde que ele toma parte no discurso. Por isso, o discurso supõe o conjunto de relações extralingüísticas que o constituem”. Dessa forma, na junção entre o que é próprio da língua e o que o acompanha na sua realização, na sua condição de realização, o discurso é o lugar do encontro do linguista com o historiador – então da língua(gem) com a história.

Há na história dessa disciplina [a AD] a aproximação de linguistas e historiadores, comprometidos com a edificação da teoria e com o desejo de desenvolverem um trabalho conjunto. Por outro lado há na teoria da AD o pertencimento da categoria da história como participante da produção dos discursos (SARGENTINI, 2010, p. 95).

Com isso, é preciso compreender que a concepção de história que encontra espaço nos estudos do discurso não é a mesma daquela proposta pela perspectiva Tradicional, uma história historicizante, que é concebida no âmbito positivista e na relação teleológica – perspectiva de que a história segue um sentido linear rumo ao progresso –, que volta sua atenção para os longos períodos e acentua a alternância entre equilíbrios, regulação e continuidades, e, assim, apaga a dispersão, os acidentes, a descontinuidade. Ao contrário, a Análise do Discurso encontra no diálogo entre a Nova História, herdeira de alguns estudos, de alguns aspectos, já desenvolvidos também pelos historiadores dos *Annales*, e Michel Foucault a concepção mais adequada que, na relação com o linguístico, estabelece fundamentos para a compreensão e análise dos discursos. Dessa forma, respeita-se a dispersão, os acidentes e a descontinuidade como forma de estudar um momento histórico.

Porém, antes de nos determos nessa relação que se estabelece entre o linguístico e o histórico na formação do discurso, empreenderemos um breve panorama dos estudos históricos desenvolvidos desde os historiadores dos *Annales* e aprofundados pela chamada Nova História, objetivando, com isso, compreender a que perspectiva histórica adere os estudos em Análise do Discurso, e mais, de que maneira os discursos projetam-se sobre a história, provocando rupturas e emergência de novos acontecimentos.

2.1.1. A Escola dos *Annales*: a faísca para uma “nova história”

O modo de se encarar e, ainda mais, analisar o tempo histórico tem sua problemática por todo o campo da disciplina histórica e, talvez, por todas as ciências sociais durante grande parte do século XX admitindo, através dos movimentos na forma de se observar a História, cada vez mais relações interdisciplinares. Com isso, partimos da problematização do tempo histórico proposta por Foucault, em sua *A arqueologia do saber* de 1969, para compreender esses movimentos realizados na disciplina “História”, seu desenvolvimento no século XX e suas possíveis contribuições para os estudos em Análise do Discurso.

[...] o grande problema que se vai colocar – que se coloca – a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer: de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos efeitos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões e das retomadas, dos esquecimentos e das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem além de si própria e atingir seu desfecho que

jamais se deu – o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos (FOUCAULT, 2007, p. 6).

A mudança – uma grande ruptura – na forma de encarar o panorama histórico e de se pensar a constituição temporal da história teve seu maior êxito nos estudos desenvolvidos pelo que se convencionou chamar de Escola³⁵ do *Annales*, principalmente no período em que o historiador Fernand Braudel esteve à frente desse movimento, a partir da década de 1950. Com isso, embora Foucault tenha caminhado paralelamente aos desenvolvimentos dos trabalhos dos *Annales* (em especial da terceira geração) – e ter dialogado com frequência com os historiadores da Nova História, ainda que também traçasse um caminho paralelo a eles –, não se deve deixar de observar que seu pensamento se deve em grande parte às conquistas e reformulações no âmbito da disciplina historiográfica provocadas por esse movimento.

O movimento dos *Annales*, que aparece como uma revolução na historiografia francesa (e que repercutiu por toda a historiografia mundial), teve início quando, em 1929, Lucien Febvre e Marc Bloch criaram uma revista inicialmente chamada de *Annales d'histoire économique et sociale*³⁶. Instaurado em um período histórico envolto em acontecimentos conturbados e de grandes transformações – alguns anos após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1919) e em meio à grande crise econômica mundial que provocou forte recessão nos Estados Unidos e produziu efeitos por todo o mundo –, o pensamento do grupo sofreu influências de seus efeitos. É o que mostra Dosse (2003a):

A imbricação mundial dos problemas, o estado de dependência para com o Novo Mundo relativizam a mensagem universal dos europeus e mudam a direção também do discurso do historiador, no sentido de superar o eurocentrismo, no sentido de levar em consideração os destinos no plural e as civilizações múltiplas. É nesse contexto de questionamento das certezas anteriores à guerra que podemos compreender o discurso dos *Annales*, e não

³⁵ Há certo consenso entre aqueles que fazem uma historiografia dos *Annales* de que o termo “escola”, que implica “a essencial unidade de um mesmo projeto intelectual e de um horizonte teórico e metodológico, mantido sem mudanças fundamentais ao longo de quatro gerações de historiadores” (AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 10), é equivocado para se referir a tal grupo. Cria-se, com isso, a falsa impressão de continuidade para uma revista publicada por mais de 70 anos, com uma história múltipla e complexa, que apresentou em seu longo caminho diferentes projetos intelectuais, sofrendo “o impacto das transformações e das mudanças principais do contexto intelectual francês e europeu. Elas, por sua vez, refletem a modificação e a substituição de uns projetos intelectuais por outros, de acordo com as conjunturas sociais e culturais que constituem a própria história da França, da Europa e de todo mundo durante as últimas sete ou oito décadas” (ibidem, p. 11).

³⁶ Segundo Burke (1991) e Aguirre Rojas (2004), a revista editada pelos historiadores dos *Annales* apresentou diferentes nomes no decorrer de sua história. São eles: *Annales d'histoire économique et sociale* (1929-1939); *Annales d'histoire sociale* (1939-1942, 1945); *Mélanges d'histoire sociale* (1942-1944); *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations* (1946-1993). *Annales. Histoire, Sciences Sociales* (1994 até hoje).

somente na evolução própria do discurso do historiador desvinculado da realidade (p. 37).

Com isso, logo em um primeiro momento de formulação de novos princípios e métodos, e rompendo definitivamente com alguns aspectos muito caros à perspectiva tradicional de se trabalhar o fato histórico, focado principalmente na história política, os historiadores em torno da revista apresentavam ideias e objetivos que, segundo Burke (1991, p. 12): i) procuravam promover *a substituição da narrativa tradicional de acontecimentos por uma história-problema*; ii) preocupavam-se com *a história de todas as atividades humanas e não apenas a história política*; e iii) tinha como objetivo promover *a colaboração com outras disciplinas*. Tinha-se, ali, o princípio de uma história totalizante.

Em síntese, estabelece-se forte ruptura, já brandamente evocada durante o Iluminismo³⁷, com aquilo que a perspectiva tradicional, desde os tempos de Heródoto e Tucídides, empregava por meio da narrativa dos grandes acontecimentos políticos e militares, ancorada nos grandes feitos de grandes homens (chefes de Estado, militares etc.). Essa perspectiva tradicional é herdeira dos estudos do historiador alemão Leopold von Ranke, sendo considerada, com a marginalização dos trabalhos propostos pelos iluministas, a visão do senso comum da história ou ainda *a maneira de se fazer história* – para o paradigma tradicional, ambientada em uma história historicizante (puramente positivista e teleológica), a história diz respeito essencialmente à política, sendo os outros tipos de se fazer história (da arte, da ciência, do corpo, das imagens etc.), constituídos posteriormente pelos trabalhos da Nova História, considerados periféricos (idem, 1992).

No século XIX também houve algumas vozes dissonantes, e também marginalizadas, desse modo tradicional de se fazer história, como Burckhardt, que interpretava a história como um campo em que interagiam três forças (o Estado, a Religião e a Cultura), e Michelet, que defendeu uma história de uma perspectiva das classes subalternas, afastando-se dos grandes eventos. Ainda segundo Burke, “Marx também oferecia um paradigma histórico alternativo ao de Ranke. Segundo sua visão histórica, as causas fundamentais da mudança histórica deveriam ser encontradas nas tensões existentes no interior das estruturas socioeconômicas” (1991, p. 19). Depois, já no início do século XX, alguns movimentos

³⁷ De acordo com Burke (1991), em meados do século XVIII, alguns escritores e intelectuais começaram a se preocupar com o que chamaram de *história da sociedade*, “uma história que não se limitava a guerras e à política, mas preocupava-se com as leis e o comércio, a moral e os ‘costumes’ [...]” (p. 17). Porém, com Leopold von Ranke e a “Revolução Copernicana”, essa história sociocultural voltou a ser marginalizada, sendo excluída, pelos discípulos de Ranke, da nova disciplina acadêmica – naquele momento os historiadores se profissionalizavam.

nascentes na Alemanha e nos Estados Unidos teceram críticas à história política. Alguns desses movimentos, inclusive, como o lançado por James Harvey Robinson, nomearam-se como a *nova história*.

Abre-se, em consequência, o leque de possibilidades do fazer historiográfico, da mesma maneira que se impõe a esse fazer a necessidade de ir buscar junto a outras ciências do homem os conceitos e os instrumentos que permitiriam ao historiador ampliar sua visão do homem. Com Michelet, não se desprezava o subjetivo, a individualidade, como em Marx ou em outros historiadores que assentavam suas análises no econômico e no social; não se esquecia de que as estruturas sempre têm algo a dizer a respeito do comportamento do homem; e como Burckhardt, afirmava-se que o homem não se confinava a um corpo a ser mantido, mas também um espírito que criava e sentia diferentemente, em situações diferenciadas (ODÁLIA, 1991, p. 8).

Preparava-se o caminho para uma revolução na historiografia, amparada pelo diálogo entre diversas disciplinas, ainda que não se pensasse que ela pudesse ocorrer na França, na medida em que havia lugares mais propícios, em que o desenvolvimento e as mudanças na teoria histórica ocorriam de maneira mais frenética e com mais ênfase, como, por exemplo, na Alemanha ou nos Estados Unidos, já que nesses países a crítica à história política e a proposição de novos métodos e procedimentos de análise já eram evidentes desde os primeiros anos do século XX.

Na França, de forma menos clara, muitos historiadores deste período já não estavam mais envolvidos exclusivamente com a narrativa política, embora não a deixassem de lado, o que provou críticas de cientistas sociais, como as de François Simiand³⁸, que atacou o que chamou de “os ídolos da tribo dos historiadores”, considerando, assim, que três “ídolos” deveriam ser derrubados: o “ídolo político” (a história política), o “ídolo individual” (os grandes homens) e o “ídolo cronológico” (o estudo das origens)³⁹ (BURKE, 1991), temas que, posteriormente, seriam caros aos historiadores dos *Annales*. Porém, todo esse movimento estabelecido na disciplina histórica no final do século XIX e início do século XX abriu caminho para uma reformulação no fazer historiográfico francês.

³⁸ Sociólogo e economista durkheimiano, foi professor do Collège de France entre os anos de 1932 e 1935 (DOSSE, 2003a). A sociologia era uma disciplina que ainda engatinhava no início do século, porém desde já fomentava inúmeras problematizações ao modo de trabalho do historiador. Ela “convida os historiadores a passar do fenômeno singular para o regular, para as relações estáveis que permitem perceber as leis e os sistemas de causalidade. Convida-os a deslocarem, enfim, sua observação do individual para o social” (ibidem, p. 46).

³⁹ Esses três “ídolos” seriam questionados posteriormente também pelos historiadores adeptos da Nova História, como veremos mais adiante, e como já pudemos observar na problematização do fazer histórico feita por Michel Foucault, principalmente no que diz respeito ao grande apreço que há pela pesquisa de origem.

Durante todo o percurso estabelecido pelos historiadores dos *Annales* nunca foi possível observar eixo teórico claro, porém, ainda que as diferenças entre os dois fundadores do movimento fossem explícitas, propuseram uma reformulação acentuada no modo (tradicional) de se fazer história, batendo-se “contra uma história ‘evenementielle’ (factual), contra a história historicizante [...], chegando, no máximo, a uma reconstrução genética (ou teleológica) da história” (SALIBA, 2003, p. 20).

Foi entre as décadas de 1930 e 1940 que ocorreu a consolidação do movimento em torno da revista e Febvre fez a maioria de seus manifestos reclamando um novo tipo de pesquisa histórica que privilegiasse a interdisciplinaridade, que voltasse sua atenção para os problemas – daí a constituição de uma história-problema – e para uma história das sensibilidades. Desse modo, Bloch e Febvre abandonaram completamente o campo do político, que consideravam supérfluo, traçando um percurso centrado nos aspectos econômicos e sociais. Segundo Dosse (2003a, p. 83), “os *Annales* propõem um alargamento do campo da história, e ao desertar o terreno político, esta acaba por orientar o interesse dos historiadores para outros horizontes: a natureza, a paisagem, a população e a demografia, as trocas, os costumes...”. Assim, o econômico e o social se superpõem ao político. Nota-se, portanto, uma orientação dukheimniana (orientada pela sociologia) na constituição da revista e do grupo em torno dela. “Essa abertura para o econômico pressupõe uma organização mais coletiva do trabalho histórico, utilizando instrumentos estatísticos e o aporte das outras ciências sociais em trabalhos de laboratórios mais profissionais” (idem, 2003b, p. 73).

Com isso, há uma mudança radical no que diz respeito à forma de encarar o documento histórico, que não deve mais se contentar apenas com o documento oficial escrito, buscando também no marginal e em outras materialidades as fontes para *uma* (e jamais *a*) explicação histórica. “Esse deslizamento do aspecto político para o econômico pressupõe o alargamento das fontes, a mudança radical no próprio ofício do historiador, que não pode se contentar com as fontes escritas para ter acesso aos fundamentos da sociedade”⁴⁰ (idem, 2003a, p. 112-113). Nesse ponto, Febvre e Bloch apontam para a fetichização do documento escrito estabelecida pela perspectiva tradicional, que faz dele *a* explicação histórica, e reclamam a constante intervenção do historiador perante os documentos e arquivos.

⁴⁰ Vale ressaltar a importante contribuição nesse aspecto para a reformulação nos objetos e métodos de análise proposta no interior da Análise do Discurso a partir dos anos de 1980. Se antes tomavam como objeto o discurso político exclusivamente escrito, passam a tomar o discurso em suas várias e diferentes manifestações – diferentes linguagens –, além de ir além do discurso oficial e abrir espaço também para o que é cotidiano (um alargamento efetivo das fontes), que provocam mudanças também na forma de constituição dos *corpora* em AD.

A partir disso, estabelece-se outro aspecto inovador dos historiadores dos *Annales*, a chamada **história-problema**, que seria fundamental para os trabalhos que viriam posteriormente, principalmente aqueles estudos elaborados no seio da Nova História e nas análises de longa duração desenvolvidas por Michel Foucault.

A partir de uma problematização dos documentos, apontam para a importância do presente para a compreensão do passado. Dessa forma, para os *Annales*, o passado é consubstancial ao presente: a história deve interrogar o passado a partir do que é já conhecido pelo presente (do mais conhecido para o mais obscuro). Esse movimento empreende uma batalha dialética entre passado e presente. “A especificidade do tempo do historiador é, justamente, manter-se nessa tensão entre um sentido de continuidade do presente diante do passado e o sentimento de um fosso que aumenta e que institui uma descontinuidade entre duas dimensões” (DOSSE, 2003b, p. 74).

Porém, nem só de rupturas com a historiografia tradicional foi marcada a primeira geração dos *Annales* que, embora caminhasse para uma história-problema, preocuparam-se mais em estabelecer o “como” que o “porquê” das condições históricas e, com isso, reatavam certa, mas não total, continuidade do discurso histórico.

Os historiadores dos *Annales* estão pouco preocupados em descobrir as leis na história. Seu empirismo espontâneo conduziu-os a se concentrarem no ‘como’, muito mais do que no ‘porquê’, apesar do conceito de história-problema. Esse traço reata também os *Annales* à continuidade do discurso histórico. Marc Bloch e Lucien Febvre permaneceram partidários de uma escrita antropocêntrica, o homem é o único objeto de preocupação do historiador, ele é o próprio sentido de seu trabalho. Certamente, este homem não é o mesmo da escola metódica, que privilegiava os grandes, os mais altos responsáveis do estado; trata-se, aqui, mais do homem dos trabalhos e dos dias, do homem médio (idem, 2003a, p. 143).

O trabalho desenvolvido pelos *Annales* se efetivaria a partir de sua segunda geração, que teve como principal nome Fernand Braudel – elo dos *Annales*, que aparece como o intermediário entre as filiações de Marc Bloch e de Lucien Febvre –, cujos trabalhos seriam essenciais para a constituição do que hoje se toma como a Nova História e, além do mais, para a relação que a disciplina linguística estabelece com o histórico na constituição do campo teórico da Análise do Discurso.

Em sua tese, defendida em 1947 e publicada em 1966, cujo título é *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Braudel desenvolve uma pesquisa baseada na geoistória e, diferentemente de seus antecessores, pouco se preocupa com as atitudes, os

valores e as *mentalidades coletivas*, embora sinalize para uma história totalizante. Dessa forma, Braudel dividia o tempo histórico em tempo geográfico, tempo social e tempo individual em que estabelecia suas análises na longa duração e revelava a importância do espaço para a história. Assim, de acordo com Burke (1991, p. 55), “permanece uma conquista pessoal de Braudel combinar um estudo na longa duração com o de uma complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos”.

Como em relação ao espaço, Braudel em seus temas subverte as fronteiras tradicionais da história econômica. Deixa de lado as categorias tradicionais de “agricultura”, “comércio” e “indústria”, e observa, substituindo-as, “a vida diária”, o povo e as coisas, “coisas que a humanidade produz ou consome”, alimentos, vestuário, habitação, ferramentas, moeda, cidades... Dois conceitos básicos subjazem a esse primeiro volume, um deles, “vida diária”, o outro, “civilização material” (ibidem, p. 60).

A apreensão de um mecanismo de análise em colaboração com a Geografia, na constituição de uma *geoistória* que segue a herança de Lucien Febvre, possibilitou, portanto, estabelecer a análise por meio de uma longa duração. A Geografia, segundo Dosse (2003a), permite valorizar a longa duração na medida em que diminui o papel do homem nas transformações históricas e transforma um sujeito espacial em sujeito histórico, o que possibilita a diminuição da velocidade da história.

Assim, Braudel sustenta uma história analítica que visa a troca de ideias entre as ciências humanas e, com isso, também frear uma ofensiva estruturalista que relega à História um papel secundário. Na tentativa de tentar reorganizar o conjunto das ciências humanas em torno de um programa comum, Braudel sustenta a longa duração como estrutura. Para ele, “o tempo se decompõe em ritmos heterogêneos que rompem a unidade de duração [...] A arquitetura braudeliiana articula-se em torno de três temporalidades diferentes, três pilares: o acontecimento, o tempo conjuntural, cíclico e, enfim, a longa duração” (idem, 2003b, p. 79). Porém, a ambição de Braudel era a de restituir uma dialética dessas temporalidades e de referi-las a um tempo único – um tempo não linear, mas em que apenas a ordem da repetição é possível, com isso privilegia invariantes e torna a noção de acontecimento ilusória.

Já a terceira geração dos *Annales*, que se estabelece nos anos após 1968 e é marcada por certo descentramento, se pauta por um afrouxamento da temporalidade, que se torna quase estacionária, voltando também sua atenção para aquilo que se repete, rejeitando a cadeia de acontecimentos (há, nesse ponto, um retorno, ou ainda um clareamento, à continuidade do tempo histórico). Para os historiadores dessa geração, centrados basicamente em uma história

das mentalidades e em uma antropologia histórica, a tarefa do historiador consiste em colocar a tônica sobre os agentes da reprodução que permitem a repetição idêntica dos equilíbrios existentes (DOSSE, 2003b). Entre os historiadores dessa geração, contemporâneos de Michel Foucault, alguns merecem destaque: Jacques Le Goff, Pierre Nora, Philippe Ariès, Roger Chartier. Porém, é importante destacar, fato que aprofundaremos a seguir, que Foucault caminhou em linhas paralelas aos historiadores das mentalidades, aproximando-se deles apenas no que diz respeito ao interesse pela longa duração e ao afastamento de um pensamento individualizado.

No final da década de 1970, há, dentro do movimento, um retorno ao político e um ressurgimento da narrativa, pois os historiadores pertencentes a esse grupo afirmam, segundo Burke (1991), que o abandono da história política impediu que os *Annales* chegassem a uma história total.

2.1.1.1. Foucault e a Nova História: diálogos paralelos

A explanação e a descrição do movimento instaurado ao redor da revista dos *Annales* podem parecer, em um primeiro momento, demasiado exaustivas e, talvez, sem fundamento. Porém, e ainda que François Dosse (2003a) afirme que não há aí uma relação de herança⁴¹, faz-se necessária a compreensão das propostas elaboradas por aquele grupo e que, de um modo ou de outro, teve influências, principalmente no que tange ao tratamento do arquivo (os documentos), na constituição de uma *Nova História*. Portanto, consoante com os estudos do discurso, é fundamental o suporte de uma teoria histórica para as análises em torno do movimento do discurso político em determinado período da história de uma sociedade. Pêcheux, em *O discurso: estrutura ou acontecimento* ([1983] 2008), estabelece grande relação entre os dois campos teóricos, inclinando-se, quando trata da historicidade do discurso, para a vertente da Nova História.

Amparada, então, por algumas bases dos estudos dos *Annales*, a Nova História, também chamada por alguns estudiosos de história total (ponto em que Dosse mostra haver uma dissonância) ou história estrutural, propõe a não-linearidade do tempo histórico, voltando sua atenção, na contramão da perspectiva tradicional – herdeira dos estudos de Leopold von

⁴¹ Dosse (2003a) afirma que a **Nova História** não é herdeira dos *Annales*, pois, diferentes destes, os novos historiadores abandonaram o anseio pela reconstrução da totalidade no interior do passado e a preservação da pluralidade da história no interior das ciências sociais.

Ranke –, para a dispersão, os acidentes, a descontinuidade. Para a Nova História, a história é um ponto de vista sobre um acontecimento, e não uma verdade já estabelecida; a história se pauta na interpretação e não é, jamais, uma produtora de verdades.

Nesse sentido, tem-se um olhar mais particular sobre a história, não se detendo somente a registros oficiais que, em geral, traçam a história dos “grandes homens” e dos “grandes feitos” por eles realizados e pela perspectiva tradicional narrados. O surgimento e a busca por novos objetos de pesquisa fizeram com que houvesse a necessidade de se ir além dos documentos oficiais, levando os novos historiadores a procurarem novos tipos de fontes de pesquisa histórica.

Em história, sociologia e mesmo nos estudos literários, aparece cada vez mais explicitamente o cuidado de se colocar em condição de ouvir esse discurso, freqüentemente silencioso, da urgência nas decisões dos mecanismos da sobrevivência: trata-se além da leitura dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito e do Estado) de se colocar à escuta das circulações cotidianas tomadas no comum do sentido (PÊCHEUX, 1998, p. 46).

“A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992, p. 11), pensamento que destrói a tradicional distinção entre o que é central e o que é periférico na história. Passa-se agora para uma história vista de baixo, constituindo arquivo por meio de fontes das classes subalternas, das relações cotidianas, além de outras materialidades – como fontes orais, imagens, notas etc.; os historiadores preocupam-se agora com a opinião das pessoas comuns, além de suas experiências na vida social. Há um rompimento definitivo com a opção única pela análise do documento oficial escrito que amparava uma história de grandes homens e grandes eventos.

É nesse ponto que há uma maior relação com a revolução impulsionada a partir dos escritos dos *Annales*: a crítica do documento. Assim como Febvre e Bloch, logo na constituição inicial dos *Annales* e, posteriormente, Braudel, os historiadores da Nova História tecem uma crítica à fetichização – até mesmo a certa idolatria – do documento escrito (e oficial). Muitas vezes, devido à inviabilidade de se encontrar material escrito, os historiadores se debruçam sobre outras fontes – imagens, fontes orais, estatísticas etc. –, o que não acontecia com a perspectiva tradicional.

Para a história tradicional, a história deveria ser baseada em documentos (os documentos oficiais); a nova história expõe as limitações desse tipo de documento, pois os registros oficiais, em geral, expressam o ponto de vista oficial, e para reconstruir a atitude dos

hereges e dos rebeldes (ora, trataremos deles neste trabalho), devem ser acrescentadas outras fontes.

O movimento de mudança surgiu a partir de uma percepção difundida da inadequação da história tradicional. Esta inadequação só pode ser compreendida, se olharmos além do âmbito do historiador, para as mudanças no mundo mais amplo. A descolonização e o feminismo, por exemplo, são dois movimentos que obviamente tiveram grande impacto sobre a escrita histórica recente [...] No futuro, é provável que o movimento ecológico tenha cada vez mais influência sobre a forma como a história é escrita (BURKE, 1992, p. 19-20).

Desse modo, enquanto a história tradicional transforma o monumento em documento, a Nova História transforma o documento em monumento. Daí o diálogo que Michel Foucault estabelece com a Nova História, que aparece por meio da ideia de arqueologia, sendo uma metáfora – “escavar” esses documentos, transformados em monumentos, para interpretá-los; compreender a organização dada aos documentos em certo momento da história. O historiador deve ir ao documento para interpretá-lo e encontrar uma **memória**, e não encontrar a verdade como pretende a perspectiva tradicional, mas “efeitos de verdade”, que levam uma sociedade a interpretar-se e, portanto, a compreender-se através de sua interpretação⁴². Vale ressaltar que Foucault não se apresenta como um historiador, mas um diagnosticador; ele faz uma filosofia de intervenção e de diagnóstico.

Foucault critica essa concepção tradicional de História que evidencia o velho sonho do historiador positivista, que era assistir passivamente à produção “objetiva” da história pelos documentos (LE GOFF, 1990, p. 50). Por meio da perspectiva da Nova História, percebe-se que os documentos são interpretados aos olhos do historiador, por isso essa ideia de concretude é ilusória. Um mesmo fato histórico pode ser contado de pontos-de-vista diferentes, porque o autor do texto histórico – como na literatura, ou no texto científico – é apenas efeito construído pelo discurso. Por isso, segundo de Certeau (1995), também na história, tudo começa com o trabalho de pôr à parte, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outro modo. Como se vê, o documento é resultado de uma “montagem, consciente e inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 1992, p. 547).

⁴² Para Foucault (2004), cada sociedade apresenta seu próprio regime de verdade, que não se apresenta como fixo. Vale ainda ressaltar que a verdade nada mais é que um efeito de sentido; logo, o que se tem não é uma verdade propriamente estabelecida, mas efeitos de verdade.

Foucault propõe, então, uma problematização a respeito daquilo que é chamado convencionalmente de história serial. É o que mostra Deleuze (2005) que, assim como Foucault, trabalha em uma ontologia da diferença:

Para os que invocam sempre a História e que protestam contra a indeterminação de um conceito como o de “mutação”, é preciso lembrar a perplexidade dos verdadeiros historiadores quando têm de explicar porque o capitalismo surgiu em tal lugar e momento, quando iguais fatores parecem torná-lo possível em outros lugares e outras épocas. “Problematizar as séries...” Discursivas ou não, as formações, as famílias, as multiplicidades são históricas. Não são meros compostos de coexistência – elas são inseparáveis de “vetores temporais de derivação”; e, quando uma nova formação aparece, com novas regras e novas séries, nunca é de um só golpe, numa frase ou numa criação, mas em “tíjolos”, com a sobrevivência, o deslocamento, a reativação de antigos elementos que subsistem sob as novas regras. Apesar dos isomorfismos e das isotopias, nenhuma formação é o modelo de outra. A teoria dos cortes é portanto uma peça essencial do sistema. Há que perseguir as séries, atravessar os níveis, ultrapassar os limiares, nunca se contentar em desenrolar os fenômenos e os enunciados segundo uma dimensão horizontal ou vertical – mas formar uma transversal, uma diagonal móvel, na qual deve se mover o arquivista-arqueólogo (p. 32).

Em um momento histórico há sincronias de tempos, e também há descontinuidades (uma superposição de tempos, acontecimentos – rupturas); a descontinuidade é um princípio do método arqueológico.

Foucault procura pensar os enunciados na sua dispersão, aquém de suas classificações posteriores (classificações institucionais). Para isso, faz uso do método arqueológico, que não trabalha com essas classificações (unidades) tradicionais; quando o enunciado se encontra em sua dispersão. Trata-se de um recurso antes do discurso. O arqueólogo vai do discurso para as regras de formação; do dado para as regras que o possibilitaram.

Como se vê, Foucault caminhou em linhas paralelas aos historiadores da terceira geração dos *Annales*, sendo que desse modo seu débito em relação a eles é bem menor que em relação a Nietzsche ou aos historiadores das ciências como Georges Canguilhem – na medida em que sua preocupação na análise arqueológica é com os saberes. A única relação, segundo Burke (1991), que é possível estabelecer entre Foucault e os historiadores das mentalidades é “uma grande preocupação com tendências de longa duração e uma relativa despreocupação com pensadores individualizados” (p. 118). Porém, ainda assim os critica em sua obra *A arqueologia do saber*.

Foucault não aceitava na abordagem dos *Annales*, em relação à história intelectual, o que considerava a ênfase excessiva na continuidade. Era precisamente em sua vontade de ir até o fundo dos problemas e em discutir como as visões de mundo se modificam que Foucault diferia mais agudamente dos historiadores das mentalidades (ibidem, p. 118).

Vale destacar aqui que a Nova História não deixa a história política de lado, mas não a privilegia, abordando também outros temas como a história das ciências, a história das imagens, a história do corpo etc., e, muitas vezes, confrontando esses pontos e tomando como base, ponto de partida, a busca por novas fontes, que não apenas os documentos oficiais. Nesse ponto, também há um rompimento com a perspectiva dos *Annales*, em suas primeira e segunda gerações, que abandonam a história política e, além do mais, ainda se caracterizam por certa linearidade caracterizada através da opção pela longa duração.

Pode-se dizer, portanto, que a Nova História não se estabeleceu como herdeira direta da Escola dos *Annales*, mas seu desenvolvimento apresenta muitas convergências e congruências com alguns pressupostos estabelecidos, principalmente, por Marc Bloch e Lucien Febvre e, mais fortemente, Fernand Braudel, principal historiador da segunda geração dos *Annales*, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

Alguns pontos cruciais e suas principais características são sumariadas por Burke:

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando contemplar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e tantas outras (ibidem, p. 12).

Nesse sentido, já encontramos algumas convergências com os estudos da chamada Nova História, atentando-nos, em um primeiro momento, para o rebaixamento da história política – no sentido de que não é privilegiada –, extremamente cara à perspectiva tradicional, nos estudos historiográficos, abrindo a possibilidade de contemplação de outros temas.

2.1.2. O entrelaçamento entre discurso e história

O diálogo com a Nova História faz a Análise do Discurso se afastar dos textos legitimados (documentos oficiais), constituindo um arquivo que não é apenas monumentalizado, procurando, assim, olhar para as brechas, as frestas da atividade histórica.

Os analistas não se preocupam mais em olhar apenas para o que já está estabilizado, mas também para os jogos do cotidiano. É, portanto, interessante perceber que ao olhar para também para o que é marginal, é possível a compreensão da História enquanto memória no discurso.

Os estudos relacionados à Análise do Discurso atribuem grande importância à análise de como a História se faz materialmente presente, enquanto memória, no discurso. A inscrição da historicidade na linguagem dá-se por meio de processos discursivos que perpetuam e cristalizam a memória de uma época (SARGENTINI, 1997, p. 101).

Com isso, a formação do *corpus* em AD respeita a historicidade de sua constituição e as marcas de sua heterogeneidade. Não se “pode” dizer qualquer coisa em qualquer tempo, pois estamos rendidos a um *a priori* histórico que determina regimes de verdade e condições para o dizer. Nesse sentido, compreende-se que o enunciado apresenta uma historicidade na medida em que, de acordo com Foucault (2007), compreende um domínio associado e uma materialidade repetível, abrindo espaço para se pensar uma memória do discurso.

Durante a ditadura militar no Brasil (período no qual se inserem os objetos de nossas análises), por exemplo, a questão que envolvia os direitos humanos não era enunciável, a não ser pela forma de resistência; não havia espaço de discussão na sociedade, que era regida por meio de interditos e pela repressão. Com isso, alguns temas eram colocados à margem, relegados à clandestinidade do dizer. Porém, rupturas na história trazem de volta certos enunciados e colocam no centro o que estava antes à margem. A repetibilidade dos enunciados constitui sua marca na história e as diferentes produções de sentido.

As diferentes obras, os livros dispersos, toda a massa de textos que pertencem a uma mesma formação discursiva – e tantos autores que se conhecem e se ignoram, se criticam, se invalidam uns aos outros, se plagiam se reencontram sem saber e entrecruzam obstinadamente seus discursos singulares em uma trama que não dominam cujo todo não percebem e cuja amplitude medem mais – todas essas figuras e individualidades diversas não comunicam apenas pelo encadeamento lógico das proposições que eles apresentam, nem pela recorrência dos temas, nem pela pertinácia de uma significação transmitida, esquecida, redescoberta; comunicam pelas formas de positividade de seus discursos. Ou, mais exatamente, essa forma de positividade (e as condições de exercício da função enunciativa) define um campo que, eventualmente, podem ser desenvolvidos identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. Assim, a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori* histórico (ibidem, p. 144).

A história, assim, compreende um emaranhado de momentos em que certas rupturas provocadas por uma mudança nas regras de formação dos enunciados provocam quebra com a linearidade até então aparente. Com isso, as práticas discursivas reclamam uma positividade.

[...] como é possível que se tenha em certos momentos e em certas ordens de saber, estas mudanças bruscas, estas precipitações de evolução, estas transformações que não correspondem à imagem tranqüila e continuista que normalmente se faz? Mas o importante em tais mudanças não é se serão rápidas ou de grande amplitude, ou melhor, esta rapidez e esta amplitude são apenas o sinal de outras coisas: uma modificação nas regras de formação dos enunciados que são aceitos como cientificamente verdadeiros. Não é portanto uma mudança de conteúdo (refutação de erros antigos, nascimento de novas verdades), nem tampouco uma alteração da forma teórica (renovação do paradigma, modificação dos conjuntos sistemáticos). O que está em questão é o que *rege* e a forma como estes se *regem* entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos (idem, 1979a, p. 4, grifos do autor).

Percebe-se, então, que há uma forte relação entre discurso e história⁴³, pois as rupturas que se estabelecem na linearidade histórica se dão, em grande medida, devido às inversões estabelecidas na ordem do discurso, na variação estabelecida nos regimes de verdade. Foucault (1979b), ao fazer uma releitura de Nietzsche, propõe uma história *genealógica*, uma história que se aproxima da *história-problema* proposta pelos historiadores dos *Annales* que problematiza os documentos. Tem-se, então, a emergência de um método genealógico “[...] que se opõe [...] ao desdobramento meta-histórico das significações ideais das indefinidas tipologias. Ela se opõe à pesquisa de origem” (ibidem, p. 16).

Ao mergulhar nos documentos, ao escavar esses arquivos, esse método de análise da História encontra os discursos. É por meio da análise, mais, da problematização desses discursos encontrados sob a forma de arquivos que se pode apanhar os movimentos da História. A base dessa movimentação está nos enunciados, em suas relações com a história; assim, analisando o modo de formação dos enunciados, pode-se estabelecer, em determinado momento histórico, os acontecimentos discursivos e as rupturas que possibilitam a emergência de um novo regime de verdade (idem, 1979a).

Ao problematizar o texto histórico, observa-se que os textos produzem efeitos de “verdade histórica”, porém é preciso refutar a ideia de que o texto histórico transformado em

⁴³ O discurso é o lugar de encontro do linguista com o historiador, pois antes da constituição de uma teoria do discurso, eles trabalhavam em dois polos distintos: “o historiador recalca o significante, a materialidade da linguagem e o linguista recalca o sujeito e a história” (SARGENTINI, 2010, p. 96).

documento histórico, na concepção tradicional da História, seja a verdade irrefutável dos fatos. É necessário compreender o lugar de onde o sujeito do discurso fala, pois, na concretude dos procedimentos discursivos, há um lugar ideológico que atravessa o sujeito discursivo, que organiza a descontinuidade e produz um efeito de completude. Segundo White, “[...] nenhum conjunto dado de acontecimentos históricos casualmente registrados pode por si só constituir uma história; o máximo que pode oferecer ao historiador são *elementos de história*” (1994, p. 100).

É nesse sentido que Pêcheux ([1983] 2008), ao estabelecer também um diálogo com a Nova História, propõe que é no próprio discurso que se dá o encontro entre o linguístico (a linguagem, o languageiro) e a história (a memória), ao afirmar que o discurso é, ao mesmo tempo, estrutura e acontecimento. O discurso se realiza em uma determinada estrutura linguística, o nível da formulação, em um paradigma horizontal, por meio de um determinado enunciado, no paradigma vertical, produzindo efeitos de memória. Assim, é tarefa da AD buscar na formulação (intradiscurso) os enunciados (interdiscurso) que estão a ele associados, formando um domínio de memória.

Pêcheux, assim como Courtine, ao estabelecer diálogo com a Nova História e os estudos de Michel Foucault, inscreve, por meio da relação entre intradiscurso e interdiscurso, a história no interior do discurso e não mais na exterioridade linguística. Pois, é nesse mesmo sentido que Foucault (2007) afirma que os discursos apresentam um *a priori* histórico – conjuntos das regras que definem as práticas discursivas.

Courtine, em sua tese sobre o *discurso comunista endereçado aos cristãos* apresenta as limitações do conceito de *condições de produção*, reduzido à situação de enunciação, redefinindo, assim, a ideia de Formação Discursiva, tão cara à AD, por meio de uma releitura de Foucault, que passa a ser compreendida no interior de sua heterogeneidade, capaz de abrigar enunciados divididos. Assim, propõe a ideia de memória discursiva⁴⁴, em que “os

⁴⁴ Em um primeiro momento, Pêcheux articula a noção de FD à noção de Formação Ideológica, que está relacionada às condições de produção no interior de uma realidade social marcada pela ideologia dominante. Porém, “[...] a partir de 1977, o primado da heterogeneidade coloca-se tanto como categoria conceitual quanto em relação ao *corpus*. Tomando a FD no interior desse intrincamento, ele não remete mais a lugares enunciativos pensados como um exterior ideológico e passa a ser buscada na dispersão dos lugares enunciativos” (GREGOLIN, 2007, p. 158). E já na década de 1980, Courtine insere no campo das FDs a problemática da memória, instituindo “o território da História como campo das FDs. Isso torna possível enxergar, na dispersão dos enunciados, certas regularidades nos acontecimentos discursivos, pois toda a massa de textos que pertencem a uma mesma FD inserem-se em um campo em que podem ser estabelecidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos, segundo regras específicas das práticas discursivas de um certo espaço e tempo” (ibidem, p. 159). Voltaremos a tratar tanto de *formação discursiva* quando de *memória discursiva* no próximo capítulo deste trabalho.

discursos fazem circular formulações anteriores, já enunciadas, produzindo um efeito de memória na atualidade de um acontecimento” (SARGENTINI, 2010, p. 98).

Compreende-se, então, que os discursos, na sua relação com as práticas, produzem uma memória, tanto de anterioridade, ao buscar outros discursos “esquecidos” no passado, quanto de ulterioridade, abrindo espaço para o surgimento de novos enunciados, que na retomada e nos deslocamentos podem surgir novos e diferentes efeitos de sentido. Desse modo, Davallon (1999) afirma que há uma diferença entre a história e a memória, pois, enquanto a primeira resiste ao tempo, a segunda, não necessariamente; sendo o ofício do historiador, e, claro, não o deixa de ser do analista do discurso, o da organização da memória social e é por meio da Nova História que isso não é mais visto como *a* verdade, mas como *efeitos de verdade*. Assim, a memória discursiva, ponto essencial para nossa análise, é entendida como:

[...] memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p.52).

É, segundo Orlandi (1999, p.64), “o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras produzam sentido”; e, dessa forma, a memória discursiva aparece na AD com um papel de anular as contradições inerentes ao processo de interpretação. Assim, nos capítulos 3 e 4, dedicados à análise do *corpus*, problematizaremos de maneira mais ampla estes conceitos em suas relações com a produção de discursos políticos.

2.1.3. A escrita da história e sua influência na composição do *corpus* de análise

Por meio da compreensão das relações do discurso com a História e, assim, as articulações entre os dois campos de saber que embasam esta pesquisa, ou seja, a Análise do Discurso de linha francesa e a Nova História, observamos que os documentos são interpretados aos olhos do historiador – aproximando-se, assim, dos historiadores dos *Annales* que afirmavam que o historiador não deve apenas se contentar em escrever sob o ditado dos documentos, mas deve questioná-los, inseri-los em uma problemática (DOSSE, 2003a) –

considerando que um fato histórico pode ser contado de pontos-de-vista diferentes, já que o autor do texto histórico é apenas efeito construído pelo discurso. Tendo como pressuposto que os documentos são efeitos discursivos, Foucault e os historiadores da Nova História propõem um movimento analítico que vai do discurso para as regras de formação, ou seja, do dado para as regras que o possibilitam (FOUCAULT, 2007) e, desse modo, buscam-se, no documento, as condições históricas e sociais que possibilitaram a sua emergência e se materializaram nos enunciados.

O que o texto histórico produz não é uma “verdade”, mas efeitos de verdade. White (1994), afirma que um conjunto de acontecimentos, por si só, não produz história; “os acontecimentos são *convertidos* em história pela supressão ou subordinação de alguns deles, pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas, narrativas alternativas e assim por diante [...]” (p. 100).

Essa discussão, de certo modo exaustiva, em torno da escrita da história, da caracterização dos documentos e de sua monumentalização é importante para compreender a escolha dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Diferenciando-se da história tradicional que opta pelos “grandes homens” e pelos “grandes acontecimentos”, optamos pela resistência, por textos que circulavam à margem das condições de verdade que permeavam o regime militar.

Na constituição de uma hipótese que toma a passagem de uma sociedade repressiva para uma sociedade midiática, observamos a divisão do período em três fases, já mencionadas, e a caracterização de rupturas que condicionavam essa divisão. Partindo desse pressuposto, a escolha se deu pela condição de produção dos discursos de resistência na fase em que o regime se mostrava mais repressivo e pelo discurso da mídia sobre a política na fase em que começava uma distensão do regime, ainda que lenta e gradual.

Os textos daquele primeiro momento mencionado mostravam uma relação com a clandestinidade, são textos de organizações de esquerda que circulavam em uma deriva subterrânea, que reafirmavam discursos dispersos produzidos pela esquerda⁴⁵. Já os do segundo momento mostravam a relação com a abertura política e consequente abertura da mídia que trouxe à tona os relatos. São textos que não se caracterizariam como **documentos** para a história tradicional já que não apresentam um caráter oficial, institucional, mas que ao olhar da Nova História apresenta uma importância ao produzir efeitos de verdade e condições para uma interpretação, pois, como mostra de Certeau (1995), na escrita da história, tudo

⁴⁵ A noção de “esquerda” será problematizada nos dois próximos capítulos.

começa com o trabalho de pôr à parte, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outro modo; como os textos de resistência política.

Diante disso, procuraremos, principalmente no segundo momento das análises (Capítulo 4), buscar no conceito de trajeto temático, tomado de Jacques Guilhaumou e Denise Mlidiier (1994), uma ferramenta para observar os deslocamentos inscritos no *corpus* de análise conforme mudanças no tempo histórico. Estabelecido efetivamente na relação discurso/história, passaremos agora à discussão desse conceito, em sua articulação com a noção de *arquivo*, para que, quando nos debruçarmos sobre nosso *corpus* de análise, já tenhamos essas ferramentas de análise consolidadas em nosso trabalho.

2.1.4. Arquivo e Trajeto Temático: aportes necessários

Constituído a partir de uma divisão inicial de tempos sugerida por meio dos estudos acerca do regime militar desenvolvidos por Elio Gaspari (2002a; 2002b; 2003, 2004)⁴⁶, o *corpus* de nosso trabalho apresenta uma composição extensa e que aborda, para um determinado momento – aquele da abertura política –, certa amplitude de material recolhido da mídia impressa do período (são textos que englobam o período entre 1975 e 1979). Desse modo, por se tratar de um período de análise, no que diz respeito ao trabalho da mídia no processo de abertura política no Brasil, que aparece como relativamente longo (um acontecimento longo), torna-se importante a utilização do conceito de **trajeto temático** (o estudo por meio de eixos temáticos) com o intuito de verificar a construção (ou, talvez, a dissolução) da esquerda, e, até mesmo, de uma identidade para a esquerda, por meio dos termos (ou de estruturas) utilizados pelo discurso da mídia – neste caso, os textos foram retirados da revista *Veja* – para designar esta mesma esquerda.

Tal opção nos levou a considerar a produção de sentidos a partir da inscrição em uma determinada formação discursiva, fato que nos levará a averiguar a construção discursiva da mídia em seu papel ideológico arquitetado pela noção, bastante ilusória, da neutralidade e imparcialidade de seu discurso.

⁴⁶ A título de retomada e de maneira sintética, as três fases do período militar, segundo Gaspari (2002a; 2002b; 2003; 2004), são: a *ditadura envergonhada* (desde o golpe militar em 1964 até o fechamento definitivo do regime, com o Ato Institucional nº5, em fins de 1968), a *ditadura escancarada* (que engloba o período de maior repressão do regime, indo do final de 1968 até meados 1974) e a *abertura lenta e gradual* (marcada pela distensão, sempre coordenada pelo próprio regime, de 1975 até o início do período de redemocratização do Brasil, em 1985).

Determinada pela complexidade do objeto (a *discursivização*), a Análise do Discurso considera que determinadas formações discursivas, em determinado momento, podem ser associadas a certos trajetos interdiscursivos e não a outros. Desse ponto de vista – e seguindo a noção de arquivo proposta por Foucault, em que os elementos são selecionados e dispostos com uma certa finalidade – o sentido é construído a partir de um itinerário, de um acontecimento, de um trajeto temático. O arquivo tem a característica de ser construído (estruturado) não como uma reunião de textos, mas como uma seleção de elementos que atinjam um sentido determinado. Este sentido é, do ponto de vista discursivo, produzido por palavras, mecanismos sintáticos e enunciativos. Portanto, é a materialidade do arquivo e a materialidade da língua que irão fornecer o lugar e o material para a análise (SARGENTINI, 1997, p. 63).

A produção de um acontecimento discursivo, na mídia, passa, estruturado na fragmentação e fluidez dos discursos na contemporaneidade, pela repetibilidade de certos discursos (o aparecimento de determinados enunciados; enunciados que se repetem), que indica que seus aparecimentos não são aleatórios; portanto, se olharmos por meio de um *trajeto temático*, veremos as estruturas que se repetem, que também não são aleatórias, constituindo, de fato, um acontecimento discursivo.

O processo de constituição de um *corpus* em Análise do Discurso passa pela tomada do arquivo discursivo, que, no caso, não deveremos tomá-lo como tudo aquilo que foi ou puder ser dito (embora, ao ampliarmos nossa discussão sobre as ideias de *arquivo* e *trajeto temático*, veremos que, segundo Foucault (2007), em um primeiro momento, o arquivo deve ser tomado como “a lei do que pode ser dito”) e, logo, transformado em discurso. Com as transformações que observamos no interior do programa da AD (cf. Capítulo 1), tornou-se necessária a diversificação do arquivo. Antes, com o único interesse em analisar o discurso político, a AD não apresentava tal necessidade; com a busca por aquilo que instala o social no interior do político, não se podia mais ignorar a multiplicidade de dispositivos textuais. Assim, como apontam Guilhaumou e Maldidier: “Vemos que a análise do discurso ampliou seu campo de investigação: do interesse pelo discurso doutrinário ou institucional, ela passou ao que poderíamos chamar a história social dos textos” (1994, p. 164).

[...] o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes (ibidem, p. 163-164).

Como é possível observar – assim como a relação que há entre ação política, tanto no Brasil como na França, e a prioridade da análise de discursos políticos em AD, em seus primórdios –, as mudanças que ocorrem no interior desse nosso campo teórico coincidem com as transformações e movimentos que ocorrem na produção discursiva durante a ditadura militar no Brasil. Se em um momento temos o predomínio do texto doutrinário como forma de resistência e, com isso, a constituição de um arquivo inscrito nesse gênero, em outro temos seu enfraquecimento e o conseqüente fortalecimento da mídia, que possibilita a inscrição de uma história social (ou, estritamente, de uma memória social), que, para analisá-la, requer reformulações e deslocamentos nos conceitos e métodos de análise.

Desse ponto, observaremos mais adiante, ao nos debruçarmos sobre os textos produzidos pela mídia na segunda metade da década de 1970, que os termos que introduzem cada notícia, matéria ou reportagem (termos ou expressões que na linguagem jornalística são denominados pelo termo genérico “chapéu”, mas que em nosso trabalho didaticamente designamos como *termo introdutório*) constituem um eixo temático que aponta para a produção de sentidos sobre os temas propostos para análise, quais sejam: a resistência política e o processo de distensão do regime ditatorial. Segundo Mariani (1993, p. 33), “em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele também está entranhado de historicidade”.

Com isso, a análise das palavras que circularam na mídia como forma de denominar os movimentos de resistência política e de introduzir os textos referentes a esse tema e à distensão do regime não é focalizada unicamente no âmbito etimológico; vamos mais além e procuramos compreender, a partir da memória discursiva que nos permite estabelecer a relação efetiva entre a história e o funcionamento linguístico, os efeitos de sentido estabelecidos a partir de cada designação. É por esse motivo que a própria utilização do termo *esquerda* (e também do termo *direita*) como forma de designar determinado grupo político terá que ser problematizada (cf. Capítulo 3), atentando para suas relações, as formações discursivas e ideológicas que determinam a sua relação de valor semântico. Nesse sentido, Sargentini afirma que:

A interdiscursividade constitui a língua colocando-a em funcionamento. Cada um dos termos que abordamos guardam traços de sua origem etimológica. Mas, na verdade, ao interpretarmos ou utilizarmos essas palavras, não é a memória etimológica que resgatamos e sim a memória discursiva que nos permite recuperar as relações enunciativas e históricas

que vêm à superfície pelo funcionamento da língua. Assim, consideramos que são os lugares em que a palavra esteve presente, ou seja as formações discursivas e ideológicas que a cercam que determinam a sua relação de valor semântico com outras palavras em determinado momento⁴⁷ (1997, p. 102-103).

A partir de algumas das palavras recorrentes inscritas sobre os temas da resistência política e do processo de abertura política pela mídia empreenderemos inicialmente nossas análises do *corpus* constituído pelos textos da revista *Veja*, sendo importante, como já explicitado, a compreensão da noção de trajeto temático. O estudo por meio de eixos temáticos “liberta o ensino dos conteúdos fixos e que qualquer tema/objeto possibilita a compreensão do passado na sua totalidade” (ibidem).

Assim, faz-se necessário compreender que a história da AD que constitui a análise por meio de eixos temáticos passa pela noção de arquivo, introduzida nos estudos do discurso por meio dos trabalhos de Courtine em sua releitura de Michel Foucault. Foi em função dos deslocamentos provocados no interior do campo teórico da AD que o analista de discursos foi levado a pensar o arquivo discursivo – houve, na transformação de seu projeto, a incorporação de novas materialidades e novos objetos que vão além do discurso político. Para pensarmos melhor a respeito do **arquivo** em Análise do Discurso, trazemos de início as formulações de Foucault:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; ele é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas. O arquivo [...] é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, *o sistema de sua enunciabilidade*. [...] é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa: *é o sistema de seu funcionamento*. Longe de ser tudo o que unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de *um* discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio *do* discurso mantido, é o que diferencia *os* discursos em sua

⁴⁷ Em sua tese, Sargentini procura observar a relação entre Discurso e História por meio de processos discursivos que constroem sentidos em determinado momento histórico. Para isso, analisa textos da imprensa operária anarquista do início de século XX além de romances da Literatura Brasileira, onde, fato que contribui para nossa pesquisa, verifica, por meio da eleição de um trajeto temático, que as palavras mudam de sentido, entre outros motivos, conforme o momento histórico e o gênero em que aparecem.

existência múltipla e os especifica em sua própria duração (2007, p. 147, grifos do autor).

Com isso, a noção de arquivo contribui indubitavelmente para a constituição do *corpus* de análise. Foucault “considera o valor do arquivo [...] na especificidade de cada texto, na representatividade que este sinaliza no arquivo [...]” (SARGENTINI, 1997, p. 61). Os textos aqui analisados têm sua representatividade na medida em que emergiram em situações de conflito histórico e estabeleceram-se como acontecimentos discursivos, dado o sistema de repetibilidade que o marca. Tanto os textos de resistência, que marcaram o momento de conflito e repressão, quanto os textos veiculados pela mídia e os relatos empreendidos por meio dos romances memorialistas, que trouxeram as vozes e os fatos apagados e esquecidos de uma memória recente, estabelecem-se em condições de negociação identitária, seja para a esquerda, seja para a nacionalidade.

Com a incorporação da noção de arquivo no interior da AD francesa, possibilitou-se empreender novas e diferentes formas de análise. Diante de um *corpus* de extensão longa, tornou-se possível uma análise por meio de eixos temáticos, constituindo-se a ideia de trajeto temático.

Este conceito se inscreve na Análise do Discurso entre o segundo e terceiro momento (épocas) da Análise do Discurso por meio, principalmente, dos trabalhos de Jacques Guilhaumou em diálogos com Denise Maldidier e Régine Robin. Assim, com a incorporação do conceito de arquivo tomado de empréstimo de Michel Foucault, tem-se uma transformação radical no processo de seleção do *corpus* e que, segundo Sargentini (1997), “se antes o processo de análise era feito em *corpus* pré-determinado [...] traz para a análise também textos que ficavam à margem do *corpus*, e, assim, amplia-se a análise das configurações dos enunciados encontrados no arquivo” (p. 71). Dessa forma, com o reconhecimento da heterogeneidade discursiva, foi possível conceber o texto como uma dispersão de discursos, de recortes interdiscursivos.

Por meio da análise de *corpus* constituído por enunciados que se repetem e se transformam, “a noção de trajeto temático indica um método de abordagem que considera o tema em sua diacronia, em sua historicidade” (ibidem, p. 72). Encontra-se, com isso, relação com a constituição das FDs e com a memória discursiva.

Dessa forma, ainda segundo Sargentini (1997, p. 72-73), “com o conceito de trajeto temático e arquivo, a Análise do discurso propõe que a apreensão da História se dê não mais por um saber *a priori* do contexto histórico, mas por um procedimento de descoberta

construído a partir da materialidade lingüística, da historicidade textual”. Para que isso fique visível, faremos uma análise, também no quarto capítulo deste trabalho, de matérias e reportagens acerca da morte do jornalista Vladimir Herzog, que estabelece um trajeto de leitura que mostra a construção de uma “história em curso”, que se descortina diante de nossos olhos, marcada especialmente pela materialidade linguística (e também pela complexidade do texto sincrético) e pela historicidade dos textos, que representa, nesse caso, uma espetacularização que vai além do caso da morte do jornalista, tomando a própria história do período e o processo de abertura política.

Torna-se importante, antes de passarmos adiante, compreender o que é um **tema**:

[...] essa noção supõe a distinção entre “o horizonte de expectativas” – o conjunto de possibilidades atestadas em uma situação histórica dada – e o acontecimento discursivo que realiza uma dessas possibilidades, inscrito o tema em posição referencial. O acontecimento discursivo não se confunde com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1994, p. 165-166).

É nesse sentido que estabelecemos dois temas *a priori* e que foram confirmados no interior das primeiras análises acerca do arquivo que constituímos: aquele da *distensão do regime* (em alguns momentos referimo-nos a ele como simplesmente *abertura política*) e o da *resistência política* – ambos os temas aqui depreendidos convergem, em algum modo, para um acontecimento singular, o processo de anistia política, cujos enunciados de um e de outro se cruzam e marcam na repetibilidade a emergência de um tema comum.

Sendo assim, tem-se a seguinte definição para a análise por meio de um trajeto temático, que logo nos possibilitará que nos debruçemos definitivamente na análise de nosso *corpus* composto por textos da mídia:

A análise de um **trajeto temático** remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escrita, de usos da linguagem, mas sobretudo, **interessa-se pelo novo no interior da repetição**. Esse tipo de análise não se restringe aos limites da escrita, de um gênero, de uma série: ela reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem. [...] Vemos que a análise do trajeto temático fundamenta-se em um vai-e-vem de atos languageiros de uma grande diversidade e atos de linguagem que podemos analisar linguisticamente e nos quais os sujeitos podem ser especificados (ibidem, p. 166-167, grifos nossos).

Nas matérias da revista *Veja*, veiculadas durante a segunda metade da década de 1970 (entre os anos de 1975 e 1979), período marcado pelo início da distensão da ditadura militar, coordenada pelo próprio regime, e o constante afrouxamento da repressão e da censura que possibilitou à mídia a retomada de fatos antes interditados, aparecem, constantemente, referências aos movimentos de resistência, a princípio sem a alusão direta pelo nome das organizações, mas com algumas designações que lhe são próprias, entre elas: subversão (quase sempre, e principalmente nos primeiros anos), esquerda, comunismo etc.

Diante de um extenso arquivo – partindo inicialmente de todas as matérias sobre política veiculadas pela revista *Veja* entre os anos de 1975 e 1979, para depois chegarmos àquelas que se encaixavam em cada um dos temas propostos – encontrava-se a problemática para a seleção de textos que comporiam o *corpus*. Problemática que, segundo aponta Guilhaumou e Maldidier (1994) sempre esteve presente para o analista e o historiador.

O arquivo nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco. [...] Nossa prática atual de análise do discurso retoma as preocupações dos historiadores de mentalidades, que na construção de objetos como a morte, o medo, o amor, o profano e o sagrado, instalam, pela confrontação de séries arquivistas, regimes múltiplos de produção, circulação e leitura de textos. Esses historiadores trabalham ao mesmo tempo sobre a longa duração e o acontecimento: a instituição – e a classificação arquivista que ela impõe – sempre mantém, para eles, uma divisão problemática. Isso porque o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes (p. 163-164).

Também na constituição de nosso *corpus* verificamos certa desregulação inicial; textos que, a princípio, pareciam soltos foram revelando a construção de sentidos sobre um tema por meio de uma leitura que se realizava num trajeto temático, num trajeto constante, mas também descontínuo, de leitura. Desse modo, a procura por mecanismos e métodos que possibilitassem a seleção dos textos tornou-se inevitável.

Nesse ponto, o trabalho do linguista e, mais especificamente, do analista do discurso encontra o trabalho do historiador e, de maneira aparentemente recíproca, reclamam ajuda para suas análises. É o momento da passagem da segunda para a terceira época da Análise do Discurso e o estabelecimento de que o discurso é, mais que uma simples estrutura linguística, acontecimento, portanto, reclama sentidos ao estabelecer-se na história.

Por meio dessas considerações, faremos, no quarto capítulo, um percurso de análise que traçará o modo como a mídia constrói uma memória do período e a inscrição de uma história do presente. A constituição de um arquivo formado por textos da grande mídia durante o processo de abertura política no Brasil nos possibilitará compreender em sua própria materialidade as relações interdiscursivas na produção de sentidos e a relação com determinadas posições ideológicas inscritas na história e na memória do dizer. Nesse sentido, vemos que a relação que a AD estabelece com a História é de suma importância para a compreensão e interpretação de textos (políticos) do presente; porém, essa relação parece não ser mais prioridade em alguns trabalhos atuais da AD francesa...

2.2. Análise do discurso e o abandono da história

Julgamos necessário que, antes de passarmos para as análises que nos propusemos a fazer neste trabalho e, antes ainda, de discorrermos brevemente sobre o período de ditadura militar no Brasil, devêssemos apresentar algumas poucas palavras sobre o abandono de uma teoria da história em privilégio de uma análise mais linguística no campo da Análise do Discurso.

Enquanto os trabalhos ligados a uma perspectiva pecheutiana e, também, foucaultiana florescem no campo da Análise do Discurso no Brasil, o mesmo não se pode dizer dos trabalhos desenvolvidos na França. Há frequentemente, e principalmente após a morte de Michel Pêcheux na primeira metade da década de 1980 e a consequente dissolução de seu Grupo, uma opção que privilegia uma análise propriamente linguística, incorporando e se aproximando dos estudos desenvolvidos no âmbito da lexicometria e tomando proveito de problemáticas da comunicação, e que promovem um apagamento do histórico no discurso. É o que aponta (Courtine, 2009b):

Sua característica essencial, quanto ao conteúdo, é ter invertido quase termo a termo o programa outrora vislumbrado por Pêcheux: um esquecimento da história, em proveito não tanto da língua, mas das problemáticas da comunicação, o que interdita o tratamento dos discursos como efeitos de memória; uma pasteurização generalizada do trabalho interpretativo, temerosa, sem dúvida, de que o reconhecimento de suas aderências políticas privasse a Análise do discurso (AD) da condição de disciplina restrita e especializada à qual aspira esse projeto; enfim, a derrocada da dimensão autocrítica da AD, em benefício de sua consolidação disciplinar (p. 12).

Em favor de uma consolidação do campo teórico enquanto disciplina – e necessariamente uma disciplina no interior da linguística – houve na França um abandono de todo o programa desenvolvido por Pêcheux desde o nascedouro enquanto campo teórico, no final dos anos de 1960. Ainda que a Análise do Discurso tenha passado por inúmeras reformulações em suas primeiras décadas de existência, a relação, mesmo que não explicitada, entre o fato linguístico e fato histórico sempre permeou suas análises e, como vimos, tornou-se evidente a partir dos anos de 1980, principalmente por meio dos trabalhos de Courtine e a incorporação de uma certa teoria do discurso desenvolvida por Foucault, que fez trabalhar em análise de discursos, ainda os políticos.

Em contrapartida a esta tendência de distanciamento das propostas elaboradas por Pêcheux, estabelecidas em meio a uma perspectiva analítica que toma o discurso na relação com o histórico, Courtine, ainda nos anos de 1980 e em trabalhos da década seguinte, passa à proposição de uma *semiologia histórica*, que a partir do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg ([1986] 1989), congrega pressupostos da História Cultural, da Antropologia histórica e da Semiologia. Estes trabalhos inserem-se em uma reordenação dos estudos em AD em função, principalmente, das mudanças ocorridas no discurso político, com novas configurações, que não privilegiava mais o texto verbal, tomando como fator para trazer a atenção do leitor diferentes linguagens e distintos canais⁴⁸.

Se por um lado, esse projeto de uma *semiologia histórica* fora logo abandonado por Courtine, que hoje inscreve seus trabalhos no âmbito de uma Antropologia histórica – tomando o corpo como objeto de análise na produção de sentidos –, no Brasil, em torno de alguns grupos de pesquisa, especialmente o Laboratório de Estudos do Discurso (Labor), da Universidade Federal de São Carlos, e o Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara, Universidade Estadual Paulista (UNESP), ele se desenvolve cada vez com maior

⁴⁸ Piovezani (2009), ao analisar o discurso político contemporâneo veiculado pela tevê, que apresenta várias linguagens (verbal, imagética, gestual etc.) e dois canais (sonoro e visual), aponta algumas distinções que consideramos significativas para a compreensão de nossas análises e as quais aqui retomamos, quais sejam: “[...] a) entre ‘código’ e ‘contato’, para que não mais confundamos as linguagens, de um lado, e os canais físicos, ou seja, os meios de expressão, mediante os quais as formulações semióticas se manifestam materialmente, de outro; b) **entre sistema sógnico e unidade textual, de modo que não mais fragmentemos a integralidade do texto, conforme a quantidade de linguagens pelas quais ela se formula**; c) entre ‘ambiência discursiva’ e ‘substância de expressão’, para que possamos diferenciar um determinado ‘tom’ que caracteriza toda e qualquer produção e interpretação simbólica e o *médium* no qual o discurso se materializa e pelo qual ele é veiculado; d) entre gênero do discurso e suporte de textos, para que nos seja permitido metodologicamente diferenciar os *tipos relativamente estáveis de enunciados* que condicionam a formulação discursiva e os objetos culturais empregados para sua transmissão” (p. 207-208, desta que nosso).

força, tomando também o discurso político em suas intensas e frequentes reformulações⁴⁹. Nota-se, então, mais uma disparidade em relação aos trabalhos desenvolvidos na França e no Brasil; se lá o histórico deixou de ser privilegiado, aqui sua força é permanente. É, então, nessa perspectiva que desenvolveremos nossas análises dos discursos políticos e discursos da mídia produzidos durante a ditadura militar brasileira, pois de acordo com Courtine (apud Piovezani, 2009, p. 176), “fazer Análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir, sob a superfície lisa das palavras, a profundidade complexa dos índices de um passado”.

Por ora passaremos a uma breve explanação do contexto histórico – o período de ditadura militar no Brasil – em que está inserido nosso *corpus* de análise de modo a contribuir com a compreensão da emergência de tais discursos. Mais adiante, nos próximos capítulos, e de forma mais enfática no Capítulo 4, retomaremos as discussões que iniciamos e deixamos em suspenso, a fim de traçarmos uma análise propriamente discursiva dos textos da mídia que contribuíram para o processo de enfraquecimento de uma identidade construída pela esquerda e possibilitaram o fenômeno da espetacularização da política (e do discurso político).

2.3. Um breve percurso histórico sobre a ditadura militar no Brasil (1964 – 1985)⁵⁰

A segunda metade do século XX foi marcada por conflitos políticos por quase toda a América do Sul, não sendo diferente, também, no Brasil. O país entrava neste período em uma espécie de reconstrução democrática, saindo de uma ditadura às escondidas (1930 – 1945), do governo de Getúlio Vargas, apontando para o progresso e o avanço tecnológico prometidos e, em grande medida, realizados pelo governo de Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950.

Essa aparente “calmaria”, que durou cerca de 15 anos, foi quebrada já no início da década de 1960 com a renúncia do presidente da República Jânio Quadros, apenas sete meses após assumir o cargo, e a ascensão ao poder de João Goulart, o Jango, com propostas voltadas para as reformas estruturais e de base, com forte apelo “esquerdista” (voltado efetivamente

⁴⁹ Ainda que Courtine afirme trabalhar, hoje, no âmbito de uma Antropologia histórica, os trabalhos desenvolvidos no Brasil em torno de uma semiologia histórica, como já mostramos, o faz constantemente retornar a essas questões.

⁵⁰ Enfatizamos que nosso objetivo para esta seção não é tecer uma longa análise sobre o período de ditadura militar no Brasil, nem fazer uma longa explanação e descrição daquele momento da história brasileira, mas apenas apresentar alguns pontos históricos, dando destaque principal aos movimentos de resistência, que possam contextualizar nossas futuras análises.

para as massas) e populista. Esse quadro político possibilitou a “mobilização política das massas populares, fortalecimento dos movimentos operário e camponês, crise do sistema partidário e inédita luta de classes em razão de projetos divergentes para o Brasil” (DELGADO, 2004, p. 20). Com isso, o governo adquiriu força em função, principalmente, de sua máquina da previdência social e pelas alianças com a esquerda no controle dos sindicatos (GASPARI, 2002a). São fatores que incomodaram demasiadamente grande parcela da população, notadamente daqueles que detinham o controle de capital e de parte do exército brasileiro, fatos que possibilitaram o futuro golpe pelas forças armadas. Nesse sentido, às vésperas do que seria o Golpe militar, o governo de Goulart foi, ainda segundo Delgado (2004, p. 21), submetido a um tríplice confronto:

- a) com os setores conservadores e multinacionais (ala conservadora do PSD, empresários nacionais, latifundiários, militares de direita e grupos do capital internacional);
- b) com políticos do PTB (ala reformista presente em seu próprio governo e contribuindo para trazer, para seu interior, pressões sindicais);
- c) com os movimento populares e sindicais, ao nível da sociedade civil.

Nos primeiros meses de 1964, o exército já começava a articular uma intervenção na política “esquerdista” de João Goulart e, após comício no Automóvel Clube carioca em 30 de março, em que o presidente reiterava suas propostas, teve início uma movimentação, principalmente de tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho, de Minas Gerais, que culminou no golpe de 1º de abril. Ali o Brasil passava de um governo tomado como democrático para mergulhar em um dos períodos mais violentos de sua história, a ditadura militar brasileira, que se instalava no país por meio de um golpe e que duraria 21 anos, até 1985, quando João Baptista Figueiredo, último presidente militar, deixou o governo.

Em um primeiro momento, a postura do governo militar, sob o comando de Humberto Castello Branco, procurava não escancarar a repressão – mesmo que obrigasse alguns representantes do antigo governo a partirem para o exílio e colocasse na clandestinidade setores de oposição, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), tomados já como subversivos –, situando-se em uma espécie de *ditadura envergonhada* (GASPARI, 2002a), não admitindo que havia repressão aos grupos de esquerda e censurando os meios de comunicação com certa frouxidão. Neste período já era grande o número de grupos organizados de resistência, embora poucos mostrassem intenção em participar de uma luta armada, que se intensificaria apenas a partir de 1968. A resistência

ao regime se dá por meio do trabalho dessas organizações e também dos sindicatos com as massas. Era a época das grandes passeatas, do fortalecimento do movimento estudantil, mas também das grandes manifestações culturais e populares. Os estudantes e os operários se uniram a artistas e a outras pessoas públicas para mostrar, nas ruas, a indignação do povo perante os rumos apresentados pelo regime. Músicas de protesto eram entoadas em grandes festivais de MPB, peças de teatro e filmes nacionais evocavam o herói popular, da resistência. Ainda que o governo ocultasse a censura e a repressão⁵¹, alguns setores da sociedade já as mencionavam, mas pouco era provado.

Esse contexto começou a sofrer mudanças no final de 1967. Os grupos de esquerda foram perdendo, gradativamente, o apoio das massas e se fecharam neles próprios. O início de 1968 foi marcado por grande agitação popular, mas que foi se esfriando com a grande quantidade de prisões. Algumas organizações da “esquerda” já começavam a se posicionar favoráveis à luta armada, embora somente a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) já participassem efetivamente dela em 1968 (GORENDER, 1987), com ações de guerrilha urbana, em São Paulo ou no Rio de Janeiro⁵².

Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados (ibidem, p. 249).

O distanciamento entre as organizações e as massas tornou-se mais evidente quando em 13 de dezembro de 1968, o então presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva, editou o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Passava-se de um regime constitucional a uma ditadura, agora escancarada (GASPARI, 2002a), e dava-se início aos *Anos de Chumbo* e, ao mesmo tempo, fundamentava-se um período de forte crescimento econômico, que já vinha desde 1967, os anos do *Milagre Econômico* (GORENDER, 1987).

⁵¹ Embora disfarçada, a repressão nesse momento já era intensa. No ano de 1964, que teve apenas nove meses de governo militar, houve, de acordo com Gaspari (2002a), 203 casos de denúncias de tortura.

⁵² Ainda, entre os anos de 1966 e 1967, houve no Brasil o que se considera a primeira guerrilha contra a ditadura. Formado por dissidentes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, este grupo, apoiado por Lionel Brizola (no exílio uruguaio), procurou constituir na crista do maciço de Caparaó (onde se localiza o Pico da Bandeira) um movimento armado contra o regime militar, porém, este movimento, hoje denominado Guerrilha de Caparaó, foi dissolvido, condenados pela peste bubônica ou capturados em uma emboscada da Polícia Militar mineira, ainda antes das primeiras ações armadas (COSTA, 2007). Também o Partido Comunista do Brasil (PC do B), embora ainda não participasse de ações armadas naquele momento, já preparava, desde o final de 1966 e início de 1967, um foco guerrilheiro no sul do Pará, região do rio Araguaia, que começaria a atuar somente no início da década seguinte.

Pela primeira vez desde 1937 e pela quinta vez na história do Brasil, o Congresso era fechado por tempo indeterminado. O ato era uma reedição dos conceitos trazidos para o léxico político em 1964. Restabeleciam-se as demissões sumárias, cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos. Além disso, suspendiam-se as franquias constitucionais da liberdade de expressão e de reunião. Um artigo permitia que se proibisse ao cidadão o exercício de sua profissão. Outro patrocinava o confisco de bens (GASPARI, 2002a, p. 340).

Foi a partir desse momento que a “esquerda” ficou sozinha, sem poder contar com o apoio das massas, essencial para a luta política contra o regime. A maioria das organizações partiu para a luta armada por meio da guerrilha urbana que possibilitaria, com expropriações e assaltos, o levantamento de recursos para financiar a luta no campo, considerada ideal para a derrubada do governo ditatorial, inspiradas, quase sempre, em modelos como o cubano, o chinês e o russo (embora a repressão stalinista fizesse com que muitos grupos se afastassem dos ideais da Revolução Russa). Porém, o que se viu foi que todas as organizações que partiram para a luta nas cidades não obtiveram sucesso na formação da guerrilha rural.

Agindo de maneira diferente, o PC do B foi o único a conseguir formar e manter um grupo guerrilheiro no campo. Sem optar pela luta nas cidades, já que tinha fundos do próprio partido, o PC do B resolveu seus problemas logísticos e, já em 1967, mandou para o sul do Pará, à margem esquerda do rio Araguaia, um grupo de militantes com treinamento na China (GORENDER, 1987).

[...] o PC do B compartilhava da visão segundo a qual o imperialismo no Brasil, assegurado provisoriamente pela violência da ditadura militar, vivia uma crise irreversível, entrvando o desenvolvimento da economia nacional, mantendo relações de produção atrasadas no campo, de modo que estariam dadas as condições objetivas para a revolução brasileira, só faltando as subjetivas. Então, a “vanguarda do proletariado” deveria mostrar-se decidida a iniciar a luta armada, por intermédio do lançamento da guerrilha rural (RIDENTI, 1993, p. 230).

A Comissão Executiva do partido realizou, em fins de 1966, um trabalho sigiloso, ignorado, de início, até mesmo pelo Comitê Central, de formação de um núcleo que pudesse dar início à guerra popular e encontrou naquela região as condições ideais para tal empreitada. Ali, já em 1967, homens e mulheres instalaram-se e iniciaram um trabalho de familiarização com a região, de aproximação com os moradores, além de um trabalho ideológico, já na década de 1970, que pudesse trazer o povo para seu lado na batalha política, mas sem explicitar a formação de um grupo guerrilheiro.

Em 1972, ano de deflagração da guerrilha, já eram cerca de 60 homens instalados naquela região, incluindo integrantes dos Comitês Central e Executivo. Nesse mesmo ano, quando os combatentes ainda se organizavam, o Exército localizou seu núcleo e passou a fazer investidas na região, o que fez com que os guerrilheiros partissem imediatamente para a luta armada. Foram três investidas militares, sendo que nas duas primeiras, ambas em 1972, o exército sofreu inúmeras baixas e não conseguiu derrotar a resistência armada. Foi somente após esses confrontos que a Guerrilha do Araguaia começou a desenvolver algum trabalho político efetivo com a população da região, criando a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP) (RIDENTI, 1993).

A respeito da criação dos núcleos da ULDP, dizia-se que: a) deviam ter de três a cinco membros, com um responsável; b) os camponeses de um núcleo não deviam conhecer a organização de outros núcleos; c) as tarefas dos núcleos deviam ser: colher informação, fazer propaganda da guerrilha entre os moradores, ajudar a guerrilha com alimentação, defender os interesses do povo da região (ARRÔYO, 1996, p. 26).

Com esse trabalho, os guerrilheiros conseguiram a adesão de alguns moradores da região à guerrilha, mas foram poucos. A ação militar do grupo se resumiu a algumas emboscadas e perseguição a militares, além de algum justicamento, contra os considerados inimigos do povo. Porém, na segunda metade de 1973, o exército voltou com mais força e aplicou seguidas derrotas aos guerrilheiros, pondo fim definitivo à Guerrilha do Araguaia em meados de 1974 (GORENDER, 1987; RIDENTI, 1993).

Embora tenha sido uma resistência armada que poucos avanços conseguiu na luta contra o regime, ainda que tenha obtido algumas vitórias militares, e que não conseguiu estender sua luta ideológica além do sul do Pará, o movimento desencadeado na região do Araguaia é considerado um dos mais importantes da luta armada contra a ditadura, pois, além de se formar no campo, fato que poucos grupos conseguiram, por alguns anos conseguiu organizar um trabalho ideológico e político efetivo, além de estabelecer um confronto armado que mobilizou grande parte do exército brasileiro para combatê-lo e derrotá-lo. Em nosso trabalho, voltaremos mais adiante a tratar deste movimento, quando nos debruçarmos sobre seus documentos para verificar o papel e a consolidação da esquerda durante a ditadura militar no Brasil.

Ainda que tenha sido grande o número de grupos que se aventuraram pela luta armada, principalmente por meio da guerrilha urbana mas também pela guerrilha rural, evidenciando a grande fratura na resistência ao regime, pouco foi conseguido no propósito de derrotar o

inimigo militar. Desde o AI-5 e a intensificação da luta armada, o governo fortaleceu seu sistema repressivo, seja em efetivos militares ou em seu sistema técnico/tecnológico, e aumentou a censura aos meios de comunicação, isolando definitivamente tais grupos na clandestinidade. O governo de Emilio Garrastazu Médici, eleito, pelo Congresso, em outubro de 1969, fecha o cerco contra a resistência política, aumentando a repressão – no ano de 1970, segundo Gaspari (2002b) foram 1206 casos de tortura –, e a leva para a derrocada ainda na primeira década de 1975. As guerrilhas estruturadas na cidade são sufocadas pelo sistema repressivo e aquelas que se estabeleceram no campo, especialmente a do Araguaia, são derrotadas antes mesmo de suas atuações efetivas.

Esse cenário político, de silenciamento da resistência (principalmente a resistência armada), contribuiu, de fato, para um processo de distensão política, porém não são os únicos fatores. Já no final do governo Médici o regime enfrentava uma crise econômica e o fim da ilusão do milagre econômico; também no campo político, as alianças e apoios externos cessavam e a crise na política interna aumentava, com uma fragmentação no interior do próprio regime. Porém, um caso merece destaque nesse processo que deflagrou a abertura política a partir da segunda metade da década de 1970: a morte, em interrogatório no DOI-CODI do II Exército paulista, do jornalista Vladimir Herzog, agravada, logo na sequência, pela morte, no mesmo local, do operário Manuel Fiel Filho. Se em um primeiro momento a “grande mídia” deu pouco destaque aos casos, com a pressão social, esses casos, principalmente o de Herzog, sofreram uma espetacularização no campo midiático/jornalístico e levaram a outras discussões, como a repressão, a censura, a estrutura política e econômica do regime, abalando sua organização interna.

Tem-se, então, a partir da segunda metade da década de 1970, com os governos de Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, o início da abertura política no Brasil, que abria espaço para o fortalecimento da mídia e, com a Lei de Anistia de 1979, para o retorno de exilados políticos, que, já nos anos de 1980, aderiram ao movimento pela redemocratização do país, que não foi conseguida por meio da luta, mas na passagem, “tranquila” – que dá aos militares o papel de protagonista, tanto do golpe quanto da abertura, e de mediador dos conflitos que surgem no país, dando, eles próprios, o nome ao processo de “distensão do regime”, e produz um silêncio (silenciamento) sobre a resistência e seu papel na crise do sistema político do regime militar⁵³ –, do poder das mãos dos militares para a sociedade civil.

⁵³ De acordo com Orlandi (1987, p. 275), “[...] a categoria de mediador não é transparente. Ao contrário, o mediador tem uma função decisiva na constituição das relações de poder. Ser mediador, no domínio do discurso, é fixar sentidos, é organizar as relações e disciplinar os conflitos. [...] o ato de nomear tem implicações

3. O NOVO E O ORIGINAL: A ESQUERDA DURANTE A DITADURA⁵⁴

“Qu’est-ce que la société? On pourrait la définir à notre point de vue: la possession réciproque, sous des formes extrêmement variées, de tous par chacun”. (G. Tarde)

Tendo em vista o que foi apresentado nos dois capítulos iniciais, a produção de contradiscursos foi intensa desde os primeiros anos de ditadura militar no Brasil. Ora, bem sabido, este não era um fenômeno exclusivo daquele momento, já que a resistência é inerente a toda prática discursiva e ganha enorme visibilidade em períodos de totalitarismo destacado, como, por exemplo, durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil, Augusto Pinochet no Chile ou de Jorge Rafael Videla na Argentina, mas se manifestou ali de maneira como nunca vista no plano político brasileiro.

De fato, o período pós-AI-5 notabilizou-se pelo radicalismo no discurso da esquerda e se sustentou no confronto não apenas verbal, mas também na prática. Porém, ainda que em um primeiro momento houvesse um discurso de resistência estabelecido nos movimentos e manifestações populares (a música era a expressão principal, mas também sustentada pelo teatro, o cinema, as artes plásticas etc.), além das palavras de ordem – ou seriam *slogans* da resistência? – suscitadas pelas grandes passeatas acompanhadas do apoio frequente das massas, o discurso ancorado no radicalismo da luta, e que desde já admitia a luta armada e, portanto, uma veia radical, já ganhava certa visibilidade⁵⁵.

ideológicas decisivas”. Desse modo institui uma forma de silêncio – que antes de levar a calar, leva a dizer o que não se quer dizer – que produz sentidos para um papel de coordenação do processo de abertura política. A crise econômica, os percalços provocados pelas denúncias de tortura, principalmente nos casos de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, além da forte resistência ao regime, com a luta armada, são silenciados – silêncio que provoca o apagamento – quando os militares se colocam no papel de “transmissores do poder” para um novo governo, de viés democrático, e, com isso, também produzem sentidos de tranquilidade para a transição.

⁵⁴ Parte das discussões que apresentamos neste capítulo foram desenvolvidas, sob orientação da Profa. Dra. Maria do Rosário F. V. Gregolin, no âmbito da Iniciação Científica e apresentadas em quatro relatórios de pesquisa enviados à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Essas discussões são aqui retomadas com o objetivo de aprofundá-las no que for necessário para abordar a passagem de uma sociedade repressiva para uma sociedade midiática.

⁵⁵ Será possível observar, no decorrer deste capítulo, que desde o início da década de 1960, antes mesmo do golpe militar de 1964, havia uma reestruturação no plano político da esquerda brasileira, em função, principalmente, da descrença que havia em relação ao plano político adotado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), liderado por Luis Carlos Prestes, de aproximação com a “classe burguesa” e de inércia, à espera de um enfraquecimento das políticas sustentadas pelo capitalismo. Nascia, assim, uma “nova esquerda” brasileira que, ainda que fragmentada, como veremos, encontraria no discurso radical, e depois nas ações, um ponto comum de resistência ao regime militar totalitário.

A instauração efetiva do político estabelece caráter “duro” para uma esquerda que se portava como resistência e encontrava no radicalismo das palavras (palavras que sustentavam ações e, muitas vezes, se distanciavam delas) mecanismos para constituir-se a si própria. Percebia-se, com isso, um movimento permanente na produção discursiva dessa esquerda, provocando flutuações constantes nos modos de circulação desses discursos e, mais, na hegemonia de um determinado gênero do discurso – o doutrinário – em detrimento de outros.

Neste capítulo procuraremos verificar a constituição de uma identidade própria da esquerda brasileira à época da ditadura militar no Brasil, que se estruturava no contraponto das políticas adotadas pela esquerda tradicional, marcada pelo PCB – mais exatamente do momento em que os movimentos de resistência encontravam-se na clandestinidade –, no espaço simbólico do campo ou das cidades – seu espaço de revolta. Para que isso seja possível, observaremos as movências realizadas em sua produção discursiva, desde mudanças e movimentos verificados ao tomarem a palavra – e isso nos levará a uma breve passagem pela “resistência discursiva” no momento de pré-intensificação da luta armada (período a que Gaspari (2002a) se refere como de *ditadura envergonhada*) – e, com isso, na “escolha” de um determinado gênero do discurso, passando pela ideia de uma formação discursiva de esquerda (uma polissemia do termo esquerda?) e tomando a análise de documentos emitidos por organizações de resistência ao regime, em especial os da Guerrilha do Araguaia. Tentaremos, por fim, observar a passagem de uma sociedade repressiva, pautada na violência das ações e no radicalismo dos discursos, para uma sociedade midiática (cf. Capítulo 4), amparada nos relatos e na constituição de uma história do tempo presente a partir de um processo de espetacularização do discurso político.

3.1. A resistência toma a palavra: de que modo falar?

A resistência à ditadura militar no Brasil passou por uma movência na própria forma de constituição de seu discurso, isso tudo, quase sempre, em função de um maior ou menor grau de repressão por parte do regime ditatorial. É claro que esse movimento discursivo não é exclusividade das resistências políticas e são “sancionados” em função da vontade de verdade de cada época, mas, neste caso, tornou-se evidente à medida que o governo adotava uma postura de maior ou menor radicalismo no que diz respeito à prática da violência como forma de coibir a resistência, e à censura, principalmente aos meios de comunicação. Alguns (ou

mesmo, apenas um) gêneros do discurso sempre se destacam, atingindo certo grau de hegemonia em determinado momento histórico, mesmo que muitos outros com eles coexistam e, até mesmo, com eles dialoguem, mas que exercem papel secundário, de pouco destaque, na produção discursiva. É assim que a resistência política sustentou seu modo de dizer de acordo com as possibilidades – os modos de circulação – de seus discursos, ora aproveitando-se das frestas abertas pela censura que se disfarçava no discurso da liberdade de expressão (sempre ilusória), ora na tentativa de se fazer ouvir nas brechas e fissuras que tentavam abrir por trás da forte interdição, principalmente após a emissão do AI-5.

Foucault (2004) apresenta alguns mecanismos de controle⁵⁶ da produção discursiva e afirma “que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por [...] procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (p. 9). A reclusão na clandestinidade levou os movimentos de “esquerda”⁵⁷ a buscarem artifícios que possibilitassem, ainda que de maneira restrita, a circulação de seus discursos. Porém, em um primeiro momento, logo após o golpe de 1964, a resistência tinha lugar nas ruas e em parte da mídia e aparecia de forma evidente pelas manifestações populares que traziam cartazes, faixas e bandeiras com *slogans* contra a política ditatorial e entoavam palavras de ordem e canções que sustentavam a resistência política.

Bakhtin (2003) aponta que cada campo de utilização da língua⁵⁸ *elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados*, e isso é evidenciado pelas condições de possibilidade dos discursos – aquilo que pode e o que não pode ser dito, as condições de produção dos discursos – que estabelecem também suas possibilidades de circulação.

⁵⁶ Foucault (2004) afirma que em uma sociedade existem procedimentos de *exclusão* (interdição; oposição/segregação razão e loucura; vontade de verdade) que se exercem do exterior, ligados a uma parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo. E que existem, também, procedimentos internos relacionados à outra parte do discurso: a do acontecimento e do acaso (comentário; autor; disciplinas).

⁵⁷ Por ora nos referimos à esquerda como todo o movimento que se prestou à resistência (discursiva) ao regime militar, desde os próprios partidos e organizações políticas até os estudantes e operários (as massas) em passeatas e os artistas com obras críticas à ditadura, por isso grafamos o termo entre aspas. Mais adiante, ainda neste capítulo, problematizaremos essa terminologia, sua constituição histórica e seu movimento semântico, o que nos possibilitará rearticular a designação, tomar o objeto em campo restrito e, assim, abandonar as aspas.

⁵⁸ Bakhtin sustenta sua discussão a respeito dos gêneros do discurso em torno do campo de utilização da língua, ou seja, do verbal. Torna-se importante ressaltar que a partir da discussão de Foucault, n’ *A arqueologia do saber*, sobre o enunciado e ainda os recentes trabalhos desenvolvidos, a partir de estudos elaborados por Courtine, no âmbito de uma *semiologia histórica* dentro do campo teórico da Análise do Discurso, tomamos como discurso não somente o texto verbal, mas também o texto não verbal e o texto sincrético, ou seja, a linguagem em todas as suas manifestações, o que nos possibilita ampliar, também, essa discussão a respeito dos gêneros do discurso – se, por exemplo, uma carta é um gênero discursivo, baseada no verbal, uma fotografia também o é, baseada no imagético, portanto, no não verbal. Em nosso trabalho, nos debruçaremos de maneira efetiva predominantemente sobre os textos sincréticos no Capítulo 4.

É necessário destacar que o discurso é estabelecido por aquilo que se diz (seu *conteúdo*), por como se dá esse dizer no intradiscurso (sua *expressão*), mas também por seu modo de realização (sua *substância da expressão*). Se por um lado a relação entre o interdiscurso e sua formulação é evidente, marcando a produção discursiva, por outro, o alcance do discurso (e como consequência seu controle) – sua possibilidade de emergência e suas possibilidades de circulação – se manifesta pelo seu modo de realização, sua substância da expressão – os sons, mas também os grafemas, as imagens, os gestos – que define seus meios, “lugares de circulação”. Uma canção de protesto, por exemplo, tem sua circulação definida, evidentemente, pela “vontade de verdade”, pelo grau de censura, de autoritarismo de uma época, que determina o que pode ser dito, e logo também aquilo que não pode ser dito, e incide sobre seu conteúdo, como também sobre sua expressão; porém, mesmo que fosse possível abstrair todas essas marcas que ainda entram a produção de um discurso no seu dizer e na sua forma, resta ainda o seu “modo de dizer” (a *substância da expressão*), que mostra que a circulação não é livre, ilimitada, ela estabelece definitivamente suas possibilidades de emergência – uma canção desse tipo pode ser entoada em manifestações, em festivais, pode ser ouvida no rádio, mas dificilmente aparecerá em uma sala de aula, em uma reunião política, com exceção de quando o discurso se torna resistência.

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar [...] sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas idéias determinantes dos “senhores do pensamento” de uma época verbalmente expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. (Bakhtin, 2003, p. 294).

É preciso destacar que não tomamos aqui a enunciação, a produção discursiva como fato individual e intencional, como a toma Bakhtin, mas é preciso não deixar passar que os discursos, como brevemente já mencionamos e que agora aprofundaremos, são produzidos em condições sócio-históricas marcadas que sustentam e são sustentados por *vontades de verdade* e abrem a possibilidade da retomada de outros discursos, os *já-ditos*. Se Bakhtin se baseia no *dialogismo* para sustentar sua base teórica, tomamos de nossa parte as noções de *interdiscurso* e de *memória discursiva* que estão na base de toda e qualquer produção discursiva. Os enunciados são retomados e reagrupados em gêneros discursivos que possibilitam, em cada época e lugar, a produção de sentidos de acordo com a sua ampla ou restrita circulação. Os

gêneros são definidos no interior das formações discursivas, que buscam na sua estrutura composicional, na marca de seu tema, uma possibilidade para aquilo que se “quer” dizer, para o seu conteúdo. Desse modo, é definido ao mesmo tempo o “como transmitir” aquilo que se quer dizer e sua possibilidade de circulação, seu alcance na cadeia social.

Durante a vigência de regimes ditatoriais os processos de exclusão dos discursos apontados por Foucault (2004) tornam-se mais evidentes, e aquele que mais salta aos olhos, sem dúvida, é a *interdição* – que dita que não se pode dizer tudo, em qualquer lugar, e que qualquer sujeito não pode falar de qualquer coisa –, que se manifesta claramente por meio da censura e das formas de repressão política. Também é claro que esses mecanismos de controle sistematizados no interior da estrutura ditatorial compartilham vontades de verdade que as associam à interdição. Sobre esse outro mecanismo de exclusão, Foucault afirma que a vontade de verdade “é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (2004, p. 17); e ainda aponta que “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma instituição tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (p. 18).

Esses procedimentos de exclusão e controle da produção discursiva se relacionam com as possibilidades de dizer para determinadas formações discursivas e os modos de circulação de seus discursos, que estabelecem, de fato, o predomínio e a conseqüente hegemonia de um determinado gênero do discurso em diferentes épocas.

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de um certo gênero do discurso*. Essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetivas (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal dos seus participantes, etc. (BAKHTIN, 2003, p. 282, grifos do autor).

É importante sempre salientar, e por isso mais uma vez o fazemos, que entendemos aqui o sujeito como constituído em um âmbito socioideológico-histórico, e que desse modo, essa vontade que permeia a escolha de determinado gênero do discurso se dá conforme sua posição de “fala”, que passa pelo crivo de sua posição-sujeito e seu domínio do interdiscurso.

Retomando os discursos de resistência à ditadura militar no Brasil, notamos um encadeamento e, talvez mais visível, uma descontinuidade que se materializa na produção discursiva da “esquerda”. De início, as manifestações e as mobilizações de estudantes, operários e sindicalistas, apoiados por outros setores da sociedade, ganham enorme

visibilidade e se sobrepõem, mas ora também se misturam a ela, à articulação política característica dos partidos. Com o apoio das massas, as passeatas ganham destaque ao emitirem um sem-número de palavras de ordem que pediam o fim da repressão e da ditadura e a união do povo para a retomada da democracia no país. A produção incessante de palavras contra o regime em meio às manifestações pode ser evidenciada na imagem abaixo:



Figura 1 – Manifestantes durante a Passeata dos Cem Mil, realizada em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, em protesto pela morte do estudante Édson Luis em função da repressão policial – Arquivo Agência Estado (AE).

A figura acima mostra faixas que estampam reivindicações que passam pela situação das universidades, dos presos, das verbas públicas, todas calcadas em uma luta simbólica maior contra a repressão e a ditadura. Esse gênero de discurso é comum às manifestações de rua, seja de universitários que lutam por melhorias no ensino, de operário, por melhores condições de trabalho, de ambientalistas, pela preservação da fauna brasileira, ou das massas, contra possíveis corrupções de um governo. Palavras de ordem eram entoadas pela multidão que tomava conta das ruas e eram transcritas em faixas, bandeiras e cartazes que circulavam à visão de todos. São textos curtos, que se assemelham a *slogans*⁵⁹, tais como “Abaixo a ditadura”, “É proibido proibir”, “Liberdade para os presos”, “Só o povo unido/armado derruba a ditadura” ou “Fora repressão assassina”. Esse gênero, como já mencionado, se mistura e se

⁵⁹ Faremos uma análise desses enunciados-*slogans* no item 3.5.3, observando a midiaticização que muitas vezes acompanha essa produção discursiva, levando em conta a passagem de uma sociedade repressiva para uma sociedade midiática.

confunde com as palavras de ordem que são entoadas durante as passeatas. Há aí não só uma sobreposição de um mesmo enunciado, mas um movimento discursivo que se dá de uma materialidade a outra e constitui gêneros discursivos diferentes – nesse caso, gêneros que mantêm uma hegemonia⁶⁰ comum: o cartaz/faixa que emite enunciados-*slogans* de resistência e as canções que entoam essas palavras de ordem, ainda que os enunciados sejam os mesmos.

No âmbito da cultura, peças de teatro como as de Plínio Marcos e de Chico Buarque sustentavam uma crítica ao panorama político da época, mas foi a música, neste contexto, o maior destaque da resistência política, pois teve grande amparo da mídia, principalmente a televisiva. Sidney Miller⁶¹ enfatizava: “O patrão sustenta o café, o almoço / O jornal comenta, um rapaz tão moço / O calor aumenta, a família cresce / O cientista inventa uma flor que parece / A razão mais segura pra ninguém saber / De outra flor que tortura, pois é pra quê?”; Chico Buarque e Gilberto Gil⁶² cantavam “Como é possível acordar calado / Se na calada da noite eu me dano. / Quero lançar um grito desumano / Que é uma maneira de ser escutado”; e Geraldo Vandré⁶³ ressaltava a resistência ao regime e concluía que “esperar não é saber. / Quem sabe faz a hora e não espera acontecer”. Assim, os gêneros da cultura popular tinham espaço de contestação na medida em que a censura ainda tentava se disfarçar, esconder-se por traz de uma liberdade de expressão ilusória que marcava a ditadura, abrindo espaços para que letras de contestação, quase sempre implícita, driblassem a censura e circulassem na mídia, principalmente nos grandes festivais de MPB veiculados pelos canais de televisão Excelsior, Record e Globo, nesta sequência.

Com o aumento da repressão por parte do regime militar, principalmente a partir de 1968, muitos dos artistas que contestavam a política repressiva adotada pelo governo militar foram obrigados a deixar o país, provocando um retraimento nas formas de resistência por meio da cultura e sustentadas pela mídia. Policiais encerravam shows e festivais de música e

⁶⁰ Essa hegemonia comum se dá apenas no momento de realização do enunciado: um enunciado como “Só o povo unido derruba a ditadura” estampado em um cartaz e entoado em coro pela multidão em uma mesma passeata, embora em gêneros distintos, produzem efeitos de sentido próximos. Porém, ao serem retomados, já se distanciam na medida em que o enunciado no cartaz pode surtir um efeito de sentido de “romantização” da luta contra o regime em uma foto estampada em um livro escolar ou em um jornal, mas o mesmo enunciado entoado por uma multidão em outra manifestação contra uma ditadura no século XXI sofre deslocamentos de sentido em função da própria condição de produção do discurso. Vale retomar, como aponta Foucault (2007), que o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.

⁶¹ MILLER, Sidney. Pois é, pra quê?. In: *Brasil, do guarani ao guaraná*. Rio de Janeiro: Elenco, 1968.

⁶² A música *Cálice* foi composta em 1973, mas impedida pela censura de ser tocada nos shows já que era considerada subversiva, sendo lançada em disco somente em 1978: BUARQUE, Chico; GIL, Gilberto. *Cálice*. In: *Chico Buarque*. PHILIPS, 1978.

⁶³ A canção de protesto de Geraldo Vandré, “Pra não dizer que não falei das flores”, também conhecida como “Caminhando”, ganhou o prêmio de segundo lugar no Festival da Record, em 1968, mas logo foi censurada pelo regime militar, impossibilitando sua gravação imediata: VANDRÉ, Geraldo. *Pra não dizer que não falei das flores*. In: *Geraldo Vandré*. São Paulo: Som Maior, 1979.

grupos de “caça aos comunistas”⁶⁴ agrediam artistas que eram vinculados a manifestações culturais ligadas à resistência política ou simplesmente à crítica da situação do Brasil, manifestações que consideravam subversivas. Também as passeatas foram gradualmente reduzidas com a forte repressão e o conseqüente afastamento das massas, até o seu desaparecimento total.

A resistência cai na clandestinidade e encontra nas organizações de esquerda que sustentavam a luta armada a grande via para a derrubada do regime militar e para assumir o poder no Brasil. Mas, de que forma dizer? Como fazer seu discurso radical, suas reivindicações e suas palavras de ordem chegarem aos ouvidos da população, principalmente a marginalizada, e os incentivarem a aderir à luta? Para isso, encontraram no gênero doutrinário a via de acesso (bastante restrita, vale dizer) ao povo e, ao mesmo tempo, ao governo, e por meio de manifestos, comunicados e cartas acreditavam que atingiam e conscientizavam todas as esferas da sociedade sobre o papel repressivo do regime. Havia nesse ponto uma hegemonia de um único gênero, o doutrinário⁶⁵, que encontrava no fortalecimento da “esquerda”, pela luta armada, seu papel de divulgação de ideais revolucionários.

A “esquerda”, antes centralizada em torno do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como observamos rapidamente logo no início deste capítulo, já se articulava também paralelamente a ele desde o início da década de 1960, antes mesmo do Golpe Militar de 1964, constituindo, dessa forma, uma “nova esquerda brasileira”, pautada por um discurso radical, ainda que de início não sustentasse o discurso da luta armada, mas que já tomava o gênero doutrinário como via de divulgação de suas ideias e de acesso ao povo. Com o recrudescimento da ditadura, este gênero torna-se a única via de divulgação de seus ideais, colocando em circulação, por meio de panfletos mimeografados, comunicados e manifestos de repúdio à ditadura e promoção de ideias radicais quase sempre ancoradas pela luta armada nas cidades e no campo. Por meio desses discursos, os resistentes constituíam-se, como

⁶⁴ Havia, notadamente em São Paulo, um grupo cujos membros eram, a maioria, ligados à Universidade Mackenzie, que se articulou com o objetivo de combater os movimentos de “esquerda”, atuando de maneira efetiva em espaços culturais, agredindo e humilhando artistas que consideravam subversivos. Este grupo autodenominado Comando de Caça aos Comunistas (CCC) não tinha, aparentemente, nenhum vínculo efetivo com o regime militar brasileiro. Já durante o processo de abertura política, iniciado a partir da segunda metade da década de 1970, outro grupo se destacou com atentados a bomba a órgãos da imprensa, por exemplo, e ameaças de morte a pessoas que julgavam comunistas; grupo este que ficou conhecido como Aliança Anticomunista (AAC).

⁶⁵ É interessante observar, o que faremos de forma mais cuidadosa no decorrer deste capítulo, que as palavras de ordem se deslocam de cartazes e canções para o próprio gênero doutrinário, mas, neste caso, aparecem ainda mais como uma espécie de *slogans* políticos, na medida em que resgatam seus projetos de luta e incentivam o povo a pegar em armas para a “derrubada” da ditadura no Brasil.

veremos ainda em análise realizada neste capítulo, como grupo e formavam da “esquerda” uma identidade pautada no radicalismo de seus discursos, que são, em muitos casos, transpostos para as ações de guerrilha.

Nesse ponto é interessante observar que o gênero doutrinário, em especial, apresenta relação constante entre o público e o privado, pois se dirige a si, no sentido de estabelecer suas posições e seus programas de ações políticas, mas também se dirige ao outro, principalmente à população que quer ao seu lado na luta contra a ditadura.

[...] os gêneros do discurso, as posições enunciativas e o limite entre as instâncias pública e privada não são fatores distintos, mas complementares e indissociáveis. Talvez pudéssemos, inclusive, conjecturar que os gêneros condicionam as posições assumidas pelo enunciador e que são eles próprios condicionados diferentemente pelas esferas pública e privada da atividade social e histórica (PIOVEZANI, 2009, p. 146).

Com o cerco fechado à resistência radical, a crise econômica que pôs fim ao “Milagre Econômico”, os abalos na estrutura política provocados, em parte, pela própria crise econômica e por denúncias de casos de tortura e mortes pela repressão militar (Vladimir Herzog é o exemplo mais concreto), abria-se a possibilidade para um processo de distensão da ditadura militar que estimularia a abertura política e que também possibilitaria o retorno daqueles que estavam exilados. A grande mídia se beneficia do enfraquecimento da censura e toma os relatos, tanto daqueles que participaram efetivamente da resistência ao regime quanto daqueles que atuaram nos porões da ditadura, na possibilidade de recontar a história – construção da verdade histórica – de um passado que se colocara como obscuro, opaco na memória social. Tem-se naquele momento um *boom* dos relatos memorialistas que, em parte, contribuíram para uma “romantização” da luta armada e também com a construção de uma história do tempo presente. Há, com isso, mais uma inversão na ordem do discurso e mais uma sobreposição de determinado gênero do discurso em relação a outros. O gênero memorialista e o jornalístico (possivelmente a mídia como um todo, desde o jornalismo até a publicidade) se evidenciam neste momento e abrem a possibilidade de constituição do espetáculo político – como veremos no Capítulo 4, o recurso a imagens nas páginas de jornais e revistas impressas, como as páginas 26 e 27 da edição de 26 de dezembro de 1979 da revista *Veja*, que reproduzimos por meio da Figura 2⁶⁶, tornava-se cada vez mais efetivo,

⁶⁶ Destacamos, para este momento, as imagens apenas a título de exemplificação, pois, no Capítulo 4, faremos uma análise detalhada do processo de espetacularização da política no Brasil, tomando como objeto o discurso da mídia e dos textos memorialistas.

possibilitando a construção de jogos de/com a memória que contribuem para a constituição de um espetáculo político.



Figura 2 – Seção ‘Terrorismo’ da matéria “A década da abertura” (VEJA, 1979u)

Há, nesse caso, um deslocamento da forma discursiva do predominantemente verbal para a emergência de textos sincréticos e, em alguns casos, não verbais.

Vale salientar mais uma vez que em cada fase, em cada momento, os gêneros que destacamos não “existiram” solitários, mas que o documento, os comunicados emitidos pelas organizações de “esquerda” estiveram presentes em toda a história da política nacional, e que ganharam destaque na fase repressiva da ditadura em função da única via de resistência forte ao regime, a clandestinidade provocada pela censura e pela repressão. As palavras de ordem não deixaram de ser entoadas, sustentadas em cartazes e faixas e pichadas em paredes de muros e escolas ainda com o aumento da repressão, mas sofreram com o processo de forte censura e restrição de circulação, caindo para um segundo plano na luta política; com o processo de abertura, esse gênero do discurso é retomado e fortalecido, principalmente com a campanha pelas *diretas-já*, que trouxe um novo *boom* das manifestações políticas de rua. O mesmo ocorre com a resistência por meio das manifestações artísticas, pois basta observar, ainda durante o período de ditadura militar, que a literatura chamada marginal destacou-se principalmente durante a fase mais dura do regime, mas em função dessa mesma repressão teve seus meios de circulação restritos, o que levou à sua pouca difusão. Talvez o gênero jornalístico, a mídia em geral, seja o mais peculiar nesse período ditatorial, pois viveu três

fases inteiramente distintas: com a censura disfarçada, apresentava em alguns casos os atos de contestação ao regime, mas com a repressão pós-AI-5, contribui para o apagamento da resistência, e com o processo de abertura política, reestrutura-se e se fortalece, incumbindo-se da construção de uma história do tempo presente, sempre retomando os relatos de um passado recente.

Os últimos gêneros mencionados (doutrinário, memorialista e jornalístico), e que caracterizaram os momentos de forte repressão por parte do regime militar e de abertura política lenta e gradual, serão objetos de análise de nosso trabalho neste capítulo (o doutrinário) e no seguinte (o memorialista e o jornalístico). Com isso, objetivaremos verificar a constituição de uma identidade de esquerda amparada no radicalismo de seu discurso e a consequente manutenção ou dissolução dessa mesma identidade quando a mídia retoma os relatos daquele momento para a constituição de uma história do tempo presente. Assim, nosso enfoque se dará na transição de uma sociedade repressiva para uma sociedade midiática.

3.2. A heterogeneidade perpassa a dicotomia direita/esquerda: questão de identidade

Uma das dicotomias mais importantes da modernidade e que, mesmo com as dissoluções, liquefações e fragmentações associadas à chamada modernidade tardia, nunca deixou de ser problematizada é a de *esquerda* e *direita*. Segundo nos mostra Bobbio, “‘direita’ e ‘esquerda’ são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habilmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas” (1995, p. 31). Porém, ainda que essa distinção seja sempre retomada em meio a uma discussão política, social, ou mesmo em outros campos devido à carga semântico-ideológica a que os termos são remetidos, observa-se um enfraquecimento da dicotomia a partir da crise da modernidade e o surgimento da modernidade tardia ou pós-modernidade⁶⁷, que escancara cada vez mais a heterogeneidade do discurso político.

⁶⁷ O termo aqui utilizado se refere a uma transição dos fundamentos da chamada modernidade para um novo rumo, é o que apresenta Giddens (1991, p. 52): “Se estamos nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade, isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social”. Vale ressaltar ainda que alguns autores preferem utilizar outros termos para designar este movimento de superação dos ideais da modernidade, tal como “modernidade tardia”, utilizado muitas vezes por Stuart Hall (2000; 2003), e “modernidade líquida”, utilizado por Zygmunt Bauman (2005).

Piovezani Filho (2003a) aponta que nos séculos XX e XXI tende-se a conceber a esquerda como herdeira da razão iluminista e da revolução, enquanto a direita como reacionária, ultranacionalista, conservadora e capitalista. Porém, afirma que “trata-se de uma espécie de avesso, no universo político dos atributos eufóricos e disfóricos atrelados a cada uma dessas noções, visto que amiúde identifica-se a direita a valores positivos e a esquerda a negativos, como, por exemplo, na linguagem religiosa [...]” (p. 12). Já em relação à crise que se estabelece na oposição entre direita e esquerda no universo político, temos que:

Na base e na origem das primeiras dúvidas sobre o desaparecimento da distinção, ou ao menos sobre a sua menor força representativa, estaria a chamada crise das identidades. Pode-se tranquilamente objetar, como já foi feito, que na realidade as ideologias não deixaram de existir e estão, ao contrário, mais vivas do que nunca. As ideologias do passado foram substituídas por outras, novas ou que pretendem ser novas (BOBBIO, 1995, p. 33).

Com o advento da modernidade tardia, as identidades deixaram de ser fixas passando a ser um processo em desenvolvimento, que se transforma no decurso da História. Com a problematização da questão das identidades a partir dos anos 60, com a pós-modernidade, em que algumas premissas da modernidade são superadas, tais como as ideias de progresso e de racionalidade crítica, também se problematizaram outros conceitos como o de esquerda e de direita. O mesmo se pode atribuir às questões em torno das ideologias, como acima nos mostrou Bobbio; muito se afirma que as ideologias entraram em crise a partir da segunda metade do século XX, principalmente com o declínio dos grandes Estados socialistas, porém, o que realmente se vê é a consequente tendência da pós-modernidade, ou seja, as transformações e buscas por novas ideologias, tal como acontece com as identidades. É nesse sentido, na busca por novos paradigmas, que a dicotomia direita/esquerda deixou de ser fixa e se fragmentou em uma múltiade⁶⁸.

Nesse novo universo político, mais complexo, a separação em duas únicas partes torna-se ultrapassada, inadequada.

Em um pluriverso como o das grandes sociedades democráticas, nas quais as partes em jogo são muitas, e têm entre si convergências e divergências que

⁶⁸ O termo múltiade não aparece no dicionário Houaiss da língua portuguesa (2001), talvez mesmo em função de seu emprego recente que indica transformações no campo político, que levaram Bobbio (1995) a pensar uma reorganização nos paradigmas ideológicos. Enquanto o termo “diade” (junção do prefixo *di-* com sufixo *-ade*) aparece dicionarizado designando *grupo de dois*, a contemporaneidade exigiu do teórico a criação de um termo que indicasse um conjunto abundante.

tornam possíveis as mais variadas combinações de umas com as outras, não se pode mais colocar os problemas sob a forma de antítese, de ‘ou-ou’, ou direita ou esquerda, quem não é de direita é de esquerda ou vice-versa (ibidem, p. 35).

Diante disso vê-se o surgimento de outras designações tais como centro, centro-direita, centro-esquerda, etc. que saem de uma díade para uma múltipla. É uma linha tênue que se acentua entre a esquerda e a direita, já que a esquerda, segundo Giddens (1996) passou de um radicalismo para um conservadorismo a partir da crise do socialismo no pós-URSS, por isso, hoje, encontra-se comumente na política quem se denomine como pertencente, por exemplo, a um socialismo liberal, daí nota-se que ao invés de um “ou-ou”, tem-se agora um “e-e”.

Com o Muro de Berlim, caiu a idéia de uma totalidade estável, de uma ordem perfeita construída pela humanidade: um triunfo da idéia de fragmentação. Com o comunismo, caiu a crença na história como um caminho planejado de progresso inevitável: uma vitória, então, da noção de previsibilidade. Com o colapso de um “socialismo realmente existente”, terminou a crença em seres humanos como um processo coletivo: uma batalha vencida pelo antropocentrismo. A questão relevante para a Esquerda é como ela deveria reagir a essa nova realidade. Temos de rejeitá-la? (ESCUADERO, 1997, p. 296).

Ainda que Bobbio (1995) insista na ideia de que a oposição direita/esquerda é excludente na medida em que não é possível ser ao mesmo tempo de esquerda e de direita, é possível observar que seus discursos são constantemente atravessados e abrem, com isso, a possibilidade de convergência em alguns aspectos. Ora, esse movimento se dá mesmo pelas condições de produção de seus discursos.

Há sem dúvidas, hoje, um enfraquecimento crescente dessa dicotomia e a recusa passa, mesmo, por aqueles que antes a reivindicavam. Giddens (1997, p. 37) afirma que “o mundo em que vivemos hoje não está sujeito ao firme controle humano – o estofo das ambições da Esquerda e, poder-se-ia dizer, os pesadelos da Direita. Quase pelo contrário, ele é um mundo de deslocamentos e incertezas, um ‘mundo fugitivo’”. Há, nesse ponto, forte influência do processo de globalização que se verifica atualmente e que converge para outras problemáticas ligadas ainda a manifestações políticas, como: o feminismo, o fundamentalismo; ambos associados a uma rearticulação da tradição, um expansão daquilo que Giddens (1997) denomina como reflexividade social, em que o indivíduo deve filtrar todo tipo de informação etc.; desse modo, afirma-se que o socialismo, principalmente na Europa,

esteve em voga quando, principalmente, o nível de globalização e de reflexividade eram baixos.

No Brasil, em processo semelhante ao de grande parte da América do Sul, assolada por grandes ditaduras, a oposição direita/esquerda era evidente e quase exclusiva durante todos os 21 anos de governo militar. Ambientando-se em uma ideia que pode ser sintetizada pela expressão “se não está conosco, está contra nós”, estabelecia-se um ambiente político bipolarizado, em que ou o cidadão era a favor da política estabelecida pelo regime militar, ou era contra e, por isso, deveria lutar pela sua derrubada. Ainda que essa bipartição fosse ilusória e desconsiderasse a inércia de grande parte da população e ainda lutas paralelas, sua propaganda era cara tanto ao governo quanto às organizações de resistência ao regime, na medida em que possibilitava o fortalecimento da repressão por parte de um e dava motivos para a luta armada por parte de outro.

Em meio ao forte controle da mídia que impedia um processo de abertura e globalização e, evidentemente, de reflexividade, a estrutura política fortalecia a dicotomia e abria espaço para um crescimento – e também uma clara fragmentação – da esquerda no Brasil, criando sua própria identidade, como veremos, no seio da luta (armada) contra o regime opressor. Assim, distanciando-se da estrutura inerte e, também conformista, do Partido Comunista Brasileiro, inúmeros grupos surgiram no Brasil, o que possibilitou a formação de uma “Nova Esquerda”.

Neste novo campo imagético da revolução, os mitos da nova esquerda deixaram de ser as figuras clássicas da história dos PCs, para serem substituídas pelas figuras românticas da guerrilha de Che Guevara e Fidel Castro. Além disso, foram alvos de crítica, também, as instituições partidárias da esquerda tradicional, por serem incapazes de canalizar uma energia renovada da revolução (DE DECCA, 2004, p. 21).

Na contramão de uma política das esquerdas tradicionais que vislumbravam o poder por meio de um enfraquecimento acentuado do capitalismo – uma crise no interior do próprio sistema que possibilitaria a “revolta” do povo e a adesão a políticas comunistas e socialistas –, a nova esquerda propunha, com suas diferenças de posicionamentos, suas inclinações para determinada teoria socialista ou comunista, a luta, ainda que radical, como forma de acabar com o regime e o sistema opressores, e atingir o “poder” para a constituição de uma política igualitária.

Em meio à grande fragmentação e às inúmeras fissuras encontradas no interior da esquerda do período, e mesmo no interior do que se toma como a “Nova Esquerda”, era

possível estabelecer uma identidade única para a esquerda brasileira da época? Antes de indicarmos a possibilidade de uma identidade da esquerda e, se ela realmente existia, como ela foi construída, faz-se necessário compreender as possibilidades de encaminhamento para uma formação discursiva de esquerda. Serão essas as problemáticas às quais nos ateremos de agora em diante, neste capítulo.

3.2.1. Uma formação discursiva de esquerda: teoria e análise

3.2.1.1. As FDs e o papel da memória

Courtine ([1981] 2009a), assim como Robin (1977), propõe que se retome o conceito de formação discursiva (FD) por meio de uma releitura dos trabalhos de Michel Foucault, pois este conceito, em *Análise do Discurso*, era até então baseado em famílias de paráfrases discursivas, constituídas a partir de um postulado de coerência interna baseadas sobre a identidade semântica da formação discursiva. Courtine ([1981] 2009a), ao propor, então, uma releitura de Foucault, estabelece as FDs no interior da heterogeneidade capaz de abrigar enunciados divididos, possibilitando o surgimento da noção de memória discursiva, em que, aqui retomamos Sargentini (2010, p. 98), os enunciados fazem circular formulações já enunciadas, “produzindo um efeito de memória na atualidade de um acontecimento”.

O enunciado se insere em uma série de formulações, dominadas por uma FD e que mantém com outras FDs relação de contradição, no fato mesmo em que aparece seja para superá-las, seja para aprofundá-las. Em um primeiro momento, Foucault (2007) aponta que o enunciado não é a frase, nem a proposição, nem o *speech act* (os atos de fala); o enunciado são também essas estruturas linguísticas, mas não só elas.

Será preciso finalmente admitir que o enunciado não pode ter caráter próprio e que não é suscetível de definição adequada, na medida em que é, para todas as análises da linguagem, a matéria extrínseca a partir da qual elas determinaram seu objeto? Será preciso admitir que qualquer série de signos, de figuras, de grafismos ou de traços – não importa qual seja sua organização ou probabilidade – é suficiente para constituir um enunciado, e que cabe à gramática dizer se se trata ou não de uma frase; à lógica, definir se ela comporta ou não uma forma proposicional; e à análise, precisar qual é o ato de linguagem que pode atravessá-la? Neste caso, seria necessário admitir que há enunciado desde que existam vários signos justapostos – e, por que não, talvez? – desde que exista um e somente um. O limiar do enunciado seria o limiar da existência dos signos (p. 95).

Neste ponto, é caracterizada a própria natureza semiológica do enunciado. Courtine (2009a), retomando o estudo de Michel Foucault de *A arqueologia do saber*, afirma que “o enunciado caracteriza-se por *quatro propriedades* que delimitam sua ‘função de existência’, a ‘função enunciativa’” (p. 86), são elas: i) o enunciado está ligado a um referencial; ii) o enunciado mantém com um sujeito uma relação determinada; iii) o enunciado tem um domínio associado (uma área); iv) o enunciado apresenta uma existência material, distinta daquela da enunciação. Como mostra Deleuze (2005, p. 15), “não há possível nem virtual no domínio dos enunciados; nele tudo é real, e nele toda realidade está manifesta: importa apenas o que foi formulado, ali, em dado momento, e com tais lacunas, tais brancos”. Observa-se, dessa forma, que o enunciado para Foucault não é o mesmo que o enunciado trabalhado em gramática (normativa/prescritiva) ou, ainda, pela linguística estabelecida em um viés estruturalista.

Nesse ponto, é preciso observar que a própria definição de enunciado discursivo, e mais, a compreensão das quatro propriedades que compõem o enunciado são de fundamental importância para o que se toma como formações discursivas. Foucault apresenta a seguinte definição para o que chama de formações discursivas:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (2007, p. 43, grifos do autor).

Em um primeiro momento de acepção deste conceito no campo da Análise do Discurso, Pêcheux, ao lado de Henry e Haroche ([1971] 2007), não assume uma reivindicação dos trabalhos de Michel Foucault, buscando nos estudos marxistas – o materialismo histórico

– sua relação com as formações ideológicas⁶⁹. Por meio de um princípio de aceitabilidade inerente às FDs verificamos aquilo que pode e deve ser dito (COURTINE, 2009a).

Em *Vérités de La Palice* (1975), de Pêcheux, nota-se já, mas sem uma identificação nominal, a presença do outro, marcado no discurso (na própria estrutura linguística) e identificado com uma formação discursiva, que nesse momento se dá como homogênea. A ideia de heterogeneidade das formações discursivas aparecerá, de fato, apenas na tese de Courtine, em 1981, por meio da ideia de *enunciado dividido*, clivado por mais de uma formação discursiva.

[...] a sequência dos termos “referir-se” (implicitamente ou não), “repetir”, “modificar”, “adaptar”, “opor-se a”, etc. indica que o enunciado insere-se em uma série de formulações entre as quais algumas são dominadas *pela mesma* FD que aquela que domina a sequência discursiva de onde ele é extraído (são produzidas em CP homogêneas), ao passo que outras, às quais o enunciado deve-se opor, referir-se implicitamente, modificar, etc., podem ser produzidas em CP heterogêneas em relação às suas, *isto é, sob a dominância de uma ou várias outras FD, mantendo relações de contradição* (antagonismo, aliança, ajuda, cobertura, recuperação, etc.) *com a primeira* (COURTINE, 2009a, p. 90, grifos do autor).

É possível, portanto, observar regularidades intrínsecas aos enunciados e que se refletem na constituição (e por elas são constituídas, na relação interdiscursiva) de formações discursivas, não homogeneidades. Todo enunciado é ao mesmo tempo fruto de uma relação própria a uma determinada FD e assombrado, e muitas vezes atravessado⁷⁰, pelo outro que a ele se opõe. Portanto, um enunciado “dialoga” com enunciados inscritos em uma mesma formação discursiva, mas também com enunciados de outras, na medida em que traz consigo a contradição (FOUCAULT, 2007).

⁶⁹ Gregolin (2007) mostra que o conceito de FD é o ponto de articulação entre Pêcheux e Foucault na construção de uma análise de discursos; assim, aponta que, “centrados na articulação entre sistematicidade e dispersão, os desenvolvimentos do conceito de FD mostram que a aproximação entre Pêcheux e Foucault se dá na direção de uma idéia cada vez mais forte de heterogeneidade” (p. 155). Porém, ainda sem reivindicar esse diálogo, Pêcheux articula uma primeira noção de FD nos estudos do discurso vinculada ao materialismo histórico, com a seguinte caracterização: “Avançaremos, apoiando-nos sobre grande número de observações contidas naquilo que denominamos ‘os clássicos do marxismo’, que as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que *não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: como apontávamos no começo, as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam. Podemos agora deixar claro: as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma *formação discursiva* a outra” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, [1971] 2007, p. 26, grifos dos autores).

⁷⁰ Não é todo e qualquer enunciado linguístico (e também imagético) que se constitui como um enunciado dividido.

Em consequência das reformulações ocorridas no campo da Análise do Discurso, Pêcheux, em *Discurso: estrutura ou acontecimento* ([1983] 2003), já explicita as contribuições de Foucault para a formulação do conceito de FD e escancara a heterogeneidade ao mostrar que o discurso é unidade (verificada na estrutura) e também dispersão (que se dá na emergência do acontecimento).

[...] toda descrição – quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual não muda nada, a partir do momento em que nos prendemos firmemente ao fato de que “não há metalinguagem” – está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados, é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação (PÊCHEUX, 2008, p. 53).

Na própria relação entre a formulação e o interdiscurso produz-se um efeito de memória que encontra na dispersão – discursos ora produzidos, mas dispersos em busca de novos sentidos – a possibilidade da construção de novos e diferentes sentidos. Na emergência de um enunciado, produz-se o acontecimento que constitui o novo no repetível; no *intradiscurso* (a formulação) encontra-se a possibilidade do dizer (o já-dito e o jamais-dito), que têm nas relações *interdiscursivas* os efeitos de sentido inscritos em determinada FD, constituindo também efeitos de memória. Torna-se interessante, então, destacar que tanto no intradiscurso quanto no interdiscurso há estrutura e acontecimento. Para que isso fique melhor exposto, tomemos brevemente o seguinte exemplo, retirado do *corpus*:

(1) *Comunicado nº1* (Guerrilha do Araguaia): *O povo unido e armado derrotará seus inimigos* (In: VÁRIOS AUTORES, 1996, p. 35).

Se tomarmos em primeiro lugar o nível da formulação (o intradiscurso), notamos um encadeamento sintático que coloca o *povo* no papel de agente, na ação de luta contra seus inimigos, e apresenta, ao mesmo tempo, uma construção linguística simples (oração simples, com sujeito e predicado) que revela uma estrutura (seus encadeamentos: suas escolhas paradigmáticas e arranjos sintagmáticos) e um acontecimento, pois ainda que esse enunciado (essa mesma estrutura linguística) não seja novo, original, ele produz um sentido singular no seu aparecimento, na sua enunciação. Por outro lado, no nível do interdiscurso, o acontecimento é mais evidente, na medida em que se dá uma escolha enunciativa no interior

de uma determinada formação discursiva que aponta um leque daquilo que pode (e deve) ser dito, revelando, também, uma estrutura, na medida em que abre a possibilidade de “escolha”; na história, alguns enunciados são retomados, constituindo novos e diferentes sentidos. Tem-se, então, no exemplo, a retomada de um enunciado de “enfrentamento”, de “combate”, próprio dos momentos de conflito, principalmente entre Estado e povo, que nesse momento histórico constitui um efeito de sentido de luta contra a ditadura (e também contra os homens que “sufocam” a população rural: os proprietários de terras, grileiros etc.). Vê-se, portanto, que na escolha de determinados termos (o verbo “derrotar”, que demarca o campo da luta; as adjetivações para povo, “unido” e “armado”, que delimitam um grupo de combate; a designação do adversário, o “inimigo”), os sentidos já se constituem (há, então, na própria formulação, estrutura e acontecimento); e que ao retomar um enunciado próprio do combate, da luta, quase sempre, política, os sentidos se põem de fato na emergência do enunciado em determinado momento histórico, a ditadura militar, evidenciando, também no interdiscurso, a relação entre estrutura e acontecimento.

Com essas discussões, e retomando o que apresentamos no capítulo anterior, observa-se que o analista do discurso reclama a contribuição do trabalho do historiador, para, nas rupturas e inversões no movimento histórico, estabelecer as relações de sentido para o presente e possibilitar uma memória para o futuro.

3.2.1.2. Uma formação discursiva de esquerda: elementos para uma identidade da esquerda brasileira à época da repressão política

Será possível pensar em uma FD de esquerda na medida em que pudermos observar uma articulação entre as funções enunciativas. Se em princípio temos uma fragmentação⁷¹ nos movimentos que tomaram para si a designação “esquerda”, seriam mesmo tão distintos ainda que constituídos na resistência? Ora, se não são, então há convergência de pensamento e, logo, estão calcados numa mesma ideologia? Em princípio, tínhamos em torno de vinte

⁷¹ Em documento de maio de 1969, intitulado “O papel da ação revolucionária na organização”, a Ação Libertadora Nacional (ALN) apresenta a impossibilidade de promover, como houve na França, uma frente única de luta para a esquerda, ao afirmar que “Para os revolucionários brasileiros, a frente única é uma necessidade. Mas no nosso caso, dada a disparidade de colocações e proposições das organizações revolucionárias, a frente única era impossível antes do surgimento da primeira ação armada” (In: REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 277). Porém, apontam ainda que a partir do início das ações e a “potência de fogo” apresentada, é possível chegar a uma frente única. Esses pontos indicam a fissura do movimento, mas, como veremos adiante, o discurso da luta, e também suas ações, pode manifestar aspectos que marcam a convergência da esquerda brasileira à época.

grupos⁷² que se colocaram a tarefa de combater o regime totalitário: por que uma fragmentação tão grande, se todos se denominavam da “esquerda” (ou, como vimos, ficaram conhecidos como “nova esquerda” brasileira)?

Muitos fatores aparecem como responsáveis pela grande fragmentação dos movimentos de resistência à época, mas sem dúvida um se torna bastante relevante, a clandestinidade desses grupos, que incide em dificuldades de comunicação (REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 24) e mesmo de divulgação de seus ideais: trata-se, aqui, de uma restrição das formas de circulação dos discursos, seja em um aparato tecnológico (o regime encontrou meios de controlar as ligações telefônicas, o chamado “grampo telefônico”, para a obtenção de informações sobre as ações desses grupos), seja ainda por meio dos comunicados, manifestos, cartas etc., que muitas vezes não chegavam a quem deveria ser destinados. Há ainda certa inclinação em relação a determinados modelos revolucionários internacionais, principalmente a Revolução Cubana, de 1959, e a Revolução Chinesa, amparada por sua revolução cultural, de 1966, além, sem dúvidas, da luta pela libertação nacional no Vietnã e a própria revolução russa (neste caso, em função das políticas repressivas adotadas pelo governo de Stalin, o distanciamento é grande, o que incide em certa inclinação a um modelo revolucionário de viés trotskista).

Porém, ainda que houvesse essa fragmentação, mesmo em relação aos ideais, às aproximações (e distanciamentos) ideológicas, havia certa convergência estabelecida também em relação ao passado (de onde esses grupos surgiram), já que quase todas as organizações

⁷² Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (2006) apresentam documentos de dezessete organizações (grupos) de resistência, clandestinos, ao regime militar, criados entre os anos de 1961 e 1971, e que os denominam como Nova Esquerda, na medida em que “surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista” (p. 15). São elas: Partido Comunista do Brasil (PCdoB – que em 1960 teve seu nome alterado para Partido Comunista Brasileiro, PCB), Ação Popular (AP, de 1963), Partido Comunista Revolucionário (PCR, 1966), Partido Comunista do Brasil (PCdoB – reorganizado em 1962), Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM–POLOP, 1961), Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB–AV, 1966), Comandos de Libertação Nacional (COLINA, 1967), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR, 1968), Partido Operário Comunista (POC, 1968), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT, 1969), Ação Libertadora Nacional (ALN, 1967), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR, 1968), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR–Palmares, 1969), Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML–PO, 1970), Ação Popular Marxista-Leninista (AP–ML, 1971), Organização Comunista 1º de Maio (1966), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8, 1966). Os organizadores da coletânea ainda apresentam outros oito grupos que atuaram durante o período destacado, mas dos quais não foi possível recuperar os documentos; são eles: Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR, 1964), Dissidência do Estado do Rio de Janeiro (DI–RJ, 1966 – organização que em 1969 se tornou o MR-8, mas que, com seu desmantelamento pela polícia política, voltaria com o nome Dissidência do Estado da Guanabara, DI–GB), Movimento de Ação Revolucionária (MAR, 1967), Resistência Democrática (Rede, 1968), Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT, 1969), Dissidência da VAR–Palmares (DVP, 1969), Fração Bolchevique (1970) e Movimento de Libertação Popular (1970).

emergiram de um mesmo lugar, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e nasceram de uma crítica efetiva ao processo de revolução defendido pelo PCB, centrado no que chamavam (os críticos desse modelo) de “revolução burocrática”. Isso aponta para certa convergência entre essas “esquerdas” (diremos no plural?) e a relação com uma mesma FD.

As esquerdas no Brasil [...] até meados dos anos de 1970, tenderam a privilegiar, em seus programas e lutas, questões relativas à justiça social e a soberania nacional. Em consequência, em seu âmbito, conformou-se uma cultura política nacional-estadista: o trabalhismo e o comunismo foram expressões e fatores dessa cultura, e não gratuitamente constituíram-se como as principais forças das esquerdas até 1964 (ibidem, p. 12).

O plural que se verifica na referência à(s) esquerda(s) apresenta a fragmentação da oposição e resistência a um governo que se inclina para uma posição liberal (ora neoliberal) e capitalista e, a partir de 1964, à ditadura militar que se instalara no Brasil, mas o emprego de um único termo, mesmo que nesse plural, já indica, sem que ainda observemos de maneira efetiva, pela análise linguística/discursiva, os discursos apresentados por esses grupos, uma convergência no pensamento e, conseqüentemente, na ideologia e na produção discursiva. Mas outro ponto que não deve ser deixado de lado se não quisermos perder de vista nosso principal objetivo no momento (qual seja, a negociação, e conseqüente construção, de uma identidade da esquerda brasileira do período⁷³) é o papel na resistência política assumida por esses grupos, ainda que cada qual estabeleça sua convergência ideológica, objetivando o fim da ditadura militar, e a instalação de um Estado comunista (ou socialista).

Podemos pensar em uma formação discursiva de esquerda, porém, longe de encontrar uma homogeneidade neste campo, pois dentro do que se designa esquerda à época da ditadura militar no Brasil, ainda que com suas inúmeras fraturas, tem-se um cruzamento de “posições ideológicas” verificadas facilmente nos documentos emitidos pelas organizações de resistência ao regime – são, como visto brevemente (e que retomaremos mais adiante), traços da liquidez a que são submetidos os discursos políticos na contemporaneidade e cada vez mais fragmentados na pós-modernidade. Porém, antes de mais nada, vale a pena desenrolar algumas palavras a cerca de um discurso que se coloca como a “pureza” da esquerda,

⁷³ Neste trabalho, não procuraremos discutir a formação da identidade da esquerda brasileira, pois demandaria pesquisa e uma análise de documentos e pronunciamentos dos grupos de esquerda ao menos desde de 1922, ano de surgimento do PCB. Procuraremos, por ora, apenas observar em que medida, neste momento da história brasileira, o fortalecimento de uma resistência ao regime, quase sempre sustentada pela luta armada, contribuía para a construção e também fortalecimento de uma identidade da esquerda e, até mesmo, de uma identidade brasileira à época.

ancorado em valores de resistência (radicalismo?) a uma política tida como liberal e, posteriormente, capitalista e neoliberal, princípios adotados e ora marcados pela “direita”. Nesse ponto, confrontaremos esse discurso com aquilo que Dominique Maingueneau (2008) toma como discurso constituinte.

Com o fortalecimento da repressão, os movimentos de resistência perderam o apoio das massas e se deslocaram das manifestações de rua e da mídia para a reclusão da clandestinidade. Com isso, os contradiscursos passam de gêneros populares (cf. seção 3.1) como a música, o teatro, a literatura e, ainda, os gritos e palavras de ordem de estudantes e operários nas grandes passeatas para, quase exclusivamente, o gênero doutrinário. Nesse momento, retomam, ainda que pelo apagamento do passado com o discurso do novo, então, características intrínsecas ao discurso estabelecido pela esquerda e que retorna, frequentemente, desde o Manifesto do Partido Comunista, de 1848, e fortalecido pela Revolução Russa, de 1917, naquilo que parece de mais puro que há no discurso político de esquerda. Cria-se, com isso, a ideia de um discurso que, no seu interior, dialoga apenas consigo e abre espaços para que outros discursos com ele dialoguem, por ele criem resistência e por meio dele surjam novos e diferentes discursos. Tem-se, ainda que nos distanciemos daquilo que Maingueneau (2008) estabelece como discurso constituinte – “A pretensão desses discursos, assim por nós chamados de ‘constituintes’, é de não reconhecer outra autoridade além da sua própria, de não admitir quaisquer outros discursos acima deles” (p. 37) –, uma espécie de discurso fundante/fundador (ilusão?), na medida em que rompe com a ordem do discurso e abre possibilidades para o novo, ainda que possa ser constantemente atravessado por outros discursos.

Há nesse sentido, uma tentativa de apagamento de discursos e de distanciamento dos grupos de esquerda do período de ditadura militar no Brasil em relação a uma tradição histórica de esquerda, em especial a brasileira, constituindo o discurso do novo, da novidade, como apontam Reis Filho e Sá (2006, p. 8):

Apesar de as primeiras [organizações revolucionárias], num processo de afirmação de um perfil próprio, terem postulado a condição de marco zero, pretendendo distanciar-se radicalmente de todo o passado de lutas sociais e políticas, sobretudo encarnadas pelo partido comunista e pelo partido trabalhista (o reformismo e o populismo), o fato é que não deixaram de compartilhar referências teóricas e políticas, premissas e modos de análise e de ações caros aos partidos que desejavam superar.

Isso aponta para uma convergência dentro das fissuras e a possibilidade de constituição de uma única formação discursiva, claramente marcada pela heterogeneidade discursiva, pois se por um lado há o discurso da ruptura total, principalmente em relação ao Partido Comunista Brasileiro, mas também em relação ao passado de “lutas sociais e políticas”, que cria uma ideia de gênese discursiva (o discurso original); por outro, é possível perceber no interior de seus discursos gestos de continuidade (não linear), de retomada, que são marcados pela luta⁷⁴ contra o sistema vigente. É interessante notar que ao voltar para o passado de lutas da esquerda, retomando um discurso próprio da esquerda, mesmo que em alguns momentos isso se faça para negá-los, essa “nova esquerda” brasileira inscreve-se num processo de ruptura, marcada pela não fidelidade a tal discurso fundador, principalmente em relação à tradição da esquerda brasileira, formada desde o início do século XX com o surgimento do PCB – trata-se, como veremos pelas análises que se seguem, de uma descontinuidade no interior da continuidade, o que marca, de fato, a ruptura e a não fidelidade com o passado, estabelecendo o “projeto” do novo: as relações interdiscursivas sugerem uma adesão ao discurso próprio da esquerda, mas pela instauração de novos paradigmas que propiciam a emergência de um acontecimento⁷⁵.

Com isso, vamos de encontro com o que Maingueneau sustenta a respeito do discurso político na relação com os discursos constituintes.

O discurso político nos parece operar sobre um plano diferente: ele se situa na confluência dos discursos constituintes sobre os quais se apóia

⁷⁴ Talvez, nesse aspecto, seja importante acrescentar que nem sempre o radicalismo do discurso de luta adotado pela esquerda incide em pegar em armas para combater tal sistema. No Brasil do regime militar, contudo, houve um estado de exceção marcado pela repressão violenta do próprio regime que levou a esquerda à clandestinidade e propiciou o surgimento da luta armada.

⁷⁵ Vale observar que o discurso político aparece sempre como uma projeção para o futuro, por isso cria-se sempre a ideia, pelos enunciados, pelo próprio discurso, de ruptura daí a referência constante ao “novo”. Lembremos, por exemplo, as campanhas à presidência da República para as eleições de 2010, dos dois principais candidatos: Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB); seus slogans de campanha eram, respectivamente, “Para o Brasil continuar mudando” e “O Brasil pode mais”. Nota-se, em ambos os enunciados, a inscrição da mudança, portanto o aparecimento do novo, o que marca a ruptura com uma política frequentemente adotada no país, e traz a esperança de um futuro melhor. Porém, também os dois apresentam marcas de continuidade: o discurso da petista, por sua própria filiação, explícita a continuidade pelo termo “continuar”, que revela proximidade com o governo que findava, que propunha mudanças, daí “continuar mudando”. O discurso do tucano apresenta marcas que evidenciam proximidade na medida em que aceita que o Brasil mudou, mas que “pode mais”. É interessante, então, que ambos os *slogans* produzem efeitos de sentido semelhantes, na construção da ruptura, e de certa filiação às mudanças já ocorridas no Brasil.

É esse mesmo processo, que veremos nos exemplos mais adiante, que se dá no discurso das organizações armadas. A instauração da ruptura pelo discurso do novo e a projeção de um futuro diferenciado (a esperança) é importante para a consolidação como grupo e a aceitação na sociedade, mas as marcas de continuidade (o contínuo no descontínuo) revelam o pertencimento na história. Essa construção (o novo e a tradição) circunscreve as negociações pelas identidades.

(invocando a ciência, a religião, a filosofia etc.), e os múltiplos extratos da doxa da coletividade (2008, p. 38).

Ora, para estabelecer seu lugar na luta contra o regime ditatorial e opressor, os movimentos de resistência buscavam na ilusória pureza de sua constituição pontos de suporte para a criação de uma identidade para a esquerda brasileira da época. Próprio da dicotomia direita/esquerda, acreditavam na homogeneidade de seu discurso e no afastamento total do *outro*. Isso é rompido, evidentemente, pelo caráter dialógico da linguagem e a natureza heterogênea dos discursos (BRAIT, 1997). E mais, essa heterogeneidade está também ligada à ideologia – que se dá na concretude do acontecimento – e à materialização em determinado gênero do discurso. Com isso, percebe-se que mesmo discursos que se instauram como constituintes apresentam no próprio caráter dialógico o espaço para a interação, embora, ainda como aponta Maingueneau (2008), seja próprio dos “discursos constituintes negar essa interação ou pretender submetê-la a seus princípios” (p. 37). É pela própria interdiscursividade que o novo apaga a origem, se inscreve na ruptura e instaura o acontecimento, muitas vezes refutando o que lhe é próprio e o campo a que se relaciona.

Ainda que o político se volte para outros discursos para se fortalecer, e mesmo adquirir uma ilusória estabilidade, isso não tira sua possibilidade de se constituir como discurso fundador, que dá a possibilidade de que outros discursos se formem a partir dele, que outros discursos busquem nele uma sustentação, por meio do diálogo. É nesse sentido que nos afastamos da noção de discurso constituinte: mesmo que o discurso político seja constantemente atravessado pelo *outro*, ele pode ser colocado em um patamar semelhante ao discurso da religião, da ciência, da filosofia etc. no que diz respeito a se portar como a possibilidade para novos discursos e para sua legitimação. Há nele o aspecto da singularidade, o que faz com que outros discursos voltem a ele e se formem a partir dele.

Observemos, agora, alguns exemplos que nos possibilitam verificar o aspecto de condição de um suposto novo discurso da esquerda brasileira, inscrito em uma possível ruptura com os primórdios da esquerda no Brasil, e as convergências que os ligam a uma mesma formação discursiva, mas que também abrem a possibilidade para uma heterogeneidade discursiva e, até mesmo, diferentes FDs no interior de uma mesma FD.

(2) (Ação Libertadora Nacional – ALN)⁷⁶: [...] *a guerrilha revolucionária no Brasil é uma estratégia revolucionária e que seu êxito depende a execução rigorosa de três fases: a do planejamento e preparação da guerrilha; a do lançamento da guerrilha e,*

⁷⁶ Documento da ALN, de maio de 1969, intitulado “O papel da ação revolucionária na organização”.

por último, a da transformação da guerrilha em guerra de movimento, com a formação e o aparecimento do exército revolucionário de libertação nacional (In: REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 272, grifos nossos). / O caráter revolucionário da nossa organização resulta antes de mais nada do fato de que toda a nossa ação é revolucionária e aspira à tomada do poder pela violência da guerra revolucionária. / Eliminamos da nossa organização o sistema complexo da direção que abrange escalões intermediários e uma cúpula numerosa, pesada e burocrática (ibidem, p. 276, grifos nossos). / A conquista do poder e a instauração do governo popular revolucionário são os nossos grandes objetivos, segundo os entendemos na Ação Libertadora Nacional. / Expulsaremos então os estadunidenses do país. Confiscaremos as empresas de capital privado nacional que colaborem com os estadunidenses. Confiscaremos a propriedade latifundiária e levaremos às últimas conseqüências a revolução agrária libertando o campesinato. Retiraremos o Brasil da condição de satélite da política dos Estados Unidos, tornando-nos independentes da política dos blocos militares, seguindo uma linha de nítido apoio aos povos subdesenvolvidos e em luta contra a colonização (ibidem, p. 281, grifos nossos).

(3) (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares – VAR-Palmares)⁷⁷: *A guerra revolucionária é um processo armado cujo conteúdo é essencialmente político. As forças em conflito representam interesses sociais, econômicos e políticos conflitantes, encarnando as classes antagônicas da sociedade. Como luta política armada, travada no interior de um mesmo país, a luta armada adquire forma de guerra civil revolucionária, já que, pelo caráter de um de seus blocos, objetiva a conquista do poder político, visando a destruição do sistema capitalista e a construção do socialismo. Sendo uma guerra contra o sistema capitalista, a guerra revolucionária no Brasil deve ser encarada sob o prisma do socialismo, sendo esta sua lei básica. Dirigida pela classe operária, ela está subordinada não ao seu nível de consciência, mas à sua perspectiva estratégica de classe, expressa pela vanguarda* (ibidem, 2006, p. 341, grifos nossos).

(4) (Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8)⁷⁸: *O processo capitalista reveste em nosso país a forma de capitalismo dependente, integrado no processo imperialista no qual as empresas multinacionais monopolistas constituem o motor e a burguesia estadunidense a vanguarda. / Embora mantendo as contradições com este processo, o conjunto da burguesia de capital brasileiro alia-se ao imperialismo para explorar o povo, mostrando-se incapaz em seu conjunto de dirigir ou de participar de uma luta radical antiimperialista. / [...] destruir o imperialismo significa necessariamente destruir a burguesia local e vice-versa. / Reafirmamos o papel dirigente da classe operária na revolução brasileira [...]. / Mas o proletariado (urbano e rural) não luta só. Não pode vencer só. É indispensável que sua vanguarda consiga mobilizar e organizar todas as outras forças, classes e setores sociais explorados pelo atual regime.* (ibidem, p. 432-435, grifos nossos).

(5) (Forças Guerrilheiras do Araguaia – Partido Comunista do Brasil – PCdoB)⁷⁹: *Diante do criminoso ataque das Forças Armadas governamentais, muitos habitantes*

⁷⁷ Documento da organização VAR-Palmares, de setembro de 1969, intitulado “Programa”.

⁷⁸ Documento do MR-8, de abril de 1969 e retomado em janeiro de 1971, intitulado “Linha política e orientação para a prática”.

⁷⁹ Documento da Guerrilha do Araguaia, braço armado no campo do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), de 25 de maio de 1972, intitulado “Comunicado nº 1”.

[...] resolveram não se entregar. Armaram-se com o que puderam e enfrentaram corajosamente o arbítrio e a prepotência do Exército e da polícia. Com tal objetivo, internaram-se nas matas do Pará, Goiás e Maranhão para resistir com êxito ao inimigo muito mais numeroso e melhor armado. Afim de desbaratar as operações militares da ditadura, defender suas vidas e desenvolver sua luta pela posse da terra, pela liberdade e por uma existência melhor para toda a população, decidiram formar destacamentos, criaram as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Tomaram, também, a iniciativa de fundar ampla frente popular para mobilizar e organizar os que almejam o progresso e o bem-estar, os que não se conformam com a fome e a miséria, com o abandono e a opressão. / A União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo e as Forças Guerrilheiras do Araguaia apelam para os moradores da região a fim de que engrossem a resistência à odiosa ditadura militar, aos grandes magnatas, aos grileiros e aos gringos norte-americanos que, no Norte e Nordeste do país, já se apoderam de imensas extensões de terra e das ricas minas de ferro de Serra do Norte perto de Marabá. A todos conclamam de se estruturar nos comitês ULDP ou em outras formas de organização. Não há outro caminho para o povo senão o de combater valentemente os opressores. Cada lavrador, cada posseiro, cada trabalhador de fazenda ou castanhal, cada injustiçado, cada patriota, deve ajudar, de todos os modos, os que enfrentam sem temor as tropas do governo de traição nacional (In: VÁRIOS AUTORES, 1996, p. 35, grifos nossos).

Observa-se, pelos quatro exemplos acima, um apelo constante à luta radical, pelas armas que instituem a violência – ainda que no caso do comunicado emitido pela Guerrilha do Araguaia não haja uma referência explícita à ação de luta armada, o próprio termo “guerrilha” nos remete à uma prática de luta por meio de armas (HOUAISS, 2001) – e procuram a emergência ao poder de um governo revolucionário, que instaure um programa político que privilegie as classes marginalizadas. Há aqui, sem dúvidas, um efeito de retomada de discursos sobre a luta revolucionária que empreendem o aspecto da emergência ao poder por meio da força – exemplos são muitos, sendo alguns que já mencionamos: Revolução Russa e Revolução Cubana.

Nos enunciados retirados de documento da ALN (2), vê-se na própria materialidade linguística a ruptura com a tradição da esquerda brasileira inscrita, principalmente, no PCB. A utilização do verbo “eliminar” – em *Eliminamos da nossa organização o sistema complexo da direção que abrange escalões intermediários e uma cúpula numerosa, pesada e burocrática* – marca, pela negação, um caráter de rompimento com a política adotada pela esquerda até então e promove, com isso, a emergência do novo: se não incorpora um sistema complexo, burocrático e pesado, elementos da esquerda tradicional, é porque pretende uma estrutura política e administrativa simples, com uma espécie de ligação direta entre o comando e os revolucionários, os “combatentes”.

Outro aspecto desse rompimento é a própria adesão à luta armada. Como já destacamos, a esquerda brasileira era, até a emergência da Ditadura Militar no Brasil, marcada por um discurso de conciliação e, até mesmo, de conservadorismo: com o enfraquecimento do Estado pela saturação do sistema capitalista, a classe burguesa entraria em uma luta antiimperialista e, orientada pela vanguarda da esquerda, promoveria modificações na estrutura política que possibilitaria a chegada ao comunismo. Com isso, a esquerda que se autointitula nova toma também a burguesia como inimiga e acredita que apenas pelas armas seria possível chegar à revolução. Nesse aspecto da luta, que marca uma aproximação em relação à resistência, há também um fator de distanciamento: a luta com a participação do povo das classes marginalizadas ou a luta realizada exclusivamente pela própria organização. Se por um lado a ALN apresenta a iniciativa de formação de um governo revolucionário efetivada por meio da luta armada contra o regime, mas com sua participação como vanguarda, e o MR-8 assume o proletariado como a vanguarda na luta contra a ditadura; por outro lado, a Guerrilha do Araguaia e a VAR-Palmares estabelecem no contato com o povo suas sustentações para a manutenção da luta⁸⁰, ainda que de formas distintas.

É possível, se considerarmos que esses grupos acreditavam ser a Ditadura Militar um inimigo comum a todos os brasileiros, partir de um seguinte enunciado de base: *A ditadura deve ser combatida à força*. É um enunciado que nos leva a crer em uma formação discursiva própria da esquerda brasileira da época, inscrita na ruptura, mas ao mesmo tempo na retomada de um discurso fundador da esquerda, que destaca um mesmo referente, a ditadura militar, e um mesmo domínio associado, a luta da esquerda pela revolução que levará à constituição e consolidação do socialismo/comunismo. Assim, tem-se: *a ditadura deve ser combatida à força e a ditadura é imperialista e capitalista*.

Por outro lado, a partir desse(s) enunciado(s) de base é possível realizar encaixamentos enunciativos, a partir dos discursos dessas organizações, que nos levam a verificar e a comprovar a fratura no interior do movimento. Por exemplo:

- *A ditadura deve ser combatida à força pela organização.*
- *A ditadura deve ser combatida à força pelo povo.*
- *A ditadura deve ser combatida à força por todos nós.*

⁸⁰ Apresentamos já em outra nota de rodapé o grande número de organizações que lutaram contra a ditadura militar implantada no Brasil. Optamos pela análise de documentos de alguns poucos grupos (considerando aí a Guerrilha do Araguaia como um braço do PC do B) por considerarmos como os mais representativos e que podem nos levar a uma amostragem do que “pensava” essa Nova Esquerda brasileira.

Sendo que o primeiro enunciado nos leva a um outro: *O povo deve seguir a vanguarda (para derrotar o regime opressor)*; e os dois últimos nos leva ao seguinte: *O povo deve combater valentemente o inimigo opressor*.

Como se vê, se é possível pensar uma FD da Nova Esquerda brasileira, que como *a ditadura (militar), que é imperialista e capitalista, deve ser combatida à força, pela luta armada*, há também no interior dessa mesma FD uma heretogeneidade que revela a fratura que existe no interior do movimento de resistência e que mostra que há, portanto, FDs diferentes no interior de uma mesma FD. Assim, as estruturas linguísticas comprovam e reafirmam os dados históricos já apresentados pelos historiadores desse período. Todos esses grupos têm como inimigo comum a ditadura, o regime militar, e acreditam que a luta armada é o único meio de derrotá-lo; porém, seus discursos variam e se diferenciam em função da forma como essa luta deve ser empreendida.

Vimos, pelos enunciados derivados daquele enunciado de base, e por meio de encaixamentos linguísticos, que uns colocam a vanguarda (a própria organização) liderando o movimento; outros colocam o povo encabeçando a resistência e a organização apenas como representante, uma espécie de mediadora, de suas necessidades. Voltamos, então, aos exemplos que apresentamos para que essas constatações fiquem mais claras.

Uma convergência para uma mesma FD da esquerda (ou dessa Nova Esquerda) se dá, então, como já afirmamos, pelos mesmos referentes e domínio associado. Todos remetem sua luta contra a ditadura militar e suas políticas econômicas. Ainda, um ponto comum é a constante invocação contra o sistema capitalista (neoliberal) instituída por inúmeros ataques aos Estados Unidos, eleito como inimigo da luta revolucionária sob a acusação de financiar os regimes ditatoriais e instituir políticas capitalistas em países periféricos. Têm-se então os seguintes enunciados:

- [...] *nossa ação é revolucionária e aspira à tomada do poder pela violência da guerra revolucionária.* (ALN)
- *Retiraremos o Brasil da condição de satélite da política dos Estados Unidos, tornando-nos independentes da política dos blocos militares.* (ALN)
- *Guerra revolucionária é um processo armado.* (VAR-Palmares)
- *Sendo uma guerra contra o sistema capitalista, a guerra revolucionária no Brasil deve ser encara sob o prisma do socialismo.* (VAR-Palmares)

- [...] *destruir o imperialismo significa necessariamente destruir a burguesia local e vice-versa.* (MR-8)
- *Armaram-se com o que puderam e enfrentaram corajosamente o arbítrio e a prepotência do Exército e da polícia.* (Forças Guerrilheiras do Araguaia)
- [...] *engrossarem a resistência aos grandes magnatas, aos grileiros e aos gringos norte-americanos.* (Forças Guerrilheiras do Araguaia).

Há, então, uma convergência discursiva em dois sentidos: i) a crítica à política adotada pelo governo militar, de fortalecimento da economia capitalista (exploratória), com forte aproximação aos Estados Unidos e à classe burguesa (“magnatas”, “grandes proprietários de terras”, “grileiros”); e ii) o apelo à luta armada como forma de resistência a esse regime ditatorial. A primeira característica é evidenciada por verbos e expressões que indicam exclusão ou agressividade, como em “retirar o Brasil da condição de satélite” (exclusão), “guerra contra o sistema capitalista” (agressividade), “destruir o imperialismo” (agressividade), “resistência aos norte-americanos” (exclusão, mas também agressividade). Mas há a referência constante à luta armada por meio dos seguintes termos e expressões: “violência”, “processo armado”, “guerra”, “armar-se”. Ambos os aspectos os colocam em uma tradição própria da esquerda. Se por um lado é comum e constante o ataque às políticas capitalistas por parte dos movimentos de esquerda, o que insere esses grupos numa tradição histórico-discursiva; por outro lado, o apelo à luta armada ao mesmo tempo em que os insere numa tradição de lutas (Revoluções Russa, Chinesa e Cubana, entre outras), os distancia de uma tradição da esquerda brasileira, centrada na burocracia do PCB.

Nesses aspectos, tem-se uma convergência para uma única FD de esquerda. Mas, se tomarmos os enunciados que apresentam o modo de condição de luta de cada grupo, as divergências aparecem e evidenciam-se as fraturas. Vejamos alguns deles:

- [...] *três fases [da guerra revolucionária]: a do planejamento e preparação da guerrilha; a do lançamento da guerrilha e, por último, a da transformação da guerrilha em guerra de movimento, com a formação e o aparecimento do exército revolucionário de libertação nacional.* (ALN)
- *Dirigida pela classe operária ela [a guerra revolucionária] está subordinada [...] à sua perspectiva estratégica de classe, expressa pela vanguarda.* (VAR-Palmares)
- *Reafirmamos o papel dirigente da classe operária na revolução brasileira.* (MR-8)

- [...] *os habitantes da região uniram-se para enfrentar o exército e fundaram as Forças Guerrilheiras do Araguaia.* (Forças Guerrilheiras do Araguaia).

Voltemos, então, aos enunciados derivados daquele enunciado de base: *a ditadura deve ser combatida pela organização / pelo povo / por todos nós*. Os enunciados retirados dos exemplos demonstram claramente essa fratura que evidenciam formações discursivas diferentes no interior de uma formação discursiva da esquerda. A ALN se assume como vanguarda na luta. VAR-Palmares e MR-8 dão esse papel à classe operária, assumindo a importância do *povo* na luta contra a ditadura. Os guerrilheiros do Araguaia procuram assumir um discurso de homogeneidade (guerrilha é o lugar do povo) que coloca a derrota da ditadura como uma tarefa para *todos nós*.

Percebe-se pelos discursos e pelos enunciados que ora apresentamos que há, no interior dessa Nova Esquerda, convergências em relação à luta armada e à constituição de seus inimigos, mas há divergências em relação à forma como a luta será conduzida, em relação à política de cada grupo. O discurso da nova esquerda brasileira, então, se volta para um discurso fundador, dos grandes momentos da esquerda, e até mesmo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ora para com ele dialogar ora para refutá-lo, para se constituir como ruptura. É, portanto, interessante notar que ao se voltar para o anterior, o já posto, as grandes teses da esquerda, em especial a brasileira, não constitui um processo de continuidade, de fidelidade a esse discurso fundador; ao contrário, ainda que tome alguns de seus fundamentos, volta a eles, quase sempre, para negá-los, para mostrar em que medida se estabelece o novo, em que medida é descontinuidade e ruptura. Se o discurso político não é constituinte, ele é fundador, mas não é fechado em si mesmo, ele está em constante diálogo com os seus, e também com o *outro*, e com isso abre a possibilidade para novos dizeres.

Nesse ponto, observamos aspectos relevantes de uma formação discursiva própria da esquerda. Se encontramos diferenciações em alguns aspectos de cada discurso, fruto da heterogeneidade intrínseca aos discursos, marcada na fratura do movimento, também encontramos, e essa é a predominância, aspectos de convergência, pois, como já vimos, apresentam um mesmo referencial (referente), um mesmo domínio associado (o discurso revolucionário por meio da luta armada) e determinam uma mesma (ou semelhante) posição sujeito, que toma posição na resistência/luta contra a ditadura; além do mais, suas existências materiais são inscritas no gênero doutrinário, próprio do discurso político – antes de sua espetacularização (cf. Capítulo 4).

Passaremos agora a uma reflexão em torno da produção de identidade e a construção de uma identidade da/para a esquerda. Para isso, as problematizações que aferimos sobre as FDs nos serão importantes na medida em que observamos a constituição de uma FD de esquerda, o que nos possibilitará observar com mais facilidade se é um reflexo também na produção de identidades.

3.3. Negociações identitárias

A construção e produção de identidades se dão e são verificadas pela própria forma de enunciar e, com isso, é possível dizer que é no interior do discurso que se legitimam e se constituem as negociações identitárias. É por meio de uma análise propriamente discursiva que é possível observar que a construção de uma identidade está sempre em processo e nunca se dá de maneira acabada. É o que afirma Hall (2000):

[...] a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre “em processo”. Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido que se pode, sempre, “ganhá-la” ou “perdê-la”; no sentido de que ela pode ser, sempre, sustentada ou abandonada. Embora tenha nas condições determinadas de existência, o que inclui recursos materiais e simbólicos exigidos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, alojada na contingência. Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença. A fusão total entre o “mesmo” e o “outro” que ela sugere é, na verdade, uma fantasia de incorporação [...] (p. 106).

Diante disso, percebe-se que na identificação não há nunca uma totalidade, ou seja, há sempre muito ou pouco, mas nunca um ajuste completo. Hall ainda afirma que “é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (2000, p.109). Ainda sobre isso, Navarro afirma que “a identidade vai sendo tecida com base na memória que emerge em determinados momentos, sempre lembrando que, em cada emergência, ocorre a produção de um novo sentido” (2007, p. 101). Por isso não se pode falar em uma identidade que seja fixa, completa; as identificações são representações assumidas a partir do lugar do *Outro*, sendo, assim, posições que o sujeito é obrigado a assumir.

Notamos aqui a importância do tema para o campo da Análise do Discurso. No mesmo entrelaçamento em que se situa esse campo de saber – a linguagem, a História e o inconsciente⁸¹ – se situam as negociações em torno da identidade, uma vez que, como mostrou Hall (2000), as identidades são construídas dentro do discurso e são produzidas em locais históricos e institucionais, tendo forte relação com a memória e o imaginário de onde é produzida.

Ao tratar de *Identities* – da produção e formação de identidades – é preciso atentar que elas não são estáticas, que uma vez constituídas por determinado sujeito não serão fixas, elas não são acabadas e estabelecidas de uma vez por todas; as identidades são transitórias, estão sempre em processo de construção e negociação, e, ao mesmo tempo, um sujeito pode integrar diferentes identidades, dada a sua característica de heterogeneidade que o constitui, pois elas estão em permanente construção, estão sendo inventadas o tempo todo, como afirma Bauman (2005):

[...] a “identidade” só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta (p. 21-22).

As sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro por meio do imaginário social que se expressa por ideologias e por utopias. Por mais que apareça sempre presente a ideia de uma identidade nacional, uma identidade estabelecida pelo nascimento, ainda assim, quando há resistência, essa identidade passa a ser ameaçada. Quando o sujeito não se sente pertencente a determinado lugar – embora tenha nascido em tal lugar –, ele passa a procurar e a tentar constituir uma nova identidade para si.

A percepção de uma “identidade”, que aglutina os indivíduos em aspirações e sonhos comuns, constrói-se por meio desses símbolos que circulam no espaço social. Sob a forma de imagens reificantes, cujo enraizamento coletivo resulta de sua relevância histórica, tanto social como técnica, cada sociedade constrói seus “símbolos coletivos” que alimentam o imaginário social (GREGOLIN, 2003b, p. 98).

⁸¹ Saussure, Marx e Freud, respectivamente.

Ao pensar no período militar brasileiro, nota-se que o Estado – o regime militar – tentava consolidar uma identidade nacional pela coerção e pela violência, além da forte propaganda nacionalista, materializada, por exemplo, em *slogans* como “Brasil, ame-o ou deixe-o”⁸². Porém, nesse período em que os movimentos de resistência ao governo militar eram fortemente reprimidos e ilegais, as organizações de esquerda se encontravam em uma crise de pertencimento que evidenciava a fratura dos movimentos em várias tendências e, por isso, ao conclamar uma luta de toda a sociedade, tentavam criar uma nova identidade para a esquerda, também pelo discurso do novo, que possibilitava criar articulações com uma espécie de identidade nacional e, dessa forma, também constituírem-se como sujeito da/na história.

Voltaremos agora para a análise dos discursos de resistência política que emergiram pelo texto doutrinário e possibilitaram a construção de uma identidade de esquerda centrada no radicalismo e na construção de um espaço simbólico de luta efetivado nas cidades (mas caracterizadas como espaço do Estado) e “idealizado” pela selva, a guerrilha rural.

3.4. A esquerda fecha-se na clandestinidade: emerge uma nova ordem do discurso⁸³

Com o início do período que denominamos *ditadura escancarada*, no final da década de 1960, os movimentos de resistência encontram na clandestinidade seu espaço de revolta. Porém, logo no início do regime ditatorial, a postura do governo militar se evidenciava pela tentativa de dissimulação da repressão aos grupos de esquerda e censurando os meios de comunicação com certa frouxidão.

Esse contexto começou a sofrer mudanças no final de 1967, quando os grupos de esquerda foram perdendo, gradativamente, o apoio das massas e se fecharam em torno deles próprios. Neste momento, a esquerda não contava mais com o apoio representativo das massas, e via-se compelida a empreender novas e diferentes estratégias. A opção pela luta armada, reclusa na clandestinidade, era a que mais atraía as fileiras de militantes de grande parte das organizações. Com isso, verificava-se o primeiro grande movimento – e talvez a

⁸² Trataremos desse tema ainda neste capítulo, no item 3.5.3.

⁸³ Uma síntese daquilo que apresentamos nesta seção e suas respectivas subseções foram discutidas e publicadas nos anais do I Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (1º CIELLI) e IV Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários (4º CELLI), realizado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM): SÁ, I. Há um nós na esquerda brasileira? Procura-se uma identidade para a esquerda. In: MARTHA, A. A. P. (Cord.). **Anais do 1. CIELLI – Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários. 4. CELLI – Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários.** Maringá: UEM-PLE, 2010.

primeira grande ruptura – no âmbito da produção discursiva neste período. O cerco da repressão levou de imediato à constituição de uma nova ordem do discurso⁸⁴ que – antes centrada nos panfletos e manifestos abertos distribuídos durante as passeatas e manifestações de rua, além das manifestações populares (como a música, o teatro e o cinema) amparadas ainda pela via midiática – encontrou na margem seu lugar de circulação, restringindo seu poder de articulação política.

Na busca de apoio popular, ainda que de maneira não ativa na luta contra o regime, houve uma significativa produção discursiva que, atendida com as causas sociais e radicalizada na luta contra a repressão, procurou se articular como porta-voz da sociedade na luta por uma política democrática e a “tomada de poder” para a constituição de um governo revolucionário⁸⁵, calcado em políticas socialistas ou comunistas e em combate constante contra o capitalismo e o imperialismo representados pelos Estados Unidos.

3.4.1. A autoria e o porta-voz no texto doutrinário

Com a reclusão dos movimentos de esquerda na clandestinidade e à margem da sociedade, estabelecem-se novos regimes discursivos, neste caso, destacados pela relevância do gênero doutrinário. De acordo com Bakhtin (2003, p. 282), a escolha do gênero “é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetivas (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal dos seus participantes, etc.”. Com isso, a opção pelo doutrinário nos leva à verificação de sua forte articulação com o político. Gênero consolidado pela esquerda, produz efeito de sentido na marca do radicalismo das palavras incitando o radicalismo das ações contra os considerados “opressores” (os inimigos).

⁸⁴ Na esteira de Foucault, Piovezani (2009, p. 130)) coloca como *ordem do discurso* o “sistema histórico regulador, dotado de variáveis conjunturais, que se estende a todas as épocas e a todas as falas, sejam elas públicas ou particulares: esse sistema possibilita e impõe alguns dizeres, repelindo e interditando outros tantos, ainda que seu funcionamento, alcance e intensidade não sejam absolutos e inexoráveis, nem ajam independentemente das especificidades históricas e contextuais”.

⁸⁵ O regime militar, no âmbito de sua ascensão ao poder estatal, reclamava para si a condição de governo revolucionário. Contudo, vale ressaltar a carga semântica atribuída ao mesmo termo (um significante aparentemente estável) e a produção de sentidos gerados em diferentes usos, momentos históricos e formações discursivas. Em síntese, enquanto os militares reivindicavam a condição de revolucionários na medida em que “livraram” o país da “ameaça comunista” e estabeleciam a ordem pela força, independentemente da condição antidemocrática, a esquerda atribuía sentido ao termo “revolucionário” ao empreender, ao menos na teoria, uma luta pela igualdade de direitos e pela condição democrática de politização, seja por meio de um modo de governar socialista ou comunista.

Ao propor uma análise discursiva de textos de resistência, torna-se importante pensar a questão da *autoria*. Assim, entendemos que o autor não é aquele indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas, segundo Foucault (2004), ele é entendido “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (p. 26). Na medida em que nos deparamos com textos doutrinários, notamos a constituição de um sujeito político que produz um discurso ideológico e que reafirma ideias desta ideologia. Courtine (2006) afirma que “o sujeito político, aquele que enuncia um discurso, está realmente assujeitado a um todo de muitas condições de produção e recepção de seu enunciado” (p. 64), ou seja, quando produz um documento ou um relato, o sujeito político se constitui como autor ao agrupar determinados enunciados que já foram ditos anteriormente e que se encontravam dispersos. Assim, pode-se afirmar que esse sujeito político, ao inserir-se em uma formação discursiva de esquerda, está dependente do interdiscurso que lhe é fornecido por elementos pré-construídos e que são por ele reproduzidos, “isso reitera o fato de que ‘o discurso sempre fala antes, em qualquer lugar e independentemente’ do sujeito do enunciado, pois aquilo que se enuncia é exterior ao sujeito que realiza o enunciado” (ibidem, p. 69).

Por meio dessa forma de resistência, que está presente no discurso doutrinário, percebe-se o apagamento, a “falta” de um autor específico, nomeado, já que quase sempre é estabelecida síntese de determinado grupo ou partido.

A marca ou a “falta” do autor estão ligadas ao gênero do discurso, já que um nome próprio caracteriza um certo modo de ser do discurso, indica que ele não é cotidiano, indiferente, flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas “que se trata de um discurso que deve ser recebido de uma certa maneira e que deve, em uma cultura, receber um certo estatuto. A “função-autor” é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento dos discursos no interior de uma sociedade [...] (GREGOLIN, 2001b, p. 63).

Também, pela função-autor é possível perceber as marcas discursivas, as relações interdiscursivas que caracterizam uma memória e um acontecimento e, com isso, evidencia a não originalidade dos discursos, mesmo que pautado pelo “novo” – fato que consolida nossas análises sobre a Nova Esquerda: a ruptura jamais é sinônima de originalidade, mas de descontinuidade, que revela os *já-ditos*. Para que isso possa ser exemplificado, trazemos um trecho de documento de uma organização de esquerda.

(6) (Partido Comunista do Brasil – PCdoB)⁸⁶: *Os operários, apesar dos repetidos aumentos, percebem salários muito aquém de suas necessidades mínimas e intensificam-se a exploração a que são submetidos. Milhões de camponeses esmagados pelo sistema da meia e da terça e pelas dívidas, assim como os assalariados agrícolas, aos quais são negados os direitos elementares, levam uma experiência miserável. Importantes setores da classe média dispõem cada vez de menores recursos para manter-se. A carestia da vida constitui verdadeiro flagelo para todos os que vivem de salários e pequenos rendimentos. Acentua-se a falta de trabalho, mesmo em centros industriais como São Paulo e Rio de Janeiro. Comparativamente à população, é bastante reduzida a quantidade de empregos. Por isso, em quase todas as cidades, é enorme o contingente de pessoas que não têm onde realizar qualquer atividade produtiva. Levas humanas, do Norte e do Nordeste, tangidas pela miséria, são obrigadas a abandonar seus lares em busca de trabalho noutras regiões onde são brutalmente exploradas* (In: SÁ; REIS FILHO, 2006, p. 35).

Foucault (2009b) mostra que há lugares vazios onde a função autor é exercida, acrescentando que isso tira do sujeito seu papel de fundamento originário – o autor “é um certo princípio funcional pelo qual, em nossa cultura, delimita-se, exclui-se ou seleciona-se: em suma, o princípio pelo qual se entrava a livre circulação, a livre manipulação, a livre composição, decomposição, recomposição da ficção” (p. 288). Portanto, o nome de autor não é senão um índice de agrupamento, que constrói na dispersão sua produção discursiva. Se voltarmos para o exemplo (6), notamos uma posição de sujeito que se articula na crítica ao sistema vigente, a ditadura militar com seus aspectos do capitalismo e de aproximação a uma política norte-americana. Há com isso o recorte de uma realidade política, circunscrita no universo das esquerdas, de crítica ao capitalismo (e ao imperialismo) e de denúncia às explorações contra as classes desfavorecidas; por termos e expressões (marcas linguísticas) como “exploração”/“exploradas”, “esmagados”, “flagelo”, “existência miserável” evidencia-se um discurso próprio da esquerda, com a aproximação às classes operária, camponesa, média. Ainda que tal documento tenha uma assinatura, um nome próprio, não de um indivíduo mas de um grupo, uma organização, sua construção discursiva se estabelece por meio do agrupamento de enunciados que revelam uma tradição.

O nome do autor não está localizado no estado civil dos homens, não está localizado na ficção da obra, mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser. Consequentemente, poder-se-ia dizer que há, em uma civilização como a nossa, um certo número de discursos que são providos da função ‘autor’, enquanto outros são dela desprovidos. Uma carta particular pode ter um signatário, ela não tem um autor [...]. A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de

⁸⁶ Documento do PCdoB, de fevereiro de 1962, intitulado “Manifesto-Programa”.

funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade (Foucault, 2009b, p. 274).

Na prática do gênero doutrinário, o discurso político acaba por diluir a nomeação de um autor; ainda que apareçam assinaturas como ALN, MR-8, Forças Guerrilheiras do Araguaia, a instauração discursiva se dá pela resistência e marca um aspecto da esquerda, atestando que sua existência não é cotidiana e tem função na sociedade. A emergência de tais enunciados atesta a função autor, que ocupa um lugar que lhe proporcione o direito de enunciar, de se constituir, nesse caso, na resistência. O acontecimento que se dá na sua emergência abre também a possibilidade para que outros discursos surjam, novos lugares apareçam, mas sempre na categoria de um discurso fundador, jamais na especificidade do original. O sujeito que enuncia tais discursos, que exerce a função autor, está em um constante aparecimento/desaparecimento, o que torna clara a possibilidade de que diferentes sujeitos possam ocupar esse “lugar” destinado à autoria, que novos discursos possam surgir a partir daquele, acrescentando à função autoria uma característica transdiscursiva.

Ao retomar, então, enunciados próprios da esquerda, porém marcados pela ruptura e a constituição de um novo discurso caracterizado pela ação de guerrilha e novos modos de organização dos grupos, o sujeito do discurso político de esquerda, no exercício de sua função autor, estabelecido na emergência do discurso doutrinário, atua também como porta-voz, então, na medida, como veremos mais adiante, em que fala em nome do povo oprimido ao mesmo tempo em que se dirige a ele e, dessa forma, procura se igualar nas suas necessidades e, principalmente, fazer suas reivindicações igualarem-se àquelas que seriam atribuídas aos necessitados.

Nesse sentido, Pêcheux aponta alguns mecanismos de constituição do sujeito porta-voz do discurso:

[...] o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior (1990, p. 17).

Para clarear a discussão, retomamos parte do exemplo (5) e uma breve análise, já que voltaremos a isso logo a seguir, que evidenciam, no discurso político, em especial aqueles

sustentados pelo gênero doutrinário, a relação que se estabelece entre o sujeito autor e o sujeito porta-voz.

(5') (Forças Guerrilheiras do Araguaia)⁸⁷: *A União pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo e as Forças Guerrilheiras do Araguaia apelam para os moradores da região a fim de que engrossem a resistência à odiosa ditadura militar, aos grandes magnatas, aos grileiros e aos gringos norte-americanos que, no Norte e no Nordeste do país, já se apoderaram de imensas extensões de terra e das ricas minas de ferro de Serra Norte perto de Marabá. A todos conclamam a se estruturar nos comitês da ULDP ou em outras formas de organização. Não há outro caminho para o povo senão o de combater valentemente os opressores. Cada lavrador, cada posseiro, cada trabalhador de fazenda ou castanhal, cada injustiçado, cada patriota, deve ajudar, de todos os modos, os que enfrentam sem temor as tropas do governo de traição nacional* (In: VÁRIOS AUTORES, 1996, p. 35).

Para se aproximar do povo e trazê-lo para a luta contra a ditadura, o sujeito político da esquerda estabelece um discurso que traz, ao mesmo tempo, objetivos locais e nacionais: há ali uma crítica à exploração dos territórios do Norte e do Nordeste, além da exploração do trabalho da população por parte dos fazendeiros, grileiros, empresas norte-americanas, que revelam necessidades do povo daquele local; mas há também críticas ao sistema capitalista e ao regime militar que favorecem essas explorações. Nesse ponto, o sujeito se inscreve no papel de mediador entre as necessidades do povo, que as toma como sendo também suas, e o regime opressor, e se institui como sujeito porta-voz. Há, então, uma injunção entre a função autor e o porta-voz: o sujeito se coloca em um lugar enunciativo, o da esquerda, para negociar a liberdade do povo e a derrota da ditadura.

Nessa mediação entre Estado e população/povo, os movimentos de resistência procuram e provocam a constituição de sua própria identidade, marcada na síntese do mediador de uma luta que se toma como total (de todo brasileiro contra seu opressor, o governo militar), mas ao mesmo tempo estabelece a “sua” luta pela emergência ao poder e a instalação de um governo revolucionário e, para isso, busca no apoio do povo, a quem chama para essa tarefa (de diferentes modos), a legitimação de sua empresa. Porém, embora pareça, no discurso da esquerda que produz a resistência, a voz do povo, o sujeito porta-voz de tais textos enuncia um discurso propriamente de esquerda e não o mesmo discurso do povo, pois como mostra Piovezani Filho, o sujeito porta-voz não é a reprodução da fala do *povo*, “mas

⁸⁷ “Comunicado nº 1”, de 25 de maio de 1972.

seu simulacro, pelo mesmo fato de que a existência do porta-voz atesta a impossibilidade de que o povo fale, pois se assim acontecesse, a função de falar em seu nome estaria elidida” (2003b, p. 59). Por meio do interdiscurso o sujeito porta-voz desses textos doutrinários recupera um discurso que é próprio da esquerda, que já foi enunciado em outro lugar, mas que se encontra disperso; ele os agrupa aproximando seu discurso daquele que pensa ser o da população, do povo, incidindo nas necessidades e nos desejos deste.

3.4.2. A resistência de esquerda exige o seu lugar na luta

Ao assumir o papel de mediador pela condição de porta-voz, o sujeito da esquerda cria um efeito de unidade que é, na prática, dispersão. Esse efeito de unidade é marcado pelas necessidades do povo frente à ditadura e à situação brasileira e pela luta pela liberdade e pelo fim da repressão militar, mas também dispersão que se evidencia pelos papéis, opostos, que assumem esquerda e povo, mesmo em contraposição ao regime. Isso é marcante nos seguintes trechos retirados do *Manifesto à população no 1º aniversário da resistência armada*, da Guerrilha do Araguaia, e *Linha política*, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), apresentados, respectivamente, pelos seguintes exemplos:

(7) O povo está cansado de sofrer, não mais tolera o cativo, almeja uma vida feliz, quer acabar com o atraso, a fome e a miséria. Justamente o movimento guerrilheiro surgiu para libertar a pobreza, impulsionar o progresso do interior, pôr fim ao criminoso poder dos militares, acabar com as arbitrariedades da polícia e com a exploração dos poderosos (In: VÁRIOS AUTORES, 1996, p. 40).

(8) O critério fundamental de organização das forças populares deve ser o da organização pela base, isto é, a criação de organizações de massas nas empresas, fazendas, escolas, nos locais de trabalho e residência. As organizações de cúpula são necessárias para a coordenação dos movimentos coletivos, mas o centro de gravidade de todo o trabalho deve estar nos organismos de base, diretamente vinculado com o povo. Nesse terreno, a atenção principal dos revolucionários deve voltar-se para o funcionamento de organizações operárias nas empresas e organizações camponesas nas fazendas e povoados (In: REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 223).

Se por um lado, no texto dos guerrilheiros do sul do Pará é possível observar a forma direta de se dirigir ao povo – é um manifesto dirigido à população da região –, chamando-o para a luta contra o regime; por outro, como é próprio de um documento interno da organização – no caso, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) –, a

referência se dá, sem que se dirija ao outro, a um trabalho com a população marginalizada pelo Estado e a necessidade de um trabalho com as massas coordenado pelo próprio movimento de resistência. Com isso, ainda que haja diferença no modo de se dirigir ou de falar do outro, ambos apresentam o papel de mediador no processo de instituição de uma resistência política contra o governo ditatorial, já que são os próprios grupos que definem as necessidades que são do povo e as colocam como sendo necessidades também para sua luta.

Se na luta os grupos da esquerda reivindicavam uma unidade com o povo, seus discursos, por outro lado, revelavam unidade e dispersão. Ao voltarmos para os dois exemplos acima apresentados, (7) e (8), vemos que a dualidade e a contraposição *nós* (que abrange tanto a esquerda como o povo) vs *eles* (o Estado) não se efetiva. Há, na realidade, uma realização que não é binária, a não ser no próprio espaço da luta. Estabelece-se no discurso uma tripartição evidenciada pelo seguinte esquema: *nós* (a esquerda) \neq *povo* (que também não é um *tu*) \neq *eles* (o regime). Os grupos da esquerda falam das necessidades do povo, mas estabelecem um afastamento na medida em que assumem um papel de liderança na resistência à ditadura: *Justamente o movimento guerrilheiro surgiu para libertar a pobreza, impulsionar o progresso do interior...* (Guerrilha do Araguaia); e *O centro de gravidade de todo o trabalho deve estar nos organismos de base, diretamente vinculado com o povo* (PCBR). Há desse modo um fortalecimento da ideologia da esquerda, estabelecida no papel da vanguarda da luta pela liberdade e pelo fim das desigualdades, e, com isso, um afastamento da subjetividade, que coloca o discurso de resistência (um discurso político) no âmbito daquilo que poderia ser chamado de *língua de madeira*.

Esses enunciados assumem, portanto, deferentes graus de sobredeterminação, evidenciados pelas relações parafrásticas seguintes:

- *Liderar/libertar o povo...*
- *Organizar o povo...*
- *Unir-se ao povo...*
- *Ser o povo...*

São posições discursivas que assumem os sujeitos do discurso político de esquerda e que revelam, no interior da resistência ao regime militar, a fratura no interior da própria resistência. Assumir esse ou aquele papel, determinada posição na luta, constitui o diferente no interior do mesmo. Porém, se a posição assumida pode ser diferenciada, o referente e o

campo de associação são os mesmos, o que evidencia, também, uma unidade no interior da heterogeneidade – há, portanto, identidades e diferenças que marcam o discurso da Nova Esquerda.

Os grupos de esquerda assumem a responsabilidade de trazer o povo para o espaço da luta, do confronto, mas cada um a sua maneira. Enquanto, ainda pelos exemplos, o PCBR assume o papel de *organizar o povo*, a Guerrilha do Araguaia se coloca em posição de *libertar/liderar o povo*. Evidencia-se, então, a figura do porta-voz, que cria um simulacro, jamais a reprodução, da fala do povo (PIOVEZANI FILHO, 2003b). Isso mostra, então, que o povo tem apenas um papel referenciado, mas não se dá como sujeito da luta, esta que se estabelece entre dois polos: a resistência e o regime; portanto, aqui sim, um *nós vs eles*. Assim, se no real histórico esses dois polos da luta eram difusos – tanto a esquerda quanto os militares fraturavam-se em inúmeros grupos e tendências – o discurso os unifica, lhes dá coerência e instaura a luta entre dois espaços simbólicos (esquerda vs direita).

Dessa forma, no papel de mediador, o sujeito da esquerda estabelece uma negociação, simbólica, para uma nova identidade brasileira que contemple o povo marginalizado. Os documentos da esquerda, em especial os da Guerrilha do Araguaia, nos mostram que essas negociações se davam em torno de uma memória do Brasil como nação repleta de recursos naturais e de um imaginário de igualdade na tentativa de atrair o povo para a luta tanto contra o Estado autoritário como contra aqueles que diretamente oprimiam os habitantes daquela região, os latifundiários grileiros, “os grandes magnatas” e “os gringos norte americanos” (In: VÁRIOS AUTORES, 1996, p. 35), responsáveis diretos, segundo eles, pelo sistema capitalista que sufocava o povo. Tem-se, então, o sentido de desterritorialização, pois se lutam por um lugar de igualdade e de liberdade não podem pertencer a um lugar, aquele representado pelo Estado, que se mostra desigual e opressor.

Por meio do resgate de uma memória, via-se a tentativa de incutir no povo o ideário de luta, de povo guerreiro. Navarro Barbosa (2003) afirma que “os lugares de memória funcionam como indicadores empíricos da memória coletiva, uma vez que visam definir aquilo que é comum e o que diferencia um grupo do outro. A memória encerrada nesses lugares é um elemento essencial para a construção da identidade nacional” (p. 111).

Porém, ao se colocarem à frente da luta pela reestruturação política, a esquerda, ao mesmo tempo em que falava em nome do povo, afastava-se dele e se constituía em um papel de vanguarda – o povo era referencia em seu discurso, tem papel motivador, mas é afastado da condução da luta –, abrindo, dessa forma, espaço para a constituição subjetiva de um *eu* (o

nós da esquerda, contemplando suas inúmeras fraturas). Sendo assim, mais que uma luta comum, que abarcava o povo e suas necessidades, havia a luta dos grupos armados por um pertencimento na história. Uma identidade brasileira nova se mostra na realidade ilusória, pois a negociação efetiva se dá pela construção de uma identidade para a esquerda, que abarque um *eu* deslocado, e, ao buscar no povo seu ponto de sustentação que legitimasse sua luta, cria para ele uma identidade que lhe é própria, mas que não é nem a da esquerda, nem uma identidade propriamente nacional.

Nos documentos da Guerrilha do Araguaia, aos quais nos debruçamos de maneira mais efetiva, percebe-se, então, de forma explícita, que havia uma dicotomia, uma separação entre um “nós” e um “eles”. O “nós” se apresenta como deslocado, desterritorializado pelo regime militar e, portanto, obrigado a viver a clandestinidade e a excluir-se da identidade nacional imposta. Ao propor a luta contra o regime e agir como sujeito porta-voz, mediador entre o povo e o Estado, aparece como um negociador (ao menos aparente) de uma suposta nova identidade brasileira, ao mesmo tempo em que procura constituir-se a si própria, a esquerda brasileira, e encontrar um lugar de pertencimento na história, que provoca o aparecimento, ainda que não explicitado, de um *eu*. Também, ao assumir esse papel, o enunciador guerrilheiro constrói a identidade dessa população como sendo a de pessoas “cuja súplica não será aceita e cujos protestos não serão ouvidos, ainda que pleiteiem a anulação do veredicto” (BAUMAN, 2005, p. 45).

Por outro lado, os guerrilheiros constituem para si a identidade daqueles que agem em nome dos que estão à margem, excluídos de todas as políticas do Estado. Esse movimento discursivo é interessante porque eles próprios tinham que estar à margem, clandestinos. Nessa marginalidade, os guerrilheiros reconstróem o espaço simbólico da nacionalidade numa zona fronteira, num entrelugar, isto é, na *utopia*. A *selva* figurativiza esse lugar, em contraponto com o espaço urbano (lugar do Estado, da repressão, dos aparelhos repressivos) (FOUCAULT, 2009a)⁸⁸. É desse *entrelugar* que assumem a responsabilidade de negociar uma nova identidade em que as classes excluídas tenham o direito de se manifestar e rejeitar a identidade imposta a eles pelo Estado.

Nesse sentido, empreendem, também, uma busca para constituir-se na história por meio da resistência e da revolta, tomando para si o “dever ético” de insurgência contra o poder repressivo que marginalizava ao mesmo tempo em que aclamava o progresso. Ao

⁸⁸ Essa discussão será ampliada na seção 3.5.1.

revoltar-se contra os desmandos de um poder ditatorial e violento, o homem, segundo Foucault (2006), está “‘fora da história’ e na história”.

Ninguém tem o direito de dizer: “Revoltem-se por mim, trata-se da libertação final de todo homem.” Mas não concordo com aquele que dissesse: “Inútil se insurgir, sempre será a mesma coisa.” Não se impõe a lei a quem arrisca sua vida diante do poder: Há ou não motivo para se revoltar? Deixemos aberta a questão. Insurge-se, é um fato; é por isso que a *subjetividade* (não a dos grandes homens, mas a de qualquer um) se introduz na *história* e lhe dá seu alento. Um delinqüente arrisca sua vida contra castigos abusivos; um louco não aceita mais estar preso e decaído; um povo recusa o regime que o oprime. Isso não torna o primeiro inocente, não cura o outro, e não garante ao terceiro os dias prometidos. Ninguém, aliás, é obrigado a ser solidário a eles. Ninguém é obrigado a achar que aquelas vozes confusas cantam melhor do que as outras e falam da essência do verdadeiro. Basta que elas existam e tenham contra elas tudo o que se obstina em fazê-las calar, para que faça sentido escutá-las e buscar o que elas querem dizer. Questão de moral? Talvez. Questão de realidade, certamente. Todas as desilusões da história de nada valem: *é por existirem tais vozes que o tempo dos homens não tem a forma da evolução, mas justamente a da “história”* (ibidem, p. 80, grifos nossos).

Na luta aparentemente quixotesca contra o regime, atestam antes de tudo sua identidade na ilusória constituição de uma nova identidade brasileira e se constituem em um lugar na história. Se se portavam como sujeitos porta-vozes, intermediando a luta que em realidade não havia entre o povo e o Estado, constituíam-se como os defensores da democracia e da igualdade, na tentativa de tornar legítimo o radicalismo estabelecido pela luta armada, identidade da luta revolucionária da esquerda e aprofundamento da constituição de um *eu* da esquerda, mas ainda longe de ser uma nova identidade brasileira, já naquela época calcada no conformismo da maioria.

3.5. Da sociedade repressiva para a sociedade midiática

3.5.1. A relação entre construção identitária e produção de espaços simbólicos: lugares da luta e da memória

A construção de uma identidade de esquerda durante o período da Ditadura Militar Brasileira sempre esteve ligada à produção de espaços simbólicos registrados por meio da luta contra esse regime. No período mais repressivo, no qual se deu a resistência armada,

verificou-se o espaço da luta, da clandestinidade, da desterritorialização – tanto no que diz respeito às guerrilhas urbanas quanto às guerrilhas rurais –, por outro lado, com os relatos realizados por antigos participantes das organizações de resistência ao regime militar feitos na mídia e por meio dos romances memorialistas, esses espaços simbólicos recebem uma nova construção filtrada pelo imaginário. Assim, tem-se, como nos mostra Giddens (*apud* HALL, 2003, p. 72), que “o ‘lugar’ é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado, o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com os quais as identidades estão estreitamente ligadas”. Ao mesmo tempo em que as identidades eram negociadas – isto é, construídas – pelas organizações de esquerda por meio da aproximação com as classes mais sofridas da sociedade, eram também construídas na relação com o meio, o espaço concreto – a cidade ou a selva – onde se estabelecia a luta e se transfigurava em um espaço simbólico com a marca da própria resistência.

A partir de Foucault, Gregolin (2003b) aponta três formas de lutas pela construção da identidade:

[...] a) aquelas que denunciam as formas de dominação (étnicas, sociais e religiosas); b) aquelas que denunciam as formas de exploração que separam o indivíduo daquilo que produz; e c) aquelas que combatem tudo o que liga o indivíduo a ele mesmo e asseguram assim a submissão aos outros (luta contra a sujeição, contra as diversas formas de subjetividade e de submissão) (p. 102).

No contexto da luta armada no Brasil à época da Ditadura Militar, a resistência se dava também contra as formas de exploração social – basta que nos lembremos dos argumentos dos grupos que constituíam a Nova Esquerda: combater o capitalismo e o imperialismo, os grileiros, os grandes proprietários de terras etc. –, mas mais precisamente contra a “sujeição, às diversas formas de subjetividade e de submissão”, na medida em que o poder repressor do Estado autoritário eliminava as liberdades individuais. Para resistir contra essa repressão que, simbolicamente, suspendia as subjetividades em nome da segurança do Estado, era preciso buscar um outro espaço onde se constituísse uma nova identidade e dali emergissem novas construções subjetivas.

Foucault (2009a) afirma que, enquanto a mania do século XIX foi a história, a época atual seria a época do espaço, que se verifica por meio de relações de posicionamento, já que “é definido pelas relações de vizinhança entre pontos ou elementos; formalmente podemos

descrevê-las como séries, organogramas, grades” (p. 412). Assim, o tempo, hoje, aparece no jogo que recobre o espaço.

A partir dessa ideia, Foucault propõe dois tipos de posicionamentos que estão, por assim dizer, ligados a todos os outros espaços, contradizendo, no entanto, todos os outros posicionamentos. São eles a *utopia* e a *heterotopia*. Esses dois posicionamentos aparecem na contramão do que foi pensado por Bachelard e os fenomenólogos que se detinham nos espaços de dentro; Foucault quer falar dos espaços de fora, “o espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história [...]” (ibidem, p. 414)⁸⁹

Em primeiro lugar, Foucault (2009a) apresenta o conceito de *utopia*:

[...] os posicionamentos sem lugar real. São posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa. É a própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços que fundamentalmente são essencialmente irreais (p. 414 - 415).

Por outro lado, existem, provavelmente em qualquer cultura, os posicionamentos heterotópicos, que são uma espécie de utopias efetivamente realizadas. São eles,

[...] lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis (ibidem, p.415).

Há ainda o que Foucault chamaria de experiência ou posicionamento misto, que seriam os espelhos. É ao mesmo tempo uma utopia já que é um lugar sem lugar na medida em que podemos nos ver onde não estamos; e uma heterotopia já que o espelho existe na realidade e apresenta uma espécie de efeito retroativo no lugar em ocupamos.

Podemos inferir que os espaços simbólicos produzidos pelas organizações de esquerda durante a fase da *ditadura escancarada* se enquadram, num primeiro momento, na utopia, ainda na formação da luta, mas num segundo momento, de combate e de realização das guerrilhas, em especial as rurais, no espaço heterotópico que permeia as sociedades modernas, são as *heterotopias de desvio*, pois o comportamento desses grupos desviava em relação

⁸⁹ É preciso ressaltar que tanto os fenomenólogos quanto Foucault consideram que os espaços são heterogêneos, já que simbólicos.

média ou à norma exigida, mas ainda com a sombra da utopia, já que há a projeção para “outros espaços”, o “vir-a-ser”. É o que veremos pelas análises de discursos do movimento guerrilheiro do sul do Pará.

Os guerrilheiros, aqueles que resistiam ao regime, procuravam em outros lugares condições de resistência, lugares onde era possível a construção de uma identidade que não aquela imposta, vinda de cima. Dessa forma seriam lugares heterotópicos de desvio na medida em que se buscavam condições para resistir, lugares fora das “vontades de verdade”, mas quando efetivamente realizados, no momento efetivo de constituição da luta. Há, sem dúvida, uma relação intrínseca com a chamada “crise do pertencimento” apontada por Bauman (2005) que afirma que “a idéia de ‘identidade’ nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela idéia” (p. 26). Assim, buscava-se em um lugar que não aquele da vida cotidiana em que se encontravam as imposições, o “deve”, a representação de suas ideias, das ideologias da esquerda, lugares heterotópicos, em que se criassem e construíssem novos posicionamentos identitários, uma identidade própria ao “é” ou, ainda melhor, ao “somos”.

O espaço construído nos documentos da guerrilha do Araguaia é *uma utopia efetivamente realizada*: a selva que, simbolicamente, constitui o contrapositionamento. Ali é o espaço da luta armada, da resistência efetiva, no interior do qual se manifestam outros discursos, outras ideologias. Sendo assim, esse espaço de resistência é heterotópico, pois está em relação de inversão e tensão: seu objetivo é produzir a revolução a partir do espaço selvagem (utópico, portanto) a fim de desconstruir os espaços localizáveis (urbanos, do poder), os posicionamentos tradicionais. O discurso guerrilheiro propõe a utopia (criação de um mundo-outro, aperfeiçoado) a partir de um espaço localizado, da selva descrita em seus acidentes geográficos, esquadrinhada nas estratégias de guerrilha. Vale dizer que esses documentos são produzidos quando a guerrilha já está formada, interiorizada nas matas da região do Araguaia, portanto, ali um espaço heterotópico, cujo modelo de “sociedade” se diferencia em relação àquele do Estado autoritário. Mas será que não havia ali também um *espaço utópico*? A projeção para um país diferente, com o fim do regime ditatorial evidencia um “vir-a-ser”, uma organização social igualitária, tal como a desenvolvida ali naquele espaço físico da selva. Há, ainda, uma fronteira que separa o “agora” (o momento da guerrilha), seu espaço na selva, heterotópico, e o “futuro” (a derrota da ditadura), utopia. A selva, dessa

maneira, como veremos, não se estabelece como um espaço utópico, mas as marcas da utopia estão ali presentes.

Ao mesmo tempo, como espaço simbólico de resistência, a selva se materializa por meio da luta guerrilheira e se constitui como espaço heterotópico justamente por estar em relação contrária, por estabelecer uma relação de tensão entre o discurso oficial (o da política – aquele produzido pelos órgãos oficiais do regime militar e reproduzido pela maior parte das instituições da sociedade) e o discurso-outro, da resistência, investido nesse lugar – o campo, a selva. Por outro lado, essa tensão se caracteriza pela luta e, como consequência, por mudanças na sociedade, portanto a projeção. É um espaço heterotópico por ser o contraponto idealizado, mas ainda aparece a utopia, já que o povo e o ideal revolucionário (a liberdade e o fim das injustiças) estão ainda despossuídos.

Esse tipo de discurso do campo, de representação da vida no campo, é percebido na tentativa de aproximar a luta dos guerrilheiros à luta daqueles que vivem naquela região, o que evidencia um espaço de luta já consolidado, mas também o espaço que propõe ainda mudanças, como nos seguintes enunciados-*slogans* (In: VÁRIOS AUTORES, 1996): “Abaixo a grilagem” (p. 35), “Terra e liberdade para o lavrador viver e trabalhar” (p. 39), “Fora os grileiros” (p.41), “Morte aos que atacam e perseguem os moradores e combatentes do Araguaia” (p. 50). Do mesmo modo, também há uma inversão em relação ao espaço da política que é eminentemente o da cidade, urbano, da “civilização” para o espaço da resistência que é o da natureza, a selva, que retrata a purificação e o nascimento do novo. É também por esse motivo que a guerrilha rural é, na maior parte das vezes, mais mitificada que a guerrilha urbana, pois se configura simbolicamente como o espaço da oposição.

Nossa análise nos encaminha para as relações entre espaço e produção de identidades, a partir do que afirma Hall (2000):

[...] as identificações são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” (aqui, a linguagem da filosofia da consciência acaba de nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que nelas são investidos (p. 112).

Nos documentos da Guerrilha do Araguaia podemos observar que o contrapositionamento heterotópico é também realizado pelo distanciamento do guerrilheiro de seu lugar de origem (a cidade) e que essa “desterritorialização” produz uma nova identidade para os combatentes. No seguinte trecho, em que se comemorava um ano de luta

nas selvas do sul do Pará, o narrador comenta as dificuldades enfrentadas do lugar em que estão combatendo, estranho à maioria deles:

(9) Há precisamente um ano os guerrilheiros combatem com firmeza os soldados do governo e toda a corja de bate-paus da ditadura. Não temendo a vida difícil na mata e a falta de alimentos, nem as doenças e a morte, resistem, dando provas de valentia, a um inimigo cruel e armado até os dentes (In: VÁRIOS AUTORES, 1996, p. 40).

É nesse deslocamento do urbano para o campo que se constitui o espaço simbólico da luta. Ainda que a luta nas cidades, a guerrilha urbana, a resistência política nas cidades, seja também valorizada, como se vê no trecho que se segue, retirado de uma *Carta de quatro guerrilheiros ao bispo de Marabá*, a luta no campo, a resistência na selva é mais valorizada justamente por ser esse contrapositionamento, o lugar da inversão e do surgimento do novo:

(10) Há pessoas de diferentes matizes políticos e religiosos, inclusive católicos. Todos eles poderiam viver comodamente, desfrutar a paz, o conforto e o bem-estar em seus lares. Fiéis, porém, à sua consciência, escolheram o caminho da luta, preferiram passar fome, morar na selva, dormir ao relento e, se necessário, sacrificar a vida, a se calar diante de um regime que infelicitou o país a mais de oito anos. Os que se portam desse modo agem como milhares e milhares de brasileiros – entre os quais se incluem muitos padres católicos – que, nas cidades, combatem o jugo dos generais e de um punhado de ricos internacionais e estrangeiros. Vão ao encontro dos mais legítimos anseios de nosso povo que aspira à liberdade e não quer viver sobre o tacão da ditadura (ibidem, p. 42).

A selva, portanto, se desenvolve e se estabelece como espaço da luta e do sacrifício, mas luta e sacrifício para que a construção da liberdade possa se efetivar – “Vão ao encontro dos mais legítimos anseios de nosso povo que aspira à liberdade e não quer viver sobre o tacão da ditadura” – e a desterritorialização seja completa com a derrota do regime militar. Há, portanto, no espaço da selva, heterotopia – é sem dúvidas um espaço heterotópico –, mas também utopia, que motiva a luta, o combate.

Para Foucault (2009a, p. 418) as heterotopias têm profunda relação com o tempo, já que elas:

[...] estão ligadas, mais frequentemente, a recortes do tempo, ou seja, elas dão para o que se poderia chamar, por pura simetria, de heterocronia; a heterotopia se põe a funcionar plenamente quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com seu tempo tradicional [...] (p. 418).

No espaço simbólico da selva – aquele de uma desterritorialização – os guerrilheiros lutam pela revolução e pela própria sobrevivência. Há aí uma heterocronia que mescla o tempo do cotidiano (o “agora” das pequenas atividades necessárias à sobrevivência) e a grande temporalidade que retoma, em diferentes tempos, o ideal de luta e de revolução, difundido pela esquerda em diferentes épocas, acumulado com o transcorrer do tempo.

Essa percepção retrata o que há pouco foi mostrado, que no espaço heterotópico da selva há um acúmulo de discursos-outros que se consolidam como resistência àquele da política oficial. Esse acúmulo de discursos incide em um acúmulo de tempos: heterotopia e heterocronia. Desse modo, a interdiscursividade é fator constitutivo desse discurso do espaço heterotópico já que toma vários discursos em dispersão e os organiza no relato a fim de inserir o dizer tanto na temporalidade do “agora” quanto naquele da grande temporalidade da História das revoluções. Mas também, tal interdiscursividade alimenta as projeções para o futuro de um país livre do regime opressor, incidindo aí a utopia.

Ao mesmo tempo, a marca dessa heterotopia é um dispositivo de constituição da identidade do combatente. Um dos lugares discursivos em que isso pode ser observado é na relação que o “eu combatente” estabelece com a população. Para pontuar essa análise, retornamos ao conceito de heterotopia desenvolvido por Foucault, quando afirma que

[...] [as heterotopias] se desenvolvem em dois polos extremos. Ou elas têm um papel de criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda qualquer espaço real, todos os posicionamentos no interior dos quais a vida humana é compartimentalizada [...]. Ou, pelo contrário, criando um outro espaço, um outro espaço real, tão perfeito, tão metuculoso, tão bem arrumado quanto o nosso é desorganizado, mal-disposto e confuso. Isso seria a heterotopia não de ilusão, mas de compensação [...] (2009a, p. 421).

Os discursos dos combatentes buscam criar esses espaços perfeitos, em contraposição aos espaços reais. Esse fato é perceptível nos documentos da Guerrilha do Araguaia destinados aos habitantes da região, ao afirmarem um ideário de construção de um novo “mundo” para eles, mais ambiciosamente, a construção de um novo Brasil muito diferente do espaço corrosivo que se verificava naquele momento. Esse espaço perfeito e metuculoso, contrário ao espaço real da política do regime militar, é criado pela materialidade discursiva, pela linguagem que incita a população a pegar em armas e a lutar. Assim, pela palavra convocatória, o combatente coloca-se na posição do líder revolucionário, aquele que tem competência para tornar real o espaço prometido pela palavra. Portanto, a selva é de fato um espaço heterotópico, ali o contrapositionamento em relação ao urbano (local do Estado) se

realiza e consolida novas estruturas, mas é também marcado pela utopia, pois sem ela a luta não teria sentido, ou já estaria acabada.

Quando ocorre a transformação na ordem do discurso, que passa dos textos doutrinários produzidos no calor da luta para os relatos dos ex-membros daquelas organizações de esquerda, as identidades se conferem por meio do espaço produzido pela memória. Assim, Gregolin afirma que:

[...] a mídia produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representação que constituem o imaginário social. Fazendo circular essas figuras, ela constrói uma “história do presente”, simulando acontecimentos-em-curso que vêm eivados de signos do passado (2003b, p. 96).

Nesse sentido, a reconstrução do passado por meio dos relatos, dos espaços de memória produzidos na mídia – que contempla também a edição de inúmeros relatos memorialistas, romanceados –, conferem um estatuto de história em curso, de história do tempo presente.

No momento da abertura política, mais do que antes, as práticas discursivas apresentavam papel essencial para a construção desse espaço simbólico, pois não há mais relação direta com o espaço físico como havia no momento da luta efetiva, no momento em que os guerrilheiros pegavam em armas nas cidades ou no campo para lutar contra o regime militar. No calor da luta, criavam-se falas de resistência, mas na fase posterior, de abertura política, por meio dos relatos, aparecem as falas de consolidação. Consolidação do passado, da memória, mas também consolidação da história. No momento em que os relatos, tanto daqueles que participaram diretamente do regime quanto daqueles que resistiram ao governo ditatorial, começam a circular incessantemente nas arenas midiáticas, o espaço simbólico da memória assume papel de destaque. Assim, com a volta daqueles que participaram da luta armada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 e o grande *boom* dos romances memorialistas, muda-se da negociação por uma identidade brasileira (ou da esquerda) para um discurso de consolidação de ex-integrantes dos grupos da esquerda.

Ainda relacionando esse espaço da memória com o espaço da selva, notamos uma outra diferença: o espaço simbólico da memória oscila, igualmente, entre a heterotopia e a utopia. É heterotópico na medida em que os relatos de algo que aconteceu no passado justapõem diferentes espaços e tempos (FOUCAULT, 2009a, p. 418). No entanto, justamente

por organizar, selecionar, dar coerência aos fatos do passado (isto é, reinventá-lo), o espaço da memória é utópico, um posicionamento sem lugar efetivamente localizável, cambiante, movente – a diferença se dá na medida em que a selva era um espaço heterotópico com presença da utopia (mas não um espaço utópico), enquanto a memória é um espaço ao mesmo tempo heterotópico e utópico.

Talvez possamos afirmar que, justamente por ser heterotópico e utópico ao mesmo tempo, o espaço da memória produz uma consolidação do que foi constantemente construído pela luta efetiva contra o regime, e que, ainda que as organizações de esquerda tenham saído derrotadas dessa luta, a construção de uma memória em torno delas se deu por meio de uma mitificação da luta, que se estabeleceu até mesmo, como se verá a seguir, na construção de um herói da esquerda que passou por transformações e movimentos, do trágico ao tragicômico, mas que permaneceu como uma figura idealizada, uma construção utópica⁹⁰; ainda no interior desse discurso de resistência, mas que seria tomado pela grande mídia no contraponto da depreciação, do rebaixamento desta identidade guerreira, ainda que pela memória. As utopias são “a própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços essencialmente irreais” (ibidem, p. 415). A fala de consolidação que aparece por meio dos relatos e da construção da memória é, desse modo, eminentemente utópica.

Nesse sentido, notamos que na fase de maior repressão do regime, houve a constituição de espaços heterotópicos institucionalizados pelos locais de resistência, os locais de atuação das guerrilhas, no caso da Guerrilha do Araguaia, a selva, o lugar da natureza, contraposição ao lugar efetivo da política, do Estado ditatorial, o meio urbano, mas possibilita a projeção de uma sociedade diferenciada, demonstrando aspectos de utopia. Em contrapartida, com a derrota da luta armada e a possibilidade de retorno dos exilados políticos, o espaço real da luta, a selva, dá lugar ao espaço simbólico da memória, um lugar que oscila entre o heterotópico e o utópico e que é permeado pela busca de consolidação de um ideal revolucionário e de uma identidade construída pela esquerda no momento da luta armada, principalmente no interior dos relatos, mas na desconstrução, como veremos mais adiante, dessa identidade calcada no radicalismo quando aparecem, na mídia, traços de espetacularização da política e, também, da memória.

⁹⁰ Nesse sentido, basta lembrar de figuras símbolos do movimento de resistência no mundo e que foram elevados à figura de heróis: Ernesto “Che” Guevara (Argentina/Cuba), Augusto César Sandino (Nicarágua), Emiliano Zapata (México), etc., para ficar apenas na América Latina.

3.5.2. Breve nota a respeito da morte de um herói trágico para o nascimento de um herói tragicômico

Não apresentamos como objetivo uma análise exaustiva sobre a transformação que se verifica a partir da derrota da esquerda armada no Brasil que constitui também uma transformação na construção de um herói revolucionário da esquerda. Se nos debruçamos por ora sobre essa temática, será com o único objetivo de ainda observar a passagem de uma sociedade repressiva para uma sociedade midiática, que estabeleceu, também, a transformação do herói trágico, próprio dos movimentos de resistência, para um herói tragicômico, inscrito na derrota de uma luta que se mostrava ilusória.

Tanto os documentos das organizações que promoviam a luta armada contra o regime militar – em especial aqueles da Guerrilha do Araguaia, mas também de outras organizações que promoviam a luta de guerrilha, e das quais apresentamos alguns fragmentos – quanto os relatos dos ex-integrantes desses grupos armados, publicados durante o período de abertura política por meio, principalmente, dos romances memorialistas, evidenciavam essa transformação – no primeiro momento, fase de maior repressão, via-se a construção de um herói trágico figurativizado a partir do afrontamento, da luta e da morte; e no momento de abertura, por meio dos relatos, a constituição de um herói tragicômico. Nesse momento que possibilitou o fortalecimento da mídia (a qual tomamos como objeto de análise especialmente no capítulo seguinte), as imagens, ao lado dos relatos, também figurativizaram esse herói tragicômico. Nota-se que essa alternância trágico/tragicômico também revela um importante aparato na constituição da história, a descontinuidade, permeada pela inversão na ordem dos enunciados e a constituição de uma nova ordem do discurso. Isso é revelado não apenas pelo enunciado verbal, mas também pelas imagens que, principalmente no momento da abertura lenta e gradual em que se verifica a espetacularização dos discursos. As imagens exacerbam o sentido tragicômico, destituindo os atores históricos de sua heroicidade. Trata-se de um mecanismo discursivo da mídia, em que a hipérbole das imagens produz a desconstrução do herói por meio do exagero, do excesso (DEBORD, 1997). Imagem e palavra, aqui, constituem o exagero da mensagem e a conseqüente banalização dos atos considerados, em outro momento histórico e por outros discursos, como heróicos.

Nesse ponto, verificamos, a partir dos exemplos que traremos a seguir, que nos documentos produzidos no calor da Guerrilha do Araguaia havia a constituição de um herói

trágico por meio da descrição da figura do guerrilheiro tombado em combate contra as Forças Armadas do regime, demonstrando sinais de valentia e de luta, características que os movimentos de esquerda pretendiam assumir para si e transferir para todo o povo brasileiro na negociação daquilo que pretendiam estabelecer como a nova identidade brasileira, mas que estabelecia definitivamente uma identidade para a esquerda.

O exemplo abaixo mostra a construção desse herói a partir da morte de um guerrilheiro em combate na selva do sul do Pará. Em comunicado a toda a população da região pretendia-se destacar as qualidades da militante Helenira Rezende na luta pelo bem-estar social.

(11) Universitária e dirigente da União Nacional dos Estudantes, Helenira veio para o campo com o objetivo de ligar-se aos camponeses e participar de suas lutas, sendo conhecida pelo nome de Fátima na região em que morava. Tornou-se muito estimada por todas que a conheciam. Ao sobrevir os ataques das forças da ditadura contra os moradores do Sul do Pará, incorporou-se aos que resistiram de armas na mão. Revelou grande coragem, espírito de iniciativa e capacidade de comando. Gozava de imenso prestígio entre seus companheiros (In: VÁRIOS AUTORES, 1996, p. 39).

O trecho destacado revela a marca do alçamento do guerrilheiro de esquerda para o posto de herói figurativizado na luta e na coragem, mas também na morte que revela a construção do mártir, que morre pela liberdade.

Em biografia sobre os guerrilheiros do Araguaia, o jornalista Osmar Luís, que esteve presente no acampamento dos guerrilheiros no Pará, exalta a participação feminina na ação guerrilheira e apresenta as características de Helenira: “Seus companheiros mais íntimos a chamavam de ‘Preta’. Muito combativa e inteligente, era muito comum, quando contrariada, xingar feios palavrões” (1996, p. 15). Porém, o que faz com que sua figura de guerrilheira seja alçada a uma caracterização de herói é sua morte em combate contra o exército tornando-se mártir da luta contra o regime. Nos relatos de sua morte tem-se claramente a figura do herói trágico que prefere a morte a abandonar seus ideais, além de persistir na luta mesmo com a iminente derrota; é o que se vê em biografia dessa guerrilheira:

No dia 29/09/72, cercada por tropas da reação não se amedrontou. Recebeu uma rajada de metralhadora nas pernas e verteu muito sangue; mesmo assim continuou resistindo até a última bala, matando um e ferindo gravemente outro. Ao ser presa, ainda viva, gritou aos seus algozes: “Os companheiros me vingarão”. Foi assassinada em seguida, tendo seu corpo sido enterrado na localidade chamada Oito Barracas. Helenira honrou a juventude brasileira e

ressaltou também o papel da mulher na luta pela liberdade (VÁRIOS AUTORES, 1996, p. 83).

Observa-se nesse trecho que, como o relato do jornalista de sua visita ao acampamento dos guerrilheiros, aqui também ocorre a exaltação da mulher. Porém, o excerto se aproxima ainda muito mais dos textos produzidos pela própria Guerrilha do Araguaia, em que tanto lá como aqui se tem a glorificação da morte em nome da luta pelos direitos do povo, por uma condição de vida melhor para a população. Tem-se o surgimento da figura do mártir⁹¹, figura trágica que aparece por lutar por um ideal e em nome dele oferecer sua vida. O guerrilheiro morto em combate é, portanto, alçado a uma condição de herói que o aproxima do herói trágico, pois que na morte pela liberdade seus feitos (da luta) produzem sentidos de piedade daqueles que esperam pelo fim da opressão.

Com o fim da guerrilha do Araguaia e a derrota da luta armada nas cidades a partir de meados da década de 1970, restando ainda poucos que tentassem esse modo de luta contra o regime, tem início uma nova construção em torno da figura do guerrilheiro que, embora ainda heroificado, já não aparece mais com o mesmo tom de tragicidade, mas como uma figura de feições tragicômicas – fazendo referência a uma passagem clássica de *Dom Quixote* de Miguel de Cervantes, lutando contra moinhos de vento. Isso se dá como uma ruptura na linearidade histórica, por meio da construção de novas vontades de verdade e o consequente surgimento de uma nova ordem do discurso que passa dos discursos produzidos no calor da luta para os discursos de relato (a narrativa), produzidos em um momento diferente, contando a história daqueles que dela participaram, mas com um olhar deslocado no tempo e no espaço. Trata-se de recontar e, conseqüentemente, reconstruir a história por meio de narrativas históricas que são, segundo White (1994) “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura dos que com seus correspondentes nas ciências” (p. 98).

Essa nova maneira de contar a história, proporcionada pela abertura política que se reflete na mídia, possibilitou a espetacularização dos discursos de resistência, o que foi um dos principais fatores para que houvesse a transformação da imagem do guerrilheiro, de herói trágico a herói tragicômico.

⁹¹ Em definição dicionarizada tem-se a seguinte acepção: “[...] pessoa que sacrifica a própria vida ou algo de muito valor para levar a cabo algum trabalho ou experiência” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1860). Assim, o discurso produz o sentido de que a guerrilheira sacrifica sua própria vida lutando pelo que considerava ser a liberdade da nação e do povo.

Quando se inicia a abertura política, *lenta e gradual* como se retratava na mídia à época, o retorno de exilados políticos ao Brasil provoca um *boom* dos relatos, tanto na mídia como nos romances memorialistas. Assim, na medida em que o regime vai se tornando mais flexível vai, concomitantemente, ocorrendo uma modificação, uma transformação em torno da figura do herói da esquerda que passa do trágico ao tragicômico. Essa mudança se confere também por meio da transição que se dá nos gêneros discursivos: se, no momento de maior repressão tinha destaque o gênero doutrinário, na fase de abertura política ganha força o gênero memorialista (os relatos tanto na mídia como nos romances memorialistas) e que vem acompanhado da espetacularização, pela mídia, dos discursos de resistência. As imagens ganham força na caracterização e figurativização do herói da esquerda que começa a aparecer, por meio das fotos, como derrotado.

Por meio da repetição imagética, desmistifica-se o herói trágico: se antes a ausência da exposição do corpo morto produzia, pelas narrativas verbais, o guerrilheiro como ser superior, figura do mártir e enfatizava-se a narrativa de seus feitos heróicos, de suas lutas contra o inimigo, agora, a supervisibilidade do cadáver configura a derrota, a luta perdida. Nesse sentido, temos a imagem, que também analisaremos mais adiante, de Carlos Lamarca morto por tropas militares na Bahia.



Figura 3 – Lamarca morto pelo exército na Bahia (VEJA, 1979u)

Inicia-se na mídia um processo de espetacularização – tema que abordaremos de forma específica no Capítulo 4 – que procurava construir uma memória social, e mesmo uma história do tempo presente, pela sujeição “às ordens do icônico, do simbólico, da simbolização” (GREGOLIN, 2000, p. 22). A partir desse momento, a leitura do verbal será toda permeada pela sua relação com o imagético, na produção de texto sincrético.

Pela imagem de sua morte, o guerrilheiro começa a ser desmistificado e produz-se o seguinte efeito de sentido: se o guerrilheiro morre (comprovado pelas imagens que simbolizam a derrota), então ele é figura desse mundo, figura real. Vale lembrar que a morte também era uma marca da tragicidade (o herói trágico era construído a partir do afrontamento, da luta e da morte), porém, por meio dos documentos produzidos pelos grupos guerrilheiros, o combatente era alçado à condição de mártir e, sem exposição imagética, o homem era elevado a mito – as virtudes de sua alma contra a debilidade de seu corpo.

O constante aparecimento dessas imagens, não apenas dos guerrilheiros mortos, mas também de guerrilheiros presos, da derrota da luta armada contra o regime, é fator claro para a desmistificação da figura do combatente e a queda do herói trágico. O encademaneto das imagens aponta para o fato de que seu único destino era a derrota. Todas as ilusões estavam/estão perdidas.

Porém, não é apenas por meio das imagens que ocorre essa descaracterização da figura do herói da esquerda. Nos romances memorialistas, com os relatos de autorreflexão, afirma-se também que a vitória na luta era ilusória, tratava-se de uma guerra perdida. Tudo isso também contribui para que o guerrilheiro seja comparado a um *carbonário*, a uma figura *quixotesca*, em que se luta inutilmente, contra moinhos de vento. No seguinte trecho, retirado do livro *O que é isso, companheiro?*, tem-se o relato sobre a ida do guerrilheiro para o exílio e a derrota da luta armada contra o regime militar que já se anunciava:

(12) *Daqui a pouco estaríamos na Argélia. O Governo havia decretado nossa morte oficial assinando uma pena de banimento, mas, paradoxalmente, começávamos a viver. Lembro-me como se fosse hoje da Baía de Guanabara, das praias, da cidade do Rio de Janeiro desaparecendo de nossa visão. Se soubesse que seria por tanto tempo até que pediria para disporem os personagens na pista para que os saudasse pela última vez: a mãe, os detetives luzindo o carro de Geraldo da Beatriz, Tentação e Marlene, Gomes Carneiro com a mão tapando o nariz, o Almirante Aragão hesitando em resistir ao golpe, Ana, Dominginho, Zé Roberto, o amigo morto e mais o delegado do DOPS de Juiz de Fora gritando: vou contar à tua avó que você está incitando a luta de classe... (GABEIRA, 1981, p. 190).*

Nesse mesmo sentido, vemos no romance memorialista de Alfredo Sirkis, *Os carbonários* (1998), o seguinte trecho, também relatando a ida do guerrilheiro para o exílio:

(13) *Os policiais revistavam minuciosamente os passageiros e eu estava preocupado com a mensagem, dentro do creme de barbear. Me apalpu de arma burocraticamente. Foi até amável. Deu uma última olhadela no meu passaporte, devolveu. Segui e entrei no ônibus, olhando de rabo de olho para o Toninho, que*

também cruzava, sem problemas, com lágrimas nos olhos. Tinha-se despedido minutos antes dos pais e irmãos, todos aos prantos. Não era fácil partir nem ficar (p. 392).

Em ambos os trechos aparece a figura do guerrilheiro partindo para o exílio. Era início da década de 1970, a luta armada ainda estava ativa no Brasil, em ambos os casos, a partida, embora seja uma derrota, era início de novos contatos no exterior. Porém, no momento do relato, já no final da mesma década, tem-se a derrota efetivada e a narrativa que se constrói mostra a desmistificação do herói da esquerda. A partida é uma derrota sem retorno, a busca de novas lutas que se mostram ilusórias, mas o herói ainda assim tenta levantar e continuar a batalha, aí se cria a comicidade e o herói de trágico passa para uma figura tragicômica – *Stuart me disse que possivelmente nos encontraríamos pelo exterior, pois eles iam mandar um emissário até meados do ano. Talvez ele próprio. Nos despedimos e eles sumiram no trânsito da Tijuca (ibidem, p. 390-391).*

Portanto, como foi apresentado, pode-se perceber que, ainda que nas duas fases a morte do guerrilheiro fosse realçada, no último momento, a partir do exagero da mídia e a inclusão de uma infinidade de imagens, o guerrilheiro é caracterizado como derrotado. A imagem de sua morte e a derrota aparecem sem cessar. E os relatos dos ex-guerrilheiros, nos romances memorialistas, compartilham desta ideia, sendo que a comicidade se dá na insistência de resistir e continuar em uma luta que já se configurava como perdida.

Voltaremos a esses pontos no capítulo seguinte, mas antes, traçaremos uma breve análise, que constitui uma ruptura e certa descontinuidade em nosso trabalho, também centrada nessa passagem da repressão para a midiaticização, a respeito dos *slogans* produzidos pelo regime como forma de ostentação do nacionalismo e as palavras de ordem que aparecem como *slogans* de resistência das organizações de esquerda.

3.5.3. História e memória no discurso político: o *slogan* de afirmação e o enunciado de resistência

A produção de *slogans* não é um fenômeno apenas publicitário, que tem como intuito a venda de algum produto (mercantilização/capitalismo) e é veiculado frequentemente pelos meios de comunicação de massa. Esse tipo de enunciado tem destaque também na política que, ainda que não esteja distante da ideia de “vender” algo – característica da publicidade –,

um produto, não aparece no mesmo sentido de comércio, de “compra e venda”. O intuito, no caso, é “vender” imagem, conseguir adeptos a determinadas ideias, posicionamentos e, atualmente, o voto em determinado candidato nas eleições políticas, transformando, assim, a campanha eleitoral em um verdadeiro espetáculo.

Durante a Ditadura Militar Brasileira (1964 – 1985), o regime produziu uma grande quantidade de enunciados-*slogans* que buscavam valorizar a imagem do país, visto com descrédito por grande parte da população devido à censura e à repressão, e estabelecer, desse modo, um laço de união entre nação e povo. Campanhas como o tradicional *Brasil: ame-o ou deixe-o*, *Pra frente Brasil* e *Ninguém segura este país* tiveram grande repercussão à época e cravaram uma marca no imaginário brasileiro, o que pode ser visto em outros enunciados produzidos em períodos posteriores ao governo ditatorial e que, em muitos casos, não se caracterizam por uma alusão direta a esse ou aquele enunciado – muitas vezes, nem mesmo o apelo propriamente político caracteriza a retomada de tais enunciados.

Também nesse período, os movimentos de esquerda que promoviam a resistência ao regime totalitário produziram uma infinidade de discursos em que defendiam a luta – armada ou não – constante contra o governo e divulgavam palavras de ordem, na sua maioria, de chamamento ao combate, à resistência. Esses enunciados – alguns que mais chamaram a atenção e são frequentemente lembrados são: *Abaixo a ditadura* e *Só o povo unido derruba a ditadura* (com a variante mais radical que produzia *Só o povo armado derruba a ditadura*) –, que muitas vezes também se aproximavam de *slogans*, já que tentavam “vender” certas ideias, circularam em documentos – comunicados, manifestos, jornais etc. – produzidos pelas organizações de esquerda e, às vezes, eram vistos em pichações ou bandeiras e cartazes nas manifestações de rua.

3.5.3.1. O *slogan* de afirmação e o enunciado de resistência: a constituição de uma memória discursiva

No confronto discursivo entre os dois polos de luta – o regime militar e a resistência política – houve um forte apelo ao nacionalismo, tanto de um lado como de outro. Ambos produziam discursos com o objetivo de trazer a população, o povo, para o seu lado nessa batalha política. O regime, de um lado, apelava para a propaganda política, com *slogans* que tentavam incutir na população o amor pelo país; a resistência, de outro, fazia uso palavras de

ordem, muitas vezes por meio do gênero doutrinário, que produziam um efeito de chamamento à luta – armada ou não – contra um inimigo comum, os militares.

Pelo lado do governo totalitário, nota-se uma quantidade de enunciados que chamaram a atenção e circularam intensamente na mídia daquele período. São esses alguns exemplos de enunciados-*slogans* que tiveram grande destaque à época:

(14) *Brasil – ame-o ou deixe-o.*

(15) *Ninguém segura este país.*

(16) *Pra frente Brasil!*

Por outro lado, as organizações e movimentos de esquerda produziram palavras de ordem que também se assemelham a esse tipo de enunciado-*slogan* – nas bandeiras e cartazes em manifestações e pichações dos muros em protesto contra o regime. São exemplos:

(17) *Abaixo a ditadura!*

(18) *É proibido proibir.*

(19) *Só o povo organizado derruba a ditadura. / Só o povo armado derruba a ditadura.*

Em ambos os casos, são enunciados que marcaram o período e pertenceram ao imaginário daquela época. As práticas nacionalistas por parte do governo faziam parte da atitude e estrutura do próprio movimento militar, que em seus manuais de conduta e ação prega com veemência o amor à pátria acima de tudo. Nesse sentido, ao impor a ordem pela repressão e o progresso por meio de programas econômicos voltados para aspectos do mercado, o regime considerava aqueles que não concordavam com suas atitudes como inimigos da nação. Para isso, com o objetivo de descaracterizar os movimentos de resistência, tentou inculcar na sociedade um forte programa nacionalista amparado pela propaganda política, que, além ressaltar o crescimento e o progresso do país com propagandas como (15) e (16), também se caracterizou pelo amor à pátria em (14), enfatizando que aqueles que não concordavam com o andamento político e econômico do país eram os que não demonstravam amor pela nação, logo, deveriam deixar o Brasil e se instalar onde fosse mais conveniente, uma outra nação – daí o exílio de muitos opositores do regime.

Esses enunciados criaram raízes no imaginário brasileiro que, mesmo depois de muito tempo, permaneceram, ainda que por meio de um apagamento de sentido, de uma opacidade, na memória coletiva. Foram produzidos novos e outros enunciados que chamam a atenção na

referência, mesmo que implícita, a um discurso tido como fundador – os enunciados daquele período.

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação (PÊCHEUX, 2008, p.53).

Quando começaram a surgir os *slogans* nacionalistas produzidos pelo regime, ainda naquele mesmo momento, outros enunciados surgiram – seja na forma de retomada ou de deslocamento, principalmente no âmbito da resistência. Viu-se o aparecimento de um enunciado produzido pelo escritor e jornalista Ivan Lessa – “O último a sair, apague a luz do aeroporto” – ou a música de Gilberto Gil⁹² que propunha: “Ame-o e deixe-o livre para amar”. Enunciados que davam lugar a novas interpretações, que deslocavam, durante o próprio período de repressão, e como forma de resistência, o sentido daquele enunciado fundador: “Brasil: amo-o ou deixe-o”.

Ainda, esses enunciados são constantemente retomados, seja no âmbito da política – o lugar próprio do discurso fundador – seja em outros campos, o que faz com que o sentido seja totalmente deslocado, quando, por exemplo, um blog⁹³ de apreciadores de jogos de videogame retoma o enunciado “ame-o ou deixo-o” como referência a um grupo de jogadores. Assim, o enunciado “Brasil: ame-o ou deixe-o” é deslocado para regiões em que circula sem marca de autoria, pois, como mostra Gregolin (2001b, p.74), “a divisão entre o ‘mesmo’ e a ‘metáfora’ cria graus de opacidade, de incompletude, de legibilidade: determina-se, nesses graus, uma polissemia da leitura, porque para determinados leitores os implícitos não são mais reconstruíveis”. O enunciado primeiro (fonte) se desgruda de seu nome de autoria e, com isso, abre caminho para a retomada, na história, e a possibilidade de novas e diversas (re)interpretações. Desse modo, o mesmo se dá quando o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2008, em comemoração à conquista do grau de investimento do Brasil, retoma o enunciado “Ninguém segura esse país”, já no apagamento e na opacidade da sua retomada. É ainda neste mesmo sentido que Gregolin aponta:

⁹² GIL, Gilberto. O seu amor. In: **Doces bárbaros**. Warner Music, 1976.

⁹³ Referência ao *blog* do grupo de jogadores de vídeo game Clã Cavaleiros Velozes - <http://www.ccvteam.com> (acesso em 13 de junho de 2009).

Para Pêcheux (1999), os implícitos não estão em nenhum lugar sob uma forma sedimentada e estável; é a repetição que dá a eles uma “regularização”, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrases. No entanto, essa regularização discursiva – que tende a formar uma série do *legível* – é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento novo, que vem perturbar a memória, pois o novo desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. Esse movimento de paráfrases e polissemias faz que exista, sempre, um jogo de força na memória, entre a repetição e desregulação: visando manter uma regularização pré-existente, a estabilização parafrástica absorve e dissolve o acontecimento novo; e, ao contrário, o jogo de força de uma desregulação vem perturbar a rede de implícitos. Por isso, o processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória traz tensões e pode criar diferentes efeitos de sentido, numa relação dialética entre o “mesmo” e o “outro”: na repetição literal da identidade material, ao mesmo tempo que a repetição assegura o espaço de estabilidade de uma *vulgata parafrástica*, pode provocar uma divisão da identidade material, já que sob a materialidade do mesmo abre-se o jogo da metáfora que perturba a memória e a descristaliza (2001b, p.73-74).

A não sedimentação dos implícitos abre caminho para novas interpretações e para a constituição de um discurso-outro, que emerge no acontecimento e “vem perturbar a memória”. Enquanto os enunciados da resistência na própria época da ditadura que retomavam o discurso do regime militar pareciam se encadear numa regularidade enunciativa e produzir um efeito de regularidade/continuidade, o enunciado dos blogueiros de videogame e a fala de Lula provocam novos efeitos de sentido, deslocando e desregulando os implícitos associados àquele sistema de regularização.

O mesmo se observa em relação aos enunciados proferidos pelas organizações e movimentos de esquerda à época da ditadura. É possível notar, nesse caso, que os enunciados são típicos de uma categoria discursiva, ou ainda, se preferir, a uma determinada formação discursiva, ainda que marcada pela heterogeneidade própria ao conceito, pois as palavras de ordem são características próprias da fala política – ainda que muitas vezes escapem ao campo político e ganhem novos sentidos no deslocamento – e, no sentido das reivindicações e combate, são ainda marcas de um discurso de resistência típicos dos movimentos de esquerda.

Os enunciados (17), (18) e (19) apareciam durante as manifestações contrárias ao regime militar, geralmente em manifestações e passeatas com grande participação das massas. São palavras de ordem que se destacam como uma espécie de *slogan* político – principalmente (17) e (18), sendo que este segundo é retomado das manifestações estudantis ocorridas na França no mesmo período.

Também é possível observar e analisar os seguintes enunciados (palavras de ordem) retirados de documentos – manifestos, comunicados, informes etc. – emitidos pela Guerrilha do Araguaia, entre 1971 e 1974, do sul do Pará (In: VÁRIOS AUTORES, 1996):

- (20) *O povo unido e armado derrotará seus inimigos!*
- (21) *Abaixo a grilagem!*
- (22) *Viva a liberdade!*
- (23) *Morra a ditadura militar!*
- (24) *Por um Brasil livre e independente!*
- (25) *Abaixo os generais fascistas!*
- (26) *Morte aos que perseguem e atacam os moradores e combatentes do Araguaia!*
- (27) *Honra e glória a Helenira Resende!*
- (28) *Abaixo a ditadura militar!*
- (29) *Viva o Brasil livre e independente!*
- (30) *Terra e liberdade para o lavrador viver e trabalhar!*
- (31) *O povo unido e armado vencerá!*
- (32) *Glória aos valentes guerrilheiros tombados nas selvas!*
- (33) *Abaixo a ditadura militar fascista!*
- (34) *Fora os grileiros!*
- (35) *Abaixo os generais traidores da nação!*

São enunciados caros ao gênero doutrinário constantemente utilizado no discurso político. Ao final de um documento, manifesto, comunicado, aparecem as palavras de ordem como chamamento a alguma “luta” ou atentando para certas questões que se levantam em um determinado momento. Nos documentos das organizações de esquerda não é diferente, e, geralmente, esses enunciados se pautam pelo ataque a um inimigo – na maior parte das vezes o Estado – e no chamamento à luta contra esse inimigo, colocando seu problema, como sendo o problema de toda a nação.

Observa-se nos enunciados apresentados essa característica explicitada acima. Há um ataque constante ao inimigo da guerrilha, o regime militar – enunciados (23), (25), (28), (33) e (35) aparecem de forma explícita – e, com o intuito aproximar seus problemas dos problemas do povo, principalmente o local, tem-se também um ataque àqueles que a população oprimida tem como inimigo – enunciados (21), (26) e (34), explicitamente. Assim, o movimento procura criar, além de uma identidade própria, transferi-la para uma identidade do brasileiro, construindo na luta o caractere principal do povo.

Esse exemplo dos documentos emitidos pela Guerrilha do Araguaia mostra uma construção interdiscursiva de enunciados já produzidos pelos movimentos que reivindicavam uma revolução, seja no âmbito da nação, seja num âmbito específico – uma revolução no sistema de educação ou de saúde, por exemplo. Por meio deste gênero discursivo, o

doutrinário, constrói-se uma memória do e no discurso. As lutas pela liberdade aparecem quando se emite uma palavra de ordem como “Viva a liberdade” ou “Por um Brasil livre e independente”. A reivindicação histórica, que não se estabelece apenas no Brasil, por terra e melhores condições de trabalho é retomada pelo enunciado “Terra e liberdade para o lavrador viver e trabalhar!”. Ainda, esses enunciados produzem uma memória ulterior, condições para realização de novos enunciados que podem se manter na regularidade, mas que podem ser deslocados na irrupção do próprio acontecimento. Sendo assim, em manifestações políticas atuais, como, por exemplo, do movimento estudantil, observa-se a utilização desse mesmo procedimento discursivo, palavras de ordem com ataques aos setores de controle da educação e que remetem aos problemas apresentados, segundo eles, pelo atual sistema de ensino.

Pêcheux (1999, p.50) afirma que há uma “fragilidade, uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória”, pois há o acontecimento que escapa à memória, que não chega a se inscrever, e há o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido. Na construção da memória social, o tema da esquerda, da resistência e da guerrilha na luta contra o regime militar aparece de maneira fragmentada, algumas notícias esparsas em notas de jornais, o que dificulta a inscrição desses acontecimentos na memória coletiva. É possível compreender, então, como mostra Orlandi (1999), que os enunciados dos movimentos de esquerda, tanto aqueles comuns às manifestações como os dos documentos das organizações, se dão em uma nuance do que propõe Pêcheux, pois é como se não tivessem ocorrido justamente porque escapam à inscrição da memória. Esse é, evidentemente, o caso da censura em geral. É por isso que esses enunciados, quando retomados, muitas vezes se pautam pelo deslocamento e pela desregulação, pois há um apagamento na inscrição de determinado discurso fundador, o que possibilita a produção de outros e novos sentidos.

3.5.3.2. Um rito de passagem

Em uma breve retomada, observou-se que no encontro do linguístico com o histórico na Análise do Discurso foi possível compreender os mecanismos de formulação e surgimento dos enunciados. No próprio momento da formulação não se estabelece um enunciado original, em que tudo ali parece novo e único, há nele mesmo uma referência, ainda que muitas vezes implícita, a outros enunciados dispersos e “guardados” na memória discursiva. São esses

enunciados que dão sentido ao que dizemos e que possibilitam a compreensão daquilo que é sempre dito.

Os *slogans* veiculados pelo regime militar como forma de fortalecer o nacionalismo e a política econômica e repressiva do governo e as palavras de ordem produzidas pelos movimentos e organizações de resistência ao governo ditatorial com a finalidade de chamar o povo à luta estabelecem uma ligação muitas vezes direta, outras indireta, com outros movimentos anteriormente estabelecidos. Os enunciados do governo retomavam uma política de apelo nacionalista e de forte controle do Estado e abriam espaço para novos discursos de passionalidade excessiva. Já os discursos da “esquerda” retomavam características próprias do gênero doutrinário – enunciados próprios de momentos de revolução – e produziam a possibilidade de novos dizeres no âmbito da política. Porém, esses enunciados, quando retomados, ainda à época ditatorial e, principalmente, em período posterior e já distante, se entrecruzam e promovem, muitas vezes, um apagamento de sentido e, dessa forma, uma nova significação na sua realização. Observa-se, portanto, sentidos politizados à época da Ditadura, e despolitizados, posteriormente.

É, portanto, por isso que se podem compreender os deslocamentos estabelecidos na história do conceito de Formação Discursiva, que parte de um campo e conceito fechado para estabelecer a heterogeneidade no encontro com História e na caracterização da memória discursiva.

De agora em diante nos deteremos sobre um *corpus* constituído por textos da mídia – mais especificamente da grande mídia –, que nos possibilitará compreender efetivamente a constituição de uma sociedade midiática que promove a construção da história (do presente) circunscrita a uma espetacularização do discurso político e que já dá indícios de um processo de espetacularização da memória.

4. MÍDIA E POLÍTICA: A ESPETACULARIZAÇÃO DA HISTÓRIA⁹⁴

“É pela memória que puxam os fios da história. Ela envolve a lembrança e o esquecimento, a obsessão e a amnésia, o sofrimento e o deslumbramento. [...] Sim, a memória é o segredo da história, do modo pelo qual se articulam o presente e o passado, o indivíduo e a coletividade. O que parecia esquecido e perdido logo se revela presente, vivo, indispensável. Na memória escondem-se segredos e significados inócuos e indispensáveis, prosaicos e memoráveis, aterradores e deslumbrantes”. (Octavio Ianni).

As crises no sistema econômico, na estrutura política do governo militar e no sistema repressivo possibilitaram a distensão do regime e trouxeram de volta papel central à mídia, tanto a impressa como a televisiva, já consolidada naquele momento. Notava-se efetivamente, mas não como uma ruptura direta, a passagem de uma sociedade repressiva para uma sociedade midiática. Ainda que a repressão, ancorada sempre pela censura, fizesse sombra durante todo o período de governo militar no Brasil, a insustentabilidade causada pelas denúncias de casos de tortura e mortes em dependências da polícia e do exército incidiram num afrouxamento na repressão e, também, abriram a possibilidade para negociações em torno de uma Lei de Anistia, efetivada em 1979, que proporcionou o retorno de exilados políticos ao país. Nesse ponto, a mídia foi uma das instituições que mais se beneficiou dessa pequena abertura e se colocou a tarefa de resgatar o passado e construir uma história do tempo presente – aqui, não podemos esquecer que a construção da história passa por formulações e posições ideológicas que dão evidência a determinados acontecimentos e, inevitavelmente, inscrevem e demonstram o apagamento de outros, como veremos no decorrer do capítulo, por meio das análises que se seguem.

A mídia, ainda que com diferentes alcances, sempre apresentou papel importante em muitos períodos da história, expondo a tentativa, assumida para si, de narrar uma história em curso, inserida nos acontecimentos, que se desenrolam diante de seus olhos, constituindo, por meio de mecanismos que criam uma ideia, sempre ilusória, de imparcialidade e neutralidade,

⁹⁴ Uma síntese deste capítulo, com as primeiras impressões analíticas acerca da abertura política e a construção de uma história do tempo presente e a consequente espetacularização da memória, virá a ser publicada, em co-autoria com a Profa. Vanice Sargentini, em artigo em livro organizado por Maria do Rosário Gregolin e João Marcos Kogawa – *Análise do discurso e semiologia: reflexões contemporâneas* –, pela coleção Trilhas Linguísticas do Laboratório Editorial da Universidade Estadual Paulista – *campus* de Araraquara (UNESP/FCLAr), com o título “O jogo das imagens: a espetacularização da memória na mídia”.

efeitos de verdade (o discurso da verdade que retoma o real dos fatos) que dá ao discurso da mídia sua credibilidade – “tendo em vista que o real não se deixa apreender diretamente, o verossímil no jornalismo encontra-se em relação direta com o efeito de real construído discursivamente” (NAVARRO, 2010, p. 85). Durante o momento de ditadura militar no Brasil (1964 – 1985), a atuação dos meios de comunicação se estabeleceu em um movimento ditado pela censura e pela repressão. A interdição do dizer, neste caso, estabeleceu o que e o como contar essa história, impondo limites ao discurso midiático, já que não era possível, ou mais exatamente, permitido dizer tudo a todos. Daí, então, a retomada da noção de interdito, que passa, principalmente, pela censura, mas também pela própria editoração do jornal/revista, que seleciona os “temas” mais importantes para sua edição, a forma como esse tema será “trabalhado”, seu enfoque, sua disposição na(s) página(s) do jornal/revista e, com isso, produz sentidos enquanto revela, também, apagamentos – que também produzem sentidos por meio do silêncio.

Essa relação mídia e censura, o poder/querer dizer e a interdição, começou a se afrouxar na segunda metade dos anos de 1970, quando houve um início de distensão, ainda que não marcado de forma explícita, por parte do regime e que culminou na Lei de Anistia do final da década. Nesse momento, como veremos, a mídia assumia, explicitamente, a intenção de retomar o passado ainda recente que permanecia oculto para a maior parte da população – como é o caso da luta armada, com a atuação de guerrilhas nas cidades e no campo. Há, nesse caso, uma espécie de “politização da mídia”, que passa a se portar como um agente quase político, como um porta-voz que mostra aquilo que a sociedade civil não podia ver por si própria (PIOVEZANI FILHO, 2003b). Também nesse momento, os meios de comunicação impressos⁹⁵ passavam a valorizar uma relação intrínseca entre textos verbal e imagético, sendo que, muitas vezes, o último predominava no espaço da revista ou do jornal – veremos que as imagens constituem-se como mecanismos de apreensão do real, ou seja, uma estratégia de construção de efeitos de realidade que confere ao discurso jornalístico um caráter verossímil. Tem-se no discurso da mídia, o início, ainda indícios, de uma espetacularização da

⁹⁵ Como apontado brevemente ainda neste capítulo, tanto a mídia impressa como a mídia televisiva foram fortalecidas pelo processo de abertura política no Brasil e encontraram no processo de espetacularização da política mecanismos que buscavam trazer de volta o olhar do “público” para os assuntos políticos. Porém, ainda que consideremos todos esses fatores, optamos por nos debruçar pela primeira por dois aspectos: o primeiro aspecto é metodológico, que contempla o recorte do *corpus* e a facilidade de apreensão deste material; o segundo evidencia-se pelas características políticas da mídia televisiva, pois, ainda como é hoje, mas em maior escala, havia um monopólio do Estado na concessão (distribuição) de canais, que levou ao fortalecimento de um canal específico, a Rede Globo, e a uma espécie de autocensura no que dizia respeito às críticas ao governo – “não denunciar a repressão e não criticar o regime para não perder a concessão”. Desse modo, a retomada da política e a construção de uma memória do período se deram de maneiras diferentes nesses dois meios de comunicação.

memória e da política – ou, ao menos, apontamentos para essa direção espetacular dos fatos por ela narrados –, já que é nessa relação entre texto e acontecimento, discurso e história, que se estabelecem a construção de uma memória do dizer e, talvez ainda, uma memória dos fatos⁹⁶.

Nesse sentido, os estudos do discurso se confundem e se entrelaçam com aqueles da história, e que caminham juntos desde o nascedouro do campo teórico que se denominou Análise do Discurso. Retomando sucintamente os apontamentos dos Capítulos 1 e 2, observamos que em seus primeiros momentos, nos estudos da AD houve a predominância de uma análise que se pautava sobre uma perspectiva da história inscrita na curta duração, mas ainda sem problematizá-la, pois, em função dos aspectos metodológicos, o método automático, fazia-se necessário a constituição de uma homogeneidade. Porém, é no final da década de 1970 que os analistas começam a se debruçar sobre a longa duração, ainda de maneira insipiente, cruzando, dessa forma, com os estudos propostos pela *Escola dos Annales*, do final da década de 1920, e, mais exatamente com aqueles de Fernand Braudel, historiador da segunda geração dos *Annales*, em que se estabelece uma ruptura com a história historicizante – perspectiva tradicional, positivista –, puramente factual, dominada pela linearidade dos acontecimentos, apagamento das inversões e dispersões e o privilégio do documento escrito e oficial (DOSSE, 2003a) – nem mesmo em sua tese Courtine se debruça sobre durações mais longas; de fato, somente em artigo⁹⁷ de 1982 é que ele toma a média duração. Assim, a história, em uma perspectiva nova é estabelecida na dispersão, rupturas e descontinuidades, estabelecidas, dessa forma, na ordem do discurso. Também se notava que os analistas daquele momento, ao se debruçarem sobre o discurso predominantemente político, estabeleciam como objeto o discurso político verbal, que se constituía na estrutura linguística e na relação com um acontecimento.

É dessa forma que nos primeiros estudos se observa uma opção por compreender como os saberes, dentre eles o saber político, se constituíam ao longo de um grande período de tempo. O movimento entre os discursos, nas rupturas que permeiam os períodos históricos, articula-se ao movimento na política – em suas estruturações e relações; nas formas de

⁹⁶ Como veremos, é próprio do enfraquecimento de regimes totalitários o início de uma espetacularização da política, é o que aponta Piovezani Filho (2003b, p. 54): “Concorre, também, para o estabelecimento da ‘espetacularização’ da política, o enfraquecimento (e, por vezes, de fato, o declínio de regimes autoritários) da instância estatal, de modo quase generalizado”.

⁹⁷ COURTINE, J.- J. Le professeur et le militant. In: **Archives & Documents de la SHESL**, n°2, mars 1982, p. 1-15. Tradução brasileira: O professor e o militante. Contribuição a uma história da Análise do Discurso na França. In: COURTINE, J.- J. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Trad. Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

circulação dos discursos e nos métodos de disseminação, cada vez mais organizados em função do surgimento de novas materialidades e dispositivos/suportes. Longas durações pressupõem inúmeras rupturas que, muitas vezes, se estabelecem pelo dizer e se verificam nos discursos; embora, em alguns momentos, Dosse (2003a) aponte que a opção pela longa duração incidia em uma contradição, o retorno às continuidades, pela própria dificuldade de escansão no tempo.

Com os estudos sobre a mídia, a Análise do Discurso apoia-se, também, sobre uma história de curta duração⁹⁸, pois ali se narra – ou se pretende narrar – uma história ainda em curso, não finalizada e contada, muitas vezes, ainda no momento de sua realização, criando-se aí uma história/narrativa do tempo presente. Tem-se a análise dos acontecimentos. No final dos anos de 1970 e início da década de 1980, a mídia brasileira propõe-se a contar a história do período militar, narrando fatos de um momento recente, de forte repressão, ainda não consolidado, visto de um ponto em que a história ainda se realiza. Para isso, adota, gradativamente, um recurso visual, amparado na junção de diferentes aspectos semiológicos (diferentes linguagens), que dá início ao olhar espetacular midiático sobre a história e sobre a política.

A seguir, tomaremos os textos que circularam na segunda metade da década de 1970, pela revista *Veja*, acerca da resistência política e do processo de abertura política, com o intuito de verificar a construção de uma narrativa histórica de um passado que se fazia recente dando indícios de um processo de espetacularização do discurso político e da memória; mas também, quando julgarmos necessário, retornaremos aos textos da resistência política e dos relatos memorialistas para evidenciar a passagem da sociedade repressiva para a sociedade midiática. Ainda, de maneira breve, mas sem sermos superficiais, exploraremos aspectos de uma análise baseada na curta duração, no acontecimento discursivo, e a possível necessidade de reformulações e deslocamentos da teoria em virtude das mudanças do objeto de análise – agora o discurso da mídia sobre a política, que incorpora novas materialidades e linguagens –, principalmente no conceito de *interdiscurso*.

⁹⁸ A Análise do Discurso não deixou de lado os estudos de longa duração, apenas retomou em seu campo os estudos de curta duração. Em algum momento, como observaremos mais adiante no caso de nosso trabalho, é possível notar a inscrição de uma análise do **acontecimento longo**, que, ainda que inscrito em uma espécie de curta duração, propõe a construção de uma narrativa histórica do presente em andamento.

4.1. A história no discurso e o discurso na história: a curta duração

Língua e história articulam-se de forma intrínseca no discurso e, por essa razão, sempre se apresentaram como noções de central importância para a Análise do Discurso, desde sua emergência no final da década de 1960. Entretanto, a maneira como se pode pensar a relação entre o elemento linguístico e o elemento histórico constitutivos do discurso sofreu modificação ao longo dos desenvolvimentos da Análise do Discurso. Se o discurso é estrutura e acontecimento, nem sempre se pensou esta questão de maneira clara e do mesmo modo que Pêcheux ([1983] 2008) propôs em *O discurso: estrutura ou acontecimento*. No ponto em que se constitui, já na década de 1980, com Pêcheux e, principalmente, Courtine ([1981] 2009a), a relação intrínseca entre linguageiro (intradiscurso) e acontecimento (interdiscurso), começa-se a pensar a questão de uma memória discursiva, deslocando um conceito tão caro à AD, o de Formação Discursiva (FD). Nesse sentido, como mostra Gregolin (2007, p. 159), é instituída a História no campo das FDs, já que se insere ali a noção de memória “cujo trabalho produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento dos enunciados”.

Os discursos, dessa forma, fundam com a história uma relação real, pois não há história sem discurso, e, mesmo, são os discursos, como aponta Orlandi (1990), que estabelecem a história. As relações interdiscursivas instituem-se, por intermédio dos sujeitos do discurso que atualizam os já-ditos, os implícitos e buscam, na dispersão, o sentido e o lugar do seu dizer, ou seja, “a função interdiscursiva como domínio de memória permite ao sujeito, portanto, o retorno e o reagrupamento de enunciados assim como o seu esquecimento ou apagamento” (COURTINE, 2006, p. 79). Nota-se, com isso, que a inserção do conceito de **memória discursiva** – o aparecimento da historicidade nas relações discursivas – provoca um aprofundando da noção de interdiscurso. Ainda mais,

[...] o discurso **se dá** como memória, quando ele exprime uma relação com o tempo em que se constitui sua diversidade. Isso pode ser depreendido, por exemplo, nos **rituais verbais da comemoração**: eles produzem um corte no tempo, ligando o presente da enunciação ao passado discursivo, numa anulação imaginária do processo histórico de formação do discurso, com sua duração, suas heterogeneidades, suas contradições (ibidem, p. 94, grifos do autor).

A injunção à historicidade faz com que os discursos produzam sentidos, que recuperam e reconstroem uma memória, e estabeleçam o acontecimento – o jamais-dito que recupera os já-ditos. Nesse ponto, é importante que distingamos a memória discursiva, própria

da produção discursiva, e os processos de construção de memória, para que possamos analisar, mais adiante, a mídia como produtora de memória ao tomar para si um papel de produção da história, a história do tempo presente.

Os processos de memória sempre tiveram destaque, desde muito antes do surgimento da escrita, porém o surgimento da imprensa tem papel fundamental na redefinição do conceito de memória e, mais propriamente, na passagem de uma memória oral para uma memória escrita, que já vinha se realizando há tempos, mas somente se consolida com a invenção e a expansão da imprensa na Europa.

Até o aparecimento da imprensa... dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. [...] Com o impresso... não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é freqüentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito (LEROI-GOURHAN apud LE GOFF, 1992, p. 457).

Desde as civilizações mais antigas, a memória tem papel relevante nas sociedades e, muitas vezes, como fenômeno de poder, pois aqueles que detinham a faculdade da memória podiam exercer papéis de influência sobre o restante da sociedade e se estabelecer próximo ao topo da hierarquia social.

A escrita, como se vê, deslocou ou, talvez, hierarquizou a memória, ao atuar como um lugar de memória, mas não se distanciou das relações de poder, ainda determinando posições sociais, mesmo que diferentes daquele do predomínio da memória oral, que atribuía papéis dentro de comunidades, clãs, e mesmo famílias. Com a escrita e, depois, a invenção da imprensa, pôde-se arquivar uma grande quantidade de textos, documentos, e promover uma maior circulação. Mas, como se percebe, nunca a circulação é homogênea e nem todos têm acesso. A ação de leitura, que segrega aqueles que sabem ler de um lado e os que não sabem de outro, já produz, de certa forma, um componente nas relações de poder.

Também é próprio do discurso político corporificar a memória nas relações de poder, como afirma Courtine: “Na política, *a memória é um poder*: ela funda uma possibilidade de se exprimir, ela abre um direito à fala, ela possui, até mesmo, um valor performativo de proposição eficaz” (2006, p. 88). É nessa medida que o texto doutrinário, como aqueles produzidos por sujeitos de resistência durante o momento de maior repressão do regime militar, caracteriza-se pela retomada incessante de discursos fundadores – em dispersão;

naquele caso em remissão ao que se postulam as “esquerdas” – e a mídia vem construir uma memória social ao restabelecer uma história imediata – de um passado que se faz recente e de um presente que passa aos olhos do historiador.

A mídia surge e se fortalece no sentido da difusão da informação, da circulação da memória, em uma ideia de democratização do saber, mas é evidente que o acesso não é total, até pelos mesmos motivos do esboçado em relação ao surgimento da escrita e à invenção da imprensa, mas também nas relações que se definem no funcionamento do discurso midiático. Ora, tudo é dito a todos? O funcionamento e a produção dos discursos não são inteiramente democráticos, embora se acredite que com a mídia – que se destaca como objeto da globalização –, a circulação dos discursos seja completa e a memória coletiva seja comum a toda a sociedade.

O aprofundamento da funcionalidade da mídia nas sociedades contemporâneas provoca um confronto com o trabalho do historiador propriamente dito. Enquanto este se volta, frequentemente, para uma história de longa duração – como já foi explicitado em relação aos historiadores dos *Annales* e seus herdeiros –, o discurso midiático se apresenta como aquele que exige do historiador a análise da curta duração, da história recente e que se passa diante dos nossos olhos, a história em andamento, de um passado presenciado.

[...] toda a evolução do mundo contemporâneo, sob a pressão da história imediata em grande parte fabricada ao acaso pelo *media*, caminha na direção de um mundo acrescido de memórias coletivas e a história estaria, muito mais que antes ou recentemente, sob a pressão dessas memórias coletivas (LE GOFF, 1992, p. 473).

Assim, a mídia estabelece um papel na construção da história e, conseqüentemente, na construção e reprodução da memória coletiva, social, caracterizando-se, nesse sentido, como objeto cultural, na esteira das reflexões propostas por Davallon (1999), ou seja, um operador de memória cultural na medida em que condensa uma narrativa. Segundo o autor, para que haja memória social, “há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e, sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social” (p. 25). A mídia recupera, então, o que se estabelece na história do momento, concentrando uma visão sobre os fatos. Portanto, é evidente que a construção dos fatos passa também pela produção de efeitos de verdade que não são propriamente a verdade dos fatos. Assim, segundo Navarro, “a mídia é um campo institucional em que o sujeito que nela fala é, ao mesmo tempo, aquele que pode dizer a verdade dos fatos – pelo saber que detém sobre eles – e aquele que pode produzir os fatos na

sua verdade e submetê-los à realidade – pelo poder que exerce na realidade” (2010, p. 84). Por meio da seleção, organização e apresentação das notícias é estabelecida certa hierarquia que dá a determinado tema importância na construção histórica. Nesse sentido, o discurso da mídia estabelece uma verdade parcial, jamais absoluta, criando, em consequência, um efeito de real.

As estratégias de construção de efeitos de realidade funcionam como índices de referencialidade que conferem aos discursos um caráter verossímil, assegurando-lhes a credibilidade. Entretanto, é preciso considerar que as fotografias, entrevistas e citações são recortes do real que atestam a característica lacunar dos discursos. Segundo o que analisa Gomes (2000), tais índices deixam entrever algo que ficou de fora, excluído das matérias jornalísticas, uma vez que se trata de um viés e de uma descontextualização. Desse modo, a construção da verossimilhança sobrepõe-se, no jornalismo, à vontade de verdade. Ela manifesta o desejo que a prática discursiva midiática tem de ser aceita, pelos seus leitores, como uma fonte de verdade dos fatos que noticia (ibidem, p. 86).

Ainda, os objetos culturais, como a mídia, constituem um controle do saber, aparecendo nas relações de poder daquilo que se pode e se quer dizer, delineando pontos de vista, quase nunca exatos, sobre os fatos. Porém, sem dúvidas, o controle do saber é estabelecido de acordo e no contato com o que determina certa vontade de verdade de uma época e abre as possibilidades do dizer.

Esse processo é facilmente observado durante o período da ditadura militar no Brasil. No processo de abertura política, a mídia começa a retomar fatos da fase de maior repressão exercida pelo regime e tenta, desse modo, “contar” uma história recente do país. Tem-se, assim, a impressão de uma narrativa contínua e a fabricação de uma história do tempo presente, história em curso. Para tanto, a mídia apoia-se nos relatos e nas imagens para dar veracidade ao que conta e mostrar o ineditismo dos fatos, “aquilo que o povo brasileiro não sabia”. Assim, de acordo com Navarro Barbosa (2003):

O tempo que a história imediata narra ainda está em curso. É o tempo do presente que se apresenta como uma lacuna entre o passado e o futuro. Nesse sentido, a reflexão sobre os acontecimentos presentes permite fazer com que o passado retorne, seja reinterpretado e novas significações sejam encontradas (p.115).

Neste mesmo momento encontra-se uma modificação na estrutura política e econômica do país, permeada pelo afrouxamento da censura e da repressão (com a destituição do AI-5) que possibilita à mídia essa retomada de fatos até então proibidos de serem

discutidos e apresentados à nação. Também, o discurso político, que havia sofrido transformações, ainda pela prática da censura, que culminaram no desinteresse e no descrédito por parte da sociedade, retorna às arenas midiáticas: debates, relatos, entrevistas etc.. A mídia, portanto, procura maneiras de trazer seu público de volta e encontra, no espetáculo, mecanismos de satisfação dos leitores. Assim, as imagens ganham forte destaque – talvez porque, como aponta Barthes (2003, p. 201), “a imagem é certamente mais imperativa do que a escrita, impondo a significação de uma só vez, sem analisá-la e dispersá-la” –, disputando com o verbal o espaço das matérias jornalísticas. É o que mostra Courtine em relação às sociedades ditas pós-modernas:

Do mesmo modo que a imagem tende a dominar o discurso, as formas breves e dialógicas do enfrentamento verbal tendem a substituir a “metafísica” das grandes narrativas políticas, os monólogos intermináveis dos aparelhos anônimos. Trata-se menos de convencer que de capturar, menos de explicar que de seduzir (2006, p. 113).

Na pós-modernidade podemos pensar em uma sociedade arquivística, como relata Colombo (1991), ao se referir aos processos de memorização ou, ainda, de armazenamento e apreensão do passado (ou mesmo do presente) para a construção da memória. Esse papel de memorização e arquivamento do passado pela construção histórica do presente é assumido pela mídia que vê na prática de recordação do passado mecanismos para analisar o presente e possibilitar apontamentos para o futuro. Também explicita uma relação entre a produção de sentidos pelo histórico e a memória e a construção de identidades pelo retorno do passado.

[...] os arquivos não constituem somente o sinal de uma procuração passada ao social, mas também (e em aparente contradição) o sintoma de um novo processo de centralização do sujeito. Confiar a própria memória às lembranças exteriorizadas significa, em suma, tanto confiar a própria identidade aos bancos de dados aos quais não passamos de simples usuários (e por conseguinte colocarmo-nos na posição de ‘viajantes míopes’ do labirinto), quanto constituir sistemas pessoais de memória, *files*, álbuns de fotografias, coleções de videocassetes, de agendas ou diários, das quais a coletividade é definitivamente excluída, e nas quais se celebra justamente a própria identidade (ibidem, p. 119).

Hoje, essa prática exige, como vimos, para a construção de um efeito de real provocado, se não pela verdade mas por um aspecto de verossimilhança, a busca de pontos que atestem a realidade, quais sejam, entre outros, o uso de imagens fotográficas, gráficos,

tabelas etc. Essa redefinição da materialidade discursiva exige, sem dúvidas, uma redefinição também nos métodos do analista de discursos da mídia.

Dessa forma, torna-se fundamental questionarmo-nos e, mais que isso, problematizarmos a necessidade de uma redefinição do conceito de *interdiscursividade* para se pensar, além do verbal, o não verbal, o icônico. Assim, abre-se caminho para um novo questionamento: podemos pensar em um novo conceito, aquele de **intericonicidade**? É o que propomos apresentar a seguir, de modo a passar pelo conceito em uma atitude de sobrevoo, uma vez que nosso objetivo principal, como já foi exposto, é pensar a respeito de uma espetacularização da memória por meio da mídia, tomando como base o discurso do jornalismo impresso do final da década de 1970, período de distensão, ainda que lenta, do regime militar.

4.2. Uma memória do verbal é igual a uma memória do visual?

Os desenvolvimentos dos estudos em Análise do Discurso levaram o analista a perscrutar, além de novos temas e objetos que não somente o discurso político, novas materialidades. Também as modificações que sofreu o conceito de Formação Discursiva no interior desse campo teórico, tornando-se heterogêneo e dando lugar à noção de interdiscurso e memória discursiva, levaram o analista a compreender e analisar outros lugares de produção discursiva. Courtine ([1981] 2009a), inclusive, critica, nessa mesma época, a análise que se tinha até então na AD do discurso dos grandes atores, propondo a ampliação dos *corpora*, também com ampliação das fontes (o que levaria a incluir falas orais, imagens etc.). Esse fato, inevitavelmente, fez com que nos deparássemos com o não verbal (ora também com o sincrético, que contempla diferentes linguagens), já que é característica das sociedades pós-modernas a fabricação e a consequente difusão de imagens, principalmente pelos meios de comunicação midiáticos – desde a TV até a mídia impressa.

Quando este problema se pôs à frente do pesquisador do discurso, pretendeu-se uma análise tal qual aquela utilizada com o próprio discurso verbal, fazendo-se uso das mesmas noções e conceitos, acreditando que os dispositivos metodológicos eram suficientes para a compreensão do visual, para a análise de imagens. Porém, alguns “obstáculos” puseram-se diante do analista, levando-o a reavaliar a própria teoria; procurou-se, então, estruturar um intercâmbio de conhecimentos. É o que se nota, ainda no início da década de 1980, no

colóquio que deu origem ao livro *Papel da memória* ([1983] 1999), pela preocupação de Pêcheux – também de outros analistas naquele momento – em articular uma relação entre a memória do verbal e uma memória do icônico, do imagético, destacando uma importância que os estudos de Barthes teriam para essa nova etapa de pesquisa.

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições) (PÊCHEUX, 1999, p. 55).

Não é sem sentido, como já foi destacado, a busca por novos mecanismos de análise que contemplassem, também, o imagético (o icônico), já que o bombardeio de imagens, e uma consequente espetacularização dos discursos, se tornou frequente na sociedade, como se observou, por exemplo, pelo Maio de 1968 francês⁹⁹.

No Brasil, essa fronteira que se delineava entre o texto verbal e o não verbal começou a se romper, principalmente nos meios de comunicação, com a abertura política iniciada no final da década de 1970, e se estabelecer de maneira mais clara a partir do processo de redemocratização concretizado após a ditadura militar. Nesse momento de abertura, a mídia começa a retrabalhar o discurso político que se encontrava em baixa em função da censura e da forte repressão estabelecidas pelo regime militar, buscando no espetáculo oferecido, principalmente, pelas imagens o aporte de que necessitava. Desse modo, a mídia cria novas ferramentas para atrair o leitor, colocando o verbal e o não verbal lado a lado na constituição de um texto sincrético. Hoje, segundo Courtine (2006), o discurso político adquiriu novas formas, tornou-se mais curto, e ao invés de tentar explicar ou convencer, tenta seduzir ou conquistar pelas novas formas produzidas: diálogos, entrevistas, holofotes de TV, videoclipes políticos etc. Isso torna a análise somente por métodos linguísticos insuficiente, “a mutação dos modos de comunicação política exige a renovação de uma semiologia política que permitirá sua apreensão global” (p. 85). Por tudo isso que se propõe a questão a respeito da necessidade de uma atualização da abordagem teórica para os estudos de uma memória do

⁹⁹ Courtine (2006) afirma que o Maio de 1968, na França, foi a primeira revolução midiaticizada. Ali se teve “uma revolução discursiva – uma exasperação da produção de discursos, uma multiplicação de sua circulação, uma inundação verbal que enchia as ruas e a mídia” (p. 52). O Brasil, além dos outros países da América do Sul em que a ditadura militar se estabeleceu, aparece em sentido contrário em relação ao explicitado por Courtine no que tange à situação francesa – também a americana e a de outros países da Europa –, devido, principalmente, ao fato significativo da censura e o forte controle do dizer.

não verbal, e do sincrético, diferente daquela estabelecida para o verbal, deslocando o conceito de **interdiscurso** e surgindo, dali, aquilo que se estabelece como **intericonicidade**.

Ora, é importante então destacar mais uma vez que essas preocupações instalam-se no âmbito de uma *semiologia histórica*, mas que evidentemente recorreremos a esse conceito, inscrito ainda no interior da Análise do discurso, para fortalecer uma análise que contemple efetivamente a história, uma historicidade (a longa duração é aí enfatizada), que marque e determine o caráter sincrético do(s) objetos(s) de análise e que traga para a teoria e para as análises princípios antropológicos. Enquanto Barthes, ainda na década de 1960, sugeria uma transposição para outros sistemas semiológicos, em especial as imagens (estáticas ou em movimento), de uma análise que propunha para o signo verbal (o objeto linguístico), Courtine enfatiza que é necessária uma abordagem discursiva do texto sincrético, que tome a historicidade do objeto e perceba o papel do sujeito na produção discursiva.

O conceito de intericonicidade (uma designação) não tem outro papel senão destacar que o discurso não é apenas verbal, mas que contempla diferentes semiologias.

Vê-se, então, a necessidade de se estudar a relação que se estabelece entre o icônico e o verbal¹⁰⁰. Para isso, é importante buscar entender como se constrói uma memória do icônico e, mais além, observar em que medida torna-se pertinente partir do quadro teórico da Análise do Discurso, que compreende conceitos como o de interdiscurso e memória discursiva, para empreender conceitos que tenham alcance de análise das novas materialidades que se impõem. Courtine (apud MILANEZ, 2006, p. 168) afirma que “toda imagem se inscreve em uma cultura visual, e essa cultura visual supõe a existência, para o indivíduo, de uma memória visual, de uma memória das imagens, toda imagem tem um eco”. Também, estabelecendo relação com as pesquisas antropológicas – que tem o homem no centro dos estudos –, a memória do icônico – de um modo mais claro, chamada de intericonicidade – tem estreita relação com o sujeito, pois, ainda de acordo com Courtine (ibidem) “o indivíduo, o sujeito, [se porta] não só como produtor, mas também como intérprete, e de certa maneira como suporte das imagens dessa cultura”. É nesse ponto que se estabelece uma clara diferença entre a noção de interdiscurso, que estabelece uma memória para o verbal, e intericonicidade, que apresenta uma memória do icônico. Enquanto o interdiscurso estabelece uma relação entre um acontecimento e a língua, a intericonicidade estabelece relação direta com o sujeito, considerando um papel ambivalente, em que as imagens exteriores, sempre “pregadas” a uma

¹⁰⁰ Vale ressaltar a diferença entre código/sistema semiótico/linguagem (verbal, imagético etc.), de lado, e canal/meio de expressão (sonoro ou visual), de outro (cf. nota de rodapé 48, p. 73). O verbal, por exemplo, pode ser sonoro ou visual; o visual, então, pode ser icônico, verbal, gestual etc.

materialidade, estabelecem relações com as imagens interiores, que residem no próprio sujeito e que sem ele não produziria sentido¹⁰¹.

Courtine, dessa forma, estabelece relação com os trabalhos de Hans Belting sobre o estudo das imagens e seu efeito icônico.

Por meio delas [as imagens], o homem representa a concepção que ele faz do mundo e que ele quer mostrar a seus contemporâneos. Para que as imagens sejam eficazes, sua produção depende de duas condições que são recíprocas: da nossa faculdade de animar as imagens que são inanimadas, como se elas estivessem vivas e susceptíveis de sustentar um diálogo; e da capacidade das imagens de tomar corpo em seu suporte¹⁰² (BELTING, 2004, p. 08, tradução nossa).

A proposta de Belting (2004), em uma abordagem antropológica, considera que são os homens que produziram e continuam produzindo imagens. O autor analisa a imagem em uma configuração triangular, por meio da relação dividida em três parâmetros distintos: (i) imagem-médium/suporte-olhar ou, de outro modo, (ii) imagem-dispositivo-corpo, “tanto é verdade que não saberia representar uma imagem sem colocá-la imediatamente em correlação estreita com um corpo observador e um dispositivo visto¹⁰³” (p. 09, tradução nossa). É dessa forma que se pode afirmar que as imagens que sobrevivem ao tempo são aquelas que se adaptam aos diferentes suportes e dispositivos de reprodução.

Courtine (apud MILANEZ, 2006, p. 168-169) afirma que a intericonicidade supõe as relações das imagens exteriores ao sujeito, mas também aquelas interiores a ele, “todos os catálogos de memória da imagem do indivíduo. De todas as memórias. Podem até ser os sonhos, as imagens vistas, esquecidas, ressurgidas e também aquelas imaginadas que encontramos no indivíduo”. É a própria memória do icônico, as imagens sem as quais se torna impossível a produção de sentidos para os discursos (do não verbal ao sincrético). Aqui se estabelece a dimensão da relação com a pesquisa antropológica de seu trabalho, ainda que se possa pensar o sujeito do discurso não semelhante à concepção de homem pela antropologia,

¹⁰¹ O sujeito é produtor de imagens inscritas na relação com uma memória, com a história, o que marca ainda sua condição de sujeito social, construído historicamente. Porém, é importante destacar que há na década de 1980 um combate ao excesso do assujeitamento que, sem abrir mão do sujeito social, histórico, observa uma certa singularidade do sujeito (DOSSE, 2003c).

¹⁰² No original: “À travers elles, l’homme représente la conception qu’il se fait du monde et qu’il veut donner à voir à ses contemporains. Pour que les images soient efficaces, leur production dépend de deux conditions encore une fois réciproques: de notre faculté d’animer les images inanimées, comme si elles étaient vivantes et susceptibles de se prêter à un dialogue, et de la capacité des images à prendre corps dans leur médium” (BELTING, 2004, p. 08).

¹⁰³ No original, “[...] tant il est vrai que je ne saurais me figurer une image sans la mettre aussitôt en corrélation étroite avec un corps regardant et un médium regardé” (BELTING, 2004, p. 09).

já que as construções discursivas, e mesmo o “arsenal” de imagens próprio ao sujeito, estão inscritas na história e na construção de uma memória.

Assim, diferentemente do que se pensava para o interdiscurso, uma memória do icônico pressupõe uma dupla história: uma interior, relacionada com o próprio sujeito e suas produções mentais, e outra exterior, que se estabelece na materialidade (por meio de um suporte – médium) externa ao indivíduo. Dessa forma, o suporte exterior em que as imagens aparecem são de fundamental importância, já que as imagens reclamam uma visibilidade corporal, pois, diferentes da própria imagem, os suportes apresentam uma temporalidade já que, em determinada época, os homens escolhem a materialidade apropriada à veiculação de suas imagens. Assim, segundo Belting (2004), os meios são suportes cujas imagens têm necessidade para estabelecer sua visualidade.

[...] a experiência das imagens se liga, por sua vez, a uma experiência de seus suportes. Esses que apresentam uma forma dinâmica que eles adquirem em seus ciclos históricos de seu desenvolvimento. [...] Cada suporte possui uma forma temporal que lhe assinala a um momento dado. A questão dos suportes [e da própria materialidade] é então, por essência, uma questão histórica¹⁰⁴ (p. 40, tradução nossa).

Com base nessas discussões sobre a imagem e naquelas que delineiam as metamorfoses do discurso político, torna-se fundamental analisar a mídia impressa da fase da abertura política, considerando seu caráter sincrético (verbo-imagético). O aparecimento de imagens na mídia instaura um diálogo com o presente, recorrendo ao passado para estabilizar-se na história. No fim do período de regime totalitário no Brasil, a mídia desenvolveu-se e abarcou a imagem como meio de compensar a falta de interesse do povo pela política e atrair novamente seu público para o que acontecia no país, fato que se tornou mais explícito na segunda metade da década de 1980, a partir da redemocratização do país e a possibilidade concreta de circulação dos dizeres, sem a sombra da interdição por meio da censura.

4.3. O show vai começar

¹⁰⁴ No original: “[...] l’expérience des images se rattache à son tour à une expérience de leurs médiums. Ceux-ci ont une forme dynamique qu’ils acquièrent dans les cycles historiques de leur développement. [...] Chaque médium possède une forme temporelle qui en signale la marque à un moment donné. La question des médiums est donc aussi, par essence, une question historique” (BELTING, 2004, p. 40).

A partir da análise de matérias, notícias e reportagens acerca da resistência e abertura políticas nos cinco anos que constituem a segunda metade dos anos 1970, observamos um movimento discursivo que aponta caminhos para um processo de espetacularização da política no Brasil. Em nosso trabalho, isso é observado desde a tomada desses temas que, em um primeiro momento, são ainda pouco discutidos, e, até mesmo, o modo como são trabalhados pela mídia, na passagem de um texto predominantemente verbal para um texto considerado sincrético, em que textos com diferentes aspectos semiológicos (verbal, fotos, desenhos, gráficos etc.) compõem o espaço da notícia/matéria/reportagem. Não desconsideramos, aqui, sem dúvidas, como explicitaremos mais adiante, que o caráter de espetacularização da política efetiva-se nos discursos, nas campanhas eleitorais, próprias de períodos democráticos estabelecidos no capitalismo, mas consideraremos, nessa fase de abertura política, o processo de espetacularização do discurso político pela mídia como forma de trazer o povo de volta aos assuntos políticos.

Também esse movimento evidencia o caráter de construção histórica que, embora inscrita na curta duração, não é marcada de fato pela efemeridade própria do acontecimento, que tem na fluidez dos discursos e na rapidez de seu aparecimento/desaparecimento sua singularidade, mas se constrói no que podemos, por ora, tomar como uma espécie de *acontecimento longo*, na medida em que, *grosso modo*, os discursos sobre a distensão e a resistência políticas sofrem reformulações e são abordados e, de certo modo, fortalecidos com a diminuição do controle direto sobre a mídia. Há aqui, portanto, a própria construção do acontecimento histórico.

Antes de passarmos para a nossa análise, propriamente dita, do *corpus* tomado da mídia, vemos como necessário um mapeamento daquilo que foi dito sobre o que consideramos o tema da “resistência política” e o tema da “abertura política/distensão”, esboçados nos quadros 1 e 2, respectivamente. Neles, mostraremos em cada um dos 5 anos sobre os quais nos debruçamos a quantidade de notícias, matérias ou reportagens referentes aos temas em destaque e os termos que as precedem¹⁰⁵ – que, em um primeiro momento, dão indícios do que será tratado ali e da forma como o tema será abordado –, além de traçar algumas observações que consideramos pertinentes referentes, basicamente, ao desenvolvimento no modo de abordar cada tema. Ainda, julgamos importante ressaltar que

¹⁰⁵ Esses termos que precedem cada texto da mídia impressa são designados, na linguagem do jornalismo, de *chapéu*. Porém, acreditamos ser mais pertinente, para nossos trabalhos, a utilização da expressão *termos introdutórios* (nos quadros, são os “termos que introduzem as matérias/notícias/reportagens), já que dão a noção do que ali será lido.

nem todos os textos elencados a seguir serão objetos de nossa análise, mas é pertinente que os destaquemos por ora para verificar o movimento discursivo inscrito em torno dos temas em destaque.

Ano	Termos que introduzem as matérias/notícias/reportagens	Quantidade	Observações
1975	<ul style="list-style-type: none"> - Subversão - Nota (sem termo introdutório) 	<ul style="list-style-type: none"> 4 1 	<ul style="list-style-type: none"> ● As quatro notícias que são introduzidas pelo termo subversão ocupam, no máximo, uma coluna das três que dividem os textos de uma página da revista. Ainda, essas notícias não trazem à tona acontecimentos referentes às ações de grupos da esquerda armada e muito menos fazem referência a algum desses grupos – apenas cita, brevemente, em alguns casos, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) –; são, na maioria, textos que trazem denúncias (reclamações) de torturas ou de más condições em presídios, mas que são rapidamente rebatidas pelo governo ditatorial (ou por uma voz que o “representa”). ● Em apenas um desses quatro textos aparece alguma imagem: uma foto meramente ilustrativa. ● Há na edição de 13 de fevereiro uma nota a respeito da absolvição de Márcio Moreira Alves, deputado em 1968 e apontado como um dos motivos que levaram ao Ato Institucional nº5 (AI-5), ao proferir, em dezembro daquele ano, discurso que recomendava um boicote aos militares. Por se tratar de uma nota, ainda que ocupasse toda uma coluna da página, não vem precedida por palavra ou expressão introdutória.
1976	<ul style="list-style-type: none"> - Terrorismo - Subversão - Polícia - Justiça 	<ul style="list-style-type: none"> 5 3 2 1 	<ul style="list-style-type: none"> ● As matérias que são precedidas pelo termo terrorismo fazem referência a ações praticadas por grupos extremistas da direita, no caso a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB). ● Em matéria de 19 de agosto, que aparece sem termo introdutório, com o título “As palavras de ordem”, tem-se

	- Sem termo introdutório	1	<p>uma “relação” entre as matérias que geralmente são introduzidas pelo termo subversão e aquelas por distensão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há, em 21 de abril, notas relacionadas a pessoas que faleceram durante a semana de edição da revista: uma nota sobre o falecimento da estilista Zuzu Angel, que enfrentava o regime militar na busca por seu filho, Stuart Angel Jones, morto pelo sistema repressivo, aparece apenas com seu nome e seus anos de nascimento e morte, sem qualquer “biografia”, como as que aparecem em referências às demais pessoas citadas. • A matéria de 27 de outubro, introduzida pelo termo justiça, trata do primeiro ano da morte de Vladimir Herzog. É interessante observar que essa é a primeira matéria sobre a morte do jornalista, sendo que anteriormente apareciam apenas algumas menções ao fato, em textos dedicados a outros assuntos políticos.
1977	- Subversão	3	<ul style="list-style-type: none"> • A matéria introduzida por RG do Sul, intitulada “O DOPS em ação”, trata da prisão de um jornalista. • A matéria introduzida pelo termo memória fala sobre os dois anos da morte de Herzog, mas sem nenhuma análise específica do caso.
	- Justiça	2	
	- Exilados	1	
	- Censura	1	
	- Memória	1	
	- RG do Sul	1	
1978	- Segurança	5	<ul style="list-style-type: none"> • Há nesse ano ao menos quatro reportagens (incluindo uma capa) sobre o caso de Vladimir Herzog, mostrando as transformações que o caso sofria, deixando de ser considerado suicídio até a comprovação, por meio de análises e evidências, de sua por tortura, que leva o Estado a ser responsabilizado. • A matéria que é precedida por terrorismo trata de movimentos anticomunistas, e aquela por direitas, de movimentos políticos (que inclui personagens do mundo político) de
	- Justiça	3	
	- Subversão	2	
	- Exilados	2	
	- Terrorismo	1	
	- Direitas	1	
	- Esquerdas	1	

	- Caso Herzog	1	direita. ● As matérias que são precedidas por exilados apresentam relação direta com o processo de distensão da ditadura militar. ● Aquela precedida por Especial traz duas matérias, em 6 de setembro, que totalizam 13 páginas, na tentativa de construção de uma história sobre a guerrilha no campo (nesse caso, Araguaia e Vale do Ribeira), até então apagadas da memória social.
	- Especial	1	
	- Capa (sem termo introdutório)	1	
1979	- Subversão	2	● Diferentemente dos anos anteriores, a matéria intitulada “O fim de Lamarca”, de 25 de abril, e precedida pelo termo terrorismo , trata das ações praticadas pela esquerda; a outra matéria precedida pelo mesmo termo trata de ações anticomunistas, mostrando que à medida que diminuía as ações praticadas por grupos da esquerda, aumentavam as ações da direita, sendo que nunca encontravam um suspeito, ao contrário da resistência, que foi derrotada pelo regime. ● Em matéria de 19 de julho, precedida pelo termo radicais , sobre a abertura dada a grupos de esquerda, é mostrado certo posicionamento da revista com termos como <i>esquerdês</i> ; ainda apresenta uma árvore genealógica da esquerda (desde Marx) indicando já um aspectos de espetacularização. ● A matéria introduzida pela expressão direitos humanos trata de desaparecidos políticos.
	- Terrorismo	2	
	- Comunismo	1	
	- Esquerda	1	
	- Radicais	1	
	- Justiça	1	
	- Direitos Humanos	1	

Quadro 1 – Matérias da revista *Veja* dedicadas à resistência política, seja ela realizada pela esquerda ou pela direita, entre os anos de 1975 e 1979.

Ano	Termos que introduzem as matérias/notícias/reportagens	Quantidade	Observações
1975	- Distensão	3	● Os textos sobre a abertura política no Brasil (ou, segundo um termo comum à época, distensão) apareciam tanto no sentido de mostrar os caminhos que levavam à abertura como os entraves
	- Debate	1	
	- Governo	1	

	- AI-5 - O Presidente - Presidência	1 1 1	desse processo, como o próprio AI-5. <ul style="list-style-type: none"> • Embora sejam três os textos introduzidos pelo termo distensão¹⁰⁶, outros três apresentam essa palavra em seus títulos, contabilizando 6 matérias, notícias ou reportagens de oito selecionadas nesse ano. São elas: “Crise da primeira distensão”, introduzida pelo termo AI-5; “Distensão, tensão, intenção” (a primeira a tratar de maneira efetiva do assunto), introduzida pelo termo Governo; e “Um réquiem para a distensão”, cujo termo Presidência a introduz. • É interessante destacar que a edição 374, de 5 de novembro daquele ano, não apresenta a seção <i>Brasil</i>, logo, não se fala de política nacional.
1976	- Congresso - Debate - Sem termo introdutório	1 1 1	<ul style="list-style-type: none"> • As matérias sobre a <i>abertura política</i> tratam ora do processo como um todo ora de pontos circunstanciais, como, por exemplo, as eleições para o governo dos estados, ainda indiretas no país. • A matéria que é precedida pelo termo Congresso tem o título de “Distensão, diálogo, democracia”. • Nesse ano houve muitas matérias precedidas pelo termo eleições, mas que não se referiam diretamente ao processo de abertura política do Brasil.
1977	- Sem termo introdutório	2	<ul style="list-style-type: none"> • A edição de 7 de dezembro apresenta duas matérias sem termos que as introduzem, com os seguintes títulos: “A exceção começou a ruir” e “Um solitário no poder”. São matérias que apresentam aspectos importantes da distensão, indicando que ela era dirigida pelo próprio regime, e apontam para uma flexibilização das leis que condicionavam um estado de exceção.

¹⁰⁶ É interessante notar que alguns textos que não tratavam obrigatoriamente do processo de abertura política instaurado no Brasil também usavam o termo *distensão* em seus títulos, como, por exemplo, uma entrevista (páginas amarelas da revista *Veja*) com um judeu, cujo título era “Distensão para os judeus”. O mesmo também era possível notar em relação ao termo *subversão*, como na seguinte notícia: “Subversão ecológica”, que tratava de uma manifestação contra o corte de uma árvore em uma praça de Porto Alegre. Processo semelhante na atualidade se deu com o termo *apagão*, inicialmente produzindo sentidos a partir da crise energética enfrentada pelo país e posteriormente deslocado para outros campos, como o esportivo, o educacional, o político etc. A análise de Pêcheux acerca do enunciado francês *on a gagné* (no português, *ganhamos*), deslocado da esfera esportiva para a política, é fundamental para a compreensão desse processo discursivo – o discurso como estrutura e, ainda, como acontecimento.

			<ul style="list-style-type: none"> • É interessante observar que o ano de 1977 é marcado pela volta do movimento estudantil à mídia. São inúmeros os textos que tratam de acontecimentos referentes aos estudantes: passeatas, manifestações, greves, repressão etc.
1978	<ul style="list-style-type: none"> - Especial - Anistia - Justiça - AI-5 - Imprensa - Sem termo introdutório 	<ul style="list-style-type: none"> 3 1 1 1 1 1 	<ul style="list-style-type: none"> • Neste momento a discussão em torno do processo de abertura política e da criação de uma lei de anistia (ainda aqui, para os exilados políticos) ganha força no debate político nacional e maior espaço na mídia. São exemplos de matérias que tratavam explicitamente do assunto, um especial de doze páginas, além da matéria sem termo que a precedesse. • Outro tema fortemente destacado e que apresenta grande relação com o processo de abertura é o do AI-5, que completava dez anos, mais especificamente a respeito do seu enfraquecimento. Três matérias tratam do assunto: um especial de 14 páginas, outra precedida pelo termo justiça, que trata do seu fim, e aquela pelo próprio termo AI-5. • Outra matéria tratada como especial faz uma retrospectiva do ano; entre os assuntos destacados está o processo de distensão do regime. Vale destacar, nesse caso, o predomínio do texto sincrético em que verbal e imagens dividem o espaço das páginas da revista.
1979	<ul style="list-style-type: none"> - Sem termo introdutório - Anistia - Exilados - Censura - AI-5 - Justiça - Especial 	<ul style="list-style-type: none"> 8 4 2 2 1 1 1 	<ul style="list-style-type: none"> • O tema da abertura política ganha destaque e passa a figurar de maneira efetiva na mídia. Destaque para as matérias sem termo introdutório que eram, quase sempre, a primeira matéria relacionada a assuntos de política nacional da revista e, conseqüentemente, a de maior destaque, sendo que a 29 de agosto mostra a aprovação da Lei de Anistia. • A matéria especificada como especial, intitulada “A década de abertura”, traz uma retrospectiva dos assuntos políticos da década de 1970. Dividida em seções que tomam uma ou duas páginas da revista, apresenta um texto sincrético em que o imagético, por vezes, é o que predomina. Em função de seu caráter

			estritamente espetacular, essa matéria foi alvo de aprofundamento em nossas análises, tanto neste trabalho como em outros apresentados em eventos e artigos enviados para publicação.
--	--	--	---

Quadro 2 – Matérias da revista *Veja* dedicadas ao processo de abertura política (distensão do regime) entre os anos de 1975 e 1979¹⁰⁷

Torna-se importante salientar que não pretendemos desenvolver uma análise que privilegie os aspectos lexicológicos em detrimento de uma análise propriamente discursiva, que tome o discurso em sua constituição ideológica-histórica¹⁰⁸. Embora tenhamos feito um levantamento dos termos que introduzem as notícias, reportagens e matérias sobre as ações de resistência política (não somente dos grupos de esquerda, como, em um primeiro momento, pôde ser observado no quadro, mas também de grupos da extrema-direita, que pelo apagamento revela aspectos da identidade da esquerda) e sobre a distensão, pretendemos estabelecer um **trajeto temático** que nos possibilite compreender o processo de abertura política no Brasil que possibilitou a emergência de discursos, na mídia, que contemplam análises política e histórica antes interditos. Ainda de maneira superficial, já que os quadros acima ainda não nos dizem muito sobre o conteúdo efetivo das matérias, podemos observar por meio daqueles termos a “evolução” no tratamento desses temas pela mídia e a tentativa, cada vez mais frequente, de constituição de uma história em curso sustentada por fatos e relatos de um passado que se fazia recente – basta, com isso, observar, nesses cinco anos, e principalmente a partir de 1976, a quantidade de textos que faziam referência à morte de Vladimir Herzog nos porões do DOI-CODI (aos quais voltaremos mais adiante, por ser um

¹⁰⁷ Torna-se relevante destacar que optamos por selecionar matérias, reportagens e notícias que tratassem de forma clara de um processo de abertura política no Brasil. Por esse motivo, alguns textos precedidos pela palavra **eleição**, por exemplo, foram incorporados ao nosso *corpus*, já que se referiam ao sufrágio como indício de uma distensão por parte do regime ditatorial, enquanto outros textos precedidos pela mesma palavra foram deixados de lado, pelo seu caráter meramente analítico daquele processo, sem recorrer a uma análise do processo de abertura política do Brasil.

¹⁰⁸ É sabido, hoje, como sinteticamente esboçamos no Capítulo 2 de nosso trabalho, que há na França, berço do desenvolvimento dos estudos em Análise do Discurso, uma inclinação que se torna cada vez maior para uma abordagem de estudos discursivos que se debrucem quase que exclusivamente sobre aspectos linguísticos, com forte amparo dos estudos da lexicometria, em detrimento de uma perspectiva histórica, como a desenvolvida pelo grupo em torno de Michel Pêcheux até a década de 1980 e continuada pelos trabalhos de Jean-Jacques Courtine, quando ainda reivindicava o título de analista do discurso ou propunha uma *Semiologia histórica* na esteira dos estudos em AD, mas que ainda frutifica com excelentes trabalhos no Brasil – como já mencionamos, os trabalhos desenvolvidos, muitas vezes em conjunto, pelos grupos Laboratório de Estudos do Discurso (Labor), coordenado pela professora Vanice Sargentini, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara (GEADA), liderado pela professora Maria do Rosário Gregolin, da Universidade Estadual Paulista, no *campus* de Araraquara (UNESP/FCLar), mostram a força dessa perspectiva teórica nos estudos em AD no Brasil, inscritos na herança foucaultiana e na proposição de uma semiologia histórica para a análise de discursos, tanto políticos como midiáticos, pedagógicos (educacionais), jurídicos, esportivos etc.

caso determinante para o desmonte do aparelho repressivo e o início da abertura). Se na metade da década o tema resistência política ainda era muito pouco tratado pela mídia – como vimos, em 1975 são apenas quatro as matérias sobre o assunto – e quando tratado apresentava certa restrição ainda imposta pela censura¹⁰⁹, já nos dois últimos anos daquela década o assunto era tratado de maneira mais analítica, mas também mais narrativa, constituindo efetivamente parte da construção de uma história do período, já que mesclava análise dos fatos com narrativa de acontecimentos, como ainda veremos neste capítulo, constituindo traços de espetacularização da política no Brasil. O mesmo é possível verificar sobre o processo de abertura política, já que os três primeiros anos sobre os quais nos detemos apresentam um total de treze matérias, reportagens ou notícias sobre esse tema, enquanto apenas o ano de 1979 apresenta dezessete.

Nota-se, ainda, que o processo de abertura política e, conseqüentemente, de abertura da mídia para os assuntos referentes ao regime, não é contínuo, linear, porém marcado por rupturas que atestam o maior ou menor grau de repressão por parte do regime – basta que observemos uma queda, em 1977, no número de notícias referentes aos dois temas que abordamos ao mesmo tempo em que é possível considerar um aumento da repressão por parte do regime, principalmente contra manifestações estudantis que ocorriam em universidades de todo o país¹¹⁰.

Há, contudo, na mídia desse período de abertura política, sem dúvidas, uma fusão (um entrecruzamento), que caracteriza sua heterogeneidade, entre o campo do discurso jornalístico (midiático – no caso de nossa análise, nos referimos frequentemente ao discurso próprio da mídia impressa e, mais especificamente, da revista *Veja*) e o campo do discurso político, que acaba por constituir-se e se transformar nas arenas midiáticas. Assim, partimos para a constituição desse *trajeto de leitura* acerca dos temas tratados e, mais claramente, nos deteremos sobre o processo de espetacularização do discurso político no interior da mídia.

¹⁰⁹ Uma vez mais julgamos necessário destacar que a censura, assim como a repressão contra atos considerados “subversivos”, continuou como instrumento de poder usado pelo regime até seus últimos anos, ora em maior ora em menor grau, sempre em função da abertura dada pelos militares.

¹¹⁰ Essas manifestações ganharam destaque na mídia do ano de 1977, principalmente após ato realizado na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, que sofreu intervenção da política, comandada pelo coronel Erasmo Dias, em que muitos estudantes foram presos.

4.3.1. O discurso da mídia sobre os acontecimentos da luta armada¹¹¹

Ao enunciar, o sujeito do discurso inscreve-se em determinada posição que possibilita a inferência, pelo interdiscurso, de determinada posição ideológica. De acordo com Navarro (2010, p. 83), “os sujeitos não são livres para formular qualquer discurso, pois só podem ser formulados os discursos que forem autorizados pelo sistema de relações que regula as práticas discursivas”. Pertencente a determinada formação discursiva, o sujeito encontra nas relações interdiscursivas o amparo para seu dizer. É evidente que esse sujeito não é totalmente assujeitado ao controle e às delimitações de dada FD, que permanece em constante cruzamento e “diálogo” com outras FDs que a rodeiam, mas, inscrito em determinada FD, encontra ali o que *pode e deve ser dito* e, conseqüentemente, o inverso, aquilo que *não pode e não deve ser dito* (COURTINE, 2009a).

Como vimos ao passar de olhos pelos quadros acima destacados, os textos que se referem tanto ao processo de abertura quanto à resistência política evidenciam um roteiro de leitura e, até mesmo, certa narratividade que, ao observarmos de início apenas os termos introdutórios, encontramos indícios de uma determinada posição sujeito – o sujeito produtor de discursos na mídia impressa (a revista *Veja*).

[...] os aspectos ideológicos e econômicos determinam aquilo que o jornalista pode e deve escrever. É nesse jogo de legitimação e controle em que funciona a ordem discursiva e midiática. Essa prática impõe ao fazer jornalístico certa configuração, produção e veiculação da notícia, que abrange desde a seleção, passa pela forma de organização e chega à sua forma de apresentação. Essa configuração indica, nesse sentido, uma hierarquia na seleção, organização e apresentação das notícias (NAVARRO, 2010, p. 83).

Se o controle do dizer é operado pela proposta editorial a que se filia determinado meio de comunicação e, ainda, pela vontade de verdade que permeia os saberes de cada época – mesmo que a produção de verdade passe pelos aparelhos políticos e econômicos, como o exército, a universidade e, também, os meios de comunicação (FOUCAULT, 1979b) –, há, ainda, neste caso, a injunção que estabelece a censura. Ainda que a prática de abertura política tivesse algum referencial naquele momento, a censura e a repressão ainda eram mecanismos

¹¹¹ Algumas das análises encontradas neste item já haviam sido esboçadas em artigo publicado anteriormente: SÁ, I. O sujeito da mídia: a construção do autor pelo outro no texto jornalístico durante a abertura política no Brasil. In: MIOTELLO, V (Org.). **Dialogismo**: olhares, vozes, lugares. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009, p. 81-90.

de controle efetivados pelo regime como instrumentos para a manutenção de certa ordem (ainda que esta ordem não fosse concretizada). Sem dúvidas, esses são mecanismos que exercem elevado grau de influência sobre as possibilidades do fazer midiático, também ditado pelo maior ou menor grau da “liberdade de expressão”¹¹².

[...] a noção de informação no jornalismo só pode ser avaliada como decorrência das leis que regulam a liberdade de imprensa. Sendo assim, informar/comunicar (na imprensa) é o resultado de um duplo controle: um controle exterior, vindo do Estado e do sistema jurídico por um lado e, por outro, um controle internalizado na própria atividade jornalística (MARIANI, 1993, p. 35).

De fato, como vimos, o duplo controle sobre o informar/comunicar (Estado/sistema jurídico e atividade jornalística – e ainda as relações de poderes que permeiam toda prática discursiva e a produção dos saberes) se estabelece de maneira efetiva na prática jornalística, sendo que o primeiro em maior grau em épocas de exceção. Mas também não se deve desconsiderar o controle do dizer pela *vontade de verdade* – os saberes efetivos de cada época – que suscita e explicita determinadas formações discursivas e também estimula aquilo que pode e deve ser dito.

Tomando de início as matérias, reportagens e notícias sobre a resistência política durante a segunda metade dos anos 1970, notamos uma designação constante a essa prática como “subversão”, termo cujo dicionário aponta como definição, para a política, o “conjunto de ações sistemáticas, efetuadas por elementos internos, que visam minar e derrubar um sistema político, econômico ou social” (HOUAISS, 2001, p. 2630), mas que destaca sua etimologia latina como “destruição, ruína, aniquilamento”. Ora, se por um lado a primeira definição que apontamos incide na prática de resistência ao regime militar ditatorial, sua etimologia já denota um caráter depreciativo na medida em que pode caracterizar o papel destrutivo – a ruína – desses movimentos. Mas, como já mostramos, não devemos nos deter a uma análise simplesmente etimológica, já que a produção de sentidos se dá pela “memória discursiva que nos permite recuperar as relações enunciativas e históricas que vêm à superfície pelo funcionamento da língua” (SARGENTINI, 1997, p. 103).

¹¹² De fato, alguns veículos de comunicação, quase todos impressos, ganharam destaque à época com manifestações que burlavam a censura política e promoviam, quase sempre sustentados pelo humor, uma espécie de resistência ao regime. Porém, salvo raras exceções, como o jornal *O Pasquim*, tiveram vida curta e não resistiram às investidas da repressão. São exemplos da mídia tida como alternativa: o jornal *Ex-*, a revista *Realidade* etc.

A utilização de tal termo para se referir à prática de resistência política por grupos de esquerda inscreve o sujeito da mídia em certa formação discursiva que recusa/reprime tais ações e abre possibilidades para justificativas sobre as práticas repressivas do regime. Se tomarmos o seguinte exemplo de reportagem introduzida pelo termo *subversão*, poderemos observar alguns indícios de tais aspectos:

(36) Depois de ter discursado rotineiramente num congresso do partido francês, onde estavam reunidos muitos dirigentes comunistas de todo o mundo, convidados como ele, para desfilar o costumeiro rol de objurgatórias contra ditaduras, fascismos, imperialismos e colonialismos, e de ter anunciado a intenção do governo brasileiro de converter-se num poderoso fabricante de armas, inclusive as nucleares (a serem conseguidas através do acordo de cooperação firmado recentemente com a Alemanha Ocidental), Prestes lançou o seu dardo através de uma despreziosa entrevista jornalística (VEJA, 1976b, p. 31, grifos nossos).

Ao tomarmos a questão feita por Foucault ([1969] 2007) – *Por que aparece esse enunciado e não outro em seu lugar?* – evidencia-se que, quando enuncia, o sujeito inscreve-se em determinada posição (ideológica). Quando recuperamos sua inscrição histórica, verificamos a utilização do termo *subversão* para práticas que “atentam contra a ordem estabelecida” e, desse modo, circunscrevem acepções antidemocráticas. Com isso, a utilização no interior da matéria de termos como aqueles em destaque caracteriza o distanciamento e, mesmo, a repulsa a tais práticas. Cria-se uma ideia de que a reclamação e os ataques por parte da esquerda são frequentes, mas pouco produtivos, já que são sempre “a mesma coisa” (daí a ideia de reclamações): isso é possível observar pela utilização das expressões “discursado rotineiramente”, cujo advérbio indica repetibilidade e, mesmo, saturação, e “desfilar o costumeiro rol de objurgatórias”, que também indica que o discurso da esquerda é sempre o mesmo, nesse caso um discurso de ataques que não sai das palavras repetidas. A própria escolha do termo “objurgatória” no lugar de censura ou repreensão indica um posicionamento contrário a tais ataques, que, por fim, são enfatizados quando faz menção à sua entrevista, em que Prestes “lançou o seu dardo”, em mais ataques aos inimigos.

Na busca de um equilíbrio, matérias que retomam ações praticadas por grupos da direita aparecem introduzidas pelo termo *terrorismo*, mas que, ao contrário do que se refere às ações da esquerda, confere ali também um certo grau de distanciamento, mas não de repulsa, em relação à prática da direita e instala uma posição referente à esquerda, quando, por exemplo, na primeira matéria sobre tais práticas, mostra o espanto de militares ao verificarem

que uma bomba explodida na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) não fora colocada por grupos da esquerda, mas que era uma ação anticomunista.

Nesse ponto, nota-se o papel de parte da mídia como divulgadora de ideais do regime. Isso pode ser notado na construção textual das matérias jornalísticas, na maneira como o discurso é reportado, o uso do discurso direto ou indireto para tentar demonstrar neutralidade, o uso de termos que refletem uma dada posição. Assim, o discurso midiático aparece também como porta-voz de uma determinada ideologia – construindo um leitor e sendo constituído por ele, o *eu* e o *outro* –, trabalhando, retomando Pêcheux (1990), na dupla visibilidade do sujeito porta-voz: “expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar” (p. 17)¹¹³.

Porém, mesmo que se possa afirmar que o sujeito produtor de discurso da mídia se porte como porta-voz no sentido explicitado por Pêcheux, isso se dá de maneira pouco clara, como que disfarçada, pois, ainda que haja uma inclinação para determinada posição ideológica, tenta-se, a todo momento, demonstrar neutralidade, a chamada “imparcialidade” própria do gênero jornalístico, e assim, ao dar voz a um outro, por meio do discurso direto e mesmo indireto, finge-se equilibrar as “opiniões”, mas isso se dá de maneira tortuosa, pois a escolha, o modo pelo qual essas vozes-outras aparecem no discurso determinam a posição ideológica do sujeito do discurso; conforme mostra Bakhtin “o discurso citado conserva sua autonomia estrutural e semântica sem nem por isso alterar a trama lingüística do contexto que o integrou” (2006, p.150).

Nesse aspecto, o discurso da mídia deve ser concebido como um discurso que institui uma verdade parcial, jamais absoluta. É o que aponta Navarro: “O saber é, portanto, um acúmulo de verdades parciais, que se estabelece não apenas em épocas diferentes, mas também numa mesma época, dependendo do vínculo entre instituições e práticas discursivas” (2010, p. 84).

Desse modo, percebe-se uma diferença em relação ao discurso da esquerda, que circulava à margem, clandestinamente, no momento de forte repressão por parte do regime,

¹¹³ Ao tratar de poder, é preciso ressaltar que, ao retomarmos Foucault (1979b), não o entendemos como central ou único, mas permeado pelas relações que o constituem. O *poder*, para Foucault, não é entendido como um poder individual (ele não é exercido por um único indivíduo, não está apenas nas mãos de um governante, do Estado) mas sim como um poder social, que transita entre as camadas da sociedade, entre as instituições sociais. Esses poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, daí falar de *micro-poderes* e não de um único poder, micro-poderes que podem ou não estar integrados ao Estado. Machado (1979) afirma que “os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras” (p. XIV).

que, por meio do gênero doutrinário, a dupla visibilidade do sujeito porta-voz se dava de maneira clara, na medida em que se dirigia ao *inimigo* – o regime – para alertá-lo de suas reivindicações e desafiá-lo na luta, mas também se dirigia *aos seus*, apresentando os problemas que julgavam que o país enfrentava e chamando-os para a luta contra um inimigo comum, a ditadura militar e aqueles que a ela dão suporte.

Há, com isso, tanto pela mídia quanto pelo relato de ex-integrantes da resistência armada – que dão voz à história do movimento de resistência política tanto em textos memorialistas (*O que é isso companheiro*, de Fernando Gabeira, e *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis, são, talvez, os maiores exemplos dessa literatura de memórias do período) como na mídia – um afrouxamento da relação entre o discurso de retomada (as memórias) e o discurso político propriamente dito. E, principalmente no que diz respeito aos romances memorialistas, uma diluição do discurso próprio da esquerda, que se reduz a apreciações de eventos do passado e a uma espécie de ”romantização”¹¹⁴ da luta, como no seguinte exemplo:

(37) [...] *pro Brasil o negócio era um stalinismo adequado às nossas necessidades. Nisso o pessoal do colégio concordava. Eu sabia que eles não eram da linha Moscou nem da linha Pequim (na época nem sequer sabia o nome das organizações). Eram de outra linha. A linha do exemplo do Che, aquela coisa bonita. Porque o Che mostrava o pau de matar a cobra. Explicava como fazer a coisa. Ela não ia explodir de uma hora pra outra. Tinha que ser preparada. Depois, não ia ser pacífica, a ditadura tava ali pra impedir. Impunha a lei a ferro e fogo. O povo ia se revoltar. Tinha que se revoltar... Na mesma época, saiu na revista Realidade uma matéria sobre a vida e morte do Che, que me impressionou muito. Era notável o gesto daquele homem, que chegara a ministro do governo cubano: largar tudo para ir combater pela liberdade de outros povos. Isto, sim, é que era coragem* (SIRKIS, 1998, p. 78).

¹¹⁴ É próprio dos ex-integrantes de organizações políticas ligadas à luta armada e que hoje participam da vida política nacional produzirem um apagamento do passado pela “romantização”, e ainda mais, por meio de uma “glamourização” do período e da resistência. Dois exemplos da política atual são evidentes: a) Fernando Gabeira, que participou do sequestro de embaixador americano no em 1969 – cujos relatos são evidenciados em seu livro *O que é isso companheiro?* –, negou veementemente a possibilidade de ser o autor da ação caso decidissem pelo assassinato do diplomata, fato que poderia manchar sua candidatura ao governo do Rio de Janeiro nas eleições de 2010; b) Dilma Rousseff, candidata à presidência da República, também em 2010, trazia em seu site de campanha uma foto que apresenta uma espécie de biografia; nela, há três fotos: a primeira retrata Dilma ainda menina, enquanto a última Dilma já política, porém, a foto que está no centro (e também centro de polêmica) mostra a atriz Norma Bengel (sem que seu nome seja especificado) em meio a manifestação dos anos 60, fato que desvincula Dilma da luta armada – que ainda a caracteriza como “terrorista” por alguns setores da sociedade – e que apresenta o *glamour* da resistência pacífica contra regimes ditatoriais.

Sobre essa minibiografia de Dilma Rousseff, a Profa. Dra. Vanice Sargentini vem desenvolvendo análises, apresentadas recentemente em eventos em Maringá (1º CIELLI/4º CELLI) e São Carlos (58º GEL), que sustentam, por meio de uma semiologia histórica, a produção de sentidos por uma espécie de narrativa que se evidencia pela leitura linear das imagens/fotos. Essa análise também está em artigo, no prelo, que será publicado pela série Trilhas Linguísticas, da UNESP: SARGENTINI, V. A análise do discurso e a natureza semiológica do objeto de análise. In: GREGOLIN, M.R.; KOGAWA, J.M. (Org.). **Análise do discurso e semiologia**: reflexões contemporâneas. Araraquara/ São Paulo: Laboratório Editorial da FCL/UNESP; Cultura Acadêmica, 2010, no prelo.

E mais, a grande mídia vem sacudir essa relação que, ainda que no âmbito de circulação restrita, criava mecanismos para a criação de uma identidade de esquerda e estabelecia no seu caráter de retomada dos textos “fundadores” da esquerda um pertencimento na história. Essa quebra na ordem do discurso e o enfraquecimento do gênero doutrinário abrem espaço para que a mídia, atuando no papel, opaco, de porta-voz do regime, refute o ideal revolucionário dos movimentos de esquerda (resistência).

No discurso da revista *Veja*, no período da ditadura militar brasileira, é facilmente perceptível um posicionamento favorável aos métodos adotados pelo regime militar. A princípio, a revista parece mostrar distanciamento dos fatos, neutralidade ideológica, por meio da utilização de verbos e pronomes impessoais. Também, pode-se notar a tentativa, por meio dessa aparente neutralidade, de construção da História, já que a utilização de tais artifícios, o relato dos fatos, desemboca em uma narratividade, dando indícios da constituição de uma história-em-curso, já que o que é relatado se deu em um passado muito próximo do momento de sua divulgação pela revista.

Também a utilização do discurso direto, a delegação de voz ao outro que não o sujeito próprio do discurso, se porta como a tentativa de imparcialidade, já que não é o enunciador-autor quem afirma tal fato, é aquele que, participando ou observando, aparentemente, tem visão privilegiada dos fatos, um enunciador-outro¹¹⁵. É o que ocorre no seguinte trecho: “‘A guerra de guerrilhas é uma arma suja, fora daquela feita em moldes convencionais, que estamos acostumados a estudar’ disse à *Veja*, na semana passada, o oficial paraquedista que combateu no Araguaia” (VEJA, 1978o, p. 58). Porém, nesse ponto já se torna possível perceber a aproximação entre o discurso da matéria e a posição ideológica do regime militar. Essa identificação se dá, por exemplo, na comparação entre os seguintes trechos da reportagem sobre a guerrilha do Vale do Ribeira:

(38) *A luta, na versão Lamarca, não foi demorada*: “Eram aproximadamente 21 horas”, escreveu ele em seu “relatório”. “O combate foi feroz e curto. Intenso tiroteio de 3 minutos. Dezesseis inimigos se renderam, um fugiu. O efetivo inimigo estava composto de um tenente, dois sargentos, dois cabos e doze soldados”. (ibidem, p. 65).

(39) *Os dois foram presos alguns dias mais tarde, vagando pela região à procura dos companheiros*: “Fui eu mesmo quem interrogou o José Araújo Nóbrega e o Edmauro

¹¹⁵ É interessante observar, e isso ficará claro nos exemplos que traremos a seguir, que a voz do outro aparece às vezes como um discurso de autoridade, que dá sustentabilidade ao que se enuncia, às vezes com um “discurso de distanciamento”, que coloca na voz do outro aquilo que não se quer enunciar.

Gopfert. Por isso posso garantir que não foram torturados, pelo menos no Vale do Ribeira”, conta o coronel Erasmo Dias. (ibidem, 1978o, p. 66).

No primeiro trecho, é possível perceber que o sujeito do discurso jornalístico demonstra afastamento do relato do guerrilheiro ao utilizar a expressão “na visão de Lamarca” e ao colocar seu relato em destaque¹¹⁶, diferenciando-o do corpo do texto; esses métodos provocam, além do distanciamento entre o *eu* do discurso e o *outro* do relato, uma dúvida em relação à veracidade da descrição, pois a revista se mostra como que isenta de qualquer responsabilidade em relação ao que ali é dito. Porém, de forma diferente aparece o relato de uma personagem representante do regime militar. A fala do coronel Erasmo Dias, no segundo trecho, é incorporada ao corpo do texto sem qualquer distinção e aparece como um atestado para aquilo que o meio de comunicação descreve, tendo, dessa forma, a impressão de um discurso verdadeiro.

Ao colocar a voz de representantes do regime como atestadores da verdade no relato e a voz dos opositores permeada pela incerteza – em um momento, a matéria afirma que segundo os integrantes do PCdoB houve “200 baixas no exército”, mas, “é provável, contudo, que não tenham passado de 60 os soldados mortos” (VEJA, 1978o, p. 54) –, o sujeito discursivo vai se constituindo como porta-voz da ideologia estabelecida pelo governo ditatorial. Isso também se dá na escolha do léxico ao se referir aos membros dos grupos de esquerda: referindo-se a eles como “terroristas”, “extremistas”, “bando”, “subversivos”, etc.; notando-se, aí, clara intenção de desqualificá-los.

Ao abordarmos o tema da *distensão do regime* (ou *abertura política*) optamos por levá-lo a cabo junto ao processo de espetacularização da política, de que trataremos a seguir, pois é a partir do desenrolar de uma “abertura lenta, gradual e segura”¹¹⁷ que é possível verificar de forma mais visível esse processo.

4.3.2. Pontos sobre a espetacularização

É evidente que o processo de espetacularização da política provocada quase exclusivamente no interior da mídia se consolidou no período pós-ditadura, com o

¹¹⁶ No texto da revista, o discurso de Lamarca é representado em itálico. Em função de nossa opção pela apresentação dos exemplos nesta formatação, o discurso do combatente foi colocado em “caixa normal”, para evidenciar o contraste.

¹¹⁷ A expressão *distensão política* foi cunhada pelo próprio regime para mostrar um caminho *lento e gradual*, mas também *seguro*, rumo ao processo de redemocratização do país.

fortalecimento da própria mídia (e sua evidente ampliação, passando da mídia impressa e radiofônica, para a televisiva e, hoje, a internet), que já se verificava no processo de abertura política, e a intensa propaganda política que levou à incorporação do discurso publicitário pelo discurso político. Esse fenômeno, sem dúvidas, é marcado de maneira efetiva pela propaganda política eleitoral, em que políticos e seus partidos se aproveitam das inovações tecnológicas para, na mídia, construir o palco de seu espetáculo para uma plateia abstrata e massificada, mas que na contemporaneidade está longe de ser tomada como homogênea¹¹⁸. Na contemporaneidade, esse discurso ganhou notoriedade na mídia televisiva, que possibilitou a incorporação, para a propaganda eleitoral, de diferentes linguagens – os mais evidentes são o texto verbal (quase sempre oralizado) e o texto imagético. Ainda, a expansão da internet leva, atualmente, a uma reformulação no processo de constituição do discurso político, onde os meios e as formas de atingir o público, ou *um* público, se diversificaram e, também com isso, a amplitude dos espaços público e privado¹¹⁹.

Não é só para a propaganda eleitoral, como forma de um político atingir seu público, que a mídia se transformou em um espetáculo da política. Inserida no funcionamento da lógica democrática capitalista, permeada pelo suposto “fim das ideologias” e pelo início de uma despolitização (PIOVEZANI, 2009), a espetacularização da política incorpora formas que possibilitem a construção de uma narrativa histórica, que na sua fragmentação impulsionada por uma ilusória continuidade e linearidade, encontra nas formas breves dos acontecimentos aspectos de um *espetáculo da memória*: “As novas formas do discurso político manifestam-se na memória de curta duração, nas breves formulações sincréticas, com seus efeitos dialógicos e desierarquizantes, nas modalidades enunciativas personalizadas e nos ritmos dinâmicos de sua circulação” (ibidem, p. 218).

¹¹⁸ Em alguns momentos há indícios de uma homogeneidade, quando um político, por exemplo, se dirige a “todos os brasileiros e brasileiras”. Porém, é possível notar que é cada vez mais frequente a segmentação do público/enunciatário do discurso político (PIOVEZANI, 2009; SARGENTINI, 2010b), na medida em que o discurso muitas vezes é dirigido a determinados setores, determinados grupos, de acordo com suas necessidades.

¹¹⁹ Se a mídia televisiva já propiciava ao político (ou ao partido) se dirigir a um *tu* imaginário dando a impressão de uma conversa particular entre o candidato e o eleitor, a internet aparece como um instrumento em que as distâncias parecem cada vez menores. Hoje, os sítios de relacionamento, blogs, micro-blogs etc. propiciam a relação que antes se dava no “corpo a corpo” realizado nas ruas entre políticos e eleitores seja transferida para a conversa virtual, mas, nesse ponto, há uma quebra da distância (espacial e social) entre candidato e eleitor provocada pelo bate-papo *em tempo real* em que o político fala de sua vida e, mesmo, responde a perguntas de cidadãos comuns. Trabalhos do Laboratório de Estudos do Discurso (Labor – UFSCar), orientados pela Profa. Dra. Vanice Sargentini, têm se preocupado em analisar a transformação do discurso político no seio do aparecimento de novas e diferentes materialidades. Destaque para o trabalho, realizado em nível de mestrado, ainda em andamento, de Livia Maria Falconi Pires, que se debruça sobre o discurso político, produzido no micro-blog Twitter, de candidatos à presidência da República em 2010.

Na mídia impressa, e no que tange à retomada de assuntos referentes ao período de ditadura militar no Brasil, observamos a constituição de uma memória espetacularizada a partir de textos que envolvem várias e diferentes linguagens, além de um forte trabalho visual, seja por meio de imagens (fotos, gráficos, charges) ou pela própria construção do texto verbal (a construção de uma estrutura narrativa, o “desenho” das letras nas páginas das revistas – principalmente em título e subtítulos – etc.).

[...] a mídia produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representações que constituem o imaginário social. Fazendo circular essas figuras, ela constrói uma “história do presente”, simulando acontecimentos em curso que vêm eivados de signos do passado (GREGOLIN, 2003b, p. 96).

Durante o processo de abertura política, os indícios que apontamos de uma espetacularização do discurso político pela mídia, e mais, de uma espetacularização da memória, levam em conta os aspectos de construção de uma narrativa histórica que visava à constituição de uma história do tempo presente, além da intensificação do uso de imagens nas matérias jornalísticas, porém, ainda sem o trabalho que hoje vemos se intensificar no bombardeio espetacular provocado pelo forte trabalho visual reinventado pela mídia impressa no Brasil. Retomando fatos de um passado recente, combinados aos fatos do presente, inscreve-se em um processo de construção da memória histórica marcado pela espetacularização do discurso político.

4.3.2.1 O caso Vladimir Herzog: o espetáculo da investigação

O caso da morte do jornalista Vladimir Herzog, no dia 25 de outubro de 1975, em prisão do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, é exemplo desse modo de tratamento da mídia a respeito de casos de resistência política e de repressão militar, caracterizando, de fato, o processo de abertura política que propicia e estabelece a espetacularização da política e, porque não dizer, da história (e da memória). Como vimos por meio dos quadros 1 e 2, acima apresentados, são inúmeras as matérias que tratam do caso, porém de maneiras distintas. No decorrer do primeiro ano posterior à sua morte, nenhuma matéria da revista *Veja* tratava

especificamente do assunto¹²⁰; quando havia alguma referência ao tema, dava-se em meio a outros temas – o próprio processo de distensão do regime, a situação do sistema prisional e os casos de presos políticos etc. –, com breves citações ao caso – três ou quatro linhas, como no enunciado retirado do *corpus*: “[...] os apartes que proferiu o Senado, sobre o envolvimento das Forças Armadas nas atividades relacionadas com a segurança interna do país, *nos debates provocados pela morte do jornalista Vladimir Herzog*, em São Paulo, no dia 5 de outubro [...]”¹²¹ (VEJA, 1976a, p. 26, grifo nosso). Porém, com o passar do tempo, o caso ganhou destaque e textos, breves ou longos, foram dedicados ao assunto, o que evidencia, de certo modo, um trajeto de leitura que nos permitirá a compreensão não somente do caso, mas também das mudanças provocadas na estrutura política do país. Serão sobre esses textos, dedicados exclusivamente aos fatos relacionados à morte do jornalista, que empreenderemos nossa análise nesta seção do trabalho.

O processo de espetacularização é manifesto na medida em que as investigações caminhavam e questões sobre a morte – o verdadeiro motivo que levou Herzog à morte – iam sendo colocadas. Como veremos, num primeiro momento, imediatamente posterior à sua morte e no primeiro ano, a versão do suicídio é por vezes posta em dúvida por membros da sociedade, mas ainda pouco contestada pela “grande mídia”, de fato; poucos indícios são apresentados para uma versão diferente daquela. Porém, na medida em que as investigações avançavam, a versão de morte por enforcamento ou estrangulamento (aquela do assassinato) ganhava destaque, por meio, principalmente, de dados – evidências técnicas – que visam a construção da verdade. Isso se dá, como veremos, na mídia, na descrição do caso pelas reportagens, na caracterização de um efeito de real pautado por dados estatísticos, técnicos (o discurso de autoridade do médico que contesta o laudo do Instituto Médico Legal, IML, ou do representante da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, que referenda a sentença do juiz

¹²⁰ É interessante notar que no momento imediatamente posterior ao fato o assunto era pouco tratado pela “grande mídia”, como a revista *Veja*, em função, evidentemente, da forte censura que “travava” os veículos de comunicação. Entretanto, à margem, no que poderíamos chamar de “mídia alternativa”, o assunto mereceu destaque, com análises que divergiam da versão oficial – a de suicídio – e compactuada pela “grande mídia”, enfatizando o caráter de assassinato do jornalista pela repressão. Um exemplo disso é a edição de número de 16 do jornal paulista *Ex-*, que trazia na capa a foto de Vladimir Herzog com o título “Liberdade, liberdade, abre asas sobre nós” e uma matéria de sete páginas inteiras com análises de sua morte. Também, nesse ponto, evidencia-se a forte repressão e a censura que ainda marcavam a metade da década de 1970, pois esta edição foi proibida, retirada de circulação, e, logo em seguida, o jornal também foi proibido de continuar seus trabalhos, sendo aquela sua última edição – ainda, numa tentativa de continuidade, uma outra edição, agora com o nome de *Mais um* substituindo *Ex-*, foi lançada, mas logo a “estratégia” foi percebida pela censura e o jornal retirado definitivamente de circulação.

¹²¹ Há aqui um equívoco da própria revista, que afirma nessa matéria que a morte de Vladimir Herzog ocorreu em 5 de outubro de 1975 quando, na verdade, se deu em 25 de outubro daquele ano.

sobre o caso), que apontam para um caráter de verossimilhança; o discurso jornalístico na construção da *verdade*, mas que produz *efeitos de*.

O resultado do trabalho da prática jornalística em instituir a “verdade” tem por corolário outra ilusão, aquela de retratar em seus textos a “realidade” – que é também uma construção resultante da escolha de alguns fatos e do apagamento de outros –, pois as técnicas e os procedimentos de investigação, apuração e das notícias praticados na mídia (entrevistas, análises, flagrantes do cotidiano, dados estatísticos, fotografias etc.) têm por função fazer do jornalista aquele que produz a notícia na sua verdade etc. (NAVARRO, 2010, p. 84).

Voltemos, de início, à observação dos termos que precedem cada matéria; dos seis textos que selecionamos para a análise, três deles são precedidos pelo termo “justiça”, um por “memória”, um por “caso Herzog” e o último, sendo matéria de capa da revista, aparece sem termo introdutório, mas cujo título da capa é “Caso Herzog” – que também é o título da primeira dessas matérias. Nota-se, com isso, que antes de ser caracterizado como um assunto de política nacional, embora todas as matérias apareçam na seção Brasil da revista, onde se tratam quase que exclusivamente dos temas referentes à política nacional, aparece como um tema voltado para o campo da justiça, o campo criminal, evidenciado tanto pela introdução dos textos pelo próprio termo “justiça” e ainda pelo termo “caso”, também referente a este campo, ao policial – são muitos os exemplos que podemos dar, na atualidade, dessa condição policialesca, entre eles o *Caso Nardoni*, o *Caso Bruno* etc. Nesse ponto, ocorre, de fato, certo apagamento do campo da política, o qual sua morte também pertence, pois que Herzog foi levado ao DOI-CODI para prestar depoimento sobre sua possível relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), caracterizando, assim, sua prisão como política e as possíveis torturas também decorrentes desta condição.

A primeira matéria, de 27 de outubro de 1976, introduzida por “justiça” e intitulada, como já mencionamos, “O caso Herzog”, que marca o primeiro aniversário de morte do jornalista, descreve as homenagens a Herzog e, quando em alguns momentos aponta dúvidas sobre a forma de sua morte, recorre ao discurso direto (ora também ao discurso indireto), que evidencia uma relação com o real e estabelece marcas que dão credibilidade ao discurso da revista, colocando a voz do outro explicitamente para marcar a contestação, mas que mostra, também, distanciamento do caso – a voz do outro é um discurso de credibilidade e de neutralidade: setores da sociedade duvidam da versão do governo, portanto, não é uma acusação da mídia, uma posição sem fundamento; não é sua voz que estabelece a dúvida.

(40) *O comunicado [do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo] lembra ainda que todos os jornalistas acusados na época em São Paulo de atividades subversivas, “com exceção de um, puderam provar sua inocência e foram impronunciados ou absolvidos pela Justiça Militar”. E acrescenta que “continuam sem respostas as dúvidas e os pontos obscuros que levantamos no caso da morte de Vladimir Herzog, constante de um documento com as assinaturas de mais de 1000 jornalistas, encaminhado em janeiro à Auditoria Militar” (VEJA, 1976k, p. 28).*

Há nesse caso uma proposta de descrição dos fatos – tanto da morte do jornalista um ano antes como das homenagens e dos questionamentos que se apresentavam naquele momento – que, ao colocar as dúvidas (resistência e revolta) sobre os motivos e a forma da morte na voz do outro, procura amparar o discurso da mídia pela neutralidade, que como sabemos é ilusória, e marca efetivamente um posicionamento sobre os fatos. Há ainda uma descrição do processo atravancado pela Justiça Militar, colocando os pontos de vista de ambos os lados.

Ainda, é interessante não perder de vista que o tema tinha pouco destaque na mídia, fato é que voltaria a ser efetivamente abordado somente um ano depois, no aniversário de dois anos da morte de Herzog, com o título “Dois anos depois” e introduzido pelo termo “memória”, porém ainda em uma perspectiva apenas descritiva, que apresenta as homenagens – um culto ecumênico católico-judáico (há, inclusive, uma foto, figurativa, que mostra o bispo e o rabino durante o ritual) –, além do andamento do processo impetrado pela família do jornalista. O que se vê ainda é um distanciamento da mídia em relação aos fatos, evitando uma análise crítica, amparado claramente pelo texto descritivo.

Somente no ano de 1978 é que o assunto receberá um aprofundamento temático pela “grande mídia”, sendo que tomamos para a análise quatro matérias desse momento. Aqui, já na primeira matéria sobre o caso naquele ano – introduzida também pelo termo “justiça” e intitulada “Volta Herzog” – se verifica uma tomada de posição daquela mídia em relação ao tema: a versão do suicídio apresentada pelas autoridades, e que prevalecia como a única oficialmente aceita, já não era tão convincente. Assim, quatro enunciados, que não recorrem mais ao discurso direto na tentativa marcar a neutralidade própria do jornalismo, dão luz a tal posicionamento:

(41) *Por isso, a família de Herzog [...] tem tentado, há mais de dois anos, obter uma resposta verossímil para sua morte numa dependência do Estado (VEJA, 1978g, p. 31, grifo nosso).*

(42) *De processo em processo, seus advogados podem estar chegando agora, finalmente, à trilha que conduzirá à verdadeira história das desventuras de Vladimir Herzog naquele sábado fatídico* (ibidem, p. 31, grifo nosso).

(43) [...] *a tortura que, como se quer provar, foi severa e brutalmente praticada durante o interrogatório do jornalista passou a fazer parte da história registrada num tribunal* (ibidem, p. 31, grifo nosso).

(44) *Com pequenas diferenças, os depoentes descreveram, ainda, as torturas que sofreram naquele outubro de 1975: choques – nas mãos, pés, orelhas, órgãos genitais – “pau de arara”, pancadas* (ibidem, p. 31, grifo nosso).

Notamos, nos dois primeiros exemplos, que a adjetivação estabelece um posicionamento de dúvida em relação à versão oficial e de aproximação da versão que aponta para uma morte provocada pelas torturas imputadas ao jornalista. Como vemos, se se enuncia que se busca a *verdadeira história* é porque se admite que aquela até então apresentada, a versão oficial, é (ou pode ser) falsa. O mesmo se pode dizer em relação à expressão *resposta verossímil*, admitindo que as respostas dadas até então ao caso eram absurdas e se distanciam da realidade dos fatos. Por fim, os últimos dois exemplos que agora apresentamos não revelam um posicionamento evidente, marcado na superfície da língua, porém o fato de trazer o tema da tortura (inclusive com algumas descrições de tais práticas) para uma discussão na sociedade era quase inédito, pois que o assunto era antes interdito pela censura, e, com isso, aponta para um distanciamento em relação às atitudes do regime¹²². Nesse ponto, podemos dizer que há um discurso da “grande mídia” inscrito em uma formação discursiva que autoriza o discurso da resistência, que não admite a repressão àqueles que contestam a política do regime militar e que se autoriza, também, a questionar o próprio discurso do poder político oficial (“a versão do suicídio não é verdadeira”). É evidente que essa FD não é a mesma que aquelas às quais organizações de esquerda se filiam, e que mesmo com ela pouco dialogue – basta que lembremos da posição adotada pela mídia no caso das guerrilhas, de distanciamento e, até mesmo, de repulsa, que a colocava em uma posição favorável à repressão (cf. 4.3.1) –, mas, de certo modo, uma FD cujos discursos se apresentam no âmbito de uma resistência à forma repressiva com a qual o regime militar procura consolidar-se, e até mesmo perpetuar-se, no poder.

¹²² É bastante interessante observar o movimento que há no próprio discurso da mídia, tomado pela revista *Veja*, no que diz respeito às atitudes repressivas do regime militar. Se por um lado tais atitudes eram recriminadas quando dirigidas a uma resistência política tida como pacífica – como era o caso de Vladimir Herzog –, por outro, havia um apagamento da imputação de responsabilidade e, até mesmo, certo apoio a tais atitudes quando dirigida à resistência política das organizações armadas – como era o caso analisado anteriormente das guerrilhas do Araguaia e do Vale Paraíba.

Um segundo texto daquele ano dedicado ao assunto, de 5 de julho, também precedido pelo termo “justiça” e com o título “Sentença adiada”, aparece apenas como uma notícia, informando o adiamento da sentença e seus motivos. Vale ressaltar aqui, que tanto esse como o texto anterior apresentam imagens fotográficas, mas que se caracterizam apenas por um papel figurativo, apenas ilustrando algo que é dito pelo verbal, onde se produzem os sentidos.

As duas outras matérias daquele ano – de 25 de outubro (exatos três anos após a morte de Herzog) e 1º de novembro – são as que merecerão atenção especial em nossas análises por alguns fatores, entre eles: são as mais extensas (cinco colunas que tomam três páginas e cinco páginas completas e meia, respectivamente), analisam a importância do caso e também aquilo que a morte de Herzog e o processo contra o Estado contribuíram para que houvesse modificações na estrutura do regime e no conseqüente processo de abertura política (distensão), apresentam marcas efetivas de espetacularização etc.

A primeira delas – introduzida por “caso Herzog” – apresenta um título que, por ser um “questionamento retórico”, determina já certo posicionamento, imediatamente explicitado pelo subtítulo; quais sejam, respectivamente: “Foi suicídio?” e “Já surgem evidências de que não foi”; desse modo, a revista explicita de maneira clara sua posição. A contestação da versão oficial se dá por meio de “evidências” que apontam para o enforcamento ou estrangulamento em função das torturas. Apresentam-se, então, inúmeros dados, elencados por meio da análise (marcas textuais) do laudo médico do IML e da fotografia do cadáver. Há, ao elencar os dados e os índices no corpo do jornalista, um apontamento para a construção de uma verdade que perpassa efeitos de real. É o que se vê nos seguintes trechos:

(45) O que mais chama a atenção, nas fotos anexadas ao laudo, é a existência de dois sulcos no pescoço de Herzog – embora o texto afirme claramente que somente um sulco foi encontrado. São dois, na verdade, e comprometem seriamente a versão oficial de suicídio. Todos os médicos consultados nas últimas semanas por VEJA fizeram questão de ressaltar que não é incomum a presença de dois sulcos no pescoço de um enforcado. Mas, ressalvam, isso acontece apenas nos casos em que o “instrumento de constrição” – isto é, a corda – dá várias voltas em torno da garganta da vítima – o que não ocorreu no enforcamento de Herzog (VEJA, 1978r, p. 29, grifos nossos).

(46) Segundo o laudo, fez-se a abertura do crânio de Herzog para exame dos tecidos. Tal abertura deve passar pelo alto da testa, indo de orelha a orelha. No entanto, as fotos do cadáver, feitas após os exames e a sutura do corpo, não mostram as marcas da abertura craniana. Em outras palavras: esse exame de tecidos não poderia ter sido realizado (ibidem, p. 29, grifos nossos).

Nota-se, pelos recortes apresentados, que a revista recorre a especialistas no assunto, o discurso de autoridade do médico, para contestar o laudo apresentado pelo IML, confrontando uma análise detalhada da fotografia do cadáver. Nessa matéria, tal fotografia não é apresentada ao leitor, sendo apenas descrita e comparada com trechos do laudo médico. A recorrência à voz de autoridade credencia o discurso jornalístico e confere um caráter verossímil a seus argumentos. O mesmo se dá em relação às fotografias, que são tomadas como evidências – o efeito de real – cujos sentidos são transparentes, que serão apresentadas na matéria seguinte, de desfecho do caso – “contra o que se vê não há argumento contrário”. Pautado nessa máxima, o discurso da revista procura desconstruir a versão oficial do suicídio apresentando índices inscritos no corpo de Herzog que desmentem o laudo dos médicos-legistas representantes da Justiça Militar.

Na segunda matéria, já de conclusão do caso, a apresentação dos dados torna-se mais evidente; há aqui, mais uma vez, apontamentos para o laudo médico, mas também apresenta a fotografia do cadáver (que na reportagem anterior era apenas descrita), a fotografia de Herzog morto, suspenso por uma corda, em sala do DOI-CODI paulista e trechos do texto final do processo, a sentença do caso.



Figura 4 – O caso Herzog: imagens que confrontam a versão oficial (VEJA, 1978s, p. 26)

Retomando o pensamento de que contra a imagem (tomada como evidência) não há argumento, expõe-se a derrota da versão do suicídio apresentada pelo regime militar e atestada pelo laudo do IML, apresentando o texto final do processo comprovado pelas duas imagens acima apresentadas. A primeira imagem (Figura 4) mostra que a cadeira à frente do corpo impossibilita o suicídio, pois não haveria modo de o jornalista saltar para trás no momento de sua morte – em função de estar a uma altura inferior à medida de seu próprio corpo, para que houvesse o suicídio, o jornalista deveria soltar-se da cadeira e dobrar as pernas, ou ainda deitar-se, para que proporcionasse uma tração suficiente para o enforcamento, o que impossibilita o salto para trás da cadeira. Já a segunda imagem apresenta as marcas do enforcamento e, com as flechas indicativas (marcas de um trabalho editorial da própria revista), indica os dois sulcos que contestam a versão oficial, do laudo médico, que dizia haver apenas um. Desse modo, o confronto versão oficial x verdade dos fatos (ou, ainda, suicídio x assassinato/tortura) se dá pelo confronto do dado real (o visível), as imagens, com o dado interpretativo, o texto verbal, passível, segundo se supõe, de manipulação e contradição¹²³. Assim, a própria solução do crime passa por uma análise textual (comparativa), entre o laudo médico (que tende a ser “desmistificado”) e as imagens acima apresentadas.

Tem-se ainda, também nestas duas últimas matérias, como já introduzimos, uma análise do caso como perspectiva de mudança na estrutura do regime militar (da política nacional) e naquilo que abre a possibilidade para a distensão da ditadura no país. É o que aponta os seguintes excertos:

(47) *Passados três anos [...] a ação dos serviços de segurança sofreu fundas, dramáticas mudanças – detonada, em parte, pela própria morte de Herzog* (VEJA, 1978r, p. 28).

(48) *[...] neste momento em que já é possível vislumbrar a trilha da abertura política nacional, detectam-se alguns indícios de que a investigação poderá caminhar para conclusões convincentes. A prática da tortura, logo após a morte de Herzog, entrou em curva descendente. O campo de ação, para jornalistas ou advogados interessados em esclarecer o caso, tornou-se menos estreito. E, pode-se até dizer, com alguma segurança, que nesses dias melhores de hoje uma pessoa intimada a depor dificilmente deixará de voltar para casa com vida* (ibidem, p. 30).

¹²³ Ambos os textos, ambas as linguagens (o verbal e o imagético), são interpretativos e não produzem senão efeitos de sentido que estão, sempre, possibilitados de serem desconstruídos, “desmentidos”, em função mesmo da possibilidade da contradição, que é a eles inerente. Porém, é comum, e isso é fortemente marcado pela mídia, tomar as imagens (a fotografia pura e simples) como fatos evidentes, transparentes, que apresentam um sentido único e irreduzível.

(49) *A decisão do juiz Márcio José de Moraes provocou, simplesmente, a mais crucial mudança de substância jamais registrada no desenvolvimento da questão dos direitos humanos no Brasil – e, por consequência, pode estar sendo o ponto de partida para fundas, eventualmente decisivas alterações de qualidade na própria face política do país. “O mais importante, nisso tudo, é a presença do Poder Judiciário no processo de abertura política”, disse na noite de sexta-feira a Flávio Pinheiro, de VEJA, o presidente nacional da OAB, advogado Raymundo Faoro. “A decisão do juiz reabre uma participação real da Justiça na vida do país, como poder independente” (idem, 1978s, p. 24).*

(50) *[...] o triunfo da ordem legal fixa um princípio – o de que o Estado brasileiro, mesmo nas questões de segurança, não pode estar acima das leis. É isso, no fundo, que faz a diferença entre Uganda e Inglaterra, entre a barbárie institucional e a civilização. E é por isso que o caso Herzog deixou de ser um episódio que diz respeito apenas a sua família, aos jornalistas das capitais e a algumas centenas de intelectuais, para se transformar no marco inicial de uma estrada inteiramente nova para a caminhada da questão dos direitos humanos no país (ibidem, p. 25).*

(52) *Pela primeira vez [...] imprensa então livre de censura prévia entrou de rijo numa questão deste teor – e, depois, não parou mais. Uma semana após a morte, 8000 pessoas se concentraram na Catedral da Sé, em São Paulo, para um ato ecumênico – a primeira manifestação de tal porte, após longos anos de silêncio. E dois meses depois, quando uma segunda morte – a do operário Manuel Fiel Filho – ocorreria nas dependências do DOI-CODI paulista, o presidente Ernesto Geisel demitiu sumariamente de seu posto o general Eduardo d’Avilla Mello, comandante do II Exército (ibidem, p. 25).*

Há, então, nessas matérias uma análise da estrutura da repressão, que apresentou mudanças profundas em função da explicitação de casos de torturas e de mortes nos porões do regime, como as de Vladimir Herzog e de Manuel Fiel Filho. Ao final da primeira decisão do caso contrária ao Estado – primeira, pois ainda haveria possibilidades de recursos e novos julgamentos –, tem-se na mídia uma análise da estrutura política no Brasil e a revisitação de fatos recentes que implicaram mudanças. Antes inscrita no debate meramente policial (o campo do jurídico), a morte de Herzog é deslocada para o debate político (logo, outro campo discursivo), que faz circular dados estatísticos (referentes à tortura, desaparecidos políticos etc.), exemplos comparativos (a relação entre a barbárie ugandense e a civilidade inglesa mostra que o Brasil, após o caso Herzog, estava pronto para passar também da barbárie à civilização), mobiliza comentadores que dão a voz de autoridade necessária para atestar aquilo que se argumenta e produzir efeitos de verdade ao que se investiga e analisa. Constrói-se, com isso, um espetáculo em torno do caso que, também ele, abre caminho para mudanças na política nacional e provoca abalo no próprio regime militar.

O processo de espetacularização, então, é evidenciado no trajeto que se estabelece pelo caso Herzog: das primeiras notas e primeiras matérias, quase que exclusivamente descritivas, à abordagem ampla do processo, do julgamento e das consequências que o resultado poderia trazer para a política nacional. As marcas textuais, na passagem de um texto predominantemente verbal para um texto sincrético, mediado por textos cujas imagens que os compõem não são apenas figurativas, são também indícios desse processo espetacular – a busca de dados, citações, imagens, indica a composição de um discurso que se quer verdadeiro e toma esses fatores que produzem efeitos de real. Portanto, evidencia-se um trajeto temático que se caracteriza pelo novo no interior da repetibilidade: mesmo que sejam várias as matérias sobre o mesmo tema, há sempre o novo, marcado por dados estatísticos, análises de imagens, o discurso citado (de autoridade), que estabelecem, também, o processo de espetacularização no interior da mídia.

Agora, em nossas análises subseqüentes, faremos uma abordagem analítica cujo caráter de espetacularização da memória (e da história) pela mídia será tratado de maneira mais ampla.

4.3.2.2. O espetáculo da memória

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil, não foi apenas a política, ou melhor, as articulações e estratégias políticas que sofreram abalos e se transformaram, mas também o modo como esse assunto era tratado pela mídia, a maneira pela qual a memória do passado e sua articulação com o presente se fizeram emergir no discurso da mídia sobre o político. Nesse contexto histórico, a narrativa de uma história em andamento se estabeleceu a partir dos mecanismos e ferramentas utilizadas para se contar o passado e o presente, caminhando, ainda que a passos lentos, para uma espetacularização da memória política. Se, pelas análises empreendidas acima a respeito do caso da morte do jornalista Vladimir Herzog – em um trajeto que vai do discurso sobre o suicídio à sua desconstrução e análise da estrutura política brasileira –, evidenciava-se a construção da história (seu movimento e seus deslocamentos) caminhando para um processo de espetacularização na mídia, tomamos agora para a análise textos que rememoram o período (e também esse caso, que voltaremos de forma breve mais adiante) e caracterizam efetivamente a espetacularização do discurso político à época de crise da ditadura.

No discurso que começou a se fazer presente na mídia, a partir da segunda metade da década de 1970, a respeito da distensão do regime militar, esse movimento enunciativo se mostrou forte e desencadeou um recurso que pode ser estabelecido como ponto de ruptura para o que se pretendia memorar, o recurso a imagens ladeando/superpondo o texto verbal.

Reportagens da revista *Visão* – “Brasil 75, a nação: a construção de uma sociedade democrática” (VISÃO, 1975a) e “A rota da distensão e os acidentes nos desvios” (VISÃO, 1975b) –, as quais destacamos como exemplo para nosso trabalho, buscavam prioritariamente por meio do texto escrito (expressão verbal), ainda que houvesse pequenas imagens fotográficas de algumas personalidades entrevistadas pela revista, o recurso para se “contar” sobre o processo de distensão do regime. O que se propunha, nesse caso, era estabelecer as negociações para o afrouxamento do regime, porém, em um momento em que a censura ainda marcava forte presença, sendo assim inviável qualquer menção às técnicas repressivas utilizadas pelo regime. Nesta época, iniciava-se um processo de discussão a respeito do tema da abertura, que teria seu auge no final da mesma década e que se observará mais claramente em matéria da revista *Veja* que trata de uma retrospectiva da década de 1970. Esse início de discussão pode ser observado no seguinte trecho:

(52) Ainda estamos muito no começo de tudo. [...] O Brasil-75 assiste ao início de um processo que sabe decisivo para a meta do “desenvolvimento integral e humanista”, almejada pelo presidente Geisel. É uma construção difícil: os ásperos materiais da liberdade, ainda não se decidiu quem pode manejá-los com segurança. Nem estão definidos os projetos; só a intenção do ritmo – lento e gradual –, à impossibilidade de outro, talvez (VISÃO, 1975a, p. 7).

Formava-se, pelo e no discurso, o início de um processo de abertura política no Brasil. Assim, começava a se estabelecer um discurso sobre o futuro, sobre as raízes que poderiam se criar e as contribuições que cada instituição e a sociedade poderiam trazer para o processo de distensão do regime ditatorial, que já lá estabelecia um prazo que não era curto e um processo que não se daria na ruptura – um ritmo “lento e gradual”. Cria-se, aqui, como no texto representado pela Figura 5, uma relação com o ulterior que possibilitará o surgimento de novos enunciados, marcados, de maneira efetiva, no discurso retrospectivo da matéria da revista *Veja*, que analisaremos mais adiante.



Figura 5 – Entrevistas com personalidades políticas e intelectuais acerca do processo de distensão do regime (VISÃO, 1975a)

As inscrições imagéticas, nessas duas matérias da revista *Visão* (1975a, 1975b) que tomamos para constituir nosso *corpus*, apontam para um sentido figurativo, de ilustração do que se narra pelo verbal e que não constroem sentidos próprios e isolados nem abrem caminho para novas e diferentes interpretações do que se diz pelo verbal como também não limitam suas interpretações. A ordem do discurso, nesse caso, é estabelecida pelo linguageiro, apresentando-se a expressão imagética apenas como suporte de sentido e ilustração. Não se estabelece, nesse caso, a constituição clara de uma narrativa histórica, a não ser pelo fato único de análise do presente. A própria construção verbal – o linguageiro por si só – não estabelece, nesses dois textos, uma narratividade por meio da análise do presente – o exemplo (52) nos dá a noção dessa análise do presente que não constitui uma narratividade: “O Brasil-75 assiste ao início de um processo que sabe decisivo [...]”. Tem-se, tanto em uma matéria quanto em outra, o recurso à entrevista com políticos da época para dar confiabilidade ao que se analisa, mas não ao que se narra. O discurso político, aqui, simboliza o presente por meio das relações políticas do momento, sem buscar no passado aspectos que possibilitem a distensão. Sendo assim, como mostrado, abre-se caminho para os dizeres, constituindo parâmetros para uma memória do futuro, que se estabeleceriam definitivamente nos anos finais da década de 1970, principalmente pelas negociações em torno da lei de anistia e seu resultado final.

No mesmo caminho, apontamos os seguintes enunciados extraídos do *corpus* constituído por matérias da revista *Veja* que destacam o tema:

a) ***Distensão definitiva*** – *A estratégia está esboçada, e ela indica o empenho governamental em promover todas as mudanças ainda dentro do mandato do presidente Ernesto Geisel, mas sem correr os riscos de uma pressa que, em anteriores tentativas feitas já sob o comando de governos da Revolução, levaram ao fracasso* (VEJA, 1975a, p. 16).

b) ***Antologia desafinada*** – *Mas [...] Andrada também colecionou durante todo o ano antológicas declarações de cunho político, cujo tom parecia sempre desafinado. Assim, já no início do ano, revelava, convicto, os gestos populares dos brasileiros (“O povo não quer saber de distensão política. Quer é praia, cinema e diversão”), embora seu partido, fazia poucos meses, tivesse sido derrotado por um eleitorado surpreendentemente interessado, ávido espectador da propaganda política gratuita* (idem, 1976a, p. 25)

c) *Foram necessários 20 minutos para que o presidente Ernesto Geisel lesse as 26 laudas de seu discurso à cúpula da Arena, reunida no Palácio da Alvorada, da última quinta-feira. Mas logo no terceiro minuto e na quarta lauda estava o parágrafo decisivo – e a mais importante notícia política do ano. “Cogita-se”, disse Geisel sob os aplausos dos 150 arenistas presentes, “de pôr um termo a leis de exceção, necessárias em algumas fases de nossa transição revolucionária, mas que, com a evolução pacífica da vida nacional, já podem se tornar dispensáveis, substituindo-as por adequadas salvaguardas constitucionais que permitem garantir a manutenção e o melhor funcionamento do regime democrático e a ordem* (idem, 1977h, p. 20).

Do mesmo modo que o exemplo tomado da revista *Visão*, a instauração do acontecimento discursivo instituído pelo tema distensão política, verificado em matérias de três edições da revista *Veja* dos três primeiros anos que tomamos como base de análise, se efetiva pela prática do texto verbal que é marcado pela repetibilidade de enunciados e a atestação do fato pela voz do outro, marcada muitas vezes pelo discurso direto constituindo uma espécie de argumento de autoridade, além da construção de certa narratividade que se revela pela sua continuidade estabelecida por meio da negociação pelo restabelecimento da democracia no país. Além do mais, ainda que em alguns textos a imagem apareça por meio de formas trabalhadas, como, por exemplo, charges e caricaturas, que produzem sentidos independentes, mas que também se relacionam com a produção verbal, ainda não é possível evidenciar traços de uma espetacularização da política, em função, principalmente, de sua raridade nesses primeiros anos. A imagem, frequentemente, aparece reproduzida sem qualquer trabalho editorial (quase sempre fotografias), apresentando-se apenas de forma figurativizada, ilustrando o que é narrado pelo verbal.

Por outro lado, a matéria da revista *Veja*, intitulada “A década da abertura” (1979u), apresenta-se como uma retrospectiva da década de 1970 – da forte repressão à lenta distensão do regime – e, por meio de pequenos textos – fragmentos –, cada um ocupando uma ou duas

páginas da revista, que vão destacando os assuntos relacionados à política e economia que, segundo a própria revista, são os mais importantes daquele período e, por isso, são divididos em seções¹²⁴. Por meio do verbal e das imagens que se destacam em cada umas das seções, é possível perceber o posicionamento do sujeito discursivo que, ainda que tenta se pautar pela suposta neutralidade assumida pelo gênero jornalístico, não consegue se distanciar totalmente de uma determinada ideologia. Porém, antes de chegarmos a esse ponto, é preciso destacar, retomando como exemplo a Figura 2 (já apresentada no capítulo anterior), que as imagens, que aparecem na parte superior das páginas dessa matéria, tomam mais de 50% de cada seção, portando-se, assim, como a linguagem (a expressão) principal, deixando o verbal como um suporte – uma espécie de grande legenda – das imagens em destaque. Em cada página da matéria, cria-se um mosaico de imagens que disputam com o verbal o olhar daquele que procura na mídia um lugar da história.



Figura 2 – Seção ‘Terrorismo’ da matéria “A década da abertura” (VEJA, 1979u)

Nas imagens – despregadas da expressão verbal –, seguidas de suas legendas, tem-se, também, a impressão de uma narrativa – a história do Brasil daquele momento sendo contada para a população. As imagens espalhadas pelas páginas da revista simulam uma

¹²⁴ As seções presentes na matéria “A década da abertura” são: ‘O terrorismo’; ‘A tortura’; ‘A censura’; ‘Viva Brasil’; ‘Esquadrão’; ‘A lenta distensão’; ‘Diplomacia’; ‘A sociedade civil’; ‘O cidadão’; ‘A impunidade’; ‘O sindicato’; ‘Entra João’; ‘A anistia’.

descontinuidade, pois não seguem um padrão horizontal de leitura e sucessão dos fatos. Mas a legenda (como processo de controle da leitura) desfaz essa impressão e aponta que os fatos registrados pelas imagens próximas se dão em uma linearidade temporal, ano após ano, como se a história seguisse sempre rumo ao progresso, em processo teleológico, dos anos de chumbo ao tão almejado governo democrático. Nesse sentido, simula-se uma história que vai da repressão – anos obscuros da história do país – para um futuro promissor, o progresso da abertura e da liberdade que culminaria no processo de redemocratização do país – aqui, diferentemente do que se estabelecia no meio da década, o processo de distensão já era visto como próximo da consolidação – a Lei de Anistia se configurava como a maior prova disso. A História em seu curso linear. É a apresentação do processo histórico tal como sugere a perspectiva tradicional e a busca da imagem como recurso de leitura que nos apontam traços da efemeridade da narrativa histórica de tempo presente, assim como nos mostra Belting sobre o bombardeio de imagens na contemporaneidade: “O ritmo acelerado no qual as imagens nos assaltam é imediatamente compensado pela rapidez com que elas desaparecem novamente”¹²⁵ (2004, p. 47, tradução nossa). A narrativa do presente ainda não é consolidada, tendo no acontecimento “fresco” seu subsídio, o que se narra ainda não se constituiu memória social e muito menos está na História.

Na era da informação ininterrupta e em *tempo real*, as técnicas de disciplina e vigilância são sofisticadas a ponto de exigirem reordenamentos discursivos, a fim de criarem a ilusão de liberdade. São novas formas de apelo e de constituição do imaginário social em que a própria resistência se transforma em mercadoria a ser insistentemente (re)produzida e transformada em discurso, neutralizando o seu potencial de subversão. Neutralizando a resistência, forja-se um consenso que, dialeticamente, destrói a rede de contra-discursos (GREGOLIN, 2003b, p. 108).

As imagens, também elas, produzem uma memória do icônico, que nos remetem a outros discursos. Como é exemplo, na seção ‘O terrorismo’, dedicada a mostrar as atuações dos movimentos de resistência ao regime militar e sua consequente repressão, uma imagem com cartazes de procurados políticos sob cartazes de propagandas do regime (Figura 6). Há nesse ponto uma memória de país próspero – em pleno desenvolvimento (basta observar que os cartazes de propagandas do regime mostram obras em construção) – em que alguns “radicais” (das imagens dos cartazes de procurados políticos) tentam acabar com a paz e o progresso. Assim, a caça àqueles que resistem compõe plenamente o lema de “ordem e

¹²⁵ No original: “Le rythme accéléré auquel les images nous assaillent est aussitôt compensé par la rapidité avec laquelle elles disparaissent à nouveau” (BELTING, 2004, p. 47).

progresso”, em que, para que o Brasil avance tecnologicamente, economicamente e politicamente, deve acabar com a desordem, não importa como o faça.



Figura 6 – A resistência confrontada ao progresso (VEJA, 1979u).

A construção imagética reordena o espaço da luta da esquerda e desconstrói a identidade calcada no radicalismo de uma “luta justa” que desembocaria no estabelecimento de um governo revolucionário. Apresentando imagens de pessoas da resistência política estampadas em cartazes de procurados políticos, as iguala a bandidos comuns procurados pela polícia por um crime qualquer; e mais, ao colocá-los sob imagens de cartazes que indicam o “progresso”, constrói também a imagem de entrave para o avanço do país.

O poder da imagem é o de possibilitar o retorno de temas e figuras do passado, colocá-los insistentemente na atualidade, provocar sua emergência na memória do presente. A imagem traz discursos que estão em outros lugares e que voltam sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrases. Por estarem sujeitas aos diálogos interdiscursivos, elas não são transparentemente legíveis, são atravessadas por falas que vêm de seu exterior – a sua colocação em discurso vem clivada de pegadas de outros discursos (GREGOLIN, 2000, p. 22).

Por meio do apelo, da espetacularização, a mídia tenta se fundir com a sociedade e se aproximar dos desejos e anseios do espectador. Piovezani Filho (2003b) acrescenta que “com a dissolução da ditadura militar, a ‘espetacularização’ da política brasileira foi um meio encontrado para reverter ou, ao menos, mitigar o desinteresse, o descrédito e a incredulidade frente ao discurso político” (p. 54). De todo modo, essa espetacularização, que se estabeleceu e se consolidou de fato no pós-ditadura, já vinha se desenhando nos anos finais da ditadura

militar. Ela começou a se dar – pequenos indícios – na mídia a partir do momento em que o regime começa a se abrir e a necessidade de trazer a sociedade para os assuntos políticos. Debord afirma que:

O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como *instrumento de unificação*. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo olhar e toda consciência. Pelo fato de este setor estar *separado*, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza é tão-somente a linguagem oficial da separação generalizada (1997, p. 14).

A mídia, na condição de objeto cultural (DAVALLON, 1999), também condensa uma narrativa e traz a imagem como constituinte do espetáculo da memória. O verbal, ao que parece, não dá mais conta de atrair a atenção do público, assim, o recurso ao visual, possivelmente pelo que estabeleceu Barthes (2003) ao afirmar que a imagem é mais imperativa que a escrita, é condição para a forte circulação dos discursos na contemporaneidade.

Ao apresentar-se como espelho da sociedade ou, ainda, como uma parte da sociedade, o espetáculo transmite significações que são permeadas por uma memória social. É por esse motivo que a mídia, num momento de abertura política, em que a fase anterior a ela fora marcada pela forte censura, apela para a espetacularização com o objetivo de conseguir de volta a confiança e o interesse tanto para o discurso político (e para a política) como para si. Assim, a imagem deixa de ser apenas suporte, sem muita relevância, do verbal para emergir sentidos que lhe são, muitas vezes, próprios. Por meio de estratégias discursivas, os textos da mídia criam a ilusão de uma unidade do sentido “como uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. Nos textos da mídia – teia onde se cruzam textos e discursos – os sentidos só podem ser captados na heterogeneidade” (GREGOLIN, 2000, p. 25).

O vento da “pós-modernidade” soprou sobre as formas de representação política: a teatralidade do espetáculo político se transformou profundamente com as novas mídias, que perturbaram o lugar da fala na comunicação política. O discurso perdeu sua autonomia e sua eficácia; ele é, desde então, indissociável da imagem do homem político e está freqüentemente subordinado a essa imagem (COURTINE, 2006, p. 112).

Por mais que tentasse se distanciar de uma inclinação com o regime militar, nota-se a construção, ou talvez reformulação, pelo próprio sujeito do discurso midiático, de uma

identidade da esquerda, ou seja, o terrorismo, construído pela forte repetição deste termo nas matérias. Isso também se observa nas imagens. Enquanto Lamarca (Figura 7) aparece apenas com sua fotografia já morto, em oposição, o industrial Boilensen (Figura 8), presidente da Ultragáz e sócio-fundador da Operação Bandeirantes (OBAN), recebe uma imagem dividida, do homem feliz (ou, talvez, ameaçador) ladeado pela imagem trágica de sua morte: ainda vivo e já morto.



Figura 7 – A morte de Lamarca
(VEJA, 1979u)



Figura 8 – Boilensen: assassinado ou justificado?
(VEJA, 1979u)

De imediato nos deparamos com uma contraposição que se estabelece nas legendas de cada imagem: enquanto sobre a morte de Lamarca utilizou-se o termo “morto”, para Boilensen aparece o termo “assassinado”; se no primeiro há um apagamento do combate pela utilização de um termo que denota neutralidade, no segundo caso a luta é restabelecida para um lugar de “vilões” e “vítimas”, já que “assassinado” estabelece relação com a criminalidade, relacionada, aqui, à esquerda armada – basta que façamos um breve movimento de uma FD a outra, pois fosse um discurso da esquerda poderíamos ter uma palavra como “justificado” no lugar de “assassinado”.

É importante, então, ter em vista que cada Formação Discursiva abre espaço para o restabelecimento de uma memória: se voltarmos para a FD da esquerda, sobre a qual trabalhamos no Capítulo 3, teríamos a construção da morte de Lamarca como símbolo da luta pela liberdade, a construção de um herói-mártir tombado em combate contra a opressão e a

repressão¹²⁶, e a morte do empresário também como símbolo dessa luta, o justicamento de um representante da repressão. Também as imagens, e principalmente a de Boilensen, produzem uma polissemia: para aquela em destaque, de um homem vestido de caubói com uma arma na mão, ora nosso olhar se depara com o bom-moço alegre que ajuda o país onde se estabeleceu, ora se depara com o homem ameaçador, que vestido ao estilo justiceiro (o caubói americano), segura uma arma que impõe medo. Os sentidos, também aqui, se constroem de um FD a outra – para a esquerda, trata-se de um homem ameaçador, mas para o regime militar, trata-se de um homem que contribui para o bom andamento do país.

Essa polissemia, no discurso da revista, é esclarecida, então, a partir de relações parafrásticas no interior da FD, a partir de deslizamentos metafóricos: portanto, para que memória isso remete? Assim, retornamos evidentemente para o termo “assassinado” que o coloca, nessa FD, na posição de vítima e, logo, estabelece o contraponto do crime, a posição de bandido para os integrantes da resistência ao regime. A legenda estabelece, assim, um controle da leitura e a impossibilidade de leituras “equivocadas” – o assassinato, criminoso, de um homem que buscava o bem do país; portanto, a leitura que o coloca num posto de vilão, ameaçador, está interdita no interior dessa FD. Assim, o primeiro caso se apresenta como consequência da radicalização da esquerda, enquanto no segundo cria-se, pelo contraste entre as imagens, uma ideia de tragédia, o bom moço, fantasiado de caubói, assassinado por terroristas. Com isso, há uma inversão na construção de uma identidade para a esquerda, que se pautava, nos discursos da própria esquerda, no heroísmo da luta contra a repressão e as desigualdades promovidas pelo Estado (cf. Capítulo 3) e que a mídia transfere para o banditismo, transformando o herói em vilão, aquele que instaurou o terror na sociedade, e contribuiu para “atrasar” o progresso do Brasil (Figura 6), ou para um sentido tragicômico, que estabelece um herói em busca em uma luta sem sentido ou sem perspectiva de vitória.

Esse mesmo movimento também é notado nas outras seções da mesma matéria, como a ‘Viva Brasil’, que cria nas imagens a ilusão da prosperidade. Mais uma vez a narratividade das imagens constrói um imaginário de progresso. Indo da propaganda oficial do governo Médici à Trasmazônica, à ponte Rio-Niterói, à vitória de Emerson Fitipaldi na Fórmula 1. Também no verbal, há essa mesma inclinação, porém de maneira mais velada, mostrando o desenvolvimento do país, ainda que apontando algumas falhas do regime.

¹²⁶ Nossas análises sobre a construção de um herói da esquerda, do trágico ao tragicômico, empreendidas no Capítulo 3, ligam-se agora à espetacularização da memória pela mídia, evidenciando-se, de fato, a passagem de uma sociedade repressiva para uma sociedade midiática.

Antes de dar cabo às nossas discussões, retornaremos uma vez mais ao caso Vladimir Herzog, agora como processo definitivo da espetacularização, também pela matéria “A década da abertura”, na seção ‘A tortura’ (Figura 9).



Figura 9 – O caso Herzog volta como exemplo da repressão (VEJA, 1979u)

Assim como a seção a pouco analisada, há um jogo entre imagens e verbal que compõem uma narratividade em torno do assunto. Porém, a singularidade que marca esta seção é que praticamente toda ela está relacionada à morte do jornalista do Vladimir Herzog. As imagens mostram quatro fotos relacionadas ao assunto: na primeira página (p. 28) há uma foto do DOI-CODI paulista (em cima, à direita), onde Herzog foi morto (porém, local de outros casos de denúncias de tortura, como do operário Manuel Fiel Filho); na segunda página (p. 29) há três fotos que apresentam alguma relação com o caso, a de Herzog na cela da delegacia, a de uma placa que deu nome a uma rua de São Paulo após sua morte, e a do general Ednardo (em baixo, à direita), demitido em 1978 após o caso da tortura ser comprovado. Tais imagens aparecem como índices que revelam a importância do caso para denúncia de torturas e, ainda, para o processo de abertura política no Brasil, e também sustentam uma narratividade, desde o local da prisão, passando pela morte, pela demissão do general e pela homenagem ao jornalista (a única homenagem permitida pela ditadura a um símbolo da resistência durante os anos 1970). O verbal aparece para comprovar o que se lê

pelas imagens e revela a estabilização dos sentidos: “À noite, morto – a versão oficial alegou suicídio por enforcamento –, Herzog era o torturado a quem caberia mudar o curso da história” (VEJA, 1979u). Portanto, ali se comprovava a caracterização de um espetáculo da construção da história que levou o país para um novo caminho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de discursos políticos, embora um campo que tenha perdido sua hegemonia no interior dos trabalhos em Análise do Discurso para que outros campos discursivos recebessem também grande atenção, continua apresentando-se como fértil para a compreensão da contemporaneidade. Daí que a relação entre linguagem e história é-nos importante para compreender a imensa fragmentação que caracteriza os discursos hoje. O fortalecimento da mídia (os jogos publicitários, o bombardeio de informações sustentado pelo “jornalismo 24 horas” etc.) provocou, no Brasil da redemocratização e, principalmente, do século XXI, um processo de espetacularização das memórias, uma fragmentação da história e transformou a política numa peça teatral, cujo palco está à nossa frente, mas longe de nós. Depois de anos de silêncio (e silenciamento), cujos assuntos políticos receberam a maquiagem da censura e os contornos da repressão que o deixaram à margem da discussão cotidiana, a mídia encontrou nas formas do espetáculo uma maneira de trazer o povo de volta ao debate político.

Foi, portanto, sobre os momentos de repressão e de abertura política que empreendemos nossas discussões, ao nos debruçarmos sobre dois campos discursivos, o da política e o da mídia, que possibilitaram a compreensão da passagem de uma sociedade repressiva, sustentada por uma política autoritária do regime militar, para uma sociedade midiática, cujo processo de abertura política possibilitou a emergência dos relatos e a construção de uma história do tempo presente, marcada pela espetacularização da memória.

Os anos de forte repressão militar caracterizaram-se pela clandestinidade da resistência, que encontrou na luta armada (no radicalismo) seu ponto de sustentação. Da clandestinidade, procuraram mecanismos que possibilitassem “driblar” o controle do dizer, formas que proporcionassem a circulação de seus discursos. Por meio do gênero doutrinário (pela emissão de comunicados, cartas, manifestos) fizeram circular (circulação restrita) suas ideias, seus ataques ao regime e às políticas capitalistas e imperialistas, aos “inimigos do povo”, como também se dirigiram à população para retratar a situação do país, para mostrar a pertinência da luta e a necessidade de pegar em armas. Nascia, ali, o discurso do novo – a Nova Esquerda brasileira, marcada pela fragmentação em inúmeros e diferentes grupos que apresentavam convergências e divergências cuja produção discursiva evidenciava a

constituição de uma formação discursiva da esquerda fortemente marcada pela heterogeneidade; no caso, várias formações discursivas no interior de uma mesma FD.

Criava-se, então, a negociação por uma identidade da esquerda brasileira do período. Um discurso sustentado pela ruptura dos ideais da esquerda tradicional brasileira, ancorados amplamente no Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujas propostas estabeleciam uma inércia quanto às ações políticas, portanto, também em relação ao passado de lutas da esquerda tradicional. Formava-se o discurso do novo, que sustenta uma ideia de projeção para o futuro, novas formas de organização política e de encarar as maneiras de exploração capitalista. O discurso do novo, do diferenciado, é próprio do discurso político, que constrói a esperança e dá argumentos para sua existência.

De outro modo, há uma retomada do discurso próprio da esquerda, verificado, mesmo, pela adesão a uma luta contra as “injustiças”, contra as formas políticas que sufocam a sociedade, em especial o povo. Evidentemente, não é aleatório o aparecimento de enunciados como *abaixo a ditadura militar fascista!*, *viva a liberdade!* ou *terra e liberdade para o lavrador viver e trabalhar*¹²⁷. Tais enunciados, que recuperam os anseios do povo e trazem para as arenas de conflito (discursivo) suas necessidades, sugerem uma filiação ao discurso da resistência, próprio da esquerda, desde seu nascimento, e, com isso, conduz a um lugar, a um pertencimento na história.

A ruptura que revela traços de continuidade no interior da descontinuidade evidencia também elementos no discurso da nova esquerda brasileira que produz sentidos de negociação identitária. Nenhum discurso é único, singular, nem surge de si próprio, e a própria historicidade dos discursos acrescenta o caráter de pertencimento, seu lugar na história. É nesse ponto que se revela uma FD própria da esquerda brasileira do período. Porém, longe, muito longe de uma constituição homogênea. Se, por um lado, os discursos de tais grupos – no interior da fratura apresentada pela esquerda da época – apresentam convergência em relação ao referencial – ataques à ditadura e ao capitalismo, por exemplo – e ao campo associativo – uma relação interdiscursiva que apresenta a necessidade de libertação –; por outro, a relação com o sujeito produz divergências. De que modo deveria se produzir a luta contra a ditadura? Quem seria o agente da resistência e comandaria a revolução? Qual o lugar da resistência?

A partir de um enunciado de base, que revelava a convergência e evidenciava a adesão a uma FD – *a ditadura deve ser combatida à força* –, produziam-se também as divergências,

¹²⁷ Todos enunciados retirados de documentos das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

possíveis de serem apreendidas por relações parafrásticas: a ditadura militar deve ser combatida à força: *pela organização / pelo povo / por todos nós*. Evidenciava-se, então, a existência de diferentes FDs no interior de uma mesma FD. O sujeito do discurso não é o mesmo em enunciados produzidos pelos guerrilheiros do Araguaia, pela ALN ou pelo MR-8. Porém, isso não distancia os grupos da negociação identitária, instaurada, sempre, no radicalismo da luta – sustentado pelos discursos e, também, pelas ações –, por isso a Nova Esquerda brasileira.

A construção discursiva revelava, então, negociações identitárias no contraponto do autoritarismo militar: a incidência na construção espacial, por exemplo, manifestava, principalmente no caso das guerrilhas rurais, a emergência de um espaço heterotópico, que na oposição ao espaço do Estado (o urbano) revelava o aparecimento do idealizado realizado. É evidente, e procuramos deixar isso claro, que esse espaço heterotópico era restrito à selva, e, pela busca em transpor aquela realidade a todo o Brasil, apresentava traços também da utopia.

A luta armada contra o regime produziu, portanto, um combate eminentemente discursivo. Mais que as ações, o poder das palavras provocava temor aos militares: daí a forte censura. Porém, crises provocadas no interior da estrutura do regime – econômicas, sociais e a repressão que se tornava insustentável – geraram a possibilidade de uma abertura política. Já distante da luta armada, o confronto sai das ruas e do campo para as arenas midiáticas. E o caso da morte do jornalista Vladimir Herzog é o principal exemplo dessa reordenação discursiva. Por uma análise sustentada pela metodologia dos trajetos temáticos – desenvolvida por Jacques Guilhaumou, Denise Maldidier e Règine Robin –, foi possível verificar a repercussão do caso na mídia e a inscrição de um trajeto de leitura que evidenciou a construção histórica por um viés espetacularizado.

A mídia encontra nas brechas deixadas pelo governo militar – frestas abertas pelas crises econômica e política – formas de enunciar a repressão. O próprio caso Herzog foi marcado por um processo que evidencia uma transformação discursiva: da timidez ao espetáculo. Ainda no início da segunda metade da década de 1970, a morte do jornalista provocou poucas palavras na “grande mídia”; porém, a timidez de poucas palavras produz sentidos de denúncia, ainda que pelo silêncio, que da descrição passa para a análise do caso e a transformação em espetáculo (a emergência de uma narratividade): assim como Pêcheux ([1983] 2008) mostrou em sua análise sobre o enunciado *on a gagné* e a eleição de François Mitterrand à presidência da França, também no caso Herzog os veículos de comunicação fizeram circular dados estatísticos, convocaram especialistas e apresentaram imagens que

acionavam a polêmica sobre a morte do jornalista. A partir de sua morte surgiram análises sobre a estrutura do país. O discurso político não seria mais o mesmo. Muito menos os discursos sobre o político. A passagem da sociedade repressiva para a sociedade midiática se consolidava.

A morte de Vladimir Herzog evidencia a ruptura e marca as mudanças na ordem do discurso. Encontram-se evidências da espetacularização. Tal inversão na ordem dos discursos e o aprofundamento da sociedade midiática contribuíram para um afrouxamento na produção de identidades e o discurso da esquerda, sustentado pelo heroísmo da luta contra a opressão e pela liberdade, perde seus contornos nas páginas da “grande mídia”. Um deslocamento na produção discursiva que produz a emergência do sincretismo (diferentes linguagens na produção de sentidos) coloca o combatente da esquerda na posição de bandido. No interior de uma outra FD, à qual se filia o discurso da “grande mídia”, a luta contra a ditadura é apresentada como empecilho para o crescimento do Brasil; e ali não havia mais lugar para a idealização, sendo o herói deslocado da figura trágica para o tragicômico. As imagens que bombardeiam nossos olhos – um olhar de espectador para uma história em curso – conduzem a uma desmistificação do herói da esquerda e da figura do guerrilheiro na luta pela liberdade, construindo uma história do período que coloca o combatente da esquerda na condição de vilão e entrave para o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Uma história dos Annales (1921 – 2001)**. Trad. Jurandir Malerba. Maringá, PR: EdUEM, 2004.

ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia. In: VÁRIOS AUTORES. **Guerrilha do Araguaia**. 3ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1996, p. 19-33.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Historiografia do Estruturalismo: invenções, reinvenções e desconstrução. In: DOSSE, François. **História do estruturalismo: o campo do signo**. Trad. Álvaro Cabral. Bauru, SP: EdUSC, 2007, p. I-VII.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Trad. Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

BELTING, Hans. **Pour une anthropologie des images**. Paris: Éditions Gallimard, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Unicamp, 1997, p. 91-104

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. (Org.). Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 7-37.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novos problemas**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 17-48.

COLOMBO, Fausto. Memória e identidade. In: _____. **Os arquivos imperfeitos**. Trad. Beatriz Borges. São Paulo: Perspectiva, 1991, p. 107-125.

COSTA, José Caldas da. **Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. Trad. Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos, SP: Claraluz, 2003, p. 21-34.

_____. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

_____. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. Trad. Carlos Piovezani. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Orgs.). **Análise do discurso**: herança, métodos e objetos. São Carlos, SP: Claraluz, 2008, p. 11-19

_____. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009a.

_____. A estranha história da Análise do Discurso. In: PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Editora UNESP, 2009b, p. 11-16.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 23-34.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidades e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964 – 2004). Bauru, SP: EdUSC, 2004, p. 15-28.

DOSSE, François. **A História em migalhas**: dos *Annales* à Nova História. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru, SP: EdUSC, 2003a.

_____. **A história**. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EdUSC, 2003b.

_____. **O império dos sentidos**: a humanização das Ciências Humanas. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EdUSC, 2003c.

_____. **História do estruturalismo**: o campo do signo. Trad. Álvaro Cabral. Bauru, SP: EdUSC, 2007.

ESCUADERO, Manuel. Reinventando a política. In: MILIBAND, David. **Reinventando a esquerda**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 295-303.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: _____. **Microfísica do poder**. Trad. Lílian Holzmeister e Angela Loureiro de Souza. 21ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979a, p. 01-14.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. Trad. Marcelo Catan. 21ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979b, p. 15-37.

_____. **A ordem do discurso**. 11ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. É inútil revoltar-se? In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Trad. Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 77-81.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. Outros espaços. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Estética: literatura e pintura, música e cinema (Ditos & Escritos III)**. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a, p. 411-422.

_____. O que é um autor? In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Estética: literatura e pintura, música e cinema (Ditos & Escritos III)**. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b, p. 264-298.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

_____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Para além da esquerda e direita: o futuro da política radical**. Trad. Álvaro Hattner. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. In: MILIBAND, David. **Reinventando a esquerda**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 37-57.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1984.

GRANGEIRO, Claudia Rejanne Pinheiro. **Discurso político no folheto de cordel: a besta-fera, o Padre Cícero e o Juazeiro**. Tese de Doutorado. Araraquara, SP: UNESP/FCL, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Recitações de mitos: a história na lente da mídia. In: _____ (org.). **Filigranas do discurso**: as vozes da história. Araraquara, SP: UNESP/Cultura Editora, 2000, p. 19 – 34.

_____. Olhares oblíquos sobre o sentido no discurso, In: _____; BARONAS, Roberto (Orgs.). **Análise do discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos, SP: Claraluz, 2001a, p. 2-16.

_____. Sentido, sujeito e memória: com que sonha nossa vã autoria? In: _____; BARONAS, Roberto (Orgs.). **Análise do discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos, SP: Claraluz, 2001b, p. 60-78.

_____. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôsko Cabral. **Teorias lingüísticas**: problemáticas contemporâneas. Uberlândia, MG: UdUFU, 2003a, p. 21-34.

_____. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: _____ **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos, SP: Claraluz, 2003b, p. 95-110.

_____. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso**: diálogo & duelos. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

_____. Pêcheux, Bakhtin, Foucault: singularidades, espelhamentos. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006, p. 36-52.

_____. Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007, p. 155-168.

_____. J.-J. Courtine e as metamorfoses da Análise do Discurso: novos objetos, novos olhares. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Orgs.). **Análise do discurso**: herança, métodos e objetos. São Carlos, SP: Claraluz, 2008, p. 21-36.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos de arquivo. A análise do discurso no lado da história. Trad. Suzy Lagazzi e José Horta Nunes. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.), **Gestos de leitura**: da história no discurso. Trad. Bethania Sampaio Corrêa Mariani et. al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 163- 184.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 103-133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. Trad. Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos

para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007, p. 13-31.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. Trad. Eduardo Brandão. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 4ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1992.

LUIS, Osmar. Com os guerrilheiros na selva amazônica. In: VÁRIOS AUTORES (Org.). DOCUMENTOS DO PCDOB. **Guerrilha do Araguaia**. 3ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1996, p. 12-18.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 21ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. VII-XXIII.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Trad. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, Nelson P. da Costa e Sírio Possente. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes, 1993, p. 31-42.

MILANEZ, Nilton. O corpo é um arquipélago: memória, intericonicidade e identidade. In: NAVARRO, Pedro (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos, SP: Claraluz, 2006, p. 153-159.

NAVARRO, Pedro. Mídia, Memória e Identidade. In: Maria da Conceição Silva e Sírio Possenti. (Org.). **Mídia e Rede de Memória**. Vitória da conquista, BA: Edições UESB, 2007, p. 93-110.

_____. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR. Nádea Regina (Orgs.). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 79-93.

NAVARRO BARBOSA, Pedro Luis. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos, SP: Claraluz, 2003, p. 111-124.

ODÁLIA, Nilo. Apresentação. In: BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. A fala de muitos gumes: as formas de silêncio. In: _____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 1987, p. 263-276.

_____. **Terra à vista**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 59-69.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli; GERALDI, João Wanderley. (Orgs.). **Cadernos de estudos lingüísticos**. Campinas, SP, p. 07-20, nº19, jul./dez., 1990.

_____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: introdução a obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania Sampaio Corrêa Mariani et al. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 311-318.

_____. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. Trad. Faustino Machado da Silva. In: **Cadernos de tradução do Instituto de Letras**. nº4 . Núcleo de Editoração Eletrônica do Instituto de Letras – UFRGS: outubro de 1998, p.35-55.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5.ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Bacharéis em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009, p. 21-26.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. **Que fim levou a esquerda?**: efeitos discursivo-ideológicos no/do discurso político. Dissertação de Mestrado em Letras. Araraquara, SP: [s.n.], 2003a.

_____. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). **Discurso e mídia**. A cultura do espetáculo. São Carlos, SP: Claraluz, 2003b, p. 49-64.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Políticas do sentido, práticas da expressão e história do corpo. Uma apresentação da obra de Jean-Jacques Courtine ao leitor brasileiro. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Bacharéis em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009, p. 7-20.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da revolução**. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1975.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP/FAPESP, 1993.

ROBIN, Régine. **História e Lingüística**. Trad. Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1977.

SALIBA, Elias Thomé. Apresentação. In: DOSSE, François. **A História em migalhas**: dos *Annales* à Nova História. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru, SP: EdUSC, 2003, p. 17-22.

SALUM, Isaac Nicolau. Prefácio à edição brasileira. In: SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Trad. Antônio Chelini, José Pulo Paes e Izidoro Blikstein. 26.ed. São Paulo: Cultrix. 2004, XIII-XXIII.

SARGENTINI, Vanice. **Discurso e História**: as vozes anarquistas na construção do trabalhismo brasileiro. Tese de Doutorado em Letras. Araraquara: UNESP/FCL, 1997. 228p.

_____. As relações entre a Análise do Discurso e a História. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina (Orgs.). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 95-102.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Trad. Antônio Chelini, José Pulo Paes e Izidoro Blikstein. 26.ed. São Paulo: Cultrix. 2004.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: _____. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EdUSP, 1994, p. 97-116.

REFERÊNCIAS DO *CORPUS*

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?**. 25ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da revolução**. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1975.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. 14ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VÁRIOS AUTORES; DOCUMENTOS DO PCDOB. **Guerrilha do Araguaia**. 3ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1996.

VEJA, n. 331, Editora Abril, 08/01/1975a, p. 12-16.

VEJA, n. 336, Editora Abril, 12/02/1975b, p. 12.

VEJA, n. 339, Editora Abril, 05/03/1975c, p. 23.

VEJA, n. 340, Editora Abril, 12/03/1975d, p. 19.

VEJA, n. 343, Editora Abril, 02/04/1975e, p. 15-16.

VEJA, n. 346, Editora Abril, 23/04/1975f, p. 15-18.

VEJA, n. 347, Editora Abril, 30/04/1975g, p. 13-15.

VEJA, n. 350, Editora Abril, 21/05/1975h, p. 21.

VEJA, n. 355, Editora Abril, 25/06/1975i, p. 12-19.

VEJA, n. 356, Editora Abril, 02/07/1975j, p. 25-29.

VEJA, n. 361, Editora Abril, 06/08/1975k, p. 17-18.

VEJA, n. 371, Editora Abril, 26/11/1975l, p. 22.

VEJA, n. 383, Editora Abril, 07/01/1976a, p. 20-28.

VEJA, n. 389, Editora Abril, 18/02/1976b, p. 31-32.

VEJA, n. 394, Editora Abril, 24/03/1976c, p. 21-22.

VEJA, n. 398, Editora Abril, 21/04/1976d, p. 26.

VEJA, n. 406, Editora Abril, 16/06/1976e, p. 25.

VEJA, n. 412, Editora Abril, 28/07/1976f, p. 22-24.

VEJA, n. 416, Editora Abril, 25/08/1976g, p. 19-26.

VEJA, n. 419, Editora Abril, 15/09/1976h, p. 27-28.

VEJA, n. 421, Editora Abril, 29/09/1976i, p. 20-23.

VEJA, n. 423, Editora Abril, 13/10/1976j, p. 25.

VEJA, n. 423, Editora Abril, 27/10/1976k, p. 28-29.

VEJA, n. 429, Editora Abril, 24/11/1976l, p. 63-64.

VEJA, n. 432, Editora Abril, 15/12/1976m, p. 27-28.

VEJA, n. 434, Editora Abril, 29/12/1976n, p. 25.

VEJA, n. 435, Editora Abril, 05/01/1977a, p. 26-27.

VEJA, n. 437, Editora Abril, 19/01/1977b, p. 26-27.

VEJA, n. 440, Editora Abril, 09/02/1977c, p. 27-28.

VEJA, n. 447, Editora Abril, 30/03/1977d, p. 31.

VEJA, n. 458, Editora Abril, 15/06/1977e, p. 34.

VEJA, n. 461, Editora Abril, 06/07/1977f, p. 34.

VEJA, n. 478, Editora Abril, 02/11/1977g, p. 28-31.

VEJA, n. 483, Editora Abril, 07/12/1977h, p. 20-27.

VEJA, n. 490, Editora Abril, 25/01/1978a, p. 23.

VEJA, n. 492, Editora Abril, 08/02/1978b, p. 29

VEJA, n. 493, Editora Abril, 15/02/1978c, p. 24.

VEJA, n. 494, Editora Abril, 22/02/1978d, p. 34-35.

VEJA, n. 495, Editora Abril, 01/03/1978e, p. 23-24; 34-47.

VEJA, n. 499, Editora Abril, 29/03/1978f, p. 70-83.

VEJA, n. 507, Editora Abril, 24/05/1978g, p. 31.

VEJA, n. 510, Editora Abril, 14/06/1978h, p. 32-33.

VEJA, n. 511, Editora Abril, 21/06/1978i, p. 20-25.

VEJA, n. 513, Editora Abril, 05/07/1978j, p. 35.

VEJA, n. 515, Editora Abril, 19/07/1978k, p. 28-30.

VEJA, n. 517, Editora Abril, 02/08/1978l, p. 34.

VEJA, n. 518, Editora Abril, 09/08/1978m, p. 30-31.

VEJA, n. 521, Editora Abril, 30/08/1978n, p. 32-33.

VEJA, n. 522, Editora Abril, 06/09/1978o, p. 19; 52-66.

VEJA, n. 523, Editora Abril, 13/09/1978p, p. 32-33.

VEJA, n. 525, Editora Abril, 27/09/1978q, p. 23.

VEJA, n. 529, Editora Abril, 25/10/1978r, p. 27-30.

VEJA, n. 530, Editora Abril, 01/11/1978s, p. 24-29.

VEJA, n. 531, Editora Abril, 08/11/1978t, p. 27.

VEJA, n. 536, Editora Abril, 13/12/1978u, p. 24-30.

VEJA, n. 537, Editora Abril, 20/12/1978v, p. 34.

VEJA, n. 538, Editora Abril, 27/12/1978x, p. 28-45.

VEJA, n. 539, Editora Abril, 03/01/1979a, p. 20-24.

VEJA, n. 540, Editora Abril, 10/01/1979b, p. 30-35.

VEJA, n. 542, Editora Abril, 24/01/1979c, p. 25-26.

VEJA, n. 545, Editora Abril, 15/02/1979d, p. 20-22.

VEJA, n. 547, Editora Abril, 07/03/1979e, p. 20-21.

VEJA, n. 548, Editora Abril, 14/03/1979f, p. 27.

VEJA, n. 553, Editora Abril, 11/03/1979g, p. 30-31.

VEJA, n. 554, Editora Abril, 18/04/1979h, p. 20-23; 32.

VEJA, n. 555, Editora Abril, 25/04/1979i, p. 24-26.

VEJA, n. 557, Editora Abril, 09/05/1979j, p. 34.

VEJA, n. 563, Editora Abril, 20/06/1979k, p. 20-21.

- VEJA**, n. 564, Editora Abril, 27/06/1979l, p. 20-32.
- VEJA**, n. 565, Editora Abril, 04/07/1979m, p. 14-17.
- VEJA**, n. 566, Editora Abril, 11/07/1979n, p. 25-27.
- VEJA**, n. 567, Editora Abril, 18/07/1979o, p. 24-28.
- VEJA**, n. 569, Editora Abril, 01/08/1979p, p. 22-25.
- VEJA**, n. 571, Editora Abril, 15/08/1979q, p. 34-35.
- VEJA**, n. 573, Editora Abril, 29/08/1979r, p. 20-23.
- VEJA**, n. 574, Editora Abril, 05/09/1979s, p. 20-24.
- VEJA**, n. 577, Editora Abril, 26/09/1979t, p. 27-28.
- VEJA**, n. 590, Editora Abril, 26/12/1979u, p. 24-53.
- VISÃO**, v. 46, n. 6, Editora Visão, 24/03/1975a, p. 7-28.
- VISÃO**, v. 46, n. 9, Editora Visão, 12/05/1975b, p. 12-14.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. **Don Quijote de la Mancha**. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

IANNI, Octavio. **O príncipe eletrônico**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos**, ou, como filosofa com o martelo. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PIOVEZANI, Carlos. L'analyse du discours entre le Brésil et la France. Quelques rectifications épistémologiques. In: **VIIIèmes Rencontres de Jeunes Chercheurs de l'École Doctorale 268 Langage et langues de l'Université de Paris III**. Paris: Actes des VIIIèmes RJC ED268 Langage et langues, 2005a, p. 59-63.

_____. Por uma semiologia histórica do discurso político contemporâneo. In: **II Seminário de Estudos em Análise do discurso**. Porto Alegre, RS: Fapergs/Disc Press Fonográfico, 2005b.

_____. **Verbo, corpo e voz: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo**. Tese de Doutorado. UNESP/FCL-Araraquara, 2007.

SÁ, Israel de. A autoria e a constituição de um sujeito porta-voz nos discursos de resistência e na mídia durante a Ditadura Militar Brasileira. In: **Revista Linguagem**, v. 9, p. 1, 2009a.

_____. O sujeito da mídia: a construção do autor pelo outro no texto jornalístico durante a abertura política no Brasil. In: MIOTELLO, Valdemir (Org.). **Dialogismo: olhares, vozes, lugares**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2009b, p. 81-90.

_____. Há um nós na esquerda brasileira? Procura-se uma identidade para a esquerda. In: MARTHA, A. A. P. (Cord.). **Anais do 1. CIELLI – Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários. 4. CELLI – Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários**. Maringá, PR: UEM-PLE, 2010.

SÁ, Israel de; SARGENTINI, Vanice. O jogo das imagens: a espetacularização da memória na mídia. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; KOGAWA, João Marcos (Org.). **Análise do discurso e semiologia: reflexões contemporâneas**. Araraquara/ São Paulo: Laboratório Editorial da FCL/UNESP; Cultura Acadêmica, 2010, no prelo.

SARGENTINI, Vanice. Objetos da Análise do Discurso: novas formas, novas sensibilidades. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos, SP: Claraluz, 2008, v. 1, p. 103-113

_____. A análise do discurso e a natureza semiológica do objeto de análise. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; KOGAWA, João Marcos (Org.). **Análise do discurso e semiologia: reflexões contemporâneas**. Araraquara/ São Paulo: Laboratório Editorial da FCL/UNESP; Cultura Acadêmica, 2010, no prelo.

TARDE, Gabriel. **La logique sociale**. Paris: Félix Alcan, 1895.

TELLES, Lygia Fagundes. **Invenção e memória**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.